

ESTVDOS

BODAS DE OURO DO C. A. D. C.

LA CIVILTÀ
CATTOLICA

BROTÉRIA

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CVLTVRA



Dulce Maria Raposo Pais Gonçalves Loureiro

Europa(s) e Catolicismo em revista(s):1945-1961

Um percurso pela *Civiltà Cattolica*, *Estudos* e *Brotéria*

Dissertação de Mestrado em História: Época Contemporânea, orientada pelo Doutor Vítor Manuel Parreira Neto, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Europa(s) e Catolicismo em revista(s): 1945-1961

Um percurso pela *Civiltà Cattolica*, *Estudos* e *Brotéria*

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Europa(s) e Catolicismo em revista(s): 1945-1961 Um percurso pela <i>Civiltà Cattolica</i>, <i>Estudos</i> e <i>Brotéria</i>
Autor/a	Dulce Maria Raposo Pais Gonçalves Loureiro
Orientador	Vítor Manuel Parreira Neto
Júri	Presidente: Doutor António Resende de Oliveira Vogais: 1. Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro 2. Doutor Vítor Manuel Parreira Neto
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da defesa	6-2-2015
Classificação	18 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ao meu marido:

Que acreditou em mim, mais do que eu própria;

Que me ensinou a trabalhar e a lutar

Como se tudo dependesse de mim

E a confiar como se tudo dependesse de Deus.

PALAVRA(S) PRÉVIA(S)

O regresso à Universidade, cerca de 30 anos depois da conclusão da licenciatura, revelou-se uma experiência estimulante. Absorvida pelos trabalhos e canseiras do ensino de História e Geografia de Portugal, História e Língua Portuguesa a crianças e adolescentes, num contexto escolar onde impera crescentemente a burocracia e, não raro, se sufoca nas exigências de um quotidiano que pouco espaço deixa para o acompanhamento e aprofundamento das matérias. O retorno, agora por via da frequência do Mestrado, permitiu-me um enriquecimento em diferentes dimensões. Com as limitações do meu percurso, agravadas pelas constrições temporais, procurei fazer o trabalho possível pela via da escrita, onde sempre me senti mais confortável do que na troca da oralidade.

Nas dissertações, como na vida, só se avança conjugando esforço próprio e dons de muitos. Correndo embora o risco de injustas omissões, gostaria de deixar público reconhecimento aos meus Professores dos Seminários, Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Doutor Fernando José de Almeida Catroga e Doutor António Martins da Silva. Uma palavra especial merece o Senhor Professor Doutor Vítor Manuel Parreira Neto pela orientação do trabalho: a leitura cuidadosa, a pertinência das sugestões e o estímulo crítico para percorrer a difícil etapa final.

Em julho (em regime de licença sem vencimento) e agosto de 2013, tive oportunidade de fazer investigação em Roma. Não posso deixar de agradecer ao Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR), na pessoa de Monsenhor Agostinho Borges, que me proporcionou as indispensáveis condições logísticas. Dada a centralidade desta verdadeira embaixada cultural na Cidade Eterna, foi-me possível, com extrema facilidade e rapidez, aceder à Biblioteca del Senato Giovanni Spadolini e ao acervo bibliográfico da *Civiltà Cattolica*. Registo ainda a colaboração do Mestre Isaías Alfredo Fragoso dos Santos Hipólito, que, na maratona da entrega, se disponibilizou para imprescindível ajuda na revisão da bibliografia.

Assinalo igualmente o contributo de antigos “Rapazes do CADC” que responderam a algumas questões pertinentes para o objeto deste estudo: Doutor Adelino Marques; Doutor António Barbosa de Melo; Doutor Armando Lopes Porto; Doutor Manuel Lopes Porto; Doutor Henrique Vilaça Ramos.

Também sem o apoio da minha família mais próxima, *Cireneus* do quotidiano, seria impossível chegar aqui. Ao meu marido, agradeço os livros que, ao longo destes dois anos, brotaram na minha secretária como cogumelos, mesmo sem que eu os tivesse pedido. Aos meus filhos, João Diogo e Tiago, devo a companhia estimulante e ajuda preciosa na recolha bibliográfica na *Civiltà Cattolica* e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, bem como a normalização do texto. Aos meus pais, que, apesar da tristeza pelo excesso de trabalho, me apontaram sempre metas mais altas. À minha sogra, pelo concurso na organização dos materiais pesquisados; ao meu sogro que, com olho de linxe, descobriu várias gralhas do texto. À minha irmã e ao meu cunhado quando, mesmo longe,

transformaram, muitas vezes, o meu desânimo em força. A todas as minhas amigas e amigos que, ao longo destes dois anos, se preocuparam comigo, me ouviram e nunca permitiram que eu pronunciasse a palavra *desisto*.

Finalmente, a Deus, em Quem acredito e por Quem me deixei conduzir, experimentando a misteriosa passagem do impossível ao possível.

RESUMO

Europa(s) e Catolicismo em revista(s): 1945-1961 é tema de uma investigação que procura ver qual a receção em Portugal, nos meios intelectuais católicos, das ideias de Europa avançadas pelo Magistério, em larga medida veiculadas pela *Civiltà Cattolica*, através da análise de duas revistas de cultura geral católica na conjuntura do Estado Novo: *Estudos* – revista do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC); *Brotéria* – revista que, tal como a *Civiltà Cattolica*, pertence à Companhia de Jesus.

Partindo de um conjunto de perguntas diretoras, a dissertação estrutura-se em duas partes. Na Primeira, situa-se o conceito de Europa no quadro de uma rede de noções como Cristandade, Ocidente e Atlantismo (Cap. 1) procurando depois ver que imagens de Europa resultam do Magistério dos Papas Pio XII e João XXIII (Cap. 2), bem como as linhas de força do tratamento da questão europeia na *Civiltà Cattolica*, quer no plano dos valores, quer no terreno das instituições (Cap. 3).

Na Segunda Parte, centrada no caso português, núcleo da investigação, começa-se por, sucintamente, ver que posições sobre a temática europeia estruturaram o discurso e a prática do regime, referindo-se também as relações entre Estado Novo e Igreja Católica (Cap. 1). Quanto às revistas católicas portuguesas de cultura escolhidas (*Estudos* e *Brotéria*), percorrem-se as várias ideias de Europa e os modos de institucionalização desta, não deixando de proceder a uma breve caracterização das entidades que as editam, respetivamente, o CADC e a Companhia de Jesus (Cap. 2 e 3).

Conclui-se que, em matéria de Europa, a diferente circunstância portuguesa condicionou a receção do Magistério sobre o tema, bem como o próprio acompanhamento da (re)construção europeia.

ABSTRACT

Europe(s) and Catholicism in review(s)¹: 1945-1961 is the subject matter of the present investigation, focused on the reception in the Portuguese Catholic intellectual *milieux* of the Magisterium's ideas on Europe, extensively echoed in *Civiltà Cattolica*. Two Catholic cultural journals published during Estado Novo are here analysed: *Estudos*, the journal of the Academic Center of Christian Democracy (CADC), and *Brotéria*, issued by the Society of Jesus, like *Civiltà Cattolica*.

A set of questions drives the dissertation, which is divided in two parts. In the first one, the concept of Europe is placed within a net of related notions, namely Christendom, the West (Occident) and Atlanticism (Ch. 1). The images of Europe present in the magisterium of Pius XII and John XXIII are surveyed (Ch. 2) as well as the treatment of the question of Europe, its values and institutions, in *Civiltà Cattolica* (Ch. 3).

In the second part, focused on the Portuguese reality, lies the core of the investigation. First, the stance of the regime towards the European question and the relationship between the State and the Catholic Church are briefly reviewed (Ch. 1). How the different ideas of Europe and their modes of institutionalization were approached in the chosen journals (*Estudos e Brotéria*) is then considered at large. There is also a short profile of the bodies that issued them, respectively CADC and the Society of Jesus (Ch. 2 and 3).

The political situation in Portugal, it is argued, hampered the reception of the Magisterium with regard to European themes and the participation in the European (re)construction.

¹ The Portuguese word for *review* is the same as for *journal*: *revista*. The original title builds on this pun.

ABREVIATURAS

AECL	Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA – <i>European Free Trade Association</i>)
BENELUX	Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo
CADC	Centro Académico de Democracia Cristã
CCEE	Comité de Cooperação Económica Europeia
CDU	Christlich Demokratische Union Deutschlands (União Democrata Cristã)
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED	Comunidade Europeia de Defesa
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEEA	Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM – <i>European Atomic Energy Community</i>)
COMECOM	Conselho de Assistência Económica Mútua (CAEM)
CPE	Comunidade Política Europeia
ERP	European Recovery Program (ERP)
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
KOMINFORM	Bureau de Informação dos Partidos Comunistas
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO – <i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
PCI	Partido Comunista Italiano (Partito Comunista d'Italia)
RDA	República Democrática Alemã.
RFA	República Federal da Alemanha
SDN	Sociedade das Nações
UE	União Europeia
UEF	União Europeia dos Federalistas
UEO	União da Europa Ocidental

UO	União Ocidental
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
vol.	volume(s)
ZLC	Zona de Livre Câmbio

INTRODUÇÃO

I. Objeto e razões de uma escolha

Europa(s) e Catolicismo em revista(s): 1945-1961 é tema de uma investigação que procura ver qual a receção em Portugal, nos meios intelectuais católicos, das ideias de Europa avançadas pelo Magistério, em larga medida veiculadas pela *Civiltà Cattolica*, através da análise de duas revistas de cultura geral católica na conjuntura do Estado Novo: *Estudos* – revista do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC); *Brotéria* – revista que, tal como a *Civiltà Cattolica*, pertence à Companhia de Jesus.

A escolha não é, naturalmente, arbitrária. Quanto ao Magistério, no quadro da eclesiologia católica, assume um papel determinante na expressão da mundividência desta Igreja, sem prejuízo, evidentemente, da existência de vozes dissonantes ao longo da história da instituição, mas que não serão aqui abordadas. Importa ver as imagens da Europa e a sua receção nas revistas católicas num jogo entre textos e contextos.

Em relação à *Civiltà Cattolica*, é fundamental para densificar o pensamento da Igreja. Com efeito, está para o Magistério Romano no campo das revistas como o *L'Osservatore Romano* na esfera da imprensa jornalística, o que se prova, analisando (como farei na parte I, capítulo 3) a génese e o percurso da revista. Tem também o valor de ilustrar como é que uma revista escrita no coração do catolicismo e numa sociedade que com a queda do fascismo se revelou democrática e plural acompanhou os processos de (re)construção e integração europeia, contrapondo-a a publicações intelectuais católicas portuguesas situadas num contexto de ditadura e nacionalismo, marcado pela questão ultramarina. Contudo, não se pretende comprovar uma eventual influência direta da *Civiltà Cattolica* nas revistas portuguesas que me proponho analisar. Com efeito, sem prejuízo da importância do Magistério e da Itália, uma parte das discussões vinham-nos por via francesa, particularmente no plano das ideias. Um trabalho autónomo a exigir investigação adicional e que ultrapassa os limites deste estudo, prende-se com uma análise sistemática da influência da revista *Études*¹ e das diferentes correntes de pensamento ideológico e filosófico de matriz francófona, nomeadamente de Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, nas revistas e no eventual tratamento da questão europeia.

Quanto aos títulos portugueses em causa, o primeiro – *Estudos* – é o resultado da intervenção de uma das principais instituições de universitários católicos. O CADC foi, com efeito, um dos grandes núcleos de pensamento e ação católica, especialmente no Estado Novo. Como veremos (na Parte II, Capítulo 2), ao contrário de uma imagem difundida, até pela ligação de Oliveira Salazar ao projeto, o CADC está longe de ser homogéneo, mesmo do ponto de vista político. No período a que se reporta a minha análise (1945-1961) pense-se, por exemplo, em Orlando de

¹ Nesta revista, fundada em 1856, foi publicada em edição “hors-série” de 2011 uma seleção de peças marcantes sobre temática europeia, intitulada *Europe. Utopie et réalisme*.

Carvalho, primeiro como estudante, depois como docente da Faculdade de Direito, que se tornou uma figura reconhecida da oposição democrática.

A segunda publicação – *Brotéria* – é a revista da Companhia de Jesus que procura cruzar Cristianismo e Cultura, sendo fruto de uma ordem religiosa marcadamente orientada para a educação e cultura e cujo peso marcou, recorrentemente, a história portuguesa. Além disso, é o equivalente à *Civiltà Cattolica* que assume um importante peso nesta pesquisa. Pertencendo ambas à mesma ordem religiosa pretende-se ver o tratamento da questão europeia nestas publicações.

Concluindo, o objeto nuclear desta investigação é a articulação entre ideia(s) de Europa(s) e catolicismo nas referidas revistas, cruzando-se na opção interesse pessoal e provocação intelectual resultante de trabalhos desenvolvidos no âmbito dos seminários *Territórios, Poderes e Instituições*, e *Sociedades, Políticas e Religiões* do Mestrado em História Contemporânea.

2. O(s) tempo(s) e o método

2.1. O tempo interrogado: 1945-1961

Como em relação a todos os cortes temporais, pode perguntar-se: porquê este período? Corresponde a um tempo fundamental:

a) No processo de (re)construção europeia, iniciado a partir de 1945 com o final da II Guerra Mundial;

b) Na política nacional, com as implicações que esse processo europeu tem também a nível interno, e com as mudanças na cena internacional desde a guerra fria à independência de uma série de colónias, que desafia a política ultramarina portuguesa. Parto, pois, de um tempo mundial e europeu (1945) que trouxe consigo o reforço do campo democrático e, conseqüentemente, problemas acrescidos ao regime;

c) Na Igreja, ao nível do centro (Santa Sé), assiste-se a um reforço da dimensão internacionalista e europeísta, mantendo-se numa primeira fase um acérrimo discurso anticomunista que começa a ser temperado nos últimos anos do pontificado de Pio XII, consolidando-se pontes no pontificado de João XXIII.

No caso da Igreja portuguesa, os anos 50 trazem consigo sinais de mudança, nomeadamente ao nível das elites universitárias, como terei oportunidade de aprofundar na análise do CADC, testemunhada pela contestação universitária ao Decreto-Lei n.º 40 900, de 12 de dezembro de 1956, e também pela posição do Bispo do Porto que culmina na chamada Carta de 13 de julho de 1958.

Num projeto inicial, admitia como fim do tempo em análise 1974, ou seja, assumir como corte a queda do Estado Novo. No entanto, a conjugação dos apertados limites temporais para a conclusão do projeto e a escassez de espaço, regulamentarmente determinada, bem como a extensão das fontes analisadas, obrigaram a um encurtamento do período de investigação. Aliás, só assim se pode conseguir algum aprofundamento, indispensável num trabalho desta índole. Optei por fazer de 1961 o ano terminal da pesquisa. Há razões fundadas para este corte, a saber:

a) Na articulação entre Portugal e os modos de institucionalização europeia, regista-se que 1960 foi o ano de fundação da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL), normalmente conhecida pela sigla EFTA (*European Free Trade Association*), organização que integrámos *ab initio*. Entendi, no entanto, alargar um pouco mais a análise para procurar averiguar se, e em que termos, houve uma receção desse acontecimento no ano que se seguiu;

b) Na frente ultramarina, 1961 é o ano do início da guerra colonial ou, noutra ótica, da luta de libertação nacional: em janeiro/fevereiro, assiste-se à revolta dos trabalhadores do algodão na Baixa do Cassange;² também em Angola, a 4 de fevereiro, destaco, entre outras insurreições, o ataque à prisão de S. Paulo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Luanda,³ que tinha em vista a libertação dos presos políticos; a 15 de março, a União das Populações de Angola (UPA) desencadeia ações no Norte de Angola, sendo massacrados colonos; a 1 de Agosto, o Forte de S. João Baptista de Ajudá é ocupado, tendo sido destruído antes da partida, de acordo com as instruções de Salazar; o ano terminará com a invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, em 18 de dezembro;⁴

c) Internamente, para além da repercussão da questão ultramarina, o país é abalado pelo caso Santa Maria,⁵ que dá visibilidade internacional à oposição às ditaduras de Salazar e Franco, e ainda pela tentativa de golpe de Estado encabeçada por Botelho Moniz;⁶

d) Na cena internacional, John Kennedy sobe ao poder, tomando posse a 20 de janeiro, crescendo os problemas de Salazar que acusará o novo Presidente americano de alimentar o processo de subversão em África;⁷ nas Nações Unidas o ano é particularmente difícil, nomeadamente face aos problemas em Angola que conduziram Portugal a um crescente isolamento por parte da comunidade internacional;⁸

e) João XXIII assina, a 25 de dezembro de 1961, a Constituição Apostólica *Humanae Salutis* de convocação do Concílio Vaticano II, abrindo um período de forte renovação na Igreja Católica, que não deixará também de se fazer sentir em Portugal encorajando a oposição católica ao regime. Já antes, a 15 de maio desse ano, na Encíclica *Mater et Magistra*, centrada nas questões sociais, assinalando o septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum*, condena, entre outros, os salários de miséria⁹ e o (neo)colonialismo.¹⁰

² José Freire ANTUNES. *Os americanos e Portugal. Kennedy e Salazar, o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991, 96.

³ José Freire ANTUNES. *Os americanos e Portugal*. 148.

⁴ José Freire ANTUNES. *Os americanos e Portugal*. 299-320.

⁵ José Freire ANTUNES. *Os americanos e Portugal*. 121-144.

⁶ José Freire ANTUNES. *Os americanos e Portugal*. esp. 207-229. E também, Fernando ROSAS. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China. 2013. 246-256.

⁷ “Os Estados Unidos vêm fazendo em África, embora com intenções diversas, uma política paralela à da Rússia”: António de Oliveira SALAZAR. ‘O Ultramar português e a ONU’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas VI: 1959-1966*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967. 125-158, 133.

⁸ “Em 21 de Abril, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução pela qual formava um comité fiscalizador e urgia Portugal a efetuar ‘reformas em Angola’. A delegação americana votou outra vez contra Portugal, ao lado da União Soviética e dos afro-asiáticos.” Cf. José Freire ANTUNES. *Os americanos e Portugal*. 233.

⁹ Encíclica *Mater et Magistra*, §68.

2.2. O tempo da interrogação

Quanto ao tempo da interrogação, isto é, a circunstância em que escrevo, verifica-se já a necessária distância histórica, passado mais de meio século. Acresce que o desenvolvimento da historiografia portuguesa respeitante ao período em análise nas últimas décadas, nomeadamente através do tratamento de fontes, alicerçou a contextualização. Limito-me aqui a lembrar, deixando de lado a maré de obras versando o salazarismo em geral, alguns trabalhos especializados nas esferas da história do catolicismo português e, em especial, sobre as revistas *Brotéria* e *Estudos*. Mencionem-se ainda escritos relativos à ideia de Europa em Portugal, leituras centradas no enquadramento histórico da dissertação.

Começando pela história do catolicismo no tempo pesquisado, refira-se, no plano das obras gerais, a publicação da *História Religiosa de Portugal*¹¹ e do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*;¹² os contributos, entre outros,¹³ de João Miguel Almeida,¹⁴ Manuel Braga da Cruz,¹⁵ António Teixeira Fernandes,¹⁶ Paulo Fontes,¹⁷ Bruno Cardoso Reis,¹⁸ Fernando Rosas,¹⁹ Luís Reis Torgal²⁰ e, recentemente, Duncan Simpson.²¹ Em relação à revista *Brotéria*, merece destaque a obra comemorativa do centenário, coordenada por Hermínio Rico e José Eduardo Franco,²² interessando, também com a assinatura deste último e de Paula Carreira, um estudo sobre 'O mundo eslavo como horizonte e fronteira da Europa segundo os jesuítas: Evolução da apreciação de países eslavos na revista *Brotéria*.'²³ Quanto ao CADC e à revista *Estudos*, vejam-se a monografia de Jorge Seabra,

¹⁰ Encíclica *Mater et Magistra*, §171.

¹¹ Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História religiosa de Portugal. Vol. 3: Religião e secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

¹² Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 vol.

¹³ Outras obras e artigos, mesmo os não centrados no período em análise, são também relevantes, sendo citados ao longo do texto.

¹⁴ João Miguel ALMEIDA. *A oposição católica ao Estado Novo: 1958-1974*. Lisboa: Nelson de Matos, 2008.

¹⁵ Para além de outros trabalhos que, transcendendo o período considerado, se revelam importantes para a compreensão deste (por exemplo, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença/ Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa, 1980), vd. um conjunto de estudos pertinentes em *Raízes do Presente. Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Aletheia, 2013.

¹⁶ António Teixeira FERNANDES. *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós-25 de Abril de 1974*. Porto: Edição de Autor, 2001.

¹⁷ Paulo FONTES. 'As Organizações Estudantis Católicas e a Crise Académica de 1956-1957'. In *Universidade(s) História Memórias e Perspectivas. Actas 5, Congresso História da Universidade. 7.º Centenário*. Coimbra: 1991. IDEM. *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: FCT/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

¹⁸ Bruno Cardoso REIS. *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

¹⁹ Fernando ROSAS. *Salazar e o poder*.

²⁰ Luís Reis TORGAL. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural. Vol. I. 2.ª ed.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009 (com um objeto mais vasto, mas importantes subsídios para as relações entre os católicos e o Estado Novo).

²¹ Duncan SIMPSON. *A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014. Já antes IDEM. 'A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar'. *Locus: revista de história* 18 (2012) 89-110.

²² José Eduardo FRANCO; Hermínio RICO. coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 87-139.

²³ Paula CARREIRA; José Eduardo FRANCO. 'O mundo eslavo como horizonte e fronteira da Europa segundo os jesuítas: evolução da apreciação de países eslavos na revista *Brotéria*'. In Beata Elzbieta CIESZYNSKA; José Eduardo FRANCO; Teresa PINHEIRO, coord. *Europa de Leste e Portugal: realidades, relações e representações*. Esfera do Caos: Lisboa, 2010. 139-153.

António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes²⁴ e as Atas Comemorativas do Centenário da referida instituição.²⁵

Sobre a ideia de Europa na história portuguesa e as concretizações institucionais, limitando-me às balizas estreitas do tempo escrutinado, sublinhem-se os trabalhos de Maria Manuela Tavares Ribeiro,²⁶ José Eduardo Franco,²⁷ Maria Fernanda Rollo,²⁸ Elsa Santos Alípio,²⁹ António Martins da Silva.³⁰

2.3. Caminho(s): subsídios metodológicos

No começo, definir-se-á uma rede conceitual sobre as ideias e concepções de Europa que marcaram o período em estudo e determinaram, nalguns setores, a superação dos velhos nacionalismos, dando lugar a redes institucionais, com maior ou menor grau de supranacionalidade, que caracterizam a Europa do pós-guerra. Partindo desta base, alicerçar-se-á a pesquisa fundamental deste trabalho, que versará em primeiro lugar as fontes do Magistério (discursos, radiomensagens papais, alocações, encíclicas) sobre a(s) ideia(s) de Europa e a integração europeia.

Em segundo lugar, serão analisados os artigos publicados acerca da mesma temática em revistas católicas (*Civiltà Cattolica*; *Estudos*; *Brotéria*), que evidenciam o pensamento e inquietações dos intelectuais católicos, sem deixar de ter em conta a contextualização histórico-política de Portugal e Itália no referido período. A anteceder a análise dos textos farei uma breve introdução sobre a instituição de pertença de cada revista e perspectivas e/ou tomadas de posição relativamente às questões em estudo.

As semelhanças, divergências e até omissões encontradas no tratamento das diversas questões nas diferentes revistas serão também objeto de reflexão.

Em terceiro lugar, com as limitações impostas pelo tempo, procurei contactar alguns sócios do CADC que, entre 1945-1961, estiveram envolvidos na vida da associação, incluindo membros da Direção. Trata-se de uma pequena, ainda que significativa amostragem, que permitiu precisar alguns

²⁴ António Rafael AMARO; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.ª ed. Lisboa: Colibri, 2000. 24-57.

²⁵ *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2001. Vd. também, entre outros escritos, a síntese de Manuel Braga da CRUZ. 'CADC: Um século de História'. *Estudos N.S.* I (2003) 13-16.

²⁶ Vd., entre outros, Maria Manuela Tavares RIBEIRO, coord. *Olhares sobre a Europa: actas do seminário internacional (18 de Abril de 2001)*. Coimbra: Quarteto, 2002; IDEM. *A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003; IDEM. 'A visão da Igreja Católica e a construção da Europa na época contemporânea'. *Revista de História das Ideias* 24 (2003) 563-592; IDEM. 'Los católicos portugueses y la política exterior de Portugal en los años 40 y 50'. In Glicerio SÁNCHEZ RECIO, coord. *La Internacional Católica*. Madrid/Alicante: Biblioteca Nueva/ Universidad de Alicante, 2005. 149-173.

²⁷ Pedro CALAFATE; José Eduardo FRANCO, coord. *A Europa segundo Portugal: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*. Lisboa: Gradiva, 2012.

²⁸ Maria Fernanda ROLLO. *Portugal e o Plano Marshall*. Lisboa: Estampa, 1994; IDEM. 'Salazar e a Construção Europeia'. *Penélope* 18 (1998) 51-76; IDEM. *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: MNE, Instituto diplomático, 2007.

²⁹ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa – História de adesão à EFTA (1956-1960)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

³⁰ Com outras indicações, vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia. A integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

pontos. Lamentavelmente, ao que sei, não se avançou com um projeto sistemático de recolha de depoimentos dos antigos rapazes do CADC, com a perda de memória histórica que esta omissão implica. No entanto, um projeto desta natureza transcenderia o campo de investigação que me propus: analisar a receção da ideia(s) de Europa(s) na *Estudos*. Alguns subsídios gerais – infelizmente poucos – surgiram na nova série da revista, especialmente na secção ‘O CADC na História’,³¹ por ocasião da morte de antigos militantes. Também aqui há um vasto território de pesquisa, nomeadamente a análise do seu impacto na sociedade portuguesa em geral e na intervenção católica em particular.

3. Algumas perguntas

Esclarecidos o objeto e as razões de uma escolha, os tempos e o método, importa concretizar perguntas diretoras da investigação, a saber:

a) Como se articula o conceito de Europa com uma teia de noções como Cristandade, Ocidente e Atlantismo, que não deixaram de condicionar o debate sobre os seus modos de institucionalização?

b) Que imagens de Europa resultam do Magistério no pós-guerra? Que compromissos e que impulsos para um projeto federalista? No quadro do afrontamento de blocos, que traços de continuidade e descontinuidade na relação entre a Santa Sé e, por um lado, os EUA, e, por outro, a URSS?

c) Quais as linhas de força do tratamento da questão europeia na *Civiltà Cattolica*, quer no plano dos valores quer no terreno das instituições?

d) Passando ao caso português, núcleo da minha investigação, que posições sobre a temática europeia estruturaram o discurso e a prática do regime? No que toca às relações entre Estado Novo e Igreja Católica, de que modo o compromisso democrático da Santa Sé e o papel da democracia cristã na Europa acabam por ter reflexos no complicado cenário nacional?

e) Quanto às revistas católicas portuguesas de cultura escolhidas (*Estudos* e *Brotéria*), em que medida a circunstância portuguesa condicionou uma receção seletiva do Magistério, privilegiando dimensões de eclesiologia e de intervenção social, mas desvalorizando o empenhamento na (re)construção europeia? Teremos apenas uma visão monolítica e alinhada com o regime ou encontram-se sinais de dissenso em relação ao discurso oficial? No plano institucional, qual o peso conferido e a que organizações, num tempo em que o Ultramar e a ideia de um Espaço Económico Português surgiam como alternativa no âmbito da Euráfrica? Se, e de que modo, o medo do

³¹ Refiram-se ainda os artigos de Isaías Hipólito na nova série da *Estudos*, os quais, infelizmente, não tratam do período escolhido: ‘O C.A.D.C. nos estatutos de 1905: uma associação para a «confraternidade entre os estudantes católicos»’. 2 (2004) 359-369; ‘Nas origens do C.A.D.C.: I – O Centro Académico de Propaganda Católica’. 3 (2004) 739-766; ‘Nas origens do C.A.D.C.: II – De “Centro Académico de Propaganda Católica” a “Centro Nacional Académico”’. 4 (2005) 503-516; ‘O C.A.D.C. na transição para a segunda geração (I)’. 5 (2005) 639-661; ‘Na transição para a segunda geração (II)’. 6 (2006) 495-504.

comunismo, acrescido do trauma gerado pela I República, condicionou e limitou a adesão dos intelectuais católicos portugueses à Europa das democracias?

Parte I

Europa(s) no Magistério Romano e na *Civiltà Cattolica*

CAPÍTULO I

EUROPA(S): MEMÓRIA, CONCEITO(S) E CIRCUNSTÂNCIA(S)

A Igreja Católica está indissociavelmente ligada à história europeia. Adaptando uma formulação de Paulo VI poderíamos dizer que é perita em europeidade.³² Um dos problemas na abordagem da(s) ideia(s) de Europa como objeto de investigação – neste caso, mais precisamente, da sua receção nas referidas revistas – resulta da profunda polissemia que o termo transporta e de aparecer associado a Ocidente, Cristandade e Atlantismo. Há aqui uma memória conceitual já bastante tratada, pelo que, neste estudo, me limitarei a uma breve referência quanto ao seu longo percurso histórico. Centrar-me-ei antes na análise do (ab)uso dos termos no arco temporal da investigação (1945-1961) e nas décadas que o antecederam, nomeadamente a partir do final da I Guerra Mundial. Verificaremos que, não raro, palavras como Europa, Ocidente, Cristandade são, muitas vezes, empregadas de forma nebulosa, até mesmo indiferenciadamente. Proponho-me, de forma sucinta, proceder a um trabalho de clarificação e arrumação conceitual em torno da Europa e das suas imagens, bem como de uma rede de conceitos associados. Procurarei considerar possíveis desfasamentos entre a eventual mutação semântica na discussão europeia e a sua receção em Portugal e, em especial, nos artigos analisados.

I. Europa(s) e rede conceitual: Cristandade, Ocidente e atlantismo

I.1. Europa como Cristandade

Sem prejuízo de outras raízes, nomeadamente greco-romanas, não há dúvida que uma marca de contraste da Europa passou pelo cristianismo. Num certo momento do percurso, consolidou-se uma ideia de Cristandade enquanto forma de organização política em que o papel da Igreja era fundamental. Limito-me agora ao pós-primeira Guerra Mundial. Pio XI (1922-39), na sua Encíclica *Ubi Arcano Dei*, estabelece os alicerces da Ação Católica. Um dos conceitos mobilizados é precisamente o de Cristandade.³³ Não raro, encontra-se uma nostalgia do modelo medievo de civilização cristã.

Neste período entre guerras, emerge a ideia de *Nova Cristandade*. Um bom exemplo encontra-se na obra de Jacques Maritain, um dos filósofos católicos que mais influência terá, nomeadamente entre nós, como se pode comprovar pela *Estudos*. Na sua obra *Humanisme integral. Problèmes temporels et spirituels d'une nouvelle chrétienté*, cuja publicação original data de 1936, rejeita-se o modelo tradicional da Cristandade Medieval (aliança entre o trono e o altar), recusando-se o retorno ao Sacro Império. Maritain toma a sério a democracia, o pluralismo e a liberdade, não

³² «A Igreja, perita em humanidade» é uma nomenclatura que já se tornou um património da linguagem eclesial e eclesiástica. A sua fonte é o §13 da Carta Encíclica de Paulo VI, *Populorum Progressio* («Sobre o Desenvolvimento do Povos»), de 26 de março de 1967.

³³ “E non vi è istituto umano che possa dare alle nazioni un codice internazionale, rispondente alle condizioni moderne, quale ebbe, nell'età di mezzo, quella vera società di nazioni che fu la cristianità; codice troppo spesso violato in pratica, ma che pur rimaneva come un richiamo e come una norma, secondo la quale giudicare gli atti delle nazioni.” Carta Encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio*, de 23 de dezembro de 1922.

escapando às críticas e mesmo à condenação na *Civiltà Cattolica*.³⁴ Como sublinha Philippe Chenaux,³⁵ logo em 1947, o encontro dos estudantes e intelectuais da *Pax Romana*³⁶, organização integrada pelo CADC, teve por tema precisamente “os intelectuais na Cristandade.”³⁷ A grande preocupação e aposta da Igreja era a construção de uma sociedade moderna imbuída de valores cristãos que passava pela formação integral dos intelectuais, “non solo teologica, ma anche filosofica, sociale e politica.”³⁸ Para justificar esta observação, Andrea Oddone convoca as Mensagens de Natal de 1939 e 1944, onde Pio XII estabelece “gli elementi essenziali per la fondazione della *civitas christiana*.”³⁹

A tese da Europa como Cristandade é um tópico recorrente em escritos portugueses da época. A título ilustrativo vejamos as palavras de João Ameal em *A Europa e os seus fantasmas* que propõe que estes poderão ser derrotados “se a Europa voltar a ser aquilo que foi no seu período áureo: Cristandade, unida contra as heresias, fiel à Lei de Deus e às leis da natureza humana...”⁴⁰

1.2. Europa e (como) Ocidente

Importa clarificar a relação entre Europa e Ocidente. Ocidente é, na história europeia, um termo que carrega diferentes memórias. Assim, numa primeira abordagem, partindo de um corte Norte/Sul, o Ocidente refere-se à bacia do Mediterrâneo sendo o resto do mundo, Oriente.⁴¹ Numa segunda divisão vamos ter uma Europa de Oeste e de Leste. Situação que se tornará ainda mais complicada expressando-se, desde o século X, no contraste entre o Catolicismo a Ocidente e a Ortodoxia a Oriente,⁴² com uma contraposição linguística, o latim a Ocidente e o grego a Oriente. O Ocidente é, simultaneamente, mais e menos do que a Europa. É mais do que a Europa, porque integra desde logo os Estados Unidos e o Canadá, podendo encontrar-se noutros espaços ocidentalizados.⁴³ É menos do que a Europa ao não incluir a outra Europa, a Europa eslava, convertida, na sequência da Segunda Guerra Mundial, numa Europa comunista.

1.3. Europa e atlantismo

O atlantismo conhece formulações não totalmente coincidentes. Por um lado, na história portuguesa fala-se de uma vocação atlântica para referir a expansão marítima, ainda que com a abertura gâmica esta não se tenha limitado ao mundo atlântico. Assim, o primeiro atlantismo centra-

³⁴ Cf. Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l'Europe: les catholiques et l'idée européenne au XX^e siècle*. Tours : CLD, 2007. 50.

³⁵ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l'Europe*. 51.

³⁶ Sobre esta organização, vd. Parte II, Cap. 2, 1.3.

³⁷ “La Missione dei Laureati cattolici nella Cristianità” foi tema de outra reunião desta rede; cf. Andrea ODDONE. *La Civiltà Cattolica* 101/1 (1950) 416-421.

³⁸ Andrea ODDONE. ‘La Missione dei Laureati cattolici nella Cristianità’. 420.

³⁹ Andrea ODDONE. ‘La Missione dei Laureati cattolici nella Cristianità’. 417.

⁴⁰ João AMEAL. *A Europa e os seus fantasmas*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945. xiv.

⁴¹ Rémi BRAGUE. ‘O que é a Europa?’. *Communio* 20 (2003) 457.

⁴² Rémi BRAGUE. ‘O que é a Europa?’. 459.

⁴³ Como recorda Adriano MOREIRA, *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976. 17, o Ocidente é um “conceito que se aplica a todo o continente americano. E que politicamente abrange todas as definições geográficas que tiveram o homem branco como dinamizador dos centros de poder”.

se no Atlântico Sul, só mais tarde se deslocou o eixo para o Atlântico Norte.⁴⁴ Já no contexto da primeira metade do século XX, o atlantismo surge como um projeto no quadro europeu que une a Europa (Ocidental) e a América do Norte. No quadro mais especificamente português, a par desta dimensão que vem a ser institucionalizada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o atlantismo foi, não raro, lido em chave inclusiva, de forma a compreender o Hemisfério Sul.⁴⁵

2. Europa e(m) (re)construção: o poder de um sonho; a exigência da circunstância; a força da persistência

2.1. O poder de um sonho: a unidade europeia

O sonho de unidade política, administrativa, cultural e religiosa, que o nosso Continente usufruiu (recorde-se, a título de exemplo, o Império Romano, o Sacro Império Romano-Germânico, o Império de Carlos V), foi motivo de saudosismo em muitas épocas históricas.

Os numerosos, frequentes e violentos conflitos, que marcaram dolorosamente a Europa (por motivos religiosos, políticos, ambições económicas e imperialistas ao longo dos séculos), levaram a que muitos procurassem a unidade das várias nações como condição para a paz. Centrar-me-ei, apenas e resumidamente, nas propostas mais assertivas no séc. XX e que coincidem com a “decadência da Europa e (...) o declínio do Ocidente.”⁴⁶ Entre as duas guerras mundiais surgiu uma parafernália de escritos e movimentos dedicados à temática da união europeia. Destaca-se o manifesto escrito pelo conde Coudenhove-Kalergi em 1924, que propunha às nações europeias a formação de uma confederação semelhante à Confederação Helvética.⁴⁷ Por sua iniciativa, realizou-se na capital austríaca, em 1926, o Congresso da Pan-Europa, que teve a participação de delegados de 24 países.⁴⁸ Em 1929, a França, através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Aristide Briand, europeísta convicto, propõe aos Estados europeus, representados na Sociedade das Nações (SDN), uma “espécie de laço federal”⁴⁹, que visava, em primeiro lugar, a colaboração económica sem afastar entendimentos políticos no futuro.⁵⁰

Com a morte de Aristide Briand (1932) e a chegada ao poder de Hitler (1933), o sonho de uma Europa unida, pautado pela inclusão e colaboração, foi substituído por uma Europa marcada por velhos (res)sentimentos e ações de exclusão, marginalização, apropriação indevida, violência, destruição e morte. As tentativas de unidade propostas pelos vários movimentos, ora numa

⁴⁴ Jorge Borges de MACEDO. ‘O Atlântico Norte e os desafios do Sul’. In IDEM. *Portugal-Europa. Para além da circunstância*. Lisboa: INCM, 1988. 119-135, 122-123.

⁴⁵ Jorge Borges de MACEDO. ‘O Atlântico Norte e os desafios do Sul’. Sobre este ponto vd. também as considerações de Adriano MOREIRA. *A Europa em formação*. 235-238, nomeadamente quando escreve “que o Atlântico Sul é hoje caminho de sobrevivência do Ocidente”, devendo ser transformado “num Oceano Moreno” (237).

⁴⁶ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A ideia de Europa*. 50.

⁴⁷ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 27.

⁴⁸ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 27.

⁴⁹ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 27.

⁵⁰ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 27.

dimensão política e/ou económica, como atrás se referiu, ora cultural/intelectual⁵¹ não passavam agora de uma utopia a avolumar os escombros de uma Europa arruinada economicamente, dividida politicamente, fragilizada no seu tecido social, abatida psicologicamente.

2.2. A exigência da circunstância

As cinzas são muitas vezes o alfobre de grandes criações. A catástrofe da guerra mostrou, de forma inequívoca, que a unidade dos povos europeus era uma exigência inadiável e que sem ela a paz seria impossível. Dada a natureza deste trabalho, irei apenas enumerar os esforços que a circunstância e contexto bélico determinaram: o projeto de união franco-britânica, em 1940; o projeto europeu de resistência, que se traduziu no manifesto para uma Europa livre e unida, em 1941.⁵² Após a guerra, o discurso de Churchill, em Zurique (1946), e o seu apelo à constituição dos “Estados Unidos da Europa”⁵³ sinalizam o início de um caminho longo, com avanços e com recuos. A paz, fruto do equilíbrio entre a supranacionalidade, defendida por homens visionários e audaciosos, e a soberania “intocável” dos Estados foram campos de tensão nas negociações e acordos que se multiplicaram, assinaram ou anularam, entre os povos europeus, a partir de 1945.

Dois anos depois do célebre discurso de Churchill, realiza-se, em 1948, o Congresso Europeu de Haia, que reúne os diversos movimentos pró-Europa que então despontaram.⁵⁴ Mesmo propondo caminhos diferenciados (federalistas e unionistas) a meta parecia ser comum: a construção da paz e da unidade dos povos europeus. Marcada por uma perspectiva unionista a declaração final do Congresso não punha em causa os direitos soberanos dos Estados.⁵⁵ Os acontecimentos precipitavam-se: a alteração das circunstâncias da política internacional debelou as hesitações de alguns políticos e governos relativamente à união da Europa. A guerra fria, o avanço político-estratégico da URSS a Leste, a intervenção militar em Praga, em fevereiro de 1948, contribuíram para aumentar a suspeição em relação à União Soviética e tornar urgente um mecanismo de proteção do Ocidente.⁵⁶

2.3. A força da persistência: os modos de institucionalização da Europa

2.3.1. A Europa como Comunidade de Defesa (europeísmo e defesa)

No plano da defesa e no contexto supramencionado, com a assinatura do Pacto de Bruxelas, em março de 1948, vai surgir a União Ocidental (UO), “primeira organização de cooperação

⁵¹ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 52, onde se destacam algumas iniciativas dos intelectuais no domínio da cooperação e das relações interculturais, por exemplo a criação das revistas *L'Europe Nouvelle*, em 1918, sob a direção de Louise Weiss, *Esprit*, de Emmanuel Mounier, em 1932, e *Ordre Nouveau*, em 1933.

⁵² Sobre estes projetos e o seu desenlace onde se destacam, no primeiro, Jean Monnet e, no segundo, Altiero Spinelli, vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 28.

⁵³ Para mais pormenores desta proposta vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 28.

⁵⁴ Sobre os movimentos europeus, semelhanças e diferenças, e o Congresso de Haia, vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 29-34 e 55.

⁵⁵ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 33.

⁵⁶ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 35.

européia autónoma no pós-segunda guerra (...).”⁵⁷ Proposta pelo Reino Unido com o apoio da América, incluía os países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), a França e a Grã-Bretanha.⁵⁸ O Bloqueio a Berlim, em junho de 1948, o poderio atómico da URSS com a explosão da sua primeira bomba, em 1949, assim como a divisão da Alemanha em República Democrática Alemã (RDA) e República Federal da Alemanha (RFA), ditaram outras exigências e cedências. Compreendeu-se que, para uma defesa eficaz do Ocidente, era necessário o apoio dos EUA.⁵⁹ É assim que surge, em abril de 1949, a OTAN com a assinatura do Pacto Atlântico, envolvendo os EUA, o Canadá, a França, o Reino Unido, os países do Benelux, a Dinamarca, a Islândia, Portugal e a Noruega. Mais tarde, também a Grécia, a Turquia, e, em 1954, a Alemanha Federal. Organização mais ocidental do que europeia vai, de certa forma, congelar o Pacto de Bruxelas até ser de novo reavivado com a criação da União da Europa Ocidental (UEO)⁶⁰ em outubro de 1954. A almofada dos EUA e a aversão a organismos supranacionais ditaram o afastamento da Grã-Bretanha face a uma Europa Unida, apesar do seu investimento e incentivo, quer no Tratado de Dunquerque quer no de Bruxelas.⁶¹ Relativamente aos EUA, de notar o seu interesse estratégico na criação de uma barreira defensiva contra o bloco soviético no espaço Atlântico Ocidental⁶² e, como corolário, a possibilidade de (re)armamento da Alemanha Federal, coração da *Mitteleuropa*. A Comunidade Europeia de Defesa (CED) iria, supostamente, satisfazer este duplo objetivo americano. Projeto francês, ficou conhecido por Plano Pleven, dado que foi Renè Pleven que, tal como Schuman, seguindo uma estratégia de Jean Monnet, o apresentou ao Primeiro Ministro francês. Visava estender à política e à defesa a integração e unidade europeias, à semelhança do que tinha acontecido no plano económico com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A CED é compreendida como uma concretização europeia do projeto atlantista. Como se pode ler no n.º 3 do comunicado da IX sessão da OTAN, realizada em Lisboa, entre 20 a 25 de fevereiro: “(...) as obrigações e relações entre as comunidades devem basear[-se] no conceito de duas organizações intimamente ligadas, uma delas trabalhando – quanto a este objetivo – nos quadros da outra e reforçando esta.”⁶³ Assim, em 27 de maio de 1952, é criado o Exército Europeu através do Tratado de Paris. Porém, em 1954, a Assembleia Nacional Francesa não o ratificou. Este não ao tratado traduziu-se num não ao rearmamento alemão e a projetos

⁵⁷ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 40. Vd. igualmente ‘Cronaca Contemporanea’. *La Civiltà Cattolica* 2360 (1948) 208.

⁵⁸ Mais desenvolvimentos em António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 35-38.

⁵⁹ Adriano MOREIRA. *A Europa em formação*. 148, fala de uma “linha de solidariedade atlântica”, que já se divisava desde o Tratado de Dunquerque, dada a “compatibilidade com a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU)”.

⁶⁰ Para uma maior informação vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 38-42. Também Adriano MOREIRA. *A Europa em formação*. 151-153.

⁶¹ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 60-61. Para Adriano MOREIRA, *A Europa em formação*. 146, o tratado de Dunquerque assinado em 4 de março de 1947 entre a Inglaterra e a França ilustra “o perigo alemão [que] aparece como o primeiro catalisador da Europa militar”. Pelo contrário, o tratado de Bruxelas, de 17 de março de 1948, apresenta outro escopo: a defesa em relação à política expansionista da Rússia, pois além da França, da Inglaterra e dos países do Benelux, pensava-se na entrada da Alemanha (que só veio a efetivar-se em 1954), como fazendo parte do “grupo dos ameaçados”(147).

⁶² Sublinhando a componente atlantista, cf. Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 63.

⁶³ *Apud* Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto do Atlântico e a economia europeia’. *Brotéria* 54 (1952) 426.

europeístas, geridos por entidades supranacionais.⁶⁴ Tal fracasso simbolizava também a morte da Comunidade Política Europeia (CPE). Daí a profunda decepção de muitos europeístas convictos, incluindo o Papa Pio XII, e da *Civiltà Cattolica*, que tantos artigos dedicou a esta temática,⁶⁵ ilustrando assim a enorme preocupação face a este desfecho e ao impasse a que a Europa estava agora votada. Porém, o Velho Continente não podia ficar desguarnecido. Por isso, a Grã-Bretanha vai propor, em 1954, a criação da União da Europa Ocidental, uma revivificação do antigo Tratado de Bruxelas que havia instituído a União Ocidental. Apesar de ter permanecido ativa até 2000, data em que foi integrada na União Europeia (UE), na realidade nunca desempenhou um papel relevante, pois não foi dotada de meios e organismos que lho permitissem ter.⁶⁶

2.3.2. A Europa como espaço económico: entre o Plano Marshall e a EFTA

2.3.2.1. O Plano Marshall

No quadro da reconstrução europeia, o *European Recovery Program* (ERP) é pedra basilar desse projeto. Proposto por George Marshall, Secretário de Estado dos EUA sendo Presidente Harry S. Truman, num discurso proferido na Universidade de Harvard em 5 de junho de 1947, pretendia que o Plano, que viria a ser conhecido com o seu nome, fosse propulsor de uma Europa do pós-guerra, então destruída e depauperada no seu tecido político, económico e social. Propunha-se um apoio financeiro, alimentar e técnico (maquinaria e formação de quadros empresariais), sem esquecer o outro lado da moeda: o protagonismo e hegemonia dos EUA. Com a duração de quatro anos (1948-1951), o plano assentava, como condição essencial, na solidariedade e cooperação dos países aderentes, com a definição de um plano comum à gestão dessa ajuda, em articulação com os EUA. Com efeito, o fim que se pretendia atingir era a reconstrução da Europa como um todo, partindo das potencialidades de cada um dos seus países e da sua unidade para a obtenção da paz, pois sem esta não seria possível qualquer tipo de desenvolvimento económico e bem-estar.⁶⁷ Dezasseis países, entre eles a França, a Grã-Bretanha e Portugal, responderam a este desafio tendo participado numa reunião em Paris, em julho de 1947. Nesta foi criado um Comité de Cooperação Económica Europeia (CCEE) para determinar o tipo de necessidades dos diversos países e, no ano seguinte, surgiu a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) que tinha como principal objetivo fazer a gestão da ajuda americana aos países interessados e criar uniões aduaneiras. A OECE é um marco importante na cooperação económica entre os países membros, apesar de não ter conseguido a integração económica europeia.⁶⁸ Relativamente às uniões aduaneiras, muitas tentativas

⁶⁴ Sobre a CED e as razões da Assembleia Nacional Francesa, vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 68-80.

⁶⁵ Vd. infra Parte I, cap. 2.

⁶⁶ Com outros contributos, vd. António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 80-83.

⁶⁷ Para um maior desenvolvimento e perceção das negociações ocorridas na I.^a Conferência de Paris, em especial a resposta da URSS à proposta americana e as repercussões do Plano Marshall na política europeia e global, vd. Maria Fernanda ROLLO. *Portugal e o Plano Marshall*. 81-105.

⁶⁸ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 44. Sobre os órgãos da OECE e os objetivos alcançados, vd. p. 45.

existiram para as concretizar, quer no quadro da OECE (pretendiam os 16 uma união aduaneira europeia com o apoio da América) quer através de esforços regionais, sobretudo na segunda metade da década de 40. Mas só mesmo a do Benelux, criada em 1944, se revelou eficaz sendo considerada a perscrora do futuro Mercado Comum Europeu.⁶⁹ Com a insatisfação dos americanos face aos resultados do grupo de trabalho do CCEE, por acharem insuficientes os esforços para uma verdadeira cooperação europeia, foi decidido criar um Grupo de Estudos para a União Aduaneira Europeia, em Paris, em 1947, no quadro da OECE.⁷⁰ O trabalho deste grupo foi também infrutífero, não se tendo conseguido “uma união económica e aduaneira como primeiro percurso para uma união mais profunda e global”.⁷¹ No entanto, muitos avanços de carácter técnico e prático foram efetuados e constituíram o ponto de partida para a criação quer da AECL/EFTA quer do Mercado Comum Europeu.⁷²

2.3.2.2. CECA/CEE/CEEA (EURATOM)

Um filão que se revelará extremamente importante e que vem a desembocar no que é hoje a UE, começa a desenhar-se, consistentemente, a partir de 1950. Espelha-se num conjunto de protagonistas (Jean Monnet, Paul Henry Spaak, Robert Schuman, Konrad Adenauer, Alcide de Gasperi) “que comungam de uma visão geopolítica da Europa continental, no espaço da Velha Europa da Cristandade”.⁷³

Entre as etapas do percurso, impulsionadas pelo medo do avanço comunista (ilustrado no bloqueio a Berlim, em 1948, na Guerra da Coreia, de 1950 a 1953, na invasão soviética à Hungria) e pelo desabrochar económico da Alemanha, olhado de soslaio pela França,⁷⁴ importa referir as propostas e concretizações de unidade que se seguiram:

a) O Plano Schuman, concebido por Jean Monnet, mas apresentado à Alemanha por Robert Schuman,⁷⁵ em 9 de maio de 1950, que visava o estabelecimento da paz através da cooperação entre a França e a Alemanha, nomeadamente em relação à exploração e distribuição do carvão e do aço, dada a sua importância económica e militar no desenvolvimento dos dois países. Segundo Konrad Adenauer, “Se ela se concretizar, o Ocidente cristão poderá ser salvo”⁷⁶;

b) O Tratado de Paris, assinado a 18 de abril de 1951, e que entrou em vigor a 23 de julho de 1952, instituiu a CECA, sendo partes a França, a RFA, a Itália e os países do Benelux. Tinha como principal objetivo estabelecer o mercado comum daquelas matérias-primas num quadro de

⁶⁹ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 45-47.

⁷⁰ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 49-50.

⁷¹ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 50.

⁷² António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 51.

⁷³ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 61.

⁷⁴ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 61.

⁷⁵ “Homem de fronteira, democrata-cristão, político hábil, Schuman é animado por três convicções: europeísmo, anticomunismo e patriotismo, que põe ao serviço de três grandes desafios do momento – a unidade europeia, a segurança e defesa da Europa, os interesses da França.” (António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 64).

⁷⁶ *Apud* Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 62.

supranacionalidade e rumo federal. Jean Monnet foi o primeiro presidente da Alta Autoridade, órgão que por ser independente se tornava, à partida, garante de paz;

c) Os Tratados de Roma, de 25 de março de 1957, que instituíram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEE/ EURATOM), entraram em vigor em 1 de janeiro de 1958. A primeira – CEE – traduzia-se na criação de uma União Aduaneira que visava estabelecer o Mercado Único, assente na livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Previa-se ainda uma união económica e monetária. A união política não se encontrava no horizonte próximo, atendendo ao fracasso da Comunidade Europeia de Defesa. Quanto à EURATOM, “tinha como finalidade criar um mercado comum nuclear, com livre circulação de matéria físsil, da utensilagem e da mão-de-obra.”⁷⁷ A constituição destas comunidades privilegiou o chamado método comunitário, “(...) assente no compromisso entre a supranacionalidade, de um lado, e a intergovernamentalidade, do outro (...)”⁷⁸ tendo como órgãos comuns a Assembleia Parlamentar, o Tribunal de Justiça e o Conselho Económico e Social.

Com estas organizações concretizava-se uma visão funcionalista da construção europeia, naquele momento a escolha mais realista.⁷⁹ Neste processo de formação, assumiu relevo a questão ultramarina, a partir da ideia francesa de Euráfrica.⁸⁰

2.3.2.3. Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/ EFTA)

A Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA)⁸¹ foi instituída pela Convenção de Estocolmo, de 4 de janeiro de 1960⁸². Nas vestes de fundadores, encontramos o Reino Unido, a Áustria, a Noruega, a Suécia, a Suíça, a Dinamarca e Portugal. Esta organização internacional visava apenas objetivos económicos, sendo a cooperação com os países da CEE uma meta a atingir.⁸³ Tal convinha a Portugal uma vez que grande parte das nossas transações comerciais tinha como parceiros os países aderentes ao Mercado Comum. Além disso, era possível continuar a manter com as nossas Províncias Ultramarinas uma relação comercial privilegiada, uma vez que estavam excluídas da Zona. A Portugal foram atribuídas algumas vantagens exclusivas adicionais, tendo sido possível realizar acordos bilaterais, nomeadamente no setor agrícola e vitivinícola.⁸⁴

⁷⁷ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 110.

⁷⁸ António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 86.

⁷⁹ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 62.

⁸⁰ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 67.

⁸¹ Sobre os pormenores das negociações, as vitórias alcançadas pela diplomacia portuguesa e as vantagens da participação de Portugal na AECL/EFTA, vd. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 27-34 e 80-107.

⁸² A Convenção e o Protocolo foram aprovados para ratificação pela resolução da Assembleia Nacional de 22 de Abril de 1960, publicada no *Diário do Governo* n.º 96, 1.ª série, de 25 de Abril de 1960, tendo entrado em vigor, em relação a Portugal e aos outros países que os ratificaram, no dia 3 de Maio de 1960.

⁸³ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 24 e 87.

⁸⁴ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 88-89. Vd., também, Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 69.

3. A outra Europa: eslavismo e comunismo

A par da Europa Ocidental, onde merece ainda menção o Conselho da Europa enquanto instância democrática de cooperação política, afirma-se de um ponto de vista político-ideológico uma outra Europa, enquadrada na órbita soviética. Se a cultura eslava criou marcas de diferença em relação ao espaço Ocidental, o pós-Segunda Guerra Mundial levou a uma profunda reorganização da Europa de Leste. Institucionalizada em organizações como o Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON) e o Pacto de Varsóvia, funciona como um contrapolo ao eixo euro-americano. Como veremos, no caso português, a sua presença é dada por contraposição, sendo vista como o inimigo em que se corporiza a grande ameaça: o comunismo. Nas revistas analisadas, o seu peso é relevante.

CAPÍTULO 2

EUROPA(S) NO PÓS-GUERRA E AS INTERVENÇÕES DO MAGISTÉRIO

Como acabámos de ver, a destruição económica, cultural e social da Segunda Guerra Mundial, assim como os terramotos políticos e territoriais que a mesma provocou, suscitou em muitos políticos e europeus, crentes e não crentes, e na hierarquia da Igreja Romana a certeza de que a reconstrução e salvação da Europa, dos europeus e da sua civilização, passava pela fortaleza da unidade e cooperação entre vários Estados. Os documentos pontifícios apontam claramente para uma “(...) unificazione politica dell’intera umanità sotto una vera autorità internazionale, senza eliminare le comunità politiche nazionali e locali.”⁸⁵ Assim, através dos meios de que dispunham – intervenções radiofónicas, televisivas, audiências gerais ou individuais e, naturalmente, uma multiplicidade de documentos escritos, revestindo diferentes formas (alocuições, exortações apostólicas, breves) –, os Papas Pio XII⁸⁶ e João XXIII⁸⁷ não se cansaram de incentivar à união, sobretudo o primeiro, atendendo ao seu longo pontificado⁸⁸. Procurava-se assegurar a paz, a segurança, a prosperidade económica, não só na Europa (incluindo o seu rosto imigrante, o chamado “Quarto Mundo”), mas também no Terceiro Mundo, partindo do conhecimento, desenvolvimento e divulgação a outros continentes dos valores cristãos e humanos em geral.⁸⁹ Opunham-se, desta forma, a uma Europa que alguns movimentos e partidos políticos pretendiam laicista. Além destas intervenções, várias vezes os pontífices desenvolveram ações diplomáticas que se revelaram profícuas, como depois veremos. Mas longe estão os tempos da *Respublica Christiana*⁹⁰ ou da cegueira relativamente a algumas conquistas da modernidade: a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de consciência, a liberdade religiosa e a soberania popular.

⁸⁵ Pietro CONTE, A cura di. *I papi e l’Europa – Documenti (Pio XII, Giovanni XXIII, Paolo VI)*. Torino: Elle Di Ci, 1978. 24.

⁸⁶ Pio XII, com nome de batismo Eugenio Maria Giuseppe Giovanni, nasceu em Roma, em 1876. Exerceu uma intensa atividade diplomática no pontificado de Bento XV (primeiro, em 1901, como responsável pelas questões internacionais do Vaticano, depois, como Núncio Apostólico na Baviera, em 1917). Em 1930, foi nomeado Secretário de Estado por Pio XI. À morte deste, é eleito Papa, em 2 de março de 1939. Escolheu o nome de Pio XII no sentido de marcar a continuidade com o pontificado anterior. Morreu em 9 de outubro de 1958, tendo sido este o Pontífice que viveu a II Guerra Mundial e acompanhou, de modo particular, a reconstrução europeia.

⁸⁷ João XXIII, com nome de batismo Angelo Giuseppe Roncalli, nasceu em Sotto il Monte, em 1881. Sacerdote desde 1904, iniciou, em 1925, uma importante carreira como diplomata do Vaticano passando pela Bulgária, Grécia e Turquia, e, entre 1944 e 1953, Núncio Apostólico em França. Pio XII nomeou-o, posteriormente, Patriarca de Veneza, tendo sido eleito Papa a 28 de outubro de 1958. Num breve pontificado que não foi de transição, como se admitiu no princípio, convocou o Concílio Vaticano II e escreveu oito encíclicas, destacando-se a *Mater et Magistra* (15 de maio de 1961) e a *Pacem Terris* (11 de abril de 1963). Morreu em 3 de junho de 1963. Foi declarado beato pelo Papa João Paulo II, em 3 de setembro de 2000, e canonizado pelo Papa Francisco, em 27 de abril de 2014.

⁸⁸ Para uma visão geral do Magistério destes Papas sobre a Europa, vd., entre nós, Maria Manuela Tavares RIBEIRO. ‘A visão da Igreja Católica’. 565-572.

⁸⁹ Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 30.

⁹⁰ Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 27.

I. Pio XII

I.1. Traços de identidade da Europa

I.1.1. A alma europeia, o cristianismo e a civilização ocidental: a dimensão matricial da Europa

Ao longo de cerca de dois milénios, a Igreja foi conformando a Europa contribuindo para as suas raízes e os seus percursos. Há, pois, um legado espiritual indispensável para perceber as linhas de força da história europeia. Os documentos do ensino papal, no arco temporal que considero (1945-61), falam, reiteradamente, dessa matriz.

Logo em 24 de dezembro de 1945, na Radiomensagem natalícia intitulada *La parte essenziale avuta dalle forze unitrici e unificatrici della Chiesa nella formazione dell'unità dell'Occidente europeo*,⁹¹ Pio XII identifica a Igreja como força essencial da unidade do Ocidente europeu apresentando o liberalismo como a ideologia que procura desintegrar essa unidade através da cultura laica: “Ma l'individualismo nazionale e statale degli ultimi secoli non há soltanto cercato di vulnerare l'interessa della Chiesa, d'indebolire e di ostacolare le sue forze unitrici e unificatrici, quele forze che pure ebbero un tempo una parte essenziale nella formazione dell'unità dell'Occidente europeo. Un vieto liberalismo volle senza e contro la Chiesa creare la unità mediante la cultura laica e un umanesimo secolarizzato.”⁹²

Na alocução aos participantes do II Congresso Internacional da União Europeia dos Federalistas,⁹³ em 11 de novembro de 1948, recorda o tempo em que a Europa era una, para afirmar que a alma dessa unidade era a religião, que, juntamente com uma base moral sólida, poderá aplanar as diferenças culturais existentes. Mas reconhecendo que a religião, pouco a pouco, tem sido relegada da vida pública, põe a sua esperança, para a reconstituição dessa unidade europeia, em todos os que “aimant sincèrement la paix, des hommes (...) qui (...) ne sont pas ‘déracines’ et qui trouvent dans la vie de famille, honnête et heureuse, le premier objet de leur pensée et de leur joie”.⁹⁴ Para esta obra de reedificação moral o Pontífice conta com os católicos, não só com os que estão envolvidos no mundo da política, mas também com os intelectuais. Contrapõe-se a pessoa ao indivíduo com base no campo personalista cristão defendido por Maritain, Mounier e La Pira. Numa alocução aos Professores e Alunos do Colégio da Europa (Bruges), em 1953, Pio XII, além de referir explicitamente as raízes da civilização europeia ocidental, destacando a importância do Império Romano no seu legado cultural, jurídico e ainda como difusor da civilização greco-latina, realça, de forma particular, o cristianismo que “ha plasmato in profondità l'anima dei popoli (...)”⁹⁵ Aponta

⁹¹ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 55. Encontramos a mesma linha de pensamento na *Allocuzione ai partecipanti al II Congresso Internazionale dell'Unione Europea dei Federalisti*, de 11 de novembro de 1948, in Fortunato MIZZI, org. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. Malta: Edizione Studia, 1979. 26-28.

⁹² In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 55.

⁹³ *Allocuzione ai partecipanti al II Congresso Internazionale dell'Unione Europea dei Federalisti*, de 11 de novembro de 1948, in Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 27.

⁹⁴ In Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 28.

⁹⁵ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 76. Sobre o património intelectual, moral e espiritual da Europa, veja-se também a *Allocuzione ai parlamentari della Assemblea della CECA*. Na sua alocução aquando do primeiro Congresso de Escolas

ainda como meta aos docentes a descoberta do “spirito europeo, la coscienza dell’unità interna, non fondata affatto sul soddisfacimento di necessità economiche, ma sulla percezione di valori spirituali comuni, percezione ben chiara, da giustificare e mantenere viva la ferma volontà di stare uniti.”⁹⁶ Este apelo a uma vontade firme é feito tendo em conta as desigualdades (a nível dos recursos naturais, do desenvolvimento industrial e social) existentes entre os vários países europeus e também as dificuldades devido à organização política diferenciada dos vários Estados e à carga psicológica negativa do pós-guerra, a que faz alusão e que podia criar sérios obstáculos à unidade europeia.⁹⁷

1.1.2. Nós e os Outros ou a vocação europeia: guardiã e missionária dos valores humanos e cristãos ou de valores espirituais

Na perspetiva de Pio XII, só uma Europa consciente das suas raízes, valores cristãos e humanos se pode erguer, manter unida e contribuir ativamente para a paz, quer no Velho Continente quer no mundo. Na referida alocução aos Professores e Alunos do Colégio da Europa, reafirma que “L’Europa unita deve prefiggersi come missione l’affermazione e la difesa dei valori spirituali (...) per salvare se stessa (...) ma anche di tutte le altre.”⁹⁸

Em 1954, na Radiomensagem natalícia,⁹⁹ perante um mundo bipolarizado e uma Europa dividida, atormentada pela “pace fredda”,¹⁰⁰ num contexto de descolonização, sobretudo asiática, mais uma vez reitera o que a Europa não perdeu: aquilo que “(...) resterà, è l’Europa genuina, cioè il complesso di tutti i valori spirituali e civili, che l’ Occidente ha accumulato, attingendo alle ricchezze delle singole sue nazioni, per dispensarle all’intero mondo.”¹⁰¹ Na mesma Mensagem, considera a Europa um “viveiro”¹⁰² de valores indicando o caminho que deve percorrer: “un ritorno a Dio e agli ideali cristiani, se vorrà ritrovare la base e il vincolo della sua unità e della sua vera grandezza”.¹⁰³

Diga-se de passagem que as preocupações com o Terceiro Mundo, nomeadamente com o Continente africano, são evidentes. Por exemplo, em 13 de abril de 1957, dirigindo-se a uma delegação da África francesa, Pio XII refere o dever da Europa de promover o desenvolvimento dos povos africanos¹⁰⁴.

Privadas europeias, em 10 de novembro de 1957, Pio XII além de referir a herança moral e religiosa dos povos do Ocidente europeu, põe o acento tónico não tanto no currículo técnico/científico das escolas privadas, mas antes na obrigação que estas têm de formar jovens preocupados em salvar guardar “(...) i veri valori della persona” (*ibid.* 118).

⁹⁶ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 74. Numa alocução em 10 de abril de 1956, a propósito da gemação entre as cidades de Paris e Roma, Pio XII fala às respetivas delegações, de novo, no “spirito europeistico” que aqui se traduz na fraternidade e troca de saberes: ‘Allocuzione alla Delegazione della Città di Parigi in occasione del gemellaggio tra Roma e Parigi’, in *ibid.* 94-96.

⁹⁷ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 74.

⁹⁸ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 77.

⁹⁹ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 87.

¹⁰⁰ No contexto da “pace fredda”, o Papa refere que “la sostanza dell’errore consiste nel confondere la vita nazionale in senso proprio con la politica nazionalistica (...)” (in Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 84).

¹⁰¹ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 87.

¹⁰² In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 87.

¹⁰³ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 87.

¹⁰⁴ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 124-125.

Em termos de sujeitos, Pio XII evoca e sublinha o papel desempenhado por Bento de Núrsia, por ocasião do XIV centenário da sua morte que, na articulação entre “ora et labora”¹⁰⁵ e na criação de uma Regra que inspirará outras comunidades religiosas, se revela um verdadeiro pilar da reconstrução da Europa depois da queda do Império Romano do Ocidente. Logo em 1947, considera-o como o “Pai da Europa”.¹⁰⁶ Em 1958, por ocasião da reabertura ao culto da casa onde nasceu São Bento e a sua irmã, Santa Escolástica, apela à sua intercessão em favor do estabelecimento da paz, da unidade e fraternidade dos povos europeus.¹⁰⁷ Recorda, a este propósito, a laboriosa ação e influência de São Bento na sua época. Coube a Paulo VI, numa Carta Apostólica¹⁰⁸ que revestiu a forma de Breve, de 24 de outubro de 1964, proclamá-lo Padroeiro da Europa. Há uma constante exaltação da Europa Ocidental Cristã e dos valores a ela associados, como se confirma nos textos selecionados.

Esta ideia de “paternidade espiritual” da Europa não deixa de transportar alguma nostalgia, o que leva Philippe Chenaux a falar de uma leitura “romântica”¹⁰⁹ das raízes do nosso Continente.

1.2. A Europa, promotora da paz ou a universalidade a partir da eurocentricidade

A Europa é sentida como um continente que tem como verdadeira missão a construção da paz. Não uma paz simbólica, qual *Ara Pacis* de Augusto, antes feita de pedras vivas, isto é, povos e nações, que apesar das suas diferenças e a partir delas, devem construir um *novo altar*, erigido sobre novos pressupostos e novos ordenamentos jurídicos e políticos. Tal perspetiva está patente no pensamento de Pio XII, desde que deflagrou, na Europa, a II Guerra Mundial. Quase se pode dizer que investiu mais a contribuir para desenhar a futura Europa do que a comentar uma Europa que se suicidava, por razões que não cabe aqui analisar. Com efeito, a linha de força das suas alocações entre 1939 e 1945 para aqui aponta. A título exemplificativo, destaco duas, a de 24 de dezembro de 1939 e a de 1940, ambas tendo como destinatários o Sacro Colégio e a Prelatura Romana. A primeira aponta para a necessidade de definir “i punti fondamentali di una pace giusta e onorevole”, manifestando o Pontífice uma preocupação particular por “un migliore ordenamento dell’Europa”.¹¹⁰ E, na segunda, as suas palavras não deixam dúvidas: “L’Europa e l’ordine degli Stati, si afferma, non

¹⁰⁵ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 57-59. Na p. 58, Pio XII refere a importância deste lema para a civilização humana.

¹⁰⁶ Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 57.

¹⁰⁷ ‘Messaggio indirizzato a Norcia per le solenni celebrazioni di domenica 24 agosto, in occasione della riapertura al culto della restaurata casa natale di Benedetto e di Scolastica’, in Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 126.

¹⁰⁸ Paulo VI, Carta Apostólica *Pacis nuntius*, de 24 de outubro de 1964. Nesse documento, escreve: “Al crollare dell’Impero romano, ormai esausto, mentre alcune regioni d’Europa sembravano cadere nelle tenebre ed altro erano ancora prive di civiltà e di valori spirituali, fu lui con costante ed assiduo impegno a far nascere in questo nostro continente l’aurora di una nuova era. Principalmente lui i suoi figli portarono con la croce, con il libro e con l’aratro il progresso cristiano alle popolazioni sparse dal Mediterraneo alla Scandinavia, dall’Irlanda alle pianure della Polonia.”

¹⁰⁹ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 171, utilizando a expressão entre aspas. Precisando o seu conteúdo, explica que há nesta leitura uma influência do romantismo alemão, mencionando expressamente a obra de Friedrich Novalis, *Die Christenheit oder Europa. Ein Fragment*, de 1799.

¹¹⁰ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 50.

saranno ciò che erano prima; un che di nuovo, di migliore, di più evoluto, di organicamente più sano e libero e forte deve sostituire il passato, per evitarne i difetti, la debolezza, le deficienze, che si dicono essere manifestamente apparse alla luce dei recenti avvenimenti.”¹¹¹ Com o fim da guerra, logo no dia 9 de maio de 1945, na Radiomensagem então emitida, as suas palavras são para os edificadores da nova Europa, do novo universo, clarificando os pilares em que esta edificação deve assentar: “(...) i plasmatori e gli artefici di una nuova e migliore Europa, di un novo e migliore universo, fondato sul timore filiale di Dio, sulla fedeltà ai suoi santi comandamenti, sul rispetto della dignità umana, sul principio sacro della uguaglianza dei diritti per tutti i popoli e tutti gli Stati, grandi e piccoli, deboli e forti.”¹¹² Um dia depois, numa alocução a Jacques Maritain, embaixador extraordinário e plenipotenciário de França, classifica o conflito acabado de terminar como “guerra di titani” e aponta novamente para a necessidade de se preparar uma “nuova organizzazione del mondo.”¹¹³

Em 1947, na Radiomensagem natalícia, partindo de uma leitura eurocêntrica da história também ao nível do catolicismo,¹¹⁴ destaca a urgência da paz na Europa como condição para a “pacificação universal”.¹¹⁵ Esta ideia é reiterada, em 2 de junho de 1948, numa alocução aos cardeais presentes em Roma. Trata-se de aproveitar as cinzas da agitação para construir um “baluarte de paz”¹¹⁶ que contagie o mundo. Já em 24 de dezembro 1953, noutra Radiomensagem,¹¹⁷ sintetiza o seu pensamento na frase: “(...) pace, è soprattutto un problema di unità spirituale e di disposizione morali.”¹¹⁸ Esta afirmação é feita em oposição aos que achavam que o progresso técnico, económico ou científico constituía o segredo da paz.¹¹⁹ Exatamente três anos depois, a paz tinha outro nome para Pio XII: solidariedade. Com efeito, na sua Radiomensagem, ficava claro que a paz no mundo não era possível sem a solidariedade na Europa.¹²⁰

¹¹¹ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 51.

¹¹² 'Radiomessaggio per la fine della guerra in Europa', in Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 20.

¹¹³ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 54.

¹¹⁴ “(...) l'Europa stessa, centro di tutta la grande famiglia cattolica (...)”. In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 60.

¹¹⁵ 'Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo', de 24 de dezembro de 1947. In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 60.

¹¹⁶ 'Allocuzione ai diciassette Cardinali presenti in Roma, in occasione della presentazione, in nome del Sacro Collegio, degli auguri per l'onomastico [festa di sant'Eugenio]', in Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 62.

¹¹⁷ 'Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo', de 24 de dezembro de 1953. In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 78-81.

¹¹⁸ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 79.

¹¹⁹ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 79. A ideia da hierarquização dos valores vem também referida na Allocuzione al 'III Congresso della Sezione Italiana del Consiglio dei Comuni d'Europa', in Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 121.

¹²⁰ 'Radiomessaggio natalizio ai fedeli e ai popoli di tutto il mondo', de 25 de dezembro de 1956. In id.: 101. Numa 'Allocuzione Al Comitato della Sanità Publica dell' Unione Europea Occidentale (UEO)', de 18 de outubro de 1956, congratula-se com os avanços científicos que possibilitam a cura ou redução do sofrimento de muitos doentes cancerosos e louva os “sentiments humanitaires” que conduzem a uma melhoria das condições de vida, afirmando a necessidade “de la grande fraternité humaine, aspirer toujours plus ardemment à l'unité parfaite (...)” (in Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 56-57).

I.3. Institucionalização da Europa

I.3.1. O papel dos cristãos católicos na construção europeia

A propósito da cultura europeia, numa carta a Gerta Krabbel,¹²¹ por altura do XIII Congresso das Mulheres Católicas na Alemanha, em 17 de julho de 1952, Pio XII faz referência ao legado cultural que permite a construção de uma Europa Unida e afirma que a cultura europeia será ou cristã e católica ou materialista.¹²² O receio das influências nefastas do materialismo leva Pio XII, em 23 de julho de 1952, a exortar os católicos para ao “santo dovere di opporvi a tali tendenze”,¹²³ apostadas em construir uma Europa que esqueça o contributo marcante do cristianismo.

Em 13 de setembro de 1952, numa alocução ao Convénio Internacional *Pax Christi*,¹²⁴ movimento com uma importante corrente federalista¹²⁵ e que, como veremos, integrava representantes portugueses,¹²⁶ o Papa vê a unidade dos católicos e concretamente desta instituição internacional como fundamento indispensável à criação de um ambiente propício à unificação política e económica da Europa. Neste discurso, o Papa Pio XII volta a reconhecer os efeitos da secularização e a consequente perda de influência da Igreja enquanto instituição. Por isso, coloca a sua esperança nos homens de boa vontade para realizarem o sonho europeu.¹²⁷ Esta ação deve ser desenvolvida em torno do estabelecimento da justiça, da estima recíproca, da confiança e da serenidade que deve ser cultivada, quer ao olhar a história da própria pátria quer a dos outros países.¹²⁸ O apelo aos políticos cristãos europeus para que estejam na linha da frente ao nível da união política e desenvolvimento social renova-se na Radiomensagem natalícia de 1953: “esortiamo altresì gli uomini politici cristiani all’azione nell’interno dei loro Paesi. Se l’ordine non regna nella vita interna dei popoli, è vano attendere l’unione dell’Europa e la sicurezza di pace nel mondo.” E ainda: “A lui si chiede tenacia nell’attuazione della dottrina sociale cristiana, tenacia e fiducia(...)”¹²⁹

Mais tarde, em 19 de novembro de 1956, após ter enumerado as melhorias ocorridas na Europa na última década, incentivou os jovens a “fare dappertutto il bene, a difendere la libertà

¹²¹ Gerta Krabbel (1881-1961), historiadora, presidiu a uma associação alemã de mulheres católicas, a *Katholische Deutsche Frauenbund*.

¹²² Cf. Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 67.

¹²³ ‘Allocuzione ai partecipanti al Convegno di studio sul tema “I Cattolici e la vita internazionale” promosso dall’Azione Cattolica Italiana’. In Fortunato MIZZI. *L’Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 33. Em 15 de março de 1953, dirigindo-se *Al Collegio d’Europa di Bruges*, também menciona as preocupações suscitadas pelo materialismo, vd. Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 74-77; o mesmo acontece na *Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo*, de 24 de dezembro de 1953, e ainda na *Allocuzione alla V Assemblea annuale del Congress of European American Associations*, onde Pio XII afirma: “La civiltà dei popoli d’Occidente non può sprofondare, infatti, in un materialismo che, almeno implicitamente, ponga suo ideale nel godimento degli agi dell’esistenza”, in *ibid.* 90.

¹²⁴ Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 68-73.

¹²⁵ De referir ainda o empenho dos jesuítas e das igrejas protestantes, assim como de alguns intelectuais defensores do federalismo, entre eles, Denis de Rougemont. Vd. Maria Manuela TAVARES RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 57. Em geral, sobre a Europa dos intelectuais, mas centrado-se no período anterior ao arco cronológico proposto nesta dissertação, IDEM. ‘A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX’. *Estudos do Século XX* 2 (2002) 109-133.

¹²⁶ Vd. Parte II, capítulo II.

¹²⁷ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 69.

¹²⁸ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 70-72.

¹²⁹ ‘Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo’, de 24 de dezembro de 1953. In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 80.

spirituale (...)"¹³⁰, confiante de que o seu encontro seja “utile alla pace del mondo e al ravvicinamento dei popoli europei.”¹³¹

1.3.2. Apoio da Santa Sé às instituições e organizações europeias

Pio XII acaba por se envolver de forma mais direta nas relações internacionais, assumindo posições claramente pró-integração europeia, que se pautam, como já foi referido, pela constituição de um baluarte de valores morais e cristãos, pelo empenhamento de todos os homens de paz nessa edificação europeia que constituiria uma força diferenciada em relação às grandes potências. Mas não são apenas estas as motivações desse envolvimento: os acontecimentos que marcaram a guerra fria (Bloqueio a Berlim; Golpe de Praga; Guerra da Coreia; instituição do Kominform; o aumento de militantes nas fileiras dos partidos comunistas europeus; perseguições a clérigos e leigos em países de Leste) alimentaram a força das convicções e atitudes contra as ideologias materialistas e ateias, mas também contra o relativismo cultural e moral, apanágio das ideologias e regimes democratas e liberais ocidentais. Para este cerrar fileiras, o Papa apoia-se na Ação Católica, na imprensa da Santa Sé (*L'Osservatore Romano*), nas Ordens Religiosas com destaque para a Companhia de Jesus e, no caso concreto, a *Civiltà Cattolica*. As marcas da doutrina social, internacional e moral da Igreja na imprensa, nos intelectuais e líderes políticos do pós-guerra (Alcide De Gasperi, Robert Schuman, Konrad Adenauer, assumidamente católicos) e a vitória das democracias cristãs nalguns países (v.g. Itália, Alemanha, Bélgica) são outro alicerce; o encorajamento e estímulo do Papa à Europa dos seis e à integração europeia levou alguns historiadores a interrogar-se sobre a possibilidade de uma *Europa Vaticana*, que Philippe Chenaux qualifica como um “mito negativo”,¹³² atendendo a que o desejo da Europa Unida era partilhado também por outros cristãos e não crentes. Em causa, o receio de algumas forças laicistas (por exemplo, da esquerda francesa) de que a construção europeia fosse monopolizada ou, pelo menos, hegemonizada pelos católicos. A partir dos anos cinquenta chegam mesmo a falar de um “‘complotto clericale’, su una ‘cospirazione nera’ ordita dal Vaticano com la complicità dei partiti democristiani allora al potere nel continente.”¹³³

De facto, a defesa sistemática e estratégica da causa europeísta mereceu frequente menção nas intervenções pontifícias: quanto aos *atores*, refiram-se os Pais Fundadores e o papel dos democratas-cristãos; no plano dos *desafios*, mencionem-se, por exemplo, a tensão entre diversidade e unidade europeias; ao nível dos *modos de empenho e realização*, assinalem-se as simpatias pela ideia europeia em geral e pelo federalismo em particular, abrindo-se a um horizonte de bem comum mundial, bem como caminhos organizacionais e vias concretas de realização.

¹³⁰ ‘Allocuzione al Convegno di studio della Campagna Europea della Gioventù’, in Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 99.

¹³¹ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 99.

¹³² Philippe CHENAUX. *Une Europe vaticane? Entre le Plan Marshall et les Traités de Rome*. Bruxelles: Ciaco, 1990. 289 e 290.

¹³³ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia. La Chiesa Cattolica e il comunismo in Europa da Lenin a Giovanni Paolo II (1917-1989)*. Roma: Carocci, 2011. 126.

Começando pelos *fundadores*, para além dos canais de comunicação com Alcide De Gasperi e a Democracia Cristã italiana (uma relação marcada por tensões),¹³⁴ e da condecoração de Robert Schuman, com a Grande Cruz da Ordem de Pio IX, o Papa, em 5 de julho de 1956, recebeu Konrad Adenauer e destacou a fidelidade deste à Comunidade Europeia.¹³⁵ Estas figuras, em sintonia com o Magistério, partilhavam a ideia de que “aquilo que nos une é mais forte do que aquilo que nos divide”.¹³⁶ Em 13 de junho de 1957, teve lugar em Roma o Congresso da Europa, organizado pelo Conselho Italiano do Movimento Europeu, onde esteve presente o seu presidente, Robert Schuman. Na alocução então proferida, o Papa mostra o contentamento da Sé Apostólica por todos os esforços e progressos feitos no sentido da concretização da ideia europeia.¹³⁷

Para além destes rostos, a posição pró-europeísta é sublinhada também perante os cristãos, em especial católicos, envolvidos na vida política. A título de exemplo, três dias depois da assinatura do Tratado de Roma, Pio XII recebeu o ramo juvenil da União Democrata Cristã (CDU) de Berlim Oeste, manifestando o seu contentamento pelos avanços feitos em direção à Europa Unida, mas sublinhando que a “*stabilità di queste dipende dalla sanità interna dei popoli e degli Stati interessati. Ma questa sanità interna non si può ottenere senza potenti forze religiose (...)*”¹³⁸

A questão da conjugação da *diversidade* do mosaico europeu e da *unidade* em processo merece também a atenção de Pio XII. Em 14 de abril de 1946, ao receber uma delegação da imprensa suíça, evidenciou o desejo da constituição de uma federação europeia e comparou-a com as características da Suíça em que a diversidade não impede, antes fomenta, a unidade: “Al popolo svizzero è dato, indipendentemente dalle sue profonde differenze di origine, di lingua e di usanze, di sentirsi e di essere¹³⁹: “un popolo solo di fratelli, che non si separano nella necessità e nel pericolo.”¹⁴⁰ E sublinha “La Svizzera è in piccolo ciò che non pochi vedono in grande per l’Europa come un varco di salvezza.”¹⁴¹ Este empenhamento na construção e as simpatias federalizantes transparecem noutras intervenções. Em junho de 1948, numa alocução já mencionada,¹⁴² o Papa comunicou a nomeação de um representante da Santa Sé ao Congresso Europeu de Haia, assumindo, assim, na arena diplomática o apoio e incentivo que a Santa Sé quis demonstrar aos povos europeus no seu processo de união. Em 11 de novembro de 1948, dirige-se aos participantes no II Congresso Internacional da União Europeia dos Federalistas (UEF) e evidencia o apreço pelos esforços realizados a fim de se efetivar a união europeia. Insiste, contudo, num ponto que considera

¹³⁴ Andrea RICCARDI. *Pio XII e Alcide De Gasperi*. 2.^a ed. Roma-Bari : Laterza, 2003.

¹³⁵ Andrea RICCARDI. *Pio XII e Alcide De Gasperi*. 97.

¹³⁶ FONDAZIONE PER LA SUSSIDIARIETÀ, A cura di. *Sinfonia dal “nuovo mondo”. Un’Europa unita, dall’Atlantico agli Urali*. Milano: Piccola Casa Editrice, 2013. 34.º Meeting per l’amicizia fra i popoli. 7.

¹³⁷ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 103.

¹³⁸ ‘Allocuzione all’Unione Giovanile della Christlich-Demokratische Union di Berlino Ovest’, de 28 de março de 1957. In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 102.

¹³⁹ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 56.

¹⁴⁰ Citando Schiller, *Guilherme Tell* II.2.

¹⁴¹ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 56.

¹⁴² ‘Allocuzione ai diciassette Cardinali presenti in Roma, in occasione della presentazione, in nome del Sacro Collegio, degli auguri per l’onomastico’, in Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 62.

inaceitável: “(...) l’abuso di una superiorità politica postbellica al fine di eliminare una concorrenza económica”,¹⁴³ e faz desafios: “(...) prescindere dalla loro grandezza passata, per allinearsi in una unità politica ed economica superiore”, acrescentando “(..) ha bisogno di reggersi su um fondamento morale incrollabile.”¹⁴⁴

O apelo claro à constituição de uma federação vê-se numa alocução aos parlamentares da Assembleia da CECA, datada de 4 de novembro de 1957. Afirma então: “Ma tutto un complesso di ragioni invita oggi le nazioni europee a unirsi realmente in una federazione. Le rovine materiali e morali causate dall’ultimo conflitto mondiale hanno fatto meglio comprendere l’inermità delle politiche strettamente nazionaliste.”¹⁴⁵ Posição que sublinha no mês seguinte, a 6 de dezembro de 1957, no III Congresso dos Municípios da Europa, pelo facto da “molteplicità dei suoi centri d’azione, svolgere una efficacissima propaganda in favore dell’idea federalista (...)”¹⁴⁶. E sublinha: “Si deve quindi costituire, nell’Europa che si sta costruendo, una vasta e solida maggioranza di federalisti fautori dei principi di un sano personalismo (...)”¹⁴⁷

Em termos da *concreta efetivação da unidade europeia*, no já referido Congresso da Europa,¹⁴⁸ que teve lugar a 13 de junho de 1957, em Roma, menciona explicitamente a CECA, a CEE e a CEEA/EURATOM, assim como a UEO como organizações de sucesso económico-social e militar, respetivamente. Acentua ainda o facto do insucesso da CED não ter contribuído para um certo afrouxamento da unidade europeia, antes ter relançado os protagonistas políticos em novas tentativas de diminuição das divergências e aumento das convergências. Verbaliza ainda as suas expectativas positivas relativamente ao estabelecimento de uma autoridade política europeia¹⁴⁹ e à intensificação do apoio económico e cultural a África,¹⁵⁰ em consequência do Tratado de Roma. Mas, sobretudo, mostra que os valores cristãos devem funcionar como “(...) fermento messo nella pasta (...)”, permitindo assim à Europa efetivar a sua “missione storica (...)” e “(...) garantire, nell’ambito di una comunità sopranazionale, il rispetto verso le differenze culturali, lo spirito di conciliazione e di collaborazione (...)”¹⁵¹ Aquando do I Congresso Internacional de Direito Privado refere o Conselho da Europa como exemplo de uma política que desafia a “rigidità di vecchi schemi di frontiere geografiche” em prol de macro-regiões.¹⁵²

A 19 de outubro de 1957, numa alocução aos especialistas e técnicos do Congresso Internacional de estradas em cimento, enfatiza, lembrando a rede viária do Império Romano, o papel

¹⁴³ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 63.

¹⁴⁴ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 64. O impulso ao federalismo é visível ainda na ‘Allocuzione alla Sessione del Comitato europeo di cooperazione tra le industrie delle macchine utensili tenuta in Roma’, de 23 de outubro de 1957 (*ibid.* 109).

¹⁴⁵ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 112.

¹⁴⁶ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 121.

¹⁴⁷ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 121-122.

¹⁴⁸ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 103.

¹⁴⁹ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 104. Sobre a importância de um organismo supranacional veja-se a ‘Allocuzione ai parlamentari della Assemblée della CECA’, de 4 de novembro de 1957. *Ibid.* 112-116.

¹⁵⁰ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 105.

¹⁵¹ Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 105.

¹⁵² A 15 de julho de 1950. In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 66.

das novas vias de comunicação enquanto facilitadoras “de[gli] scambi di beni materiali, intellettuali, spirituali fra le città europee e le aiutino a conservare la coscienza della loro mutua responsabilità nella salvaguardia della pace e della cultura cristiana!”.¹⁵³

Antes, no XII Congresso da União Internacional das Cidades e dos Poderes Locais, em 30 de setembro de 1955, distinguiu os municípios como associações privilegiadas para criar nas populações o “spirito europeo”, pois contribuem para “dissipare molti pregiudizi, ad attenuare suscettibilità, ad accrescere l’ammirazione e la simpatia per gli altri.”¹⁵⁴

Este compromisso no processo de construção europeia tem como horizonte uma mais vasta realização do *bem comum mundial*. Ideia que aparece expressamente sublinhada, por exemplo, em 6 de junho de 1954, numa mensagem televisiva por altura da inauguração da Eurovisão. O Papa congratula-se com a iniciativa dizendo que se está perante “una rinnovata aspirazione ad offrire un contributo alla comunità mondiale per il bene comune. Questa è nostra speranza.”¹⁵⁵ Também numa alocução de 18 de setembro de 1955, na Assembleia anual do Congresso Europeu de Associações Americanas, mais uma vez é realçado o valor da cooperação aos vários níveis da atividade humana.¹⁵⁶ Nessas trocas e interdependências de um continente para outro, Pio XII apela ao discernimento no sentido de se aproveitar e difundir o que é bom e útil ao “progresso morale e spirituale dei popoli”.¹⁵⁷

No quadro dos *desafios*, faz referência ainda à importância da matriz social da Europa e à solidariedade entre povos. Assim, no II Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos, em 5 de outubro de 1957, o empenhamento social de Pio XII vem ao de cima, quando manifesta as suas inquietações com os problemas sociais, familiares e religiosos de todos os mineiros da CECA.¹⁵⁸

Também as relações entre alemães e franceses, decisivas para a construção de uma paz e cooperação duradouras, constituem uma preocupação para Pio XII. Na alocução ao Presidente da República Federal da Alemanha, Theodor Heuss, em 27 de novembro do mesmo ano, o Pontífice congratula-se com a aproximação entre a França e a Alemanha destacando o que deve permanecer entre os dois Estados: “(...) una cultura, se essa vuole ambire a garantire e a promuovere la dignità dell’uomo e la sua libertà (...)”.¹⁵⁹

¹⁵³ Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 108. Veja-se, também, a ‘Allocuzione alla VII Sesssione del Consiglio dei Ministri della Conferenza dei Ministri dei Transporti’, de 24 de outubro de 1957, in *ibid.* 110.

¹⁵⁴ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 93.

¹⁵⁵ ‘Telemessaggio per l’inaugurazione dell’ Eurovisione’, in Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 82.

¹⁵⁶ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 89. Neste âmbito e a propósito do Plano Marshall, o Papa chamava a atenção para o tempo limitado dos planos de ajuda e para a necessidade dos povos europeus “decidirem o seu próprio destino” (texto em inglês no original). Cf. ‘All’ On. Ministro James D. Zellerbach, Capo della Missione Speciale degli Stati Uniti per l’Italia’, in Fortunato MIZZI. *L’Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 29.

¹⁵⁷ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 90.

¹⁵⁸ Fortunato MIZZI. *L’Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 68. Neste documento propõe que sejam aplicadas aos emigrantes as “normes de la Constitution Apostolique *Exsul Familia*”.

¹⁵⁹ In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 120.

I.4. A outra Europa vista por Pio XII: posições contra o comunismo

No documento referido anteriormente e no âmbito desta epígrafe, Pio XII estabelece uma oposição entre a Europa Oriental ou de Leste, não libertada, e a Europa Ocidental livre, onde importa conservar os valores espirituais e morais anunciados pela Igreja.¹⁶⁰

É conhecida a afirmação de Pio XI segundo a qual o comunismo é intrinsecamente perverso.¹⁶¹ No pontificado de Pio XII, o medo de uma ideologia fomentadora de uma vida sem Deus, já evidenciado na *Divini Redemptoris* com Pio IX em 1937, traduziu-se, em 1 de julho de 1949, no decreto do Santo Ofício contra o comunismo onde se ameaçava com excomunhão os católicos que militassem em partidos comunistas ou colaborassem com as suas instituições.¹⁶²

Nos anos cinquenta, assistimos a uma posição mais temperada e à abertura de canais com o regime soviético. Assim, na Radiomensagem de Natal de 23 de dezembro de 1950, o Papa sublinhava que “Oriente e Ocidente não representam princípios opostos mas participam numa herança comum”.¹⁶³ Esta posição é desenvolvida e consolidada na *Carta Apostólica aos Povos da Rússia*, de 7 de julho de 1952. As razões¹⁶⁴ desta mudança encontram-se no facto de:

a) Não permitir que a bandeira da paz seja monopólio dos comunistas ao mesmo tempo que vai ao encontro dos anseios da maioria dos católicos que vivem sob o espectro de um possível confronto nuclear;

b) Aceitar, nessa linha, a coexistência possível entre Leste e Oeste;

c) Realçar a autonomia face à política americana.

A partir de 1954, com os sucessores de Estaline, assiste-se a uma aproximação a Roma por parte de Moscovo. A título de exemplo, o Presidente da Câmara de Moscovo convidou Giorgio La Pira, Presidente da Câmara de Florença e promotor do Congresso para a Paz e Civilização Cristã a visitar a URSS.¹⁶⁵ Em 1956, perseguições à Igreja no Bloco de Leste levam o Papa Pio XII a escrever a Carta Apostólica *Maerenti Animo*¹⁶⁶ dirigida às pessoas perseguidas na Europa. A repressão na Hungria, no mesmo ano, conduzirá a uma firme condenação pelo Magistério.¹⁶⁷ A estratégia atlântica defendida por Alcide De Gasperi é corroborada por Pio XII, como veremos a seguir.

I.5. A política com a América: um reforço do atlantismo?

As relações da Santa Sé com os Estados Unidos só podem ser compreendidas, neste período, tendo presente a complexa articulação entre a necessidade de reconstrução da Europa, a

¹⁶⁰ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 120.

¹⁶¹ *Carta Encíclica Divina Redemptoris sobre o comunismo ateu* (19 de março de 1937), §58.

¹⁶² Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 113.

¹⁶³ No ponto intitulado: *Sollicitudini della Chiesa per la pace del mondo*.

¹⁶⁴ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l'Europe*. 151-152.

¹⁶⁵ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l'Europe*. 165-166.

¹⁶⁶ Datada de 29 de junho de 1956.

¹⁶⁷ Sobre este ponto, cf. Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 173-174.

importância de constituição de uma frente contra a ameaça comunista¹⁶⁸ e as reticências quanto ao modo de vida e mentalidade dominante. Acresce que parte dos intelectuais e políticos católicos europeus não viam com bons olhos uma aliança com os EUA.¹⁶⁹ A própria Secretaria de Estado, na pessoa de Montini (futuro Papa Paulo VI), refere os “inconvenientes” de um excessivo alinhamento com os norte-americanos.¹⁷⁰ Na correspondência trocada com o Presidente Harry Truman, o ponto central é a obtenção de uma paz duradoura entre as nações que, segundo o Papa, só poderia ser alcançada tendo como base a fé em Deus.¹⁷¹ Em termos de concretizações, esta abertura atlântica acaba por afetar a neutralidade da Santa Sé, tendo expressão no Plano Marshall e na OTAN a que Pio XII dá manifesto apoio, pois aponta para um dos seus grandes objetivos: a “solidariedade internacional.”¹⁷²

Trata-se de relações marcadas pela complexidade, que não se deixam captar por caricaturas redutoras do estilo joguete dos americanos.

2. João XXIII

Em 28 de outubro de 1958, na sequência da morte de Pio XII, Angelo Giuseppe Roncalli, eleito pelo Conclave, ascende ao Magistério Petrino com o nome de João XXIII. O seu pontificado terminará em 1963, não podendo concluir os trabalhos do Concílio Vaticano II,¹⁷³ que convocou. Logo na sua primeira Radiomensagem natalícia, em dezembro de 1958, faz uma súmula de mensagens do seu antecessor e das suas finalidades, identificando-se assim com a sua linha de pensamento.¹⁷⁴ Não obstante, o seu trilhado de atuação vai pautar-se por uma maior abertura e diálogo em relação aos cristãos do Oriente e até aos muçulmanos. Para tal terá contribuído, certamente, a sua experiência como diplomata na Bulgária, na Grécia e na Turquia.¹⁷⁵ Assim, no seu pontificado, vai procurar fazer a simbiose entre a unidade, qual advento ecuménico, e a procura da paz entre todos os povos.¹⁷⁶

¹⁶⁸ O Embaixador Myron Taylor junto da Santa Sé dizia ao Presidente Truman que “o Papa e a Igreja Católica são hoje os grandes baluartes da democracia na Europa Continental (...) a causa do comunismo contra a Cristandade e a democracia transcende as diferenças menores do credo cristão”. Ennio DI NOLFO. *Vaticano e Stati Uniti 1939-1952. Dalle carte di Myron C. Taylor*. Milano: Franco Angeli, 1978. 28. *Apud* Massimo FRANCO. *Imperi paralleli. Vaticano e Stati Uniti: due secoli di alleanza e conflitto (1788-2005)*. Milano: Arnoldo Mondadori, 2005. 75.

¹⁶⁹ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 118.

¹⁷⁰ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 117. E acrescenta o mesmo Autor na p. 108: “L'alleanza, per così dire, obbligata com gli Stati Uniti non implicava, necessariamente, per Roma, l'adesione incondizionata ai valori dell'Occidente”.

¹⁷¹ PIO XII; Harry TRUMAN. ‘Scambio di Messaggi tra S.S. Pio XII e s. Harry Truman’. *La Civiltà Cattolica* 98/3 (1947) 481-485.

¹⁷² ‘Allocuzione all'ambasciatore dell' Argentina, 12 gennaio 1947’, in AAS 39: 56. *Apud* Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 110.

¹⁷³ *La Civiltà Cattolica* dedica três artigos prévios ao Concílio: P. LESKOVEC. ‘Il Concilio ecuménico nel pensiero teologico degli «ortodossi»’. *La Civiltà Cattolica* 111/2 (1960) 140-152; A. BEA. ‘Il Concilio sulla via dei protestanti: i suoi possibili contributi’. *Ibid.* 112/4 (1961) 3-13; e Antonio MESSINEO ‘La preparazione del Concilio Vaticano II’. *Ibid.* 112/4 (1961) 73-86.

¹⁷⁴ Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 85.

¹⁷⁵ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 180.

¹⁷⁶ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 184. Logo em 1959 recebeu o metropolitano Lacovos, representante do Patriarca Atenágoras, na tentativa de restabelecer o diálogo com as Igrejas Orientais. O Papa chegou mesmo a declarar que tinha chegado o “momento da reunificação” p. 185.

2.1. Traços de identidade(s) da Europa

Também no Magistério de João XXIII deparamo-nos com traços da Europa como Cristandade, realçando a sua unidade espiritual. Logo em 26 de Setembro, aquando do Congresso Geral das Ordens Beneditina de 1959, o Papa exalta os benefícios desta para a Europa.¹⁷⁷

A 15 de maio de 1960, perante os representantes de 16 nações convidadas pela associação de sacerdotes combatentes, no Mosteiro de Montecassino, na sua peregrinação anual, o Papa alude, de novo, à figura de São Bento, Pai da Europa, e exorta ao cumprimento dos ensinamentos dele herdados.¹⁷⁸

2.2. Institucionalização da Europa

Encontramos no breve Magistério de João XXIII poucas referências à Europa institucional. Numa alocução proferida num tempo que extravasa o período de análise proposto, o Pontífice sublinha uma linha de força: não cabe à Igreja “pronunciarsi sulle forme di associazione da attribuirsi a tale o talaltra entità politica.”¹⁷⁹ A conexão institucional comprova-se também pelos destinatários das suas intervenções: ao Comité de Saúde Pública da União Europeia Ocidental,¹⁸⁰ aos delegados da Assembleia Parlamentar Europeia e países do Ultramar associados à CEE¹⁸¹, e ainda aos Ministros da Justiça do Conselho da Europa.¹⁸²

No primeiro caso – Comité de Saúde Pública da União Europeia Ocidental (UEO) –, a 12 de abril de 1960, João XXIII recebe os seus membros no Vaticano. Congratula-se com a visita, porque a considera “un omaggio reso al primato dei valori spirituali”¹⁸³ e acentua que “(...) dei mezzi migliori per garantire una pace stabile e duratura tra gli uomini, sai quello di farli collaborare a compiti positivi orientati al loro autentico benessere.”¹⁸⁴

2.3. A Europa dual e a política de blocos

O Papa João XXIII faz da procura da paz em tempos difíceis de guerra fria uma chave do seu pontificado. Face aos dois blocos procura aprofundar uma linha já entrevista na parte final do pontificado do seu predecessor, que passava por fazer uma ponte com as autoridades soviéticas. Consciente das limitações impostas aos cristãos abrangidos pela ideologia comunista e com o agravamento da situação internacional, dirigiu-se, em setembro de 1961, às referidas autoridades fazendo um apelo à paz.¹⁸⁵ A mensagem foi bem acolhida, havendo neste processo de reaproximação,

¹⁷⁷ In Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 86.

¹⁷⁸ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 89.

¹⁷⁹ ‘Allocuzione al Convegno del Comitato Esecutivo internazionale della Giornata Europea della Scuola’ (11 de fevereiro de 1963). In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 139.

¹⁸⁰ A 12 de abril de 1960. In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 129.

¹⁸¹ A 26 de janeiro de 1961. In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 131.

¹⁸² A 6 de outubro de 1962. In Fortunato MIZZI. *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 102.

¹⁸³ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 130.

¹⁸⁴ In Pietro CONTE. *I papi e l'Europa*. 129.

¹⁸⁵ Philippe CHENAUX. *L'ultima eresia*. 188.

além da diplomacia da Santa Sé, a concorrência positiva da diplomacia da República italiana, com destaque para o Presidente do Conselho, Amintore Fanfani,¹⁸⁶ e ainda a posição da Igreja Ortodoxa Russa que trocou a estratégia de confronto pela abertura ao Ocidente.¹⁸⁷

A intervenção de João XXIII a favor da paz, durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, vai valer-lhe a atribuição do Prémio pela Paz,¹⁸⁸ em 1963, com a concordância dos delegados soviéticos presentes.¹⁸⁹ Esta posição de “romper o gelo”¹⁹⁰ suscita alguma tensão, quer nos corredores do Vaticano, onde o Cardeal Ottaviani, (Santo Ofício), não perdia ocasiões para reiterar a oposição da Igreja face ao comunismo, quer com os norte-americanos, situação não ultrapassada com a chegada de um católico à Casa Branca. A obsessão de Kennedy em distanciar-se do Vaticano leva-o, por exemplo, a manter secretas as felicitações do Papa pela sua vitória eleitoral e a solicitar à Santa Sé o mesmo procedimento.¹⁹¹

A porta aberta a um novo relacionamento com a União Soviética e com os cristãos de Leste ficou selada nas Encíclicas *Mater et Magistra*, em 1961, comemorativa dos setenta anos da *Rerum Novarum*, e na relevantíssima *Pacem in Terris*, em 1963. Na primeira, o Papa abria-se expressamente à colaboração entre católicos e não crentes.¹⁹² Na outra, afirma que importa “distinguir sempre entre aquele que erra e o próprio erro”.¹⁹³ E acrescenta: “Há que distinguir, pois, cuidadosamente, entre as erradas doutrinas filosóficas sobre a natureza, a origem e o destino do Universo e do Homem, e as iniciativas de ordem económico-social, cultural ou política, ainda que tenham como origem e inspiração essas doutrinas filosóficas. (...) Aliás, quem poderá negar que, na medida em que estas iniciativas sejam conformes aos ditames da recta razão e intérpretes de justas aspirações do homem, possam ter elementos bons e merecedores de aprovação?”¹⁹⁴

A abertura a Leste, conhecida como *Ostpolitik*, preconizada pela Santa Sé, continuará a ser desenvolvida com Paulo VI.

2.4. Europa e Terceiro Mundo

A preocupação pela paz traduzida na cooperação solidária entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos é bem visível nas palavras que João XXIII dirige aos delegados da Assembleia Parlamentar europeia e países africanos e Madagáscar associados à Comunidade Económica Europeia: “(...) pertanto alle nazioni in via di sviluppo un aiuto consistente, i paesi più favoriti parteciperanno all’elevazione del livello di vita, contribuiranno allo sviluppo dell’uomo e

¹⁸⁶ Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 188.

¹⁸⁷ Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 191.

¹⁸⁸ Prémio pela Paz atribuído pela Fundação Internacional Balzan.

¹⁸⁹ Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 189.

¹⁹⁰ Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 188.

¹⁹¹ Massimo FRANCO. *Imperi paralleli*. 84.

¹⁹² Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 193.

¹⁹³ *Pacem in Terris*, §157. Vd. também Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 193.

¹⁹⁴ *Pacem in Terris*, §158. Vd. também Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 193.

instaureranno una più efficace fraternità nella comunità dei popoli.”¹⁹⁵ Este ponto parte da consciência do fosso existente entre os vários países, tema que aprofunda pouco depois, também na Encíclica *Mater et Magistra*¹⁹⁶ e, mais tarde, na *Pacem in Terris*, onde apresenta uma visão universal.

As preocupações com “L’Europa delle persone e dei popoli”¹⁹⁷ continuam noutros discursos, sobretudo ao longo de 1962 e 1963.¹⁹⁸

3. Conclusão

Num tempo em que a Europa continuava a desempenhar um papel relevante na história do mundo, embora já diminuído pelo peso dos EUA e da URSS, o paradigma de Pio XII é ainda, sobretudo, eurocêntrico, não só em termos de leitura geral da história, mas também do próprio catolicismo. A Europa continua a ser vista como o centro do mundo católico, numa aceção que vai muito para lá do lugar da Santa Sé. Cabe ao Magistério definir grandes princípios e orientações, isto é, o quadro dos valores espirituais e morais a que chama, como vimos, o Espírito da Europa. No final da década de 40, a Santa Sé defende a ideia da Europa como terceira força¹⁹⁹ (uma “Europa europeia”).²⁰⁰ Assim, num quadro de temor e confronto com o comunismo, a Igreja Católica assume uma estratégia assente em duas linhas: por um lado, entende a necessidade de uma leitura atlantista que toma a sério o papel dos Estados Unidos, nomeadamente a defesa do mundo livre; por outro, descontente com o peso do materialismo capitalista norte-americano, vê no reforço da Europa a partir das suas raízes cristãs o caminho para uma alternativa, para uma via intermédia face à política de blocos.²⁰¹ Note-se que, no quadro da defesa de uma Europa da(s) democracia(s) – sem prejuízo da cumplicidade com os regimes políticos ibéricos, como teremos oportunidade de ver a propósito do caso português –, Pio XII mostrou simpatia e apoio às propostas federalistas de construção europeia. Já no final do seu Pontificado, há uma tentativa de pontes com a Europa de Leste.

Quanto a João XXIII, sublinha-se o decisivo aprofundamento da abertura a Leste, bem como a importância da cooperação com o Terceiro Mundo, na procura de uma *Pacem in Terris*.

¹⁹⁵ A 24 de janeiro de 1961. In Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 131.

¹⁹⁶ Na Encíclica, o Papa considera entre os “novos aspectos da Questão Social” as “exigências de justiça nas relações entre países de desenvolvimento desigual” (§§161-187).

¹⁹⁷ Carta do Secretário de Estado Card. Amleto Giovanni Cicognani para o Presidente prof. Alain Barrère (julho de 1962), in Pietro CONTE. *I papi e l’Europa*. 133-138. Vd. também a ‘Allocuzione al Convegno del Comitato Esecutivo Internazionale della Giornata della Scuola (presenti due delegati del Consiglio d’Europa)’ (11 de fevereiro de 1963), in *ibid.* 139-141.

¹⁹⁸ Para a temática europeia têm relevância as intervenções: *Ai Ministri della Giustizia del Consiglio d’Europa* (6 de outubro 1962) e *Ai promotori della ‘Giornata Europea della Scuola’* (11 de fevereiro 1963). Fortunato MIZZI. *L’Unione Europea nei Documenti Pontifici*. 102-106.

¹⁹⁹ Entre nós, cf. Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 62: “em 1948, o Vaticano defendia essa mesma perspectiva – a Europa como terceira força. Pio XII evoca a ‘transcendência da Igreja’ em relação aos conflitos e interesses temporais e reafirma a urgência de uma ‘ordem cristã’ na base da cooperação harmoniosa dos Estados como fundamento da paz.”

²⁰⁰ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 59.

²⁰¹ Sublinhando que a referida articulação com a América deve ser entendida como uma “solução transitória”. Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 289.

CAPÍTULO 3

CIVILTÀ CATTOLICA: UM OLHAR SOBRE A EUROPA

I. Breve caracterização da revista

I.1. Contextualização histórica

O ano de 1848 é marcado por um conjunto de revoluções na Europa – França, Itália, Alemanha e Áustria –, que têm como traços comuns o liberalismo, o nacionalismo e a defesa dos Direitos do Homem, dando um novo fôlego aos princípios de 1789.

Esta multiplicação de revoluções, apesar do seu insucesso, marca, indelevelmente, a segunda metade do século XIX, tendo clara repercussão no pontificado de Pio IX.

Em 1849, Vítor Manuel II sobe ao trono de Piemonte, empenhando-se no processo de unificação italiana. Apesar da promessa expressa sob a forma de lema – “Igreja livre no Estado livre” (de Lammennais, defendido em Itália por Camilo Benso, Conde de Cavour) –, o governo de Piemonte adotou um conjunto de medidas contra a Igreja, desde a perda da imunidade judicial perante os tribunais civis (1850) até ao decreto de confiscação dos bens das congregações religiosas, com exceção daquelas que se ocupassem do ensino, pregação e assistência aos doentes. Aprovou também uma lei sobre o casamento civil (1855).²⁰²

Em 1861, no quadro da unificação, tendo-se assistido à perda de parte significativa do território dos Estados Pontifícios (cerca de 2/3), o rei de Piemonte assumiu o título de rei de Itália.²⁰³

A revolução do *Risorgimento* iria continuar por mais dez anos, até que a Cidade Eterna (na sequência do enfraquecimento das suas tropas, devido à retirada do contingente da França, aquando da guerra franco-prussiana) foi tomada, em 20 de setembro de 1870, tendo Roma sido anexada ao Reino de Itália por plebiscito de 2 de outubro, tornando-se a sua capital.²⁰⁴

Na sequência destes acontecimentos, o Papa, neste caso Pio IX, perde o seu poder temporal e considera-se prisioneiro dentro do Vaticano. A divisão instala-se entre os partidários do Papa, que consideram a existência de um território forma de garantir a independência e a liberdade no governo da Igreja,²⁰⁵ e os liberais maçónicos que dominavam o Parlamento e o governo de Itália. Num tempo de secularismo, assistira-se já antes a uma radicalização de posições que encontrou expressão na Encíclica *Quanta Cura* e no *Syllabus* (1864).

²⁰² A. GALLI; D. GRANDI. *História da Igreja*. Lisboa: Edições Paulistas, 1964. 300.

²⁰³ A. GALLI; D. GRANDI. *História da Igreja*. 301.

²⁰⁴ A. GALLI; D. GRANDI. *História da Igreja*. 307.

²⁰⁵ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica – 150 anni al servizio della Chiesa: 1850-1999*. Roma: La Civiltà Cattolica, 1999. 48.

I.2. Instituição e aspetos formais

La Civiltà Cattolica é uma revista propriedade da Companhia de Jesus. Os padres e irmãos desta ordem religiosa,²⁰⁶ fundada por Inácio de Loiola (cujo nome de batismo é Iñigo López de Loyola),²⁰⁷ em 1534, em Paris, são vulgarmente conhecidos por Jesuítas. A elevada formação intelectual, cultural, teológica e pastoral dos seus membros, desde os fundadores, faz com que o seu trabalho se centre, essencialmente, ontem como hoje, na área da educação, missionação, evangelização e catequização. No entanto, o Pontífice Paulo III, que aprovou os estatutos em 27 de setembro 1540, através da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, apoiou-se na nova ordem para, dentro do quadro da Contra Reforma, combater o protestantismo e, por outro lado, instruir padres, formar teólogos, renovar a Igreja. É nesta linha que surge o Concílio de Trento (1545/1563) onde vão participar alguns teólogos jesuítas. Em 1773, a Companhia de Jesus foi abolida pelo Papa Clemente XIV e, em 1814, foi restabelecida por Pio VII. Desde então e com maior liberdade de ação, através dos seus colégios, residências, universidades, hospitais, seminários, asilos, continua os objetivos do seu fundador. O carácter multifacetado dos seus membros, a sua proximidade ao Magistério, explicitada no voto de obediência ao Papa, fez dos Jesuítas uma ordem disponível para acorrer às necessidades da Igreja em diversos momentos da história. Foi o que aconteceu com a criação da *Civiltà Cattolica*, em 6 de abril de 1850. Mais tarde, a 12 de fevereiro de 1866, através do seu breve *Gravissimum supremi*, Pio IX instituiu o Colégio dos Escritores da *Civiltà Cattolica*,²⁰⁸ para solidificar uma imprensa capaz “di allontanare com idonee scritte l’orrenda colluvie di tanti errori serpeggianti e di difendere la verità e la giustizia.”²⁰⁹ Por esta singularidade a revista rege-se por um estatuto pontifício e o seu programa consiste na “tríplice fidelidade a Jesus Cristo, à Igreja e ao Papa.”²¹⁰ Pio IX, através da pena dos seus escritores, encontrou nela um *braço armado* na luta contra aquilo que considerava serem os males da época: “liberalismo, maçonaria, modernismo, socialismo, comunismo.”²¹¹ *La Civiltà Cattolica*, com uma periodicidade quinzenal, é uma resposta fortemente assertiva e aguerrida na defesa do poder temporal do Papa, dos direitos da Igreja e dos princípios do catolicismo numa época particularmente anticlerical, antieclesial e anticristã.²¹² Com a particularidade de ser a revista italiana mais antiga (apenas foi suspensa três meses, em 1870, aquando da ocupação de Roma pelas tropas de Vítor Manuel II),²¹³ ainda mantém, no essencial, a mesma estrutura que lhe foi dada pelo grupo fundador. Assim: temas e questões de doutrina, na primeira parte; revista de imprensa e recensões,

²⁰⁶ A Companhia de Jesus tem como lema: *Ad Maiorem Dei Gloriam* (Para a Maior Glória de Deus).

²⁰⁷ Para conhecer a vida e obra de Inácio de Loiola, vd. Inácio de LOIOLA. *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*. Braga: Apostolado da Oração, 2005.

²⁰⁸ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 33. Este Breve foi confirmado por Leão XIII, em julho de 1890, com a Carta Apostólica *Sapientis Consilio*. Os pontífices que se seguiram, inclusive João Paulo II congratularam-se com a missão desempenhada pela *Civiltà Cattolica* na defesa da Sé Apostólica e doutrina da Igreja. Paulo VI destaca o contributo da revista no “confronto delle idee, nel rispetto degli uomini (...) e necessario rispetto della verità”. *Ibid.* 39-44.

²⁰⁹ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 33.

²¹⁰ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 5.

²¹¹ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 5. Para uma visão mais abrangente das tomadas de posição da ‘Cronaca Contemporanea’ em *La Civiltà Cattolica* relativamente a algumas das temáticas mencionadas, vd. ainda as p. 91-178.

²¹² Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 47.

²¹³ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 19.

na segunda; “Crónica Contemporânea”, na terceira.²¹⁴ Um pormenor importante é que a revista é uma obra coletiva, resultado de um grupo de jesuítas escolhidos pelo Geral da Companhia. Daí a explicação do facto de, durante décadas, os artigos não serem assinados, o que só foi alterado a partir de 1933 (1968, no caso da “Crónica Contemporânea”).²¹⁵

Das várias partes que constituem a revista, aquela que apresenta um carácter mais informativo é a “Crónica Contemporânea”, que ocupa cerca de um terço de cada publicação com notícias que podem ser relativas à vida da Igreja, da Itália ou ao estrangeiro, sobre acontecimentos políticos, religiosos ou sociais. Os seus autores procuram ajudar o leitor a fazer uma “avaliação crítica dos acontecimentos”,²¹⁶ revestindo a sua análise um importante interesse historiográfico.

I.3. Objetivos da publicação

La Civiltà Cattolica é uma revista que pretende ser de cultura geral de grande divulgação, pois aborda os mais variados ramos do saber: Filosofia, História, Sociologia, Economia, Política, Ciência, Literatura, Arte e até Cinema. Procurou e procura ser uma “un’opera di mediazione cultural, nel senso di mettere a disposizione di persone non specializzate quanto di più notevole e di più utile culturalmente si pubblica oggi (...)”²¹⁷. Tem como objetivo dar, a quem a lê, formação cultural com uma chave de leitura, com vista ao desenvolvimento de “uma consciência cristã iluminada”²¹⁸ pela fé e pelo ensinamento moral e dogmático da Igreja,²¹⁹ para construir realmente uma *Civiltà Cattolica*, daí o nome da revista.²²⁰ Por isto mesmo, outro propósito da publicação é estar ao serviço do “Papa no seu Magistério eclesial e universal”.²²¹ Assim, qualquer número da revista é previamente analisado pela Santa Sé²²² com o intuito de verificar se cada artigo está ou não de acordo com a doutrina da Igreja.²²³ Esta dependência orgânica e íntima não faz desta revista um órgão oficial ou oficioso da Santa Sé, assim como o serviço não deve ser confundido com subserviência, não recebendo subvenções.²²⁴

Ao longo de mais de 150 anos, *La Civiltà Cattolica* espelhou e espelha as mudanças na Igreja, na política, na sociedade e na economia.²²⁵

²¹⁴ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 21.

²¹⁵ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 23.

²¹⁶ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 18.

²¹⁷ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 18.

²¹⁸ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 18.

²¹⁹ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 17.

²²⁰ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 45.

²²¹ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 30.

²²² Até Pio XII era o próprio Papa quem recebia quinzenalmente o Diretor de *La Civiltà Cattolica*. Essa tarefa passou a ser delegada no Secretário de Estado do Vaticano com João XXIII. Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 29-30.

²²³ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 29.

²²⁴ Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 30.

²²⁵ Para uma síntese, vd. Giuseppe de ROSA. *La Civiltà Cattolica*. 179-182.

2. Textos: a Europa na *Civiltà Cattolica*

2.1. Introdução

Analisemos agora o tratamento da Europa na revista, testando os modelos e as ideias atrás desenvolvidos. Uma primeira nota prende-se com o Magistério romano específico. Braço intelectual da Santa Sé, a revista não deixa de publicar os textos mais importantes que decorrem do exercício do múnus petrino, que, face ao seu tratamento anterior, não serão aqui objeto de consideração autónoma. Refira-se que, para além destas intervenções, surgem artigos específicos que vão acompanhando o processo de reconstrução da Europa e do seu desenvolvimento institucional. Assume ainda particular relevo na economia da publicação a secção “Crónica Contemporânea”, que segue a atividade da Santa Sé, a política interna e estrangeira, com particular minúcia para uma revista geral de cultura.

Neste período, o grande articulista da revista no que toca à questão europeia e às relações internacionais em geral é o Padre Antonio Messineo,²²⁶ quer durante o pontificado de Pio XII quer de João XXIII.

2.2. Traços de identidade(s) da Europa

2.2.1. Europa como Cristandade: espiritualidade e cultura

A ideia de Europa como unidade cultural, uma Europa humanista, personalista, solidária e cristã é motivo diretor de vários artigos publicados neste período. Assume-se que há um lastro valorativo comum, mas também que um aprofundamento político em termos supranacionais exigirá uma outra etapa assente numa “solidariedade do espírito”.²²⁷

Em 1956, ‘La convivenza internazionale’²²⁸ é o tema de um escrito de Antonio Messineo que contrapõe a coexistência à convivência baseada nos valores espirituais e no direito natural²²⁹ e não na insegurança e no medo, dando como exemplo a Cortina de Ferro.²³⁰

Os valores espirituais são considerados basilares para a constituição da Europa Unida. Afirma-o o mesmo Autor aquando da assinatura dos Tratados de Roma em 25 de março de 1957: “L’Europa unita non è un’utopia, è una necessità politica e sociale (...) per conseguirla, occorre creare i presupposti spirituali (...).”²³¹

Na constelação de valores que traçam a identidade europeia, acentua-se a ideia de solidariedade. A título ilustrativo, veja-se, em 1945, numa nota intitulada ‘Riconoscimenti e misconoscimenti’,²³² a referência à Cruz Vermelha Portuguesa que com o apoio do governo de

²²⁶ Antonio Messineo nasceu em 1897 em Bronte. Foi ordenado sacerdote em 1930 e em 1932 começou a fazer parte do Colégio de escritores de *La Civiltà Cattolica*. Foi redator durante 40 anos tendo acompanhado e feito eco, de forma particular, ao pontificado de Pio XII no que toca às questões europeias. Morreu em 1978.

²²⁷ Antonio MESSINEO. ‘L’integrazione europea’. *La Civiltà Cattolica* 106/2 (1955) 243.

²²⁸ Antonio MESSINEO. ‘La convivenza internazionale’. *La Civiltà Cattolica* 107/1 (1956) 271-283.

²²⁹ Antonio MESSINEO. ‘La convivenza internazionale’. 273 e 283.

²³⁰ Antonio MESSINEO. ‘La convivenza internazionale’. 273.

²³¹ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’. *La Civiltà Cattolica* 108/2 (1957) 5.

²³² ‘I. Santa Sede I. Per l’onomastico del Santo Padre’. *La Civiltà Cattolica* 96/2 (1945) 353.

Lisboa disponibilizou, em resposta ao pedido do Papa, 2400 toneladas de alimentos em favor dos países mais dilacerados pela guerra.²³³ Este tema é reiterado na Mensagem natalícia de 1956 à qual Messineo faz eco, no artigo já citado, reproduzindo as palavras do Pontífice: “la solidarietà europea (...) è «una concreta esigenza di quest’ora, uno dei mezzi per assicurare a tutto il mondo la pace e un fruttuoso retaggio di bene, una forza che abbraccia altresì i popoli dell’Asia e dell’Africa, il Medio Oriente e la Palestina coi Luoghi Santi»”.²³⁴ Também num texto em que analisa o Mercado Comum²³⁵ o jesuíta sublinha que, face às exigências tecnológicas e elevados níveis de produção de um mercado aberto, só “un forte spirito solidaristico, una stretta coesione di tutti gli interessati, una vigorosa politica di mutuo aiuto, insomma, non solo un’integrazione economica, ma anche un’integrazione spirituale, una fusione sociale che stringa com forza i vincoli della collaborazione”.²³⁶

2.2.2. Europa e (como) Ocidente: a resistência ao comunismo

Também aqui uma das notas recorrentes da análise da questão é o receio e o combate ao comunismo, espelhado num leque que vai de simples notícias a artigos de fundo. Neste confronto argumentativo, ressaltam ideias como blocos políticos inconciliáveis ou o comunismo como perigo para as democracias ocidentais.

Assim, logo num importante escrito publicado imediatamente após o fim da guerra na Europa, sintomaticamente intitulado ‘Le incognite della ricostruzione europea’,²³⁷ Messineo dedica várias páginas à questão comunista que, juntamente com a questão americana, marca o imediato pós-guerra.²³⁸ Sublinha que a guerra, que tinha sido começada para prosseguir um conjunto de escopos bem definidos,²³⁹ acabou por se tornar numa oportunidade para a URSS “dilatare l’egemonia comunista nell’ Europa”.²⁴⁰ Ora, em termos de reconstrução europeia, um Estado não democrático não pode servir de âncora a esse processo.²⁴¹ Curiosamente, o internacionalismo comunista entendido como “universalismo abstrato”²⁴² deu lugar a um “nacionalismo expansionista e imperialista”,²⁴³ que alterou a geografia europeia²⁴⁴ interrogando-se o Autor, quanto ao carácter temporário ou não desse processo.²⁴⁵ E termina recuperando a mensagem natalícia de S.S. Pio XII, em 1939: “«le forze e le arti del disordine, che si tengono in agguato», avrebbero cercato di valersi

²³³ I. Santa Sede I. *Per l’onomastico del Santo Padre*. 353.

²³⁴ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’. 6.

²³⁵ Antonio MESSINEO. ‘Il Mercato Comune’. *La Civiltà Cattolica* 108/3 (1957) 602-614.

²³⁶ Antonio MESSINEO. ‘Il Mercato Comune’. 608.

²³⁷ Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. *La Civiltà Cattolica* 96/3 (1945) 3-12.

²³⁸ Pietro NEGLIE. *La stagione del digiello. Il Vaticano, l’Unione Sovietica e la politica di centro sinistra in Italia (1958-1963)*. Siena: Cantagalli, 2009. 16.

²³⁹ Pietro NEGLIE. *La stagione del digiello*. 9.

²⁴⁰ Pietro NEGLIE. *La stagione del digiello*. 9.

²⁴¹ Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 10.

²⁴² Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 10.

²⁴³ Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 10.

²⁴⁴ Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 11.

²⁴⁵ Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 11.

delle difficoltà dalla guerra, «nella speranza di poter dare all'Europa cristiana il colpo decisivo»²⁴⁶. Em fevereiro de 1948, o mesmo Autor comenta a Radiomensagem natalícia do Papa Pio XII de 1947, onde se lamenta que as nações nada tenham aprendido com cinco anos de guerra.²⁴⁷ Em junho de 1950, na “Crónica Contemporânea”, noticia-se a Conferência tripartida, em Londres, onde participaram os EUA, Inglaterra e França com o objetivo de encontrarem um acordo que pudesse fazer face ao impacto da URSS em todo o mundo.²⁴⁸ Este tema é retomado numa das crónicas de outubro, onde se dá conta da manifesta preocupação por parte dos EUA no Conselho Atlântico, devido à invasão comunista na Coreia do Norte. A defesa do Ocidente urge. No entanto, Schuman, de acordo com Bevin, defende o rearmamento da Inglaterra e da França em detrimento da Alemanha.²⁴⁹ Num apontamento publicado na secção “Crónica Contemporânea”, intitulado ‘Unione Sovietica’, fala-se da convocação de uma conferência para discutir a segurança na Europa.²⁵⁰

‘L’Unione europea e il comunismo internazionale’²⁵¹ é tema de outra reflexão de A. Messineo em 1958. Depois de se referir à ratificação dos Tratados de Roma²⁵² menciona o comunismo internacional como o principal perigo para as democracias ocidentais.²⁵³ E conclui, deixando o leitor com uma visão incompatível entre os dois blocos: “L’inconciliabilità di questi due mondi, di questi due modi di pensare e di vivere, di agire e di organizzare la vita sociale deriva dal piano ideologico e discende a quello pratico, dove essi si scontrano.”²⁵⁴

2.2.3. Europa e atlantismo

O atlantismo é também uma entrada na *Civiltà Cattolica*, aparecendo, em regra, associado aos países ocidentais. Ou seja, atlantismo rima, em geral, com civilização ocidental. A sua institucionalização merece um especial tratamento na revista. Começando com a fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, são vários os artigos que abordam a questão, que referirei em termos necessariamente muito breves, pois a *Civiltà Cattolica* interessa sobretudo como termo de comparação quanto às revistas nacionais escolhidas (*Estudos e Brotéria*).

Antecipando a constituição da OTAN, encontramos, em outubro de 1948, uma primeira referência à “trasformazione del patto di Bruxelles in un «patto atlantico» di difesa, com la partecipazione degli Stati Uniti e del Canadá”.²⁵⁵ Há um acompanhamento próximo da atividade desta

²⁴⁶ Antonio MESSINEO. ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 12.

²⁴⁷ Antonio MESSINEO. ‘L’ Europa alla svolta del suo destino’. *La Civiltà Cattolica* 99/1 (1948) 226-237.

²⁴⁸ ‘III. Estero. 2. Conferenza Tripartita’. *La Civiltà Cattolica* 101/2 (1950) 604-605.

²⁴⁹ ‘III. Estero. 1. Consiglio Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 101/4 (1950) 273.

²⁵⁰ ‘III. Estero. 1. Unione Sovietica’. *La Civiltà Cattolica* 105/3 (1954) 446-448.

²⁵¹ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione europea e il comunismo internazionale’. *La Civiltà Cattolica* 109/1 (1958) 337-348.

²⁵² Vd. 2.3.2.2.

²⁵³ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione europea e il comunismo internazionale’. 342.

²⁵⁴ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione europea e il comunismo internazionale’. 348.

²⁵⁵ ‘III. Estero 3. Stati Uniti’. *La Civiltà Cattolica* 99/4 (1948) 209.

organização e, regularmente, Messineo examina a marcha da OTAN fazendo um balanço, quer quando a organização fez cinco anos²⁵⁶ quer ao cumprir a primeira década.²⁵⁷

O Pacto Atlântico é motivo de referência na “Crónica Contemporânea”, onde se fala da reunião do Comité militar a 29 de novembro e do Comité de defesa, em 1 de dezembro de 1949.²⁵⁸ Em 18 de fevereiro de 1950, considera-se a assinatura de acordos de Auxílio Mútuo no campo da defesa,²⁵⁹ a 27 de janeiro, em Washington, e comenta-se o facto do Canadá, Islândia e Portugal, apesar de membros fundadores, não serem contemplados em termos de ajuda militar pela nova lei aprovada pelo Presidente Truman.²⁶⁰ Em junho, a revista foca a quarta sessão do Conselho Atlântico, em Londres, para manifestar a preocupação dos ministros dos negócios estrangeiros face à difícil procura de um equilíbrio entre os imprescindíveis capitais para uma defesa adequada no Ocidente e a necessidade de independência económica dos países abrangidos pelo Plano Marshall.²⁶¹ Em fevereiro de 1951, no apontamento ‘Patto Atlantico’, noticia-se o regresso de Eisenhower à Europa com o objetivo de “(...) conoscere esattamente le capacità militari delle nazioni del patto atlantico e la loro volontà di difendersi in caso di un’agressione sovietica (...)”²⁶² A Conferência de Paris, de 6 de fevereiro, dos países do Pacto Atlântico é também referida na mesma rubrica, uma vez que serviu para examinar o projeto francês de constituição um exército europeu.²⁶³

A propósito da nona sessão do Conselho do Atlântico Norte, realizada em 20 de fevereiro de 1952, em Lisboa, Messineo considera-a um marco importante para passar da “collaborazione fattiva, e dalla solidarietà dei consensi (...) alla solidarietà dell’azione.”²⁶⁴ Contudo, este projeto só foi concretizado parcialmente, atribuindo o Autor a “decadenza del solidarismo occidentale” (...) ao “nazionalismo involutivo.”²⁶⁵

A relação entre países da OTAN e ONU também não escapa à análise da revista. Assim, em 1953, sublinhava-se a participação de países como Portugal e a Itália, que não faziam parte da segunda instituição, como exemplo da autonomia dos pactos regionais.²⁶⁶ O atlantismo aparece aqui

²⁵⁶ Antonio MESSINEO. ‘Un quinquennio di vita dell’organizzazione atlantica’. *La Civiltà Cattolica* 106/2 (1955) 3-13.

²⁵⁷ Antonio MESSINEO. ‘Nel decennale dell’organizzazione atlantica’. *La Civiltà Cattolica* 110/2 (1959) 225-234.

²⁵⁸ ‘III. Estero 4. Patto Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 100/4 (1949) 665-667.

²⁵⁹ No caso de Portugal, algum tempo depois, em janeiro de 1951, cf. “Auxílio Mútuo para a Defesa de Portugal e Estados Unidos da América”. Seguiu-se-lhe, em setembro, o “Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos”.

²⁶⁰ ‘III. Estero 2. Patto Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 101/1 (1950) 465-466.

²⁶¹ ‘III. Estero. 2. Consiglio Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 101/2 (1950) 605-607.

²⁶² ‘III. Estero 4. Patto Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 102/1 (1951) 364-366. Cerca de um ano depois, em maio de 1952, outra crónica dá-nos conta que o objetivo de Eisenhower - criar um bloco defensivo na zona atlântica - tinha sido bem sucedido, apesar das dificuldades. ‘III. Estero 3. Stati Uniti’. *Ibid.* 103/2 (1952) 447.

²⁶³ ‘III. Estero 4. Patto Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 102/1 (1951) 705-706. O Pacto Atlântico continua a ser notícia nas seguintes Crónicas: 102/2 (1951) 101-103; 102/3 (1951) 459-460; 103/1 (1952) 685-687 (nona sessão do Conselho Atlântico em 20 de fevereiro em Lisboa, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silva Cunha defendeu, de novo, a participação da Espanha na defesa Ocidental). Com o título ‘Comunità Europea’ é de novo abordado o tema da CED e da OTAN – cf. 243-247. O mesmo acontece no n.º 105/4 (1954) 607-609.

²⁶⁴ Antonio MESSINEO. ‘La solidarietà atlantica e la crisi occidentale’. *La Civiltà Cattolica* 108/1 (1957) 27.

²⁶⁵ Antonio MESSINEO. ‘La solidarietà atlantica e la crisi occidentale’. 29.

²⁶⁶ Antonio MESSINEO. ‘I precedenti del Patto Atlantico’. *La Civiltà Cattolica* 104/1 (1953) 20.

reconduzido ao bloco ocidental.²⁶⁷ Já então se sublinhava a incapacidade das Nações Unidas em termos de consecução da paz,²⁶⁸ mencionando-se o poder de veto da Rússia.²⁶⁹

A articulação com a dimensão dos valores merece especial tratamento noutra artigo de Messineo, 'Il Patto Atlantico',²⁷⁰ falando-se da defesa de um atlantismo entendido de forma mais abrangente do que Ocidente europeu.²⁷¹ 'Dal Patto Atlantico alla comunità atlantica'²⁷² é o título de outro escrito de fôlego do mesmo Autor, onde procura, com base no direito natural, justificar o Pacto Atlântico e a estratégia de defesa.²⁷³ Em 'La NATO e il problema della sicurezza',²⁷⁴ reconduz-nos às razões da criação desta organização (a paz e a segurança do Ocidente) para afirmar que essas razões se mantêm com igual acuidade, quase 10 anos depois. E prova-o chamando a atenção para o desenvolvimento militar, tecnológico e atômico da URSS que efetua "una politica aggirante sul vasto territorio non protetto dal Patto atlantico, e in suo appoggio adopera tutti i mezzi, economici e politici, allo scopo di scardinare le posizioni del blocco occidentale".²⁷⁵ Apresenta como antidoto uma "sicurezza (...) globale e integrale collaborazione in tutti i settori, su cui l'avversario porta la sua offensiva, psicologico e culturale, economico e politico." ²⁷⁶

Especificamente no que toca à Península Ibérica, há um apontamento que destaca a solidariedade existente entre os dois países e os dois regimes, chegando mesmo a revista a transcrever palavras de Salazar: "La solidarietà com la Spagna costituisce per il Portogallo il preambolo indispensabile della sua solidarietà atlântica".²⁷⁷ A defesa atlântica leva a que se façam acordos, também com a Espanha de Franco, devido, em parte, à intervenção de Salazar.²⁷⁸

2.3. A Europa institucional

A construção institucional da Europa é objeto de intenso acompanhamento por parte da *Civiltà Cattolica*. Os principais artigos de reflexão chegam-nos, também aqui, pela mão de Antonio Messineo.

²⁶⁷ Antonio MESSINEO. 'I precedenti del Patto Atlantico'. 21.

²⁶⁸ Antonio MESSINEO. 'I precedenti del Patto Atlantico'. 25.

²⁶⁹ Antonio MESSINEO. 'I precedenti del Patto Atlantico'. 20.

²⁷⁰ Antonio MESSINEO. 'Il Patto Atlantico'. *La Civiltà Cattolica* 104/1 (1953) 381-395.

²⁷¹ Antonio MESSINEO. 'Il Patto Atlantico'. 388.

²⁷² Antonio MESSINEO. 'Dal Patto Atlantico alla comunità atlantica'. *La Civiltà Cattolica* 104/2 (1953) 250-262.

²⁷³ Antonio MESSINEO. 'Dal Patto Atlantico alla comunità atlantica'. 254. O problema da OTAN/União Soviética é também tratado na 'Cronaca Contemporanea': 'III. Estero 6. Unione Sovietica'. *La Civiltà Cattolica* 105/4 (1954) 128.

²⁷⁴ Antonio MESSINEO. 'La N.A.T.O. e il problema della sicurezza'. *La Civiltà Cattolica* 109/1 (1958) 113-125.

²⁷⁵ Antonio MESSINEO. 'La N.A.T.O. e il problema della sicurezza'. 120.

²⁷⁶ Antonio MESSINEO. 'La N.A.T.O. e il problema della sicurezza'. 116. Sobre a OTAN, para além de referências esparsas, vd. ainda IDEM. 'Il rapporto dei «tre savii»' *La Civiltà Cattolica* 108/1 (1957) 233-245. Tratava-se do importante relatório feito por três Ministros dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Canadá e Itália, respetivamente Halvard Lange, Lester B. Pearson e Gaetano Martino, tendo em vista "aconselhar o Conselho sobre formas e meios de alargar a cooperação a domínios não militares e fortalecer a união da Comunidade Atlântica". (Conselho do Atlântico Norte, maio de 1956).

²⁷⁷ 'III. Estero. I. Consiglio Atlantico'. *La Civiltà Cattolica* 101/4 (1950) 277.

²⁷⁸ 'III. Estero. I. Consiglio Atlantico'. 278.

2.3.1. A Europa como comunidade de defesa

O Tratado para a constituição da Comunidade Europeia de Defesa que, como referi, foi assinado a 27 de maio de 1952, merece um tratamento exaustivo por parte do Padre Messineo em três artigos intitulados, respetivamente, ‘Verso l’unità politica dell’Europa’²⁷⁹, ‘La Comunità europea di Difesa’²⁸⁰ e ‘L’esercito europeo’.²⁸¹ Neste reproduz-se a declaração dos ministros dos negócios estrangeiros, segundo a qual, para além da defesa, o outro objetivo da CED seria “tutelare i valori spirituali e morali che sono il patrimonio comune dei loro popoli, convinti che nel seno della forza comune, costituita senza discriminazione tra gli Stati partecipanti, i patriottismi nazionali, lungi dall’indebolirsi, non potranno che consolidarsi e armonizzarsi in un quadro più largo.”²⁸² Messineo dedica ainda outros artigos ao desfecho da CED, que ele intitula ‘Le anomalie del trattato per l’esercito europeo’²⁸³ e às consequências da não ratificação deste, chegando a interrogar-se: ‘L’Europa alla deriva?’²⁸⁴.

Como vimos, na sequência do fracasso da CED, surge a União da Europa Ocidental. Esta merece, logo em fevereiro de 1955, um artigo específico com a assinatura de A. Messineo.²⁸⁵ Sublinhando o carácter fundamentalmente defensivo da organização, nota que as aspirações a uma cooperação noutros planos – económico, social e cultural – tiveram de ficar na sombra, preteridas pelas “esigenze più immediate di organizzare la difesa dell’occidente libero.”²⁸⁶

2.3.2. A Europa como espaço económico

A Europa como espaço económico ocupa um número significativo de páginas na revista no período em análise. Começando pelo Plano Marshall passa-se à CECA e à CEE. Compreende-se que a opção italiana pelo Mercado Comum leve a que seja este o centro das atenções, e não a

²⁷⁹ Antonio MESSINEO. ‘Verso l’unità politica dell’Europa’. *La Civiltà Cattolica* 104/1 (1953) 618-629. Vejam-se a este propósito (CED) as ‘Crónicas Contemporâneas’: ‘III. Estero I. Unione Europea’. *Ibid.* 103/1 (1952) 231-232; ‘III. Estero I. Unione Europea’. *Ibid.* 103/1 (1952) 469-471; 103/2 (1952) 257-259; ‘III. Estero I. Unione Europea’. *Ibid.* 104/4 (1953) 109-112; ‘III. Estero I. Unione Europea’. *Ibid.* 105/2 (1954) 96-97; ‘III. Estero. 3. Francia’. *Ibid.* 105/3 (1954) 564-567 e ‘III. Estero. 4. Conferenza di Bruxelles’, *Ibid.* 105/3 (1954) 567-568. ‘III. Estero. 1. Francia’. *Ibid.* 105/3 (1954) 658-663; ‘III. Estero 5. Comunità Europea’ *Ibid.* 105/4 (1954) 125-128; ‘III. Estero 4. Comunità Europea’. *Ibid.* 106/2 (1955) 687-689.

²⁸⁰ Antonio MESSINEO. ‘La Comunità Europea di Difesa’. *La Civiltà Cattolica* 104/4 (1953) 151-162.

²⁸¹ Antonio MESSINEO. ‘L’esercito europeo’. *La Civiltà Cattolica* 104/4 (1953) 505-516.

²⁸² Antonio MESSINEO. ‘L’esercito europeo’. 507.

²⁸³ Antonio MESSINEO. ‘Le anomalie del trattato per l’esercito europeo’. *La Civiltà Cattolica* 105/1 (1954) 506-516.

²⁸⁴ Antonio MESSINEO. ‘L’Europa alla deriva’. *La Civiltà Cattolica* 105/4 (1954) 3-14. Vd. ainda IDEM. ‘Schiarity sull’orizzonte internazionale’. *Ibid.* 129-138; e IDEM. ‘L’Unione dell’Europa Occidentale’. *Ibid.* 106/1 (1955) 361-372. Também o Padre A. Brucculeri escreve um artigo de vulto sobre esta temática: ‘La polemica sulla Comunità Europea di Difesa’. *Ibid.* 105/2 (1954) 121-131.

²⁸⁵ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione dell’Europa Occidentale’.

²⁸⁶ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione dell’Europa Occidentale’. 368. O reforço da Aliança Atlântica com a criação da UEO é também referido em IDEM. ‘La Solidarietà atlantica e la crisi occidentale’. Nesta mesma revista, na secção “Crónica Contemporânea”, é mencionado o facto das forças militares da NATO terem triplicado desde 1949 e dá-se ainda relevo à reunião em Paris, entre 10 e 16 de dezembro, de 45 Ministros do Conselho Atlântico, 7 da União Europeia Ocidental e 17 do Conselho da Europa a fim de enfrentarem o problema da influência comunista, quer no Ocidente quer no mundo árabe. 119.

Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA). Esta, de facto, não merece tratamento autónomo da parte da revista entre 1945 e 1961.

2.3.2.1. Plano Marshall e a OECE

O Plano Marshall merece diversas referências, especialmente na “Crónica Contemporânea”, entre elas, por exemplo, ‘Belgio. Unione economica e doganale com l’Olanda e il Lussemburgo’.²⁸⁷ Neste escrito, menciona-se a possibilidade de, no quadro do Plano Marshall, se alargar a outros países a solução de União aduaneira ensaiada no caso do Benelux. Na mesma crónica, noutra separador, intitulado ‘Stati Uniti. Provvedimenti di ordine interno’, o articulista manifesta esperança de que a União Soviética venha a aderir à proposta de ajuda americana, vendo aí a possibilidade de “una distensione nei rapporti tra il mondo occidentale e quello orientale.”²⁸⁸

2.3.2.2. CECA/CEE/CEEA (EURATOM)

Na *Civiltà Cattolica*, encontramos uma clara defesa de uma integração política europeia. A política quotidiana e institucional relativamente às questões europeias é objeto de reflexões e aprofundamentos, geralmente assinados pelo Padre Messineo. De novo, nas suas palavras: “L’idea degli Stati uniti d’Europa, federati o confederati poco importa, non è una di quelle idee che si possono lasciare cadere nell’oblio, perché la sua attuazione non è un suggerimento di vedute astratte, ma un’esigenza di vita imposta dalle odierne condizioni politiche.”²⁸⁹ Trata-se de uma linha recorrente: condena-se o “mito do Estado nacional”²⁹⁰, o “mito nacionalista”.²⁹¹

Para além destas críticas às vistas curtas e introvertidas do nacionalismo, encontramos, entre outros, os seguintes tópicos:

a) uma referência específica ao encorajamento dado pelos diversos pontífices, de Bento XV a Pio XII, à formação de uma união europeia, ilustrada pelo artigo de A. Brucculeri, ‘Per un miglior domani dell’Europa’.²⁹² Neste texto, considera-se ainda, no quadro dos obstáculos a essa União, o papel dos nacionalismos, chegando-se a afirmar que “La questione d’una sia pure embrionale unione della già prostrata Europa è una questione che non può rimandarsi al domani, è una questione di vita o di morte, di essere o non essere.”²⁹³

b) tratamento autónomo da CECA. Com efeito, o lançamento desta instituição na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Paris, a 9 de maio de 1950, inicia uma série de

²⁸⁷ ‘III. Estero 2. Belgio’. *La Civiltà Cattolica* 98/3 (1947) 89-91.

²⁸⁸ Sobre o tema, vd. também A. De MARCO ‘Piano Marshall e orientamenti politici europei’. *La Civiltà Cattolica* 99/3 (1948), onde se afirma: “Gli Stati Uniti detengono oggi il monopolio della forza, nei campi in cui forza può esercitarsi: forza económica, forza politica, forza militare”. 128. A. BRUCCULERI. ‘Per un miglior domani dell’ Europa’. *Ibid.* 99/3 (1948) 459, também refere o Plano Marshall e a sua importância.

²⁸⁹ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione dell’Europa Occidentale’. *La Civiltà Cattolica* 106/1 (1955) 372.

²⁹⁰ Antonio MESSINEO. ‘L’integrazione europea’. *La Civiltà Cattolica* 106/2 (1955) 238.

²⁹¹ Antonio MESSINEO. ‘La N.A.T.O. e il problema della sicurezza’. 121.

²⁹² A. BRUCCULERI. ‘Per un miglior domani dell’ Europa’. Este escrito tem continuação no número 99/3 (1948) 602-612.

²⁹³ A. BRUCCULERI. ‘Per un miglior domani dell’ Europa’.

referências na *Civiltà Cattolica* sobre os órgãos que a constituem (destacando o carácter supranacional), as suas funções e propósitos.²⁹⁴ Em 1955, uma “Crónica Contemporânea” dá-nos conta da demissão de Jean Monnet como Presidente da Alta Autoridade da CECA, na sequência do fracasso da CED e, conseqüentemente, da CPE, que apontava para uma Federação “dei sei paesi dell’ Europa occidentale (Francia, Germania, Italia, Belgio, Olanda e Lussemburgo).”²⁹⁵ Em registo de advertência, surgem as palavras de Adenauer, em 25 de setembro de 1956, nas *Grandes Conférences Catholiques*,²⁹⁶ onde, a propósito da futura Comunidade Europeia, propõe o abandono dos “preconcetti e idee nazionaliste (...)” e do “perfezionismo.”²⁹⁷

c) a defesa da flexibilidade na construção europeia. De facto, na referida Crónica sobre Adenauer, registam-se as seguintes palavras do Chanceler: “L’integrazione europea non deve essere un fatto rígido, bensì, al contrario il più elástico possibile.”²⁹⁸ Ideia, aliás, repisada por Messineo, em ‘Verso un’Europa Unita?’²⁹⁹, onde menciona como um aspeto positivo o facto do Mercado Comum ser gradativo e suficientemente elástico,³⁰⁰ não desistindo de acreditar que, devido ao seu carácter progressivo, poderia ser o prelúdio da união política.³⁰¹

d) a ênfase nos Tratados de Roma, objeto de uma vasta receção, normal face ao papel da Itália, o que, como veremos, contrasta com as revistas católicas portuguesas que analisarei na Parte II. Na verdade, o Mercado Comum e CEEA/EURATOM são amplamente tratados por Messineo no artigo ‘Verso un’Europa Unita?’.³⁰² Após uma breve referência aos antecedentes laboriosos dos acordos, atribui-lhes o “relançamento europeu”,³⁰³ recorda uma frase de Spaak: “L’Europa è fatta, ora bisogna fare gli europei”³⁰⁴ e acrescenta: “far l’Europa, occorre creare una coscienza comune (...) superati i pregiudizi nazionalistici dell’interesse e dell’egoismo”. Meses depois, escreve novamente sobre o Mercado Comum,³⁰⁵ agora numa perspetiva mais técnica onde explica as conseqüências (internas³⁰⁶ e externas)³⁰⁷ da passagem de uma política económica protecionista a uma política económica aberta sem proteções aduaneiras. Como exemplo de superação de dificuldades neste domínio, aponta a CECA que considera uma experiência preparatória do Mercado Comum, ressaltando as devidas diferenças e possibilidades de sucesso desta política num só setor da economia (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) ou em toda a atividade económica.³⁰⁸ O

²⁹⁴ Vejam-se, em “Cronaca Contemporanea”, ‘III. Estero 1. Unione Europea’. *La Civiltà Cattolica* 103/4 (1952) 104-109, sobre os órgãos da CECA; ‘III. Estero 5. Unione Europea’. *Ibid.* 103/3 (1952) 550-551, sobre os objetivos da CECA.

²⁹⁵ ‘III. Estero 4. Comunità Europea’. *La Civiltà Cattolica* 106/2 (1955) 688.

²⁹⁶ ‘III. Estero 3. Comunità Europea’. *La Civiltà Cattolica* 107/4 (1956) 245-246.

²⁹⁷ ‘III. Estero 3. Comunità Europea’. 246.

²⁹⁸ ‘III. Estero 3. Comunità Europea’. 246.

²⁹⁹ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’.

³⁰⁰ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’. 9.

³⁰¹ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’. 10.

³⁰² Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’.

³⁰³ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’. 3.

³⁰⁴ Antonio MESSINEO. ‘Verso un’Europa unita?’. 4.

³⁰⁵ Antonio MESSINEO. ‘Il Mercato Comune’.

³⁰⁶ Antonio MESSINEO. ‘Il Mercato Comune’. 607.

³⁰⁷ Antonio MESSINEO. ‘Il Mercato Comune’. 608.

³⁰⁸ Antonio MESSINEO. ‘Il Mercato Comune’. 609.

modelo da CECA é de novo convocado por Messineo em ‘Tra libero scambio, protezionismo e dirigismo’³⁰⁹ onde sublinha a “via intermédia” que a organização instituiu através da Alta Autoridade para fazer a ponte entre uma tese liberal e uma tese intervencionista.³¹⁰ O tratamento do novo quadro institucional continua a merecer sucessivos artigos: ‘La Comunità economica’,³¹¹ em que sublinha que o termo comunidade se situa no plano do ideal que não ainda do real; ‘La Comunità economica europea è liberista?’,³¹² onde sustenta que se acolheu a economia de mercado sem, no entanto, se poder, de forma concludente, reconduzi-la a uma matriz teórica liberal;³¹³ ‘La Comunità economica europea è dirigista?’,³¹⁴ concluindo que se trata de uma economia mista. ‘Il governo della Comunità Europea’³¹⁵ é razão para outro escrito sobre o modo de funcionamento da mesma, identificando-se os diferentes órgãos, funções e poderes.

e) tendo presente a institucionalização da CEE, realça-se o caráter supranacional da instituição. Pense-se, por exemplo, no artigo ‘Le istituzioni della Comunità Economica Europea’³¹⁶ onde essa marca de supranacionalidade aparece associada à Comissão enquanto órgão da Comunidade Económica Europeia.³¹⁷ Já relativamente ao Parlamento Europeu, num artigo específico – ‘Il Parlamento della Comunità Europea’³¹⁸ –, além do modo de funcionamento desta instituição, entra também na discussão a soberania nacional e supranacionalidade, sublinhando “i principi della soprannazionalità e della conseguente organicità della futura comunità politica europea, l’idea che questa è fondata sul l’unione dei popoli e non sulle nazione (...)”.³¹⁹

f) a contraposição do projeto europeu ao comunismo e marxismo, vistos como inimigos e ameaças também às formas de institucionalização europeia. Assim, em fevereiro de 1958, num artigo já mencionado³²⁰, Messineo, dando-nos conta da celeridade e facilidade da ratificação dos Tratados de Roma pelos parlamentos nacionais dos países envolvidos, destaca os partidos que votaram contra

³⁰⁹ Antonio MESSINEO. ‘Tra libero scambio, protezionismo e dirigismo’. *La Civiltà Cattolica* 108/4 (1957) 252-262.

³¹⁰ Antonio MESSINEO. ‘Tra libero scambio, protezionismo e dirigismo’. 254.

³¹¹ Antonio MESSINEO. ‘La Comunità Europea’. *La Civiltà Cattolica* 109/2 (1958) 3-13.

³¹² Antonio MESSINEO. ‘La Comunità Economica Europea è liberista?’. *La Civiltà Cattolica* 109/2 (1958) 463-474.

³¹³ Antonio MESSINEO. ‘La Comunità Economica Europea è liberista?’. 469.

³¹⁴ Antonio MESSINEO. ‘La Comunità Economica Europea è dirigista?’. *La Civiltà Cattolica* 109/3 (1958) 113-124.

³¹⁵ Antonio MESSINEO. ‘Il Governo della Comunità Europea’. *La Civiltà Cattolica* 104/3 (1953) 250-261. Refira-se, por exemplo, que só até 1953 o tema *União Europeia* é também tratado nas seguintes “Crónicas Contemporâneas”: ‘III. Estero 1. Europa Occidentale’. *Ibid.* 99/1 (1948) 553-554; ‘III. Estero 1. Francia’. *Ibid.* 99/2 (1948) 330-331; ‘III. Estero 4. Unione Europea’. *Ibid.* 100/2 (1949) 256; ‘III. Estero 2. Unità Europea”. *Ibid.* 101/1 (1950) 234-236; ‘III. Estero 2. Unione Europea’. *Ibid.* 101/2 (1950) 228-230; ‘III. Estero 3. Unione Europea’. *Ibid.* 102/2 (1951) 103-105; ‘III. Estero 2. Unione Europea’. *Ibid.* 102/4 (1951) 122; ‘III. Estero 1. Unione Europea’. *Ibid.* 103/1 (1952) 231-232; ‘III. Estero 1. Unione Europea’. *Ibid.* 103/1 (1952) 469-471; ‘III. Estero 2. Unione Europea’. *Ibid.* 103/2 (1952) 557-559; ‘III. Estero 5. Unione Europea’. *Ibid.* 103/3 (1952) 550-551; ‘III. Estero 1. Unione Europea’. *Ibid.* 104/4 (1953) 109-112; ‘III. Estero 2. Unione Europea’. *Ibid.* 104/2 (1953) 590-591; ‘III. Estero 1. Unione Europea’. *Ibid.* 104/4 (1953) 367-370; ‘III. Estero 1. Unione Europea’. *Ibid.* 104/4 (1953) 730-731.

³¹⁶ Antonio MESSINEO. ‘Le istituzioni della Comunità Economica Europea’. *La Civiltà Cattolica* 109/3 (1958) 337-349.

³¹⁷ Antonio MESSINEO. ‘Le istituzioni della Comunità Economica Europea’. 348. Desenvolvendo essa nota da supranacionalidade, vd. IDEM. ‘L’evoluzione politica e giuridica dell’Europa’. *La Civiltà Cattolica* 107/4 (1956) 484-498, esp. 490-496.

³¹⁸ Antonio MESSINEO. ‘Il Parlamento della Comunità Europea’. *La Civiltà Cattolica* 104/2 (1953) 612-623.

³¹⁹ Antonio MESSINEO. ‘Il Parlamento della Comunità Europea’. 615.

³²⁰ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione Europea e il comunismo internazionale’.

o projeto, no caso marxistas, que subordinariam “degli interessi più vitali della nazione alle mire espansionistiche del comunismo mondiale e della sua potenza guida (...).”³²¹

2.3.3. A Europa como campo da democracia: a cooperação política

Em 1946, o discurso de Churchill em Zurique, já aqui referido, apontava para a criação de um Conselho da Europa. Esta ideia é por ele retomada no Congresso de Haia, em maio de 1948. Exigia-se apenas que os países aderentes comungassem dos ideais democráticos.³²² Em 5 de maio de 1949, são aprovados os estatutos da nova organização, sediada em Estrasburgo. Acalentando o sonho de uma federação europeia, após três anos de tentativas sucessivas, Henry Spaak, à frente desta organização, acaba por se demitir em 1951, não sem alguma desilusão face aos múltiplos entraves relativamente ao projeto inicial, a unificação da Europa através de uma estrutura supranacional. Mas se este fim saiu gorado, a verdade é que com o Conselho da Europa se deu um passo em frente na cooperação através de um modelo organizativo de base intergovernativa entre os países europeus. A aprovação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, o respeito pela pessoa, assim como os mecanismos de tutela desses direitos, marcam a mais-valia desta instituição.

O Conselho da Europa é motivo para reflexões do Padre Messineo em longos artigos intitulados, respetivamente, ‘Il Consiglio d’ Europa’³²³ e ‘Lo statuto del Consiglio d’Europa’.³²⁴ No primeiro, apresenta o historial desta instituição, ao mesmo tempo que faz críticas à sua imobilidade e lhe lança desafios: “L’Europa non potrà riconquistare il vecchio prestigio, se non si unisce. E così dal rapido esame fatto si profila la necessità di una tripla unione: economica, difensiva e politica, per la quale le potenze avrebbero dovuto preparare gli strumenti idonei. Tale non è certamente il Consiglio d’Europa; né potrà esserlo mai, nonostante gli sforzi dell’Assemblea per farlo uscire dall’immobilismo, cui costituzionalmente è stato condannato.”³²⁵ No segundo artigo chama a atenção para o facto do Estatuto do Conselho da Europa estar radicado em princípios cristãos.³²⁶ Dez anos depois da criação do Conselho da Europa, o Padre Messineo faz um balanço da sua atividade.³²⁷ Analisa os órgãos que

³²¹ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione Europea e il comunismo internazionale’.

³²² António Martins da SILVA. *História da unificação europeia*. 52. Para uma maior clarificação das aproximações e afastamentos desta organização face ao objetivo inicial, vd., ainda, as páginas 53 e 57. Portugal, atendendo ao regime político em vigor, só vai aderir ao Conselho da Europa e à Carta dos Direitos Humanos após a Revolução de Abril.

³²³ Antonio MESSINEO. ‘Il Consiglio d’Europa’. *La Civiltà Cattolica* 105/3 (1954) 457-469.

³²⁴ Antonio MESSINEO. ‘Lo Statuto del Consiglio d’Europa’. *La Civiltà Cattolica* 105/3 (1954) 581-594.

³²⁵ Antonio MESSINEO. ‘Il Consiglio d’Europa’. 469.

³²⁶ Antonio MESSINEO. ‘Lo Statuto del Consiglio d’Europa’. 581: “(...) con un preambolo nel quale sono enunciate alcune idee e affermati alcuni principi di vita associata, che meritano un rilievo e qualche commento. Non perché essi siano nuovi e per la prima volta espressi in un documento internazionale, ma perché sono l’eco di una tradizione di pensiero sostanzialmente cristiana (...)”.

³²⁷ Antonio MESSINEO. ‘L’attività sociale del Consiglio d’Europa’. *La Civiltà Cattolica* 111/2 (1960) 3-14. Este artigo é seguido de um outro (IDEM. ‘Dalla Convenzione sui Diritti dell’Uomo alla Carta Sociale Europea’. *Ibid.* 112/4 [1961] 29-41) onde se elogia, de novo, o Conselho da Europa. Já em 1960, encontramos ainda um texto sobre ‘L’insegnamento sociale dei papi’ (IDEM. *Ibid.* 111/2 [1960] 182-186). Questões relacionadas com o Conselho da Europa são também tratadas nas seguintes “Crónicas Contemporâneas”: 100/4 (1949) 546-547; 102/4 (1951) 718; 103/1 (1952) 123-124; 103/2 (1952) 665-666.

o constituem, as suas funções e chega a afirmar, temperando um pouco as suas opiniões iniciais, que “(...) il Consiglio d’Europa ha svolto la sua attività senza destare troppi echi nella stampa quotidiana, si dovrebbe silenziosamente, e tuttavia è riuscito a portare brillantemente a termine alcune importanti convenzioni internazionali, che ne hanno passo a passo rafforzato il prestigio.”³²⁸

2.4. A Europa dual: Leste e Oeste

Atravessando o tratamento dos temas anteriores, encontramos como linha de força uma Europa dual. De um lado a Europa Ocidental integrada na mais vasta comunidade atlântica, apresentada, reiteradamente, como o conjunto das nações livres; por outro, a Europa de Leste sujeita à batuta soviética, no quadro de uma expansão do “evangelho marxista-leninista”.³²⁹

A tese da coexistência (nova política soviética de distensão após a morte de Estaline)³³⁰ merece uma série de artigos críticos, publicados em 1955. Os títulos são sintomáticos: ‘L’illusione della coesistenza’³³¹; ‘La coesistenza nel timore’³³²; ‘La coesistenza nell’errore’³³³; ‘La coesistenza nell’errore. L’errore nazionalista’.³³⁴ A alternativa aparece enunciada num artigo publicado em dezembro desse ano: ‘La coesistenza nella verità’³³⁵ seguindo a mensagem natalícia de Pio XII, no ano anterior. A historiografia³³⁶ comprova a existência de divisões na Santa Sé em relação às propostas soviéticas: a *Civiltà Cattolica* alinhou com as posições mais rígidas do Cardeal Ottaviani (Santo Ofício); já Montini, que ascendeu ao Pontificado com o nome de Paulo VI, na linha da tese já referida, de um certo distanciamento em relação aos EUA, mostrava-se, juntamente com a Secretaria de Estado (Tardini), mais flexível.

O confronto entre blocos e o espectro de uma nova guerra marcam presença na revista. Por exemplo, ‘Per una pace vera e duratura’³³⁷ é um artigo de fundo sobre as difíceis condições de paz num mundo dividido em dois blocos: “L’antagonismo tra il blocco orientale e il blocco occidentale è arrivato a tale punto di tensione, che la corda sembra si possa spezzare da un momento all’altro, facendo ripiombare il mondo in una guerra più distruggitrice della precedente”.³³⁸

A Europa dividida é tema na “Crónica Contemporânea”³³⁹ chegando o seu Autor a afirmar reproduzindo-se as palavras de um candidato republicano à Presidência dos EUA “Oggi gli Stati Uniti e la Russia si fronteggiano attraverso una Europa devastata e divisa, disse tra l’altro il Dewey. È per

³²⁸ Antonio MESSINEO. ‘L’attività sociale del Consiglio d’Europa’. 3.

³²⁹ António de Oliveira SALAZAR. ‘Panorâmica da política mundial’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas VI: 1959-1966*. 1-48, 5.

³³⁰ Para uma síntese e o seu enquadramento, vd. Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 162-171.

³³¹ Antonio MESSINEO. ‘L’illusione della coesistenza’. *La Civiltà Cattolica* 106/3 (1955) 225-236.

³³² Antonio MESSINEO. ‘La coesistenza nel timore’. *La Civiltà Cattolica* 106/4 (1955) 22-32.

³³³ Antonio MESSINEO. ‘La coesistenza nell’errore’. *La Civiltà Cattolica* 106/4 (1955) 225-236.

³³⁴ Antonio MESSINEO. ‘La coesistenza nell’errore. L’errore nazionalista’. *La Civiltà Cattolica* 106/4 (1955) 481-492. Criticando também a coexistência, vd. IDEM. ‘La crisi dell’Europa contemporanea’. *Ibid.* 107/4 (1956) 249-259.

³³⁵ Antonio MESSINEO. ‘La coesistenza nella verità’. *La Civiltà Cattolica* 106/4 (1955) 610-621.

³³⁶ Para as pertinentes indicações, cf. Philippe CHENAUX. *L’ultima eresia*. 171.

³³⁷ Antonio MESSINEO. ‘Per una pace vera e duratura’. *La Civiltà Cattolica* 98/3 (1947) 486-495.

³³⁸ Antonio MESSINEO. ‘Per una pace vera e duratura’. 487.

³³⁹ ‘III. Estero 3. Stati Uniti’. *La Civiltà Cattolica* 99/4 (1948) 208-209.

questo che la costituzione di una Federazione di liberi Stati d'Europa dovrebbe essere l'obiettivo più importante della nostra politica estera”³⁴⁰.

A guerra fria é motivo diretor em dois escritos em 1955.³⁴¹ No primeiro ‘La guerra fredda’, Messineo fala do receio de uma terceira guerra e afirma “La pace fredda è prodromo di guerra calda”.³⁴² Tema que continua em ‘Dalla Guerra Fredda alla pace fredda’, onde chega a concluir que a paz é uma falácia, não havendo grandes diferenças entre o período da guerra fria e o da paz fria.³⁴³ O bloco Oriental continua a ser visto como uma ameaça com caráter oportunista que, com promessas vãs, procura conduzir o Ocidente a uma débil estratégia defensiva: “La coesistenza, pertanto, alla quale la Russia mira, è quella del lupo e dell’agnello, del blocco armato di tutto punto e del blocco debole e quasi disarmato.”³⁴⁴ Em ‘Lo spirito di Gineva e la mano tesa’³⁴⁵ a coexistência é posta em questão devido às ações do movimento comunista na Grécia, na Coreia e na Indochina e ainda o facto desta política russa surgir após a entrada em funcionamento da UEO com a incorporação da Itália e do possível rearmamento da República Federal da Alemanha.³⁴⁶

Em ‘L’Unione Europea e il comunismo internazionale’³⁴⁷, artigo já referido, A. Messineo, depois de constatar o enraizamento dos partidos marxistas no ocidente, conclui o seu escrito, deixando o leitor com uma visão inconciliável entre os dois blocos: “L’inconciliabilità di questi due mondi, di questi due modi di pensare e di vivere, di agire e di organizzare la vita sociale deriva dal piano ideologico e discende a quello pratico, dove essi si scontrano.”³⁴⁸

Resumindo: Messineo recusa todas as pontes entre o Ocidente cristão e o Leste comunista, o que, aliás, é apenas a reafirmação no plano internacional da sua oposição ao diálogo interno entre católicos e comunistas (v.g., a crítica que faz a Igino Giordani, uma das grandes figuras da democracia

³⁴⁰ ‘III. Estero 3. Stati Uniti’. 209.

³⁴¹ Antonio MESSINEO. ‘La Guerra Fredda’. *La Civiltà Cattolica* 106/2 (1955) 465-476; e IDEM. ‘Dalla Guerra Fredda alla pace fredda’. *Ibid.* 106/3 (1955) 128-139.

³⁴² Antonio MESSINEO. ‘La Guerra Fredda’. 467.

³⁴³ Antonio MESSINEO. ‘Dalla Guerra Fredda alla pace fredda’. 133.

³⁴⁴ Antonio MESSINEO. ‘Dalla Guerra Fredda alla pace fredda’. 139.

³⁴⁵ Antonio MESSINEO. ‘Lo spirito di Ginevra e la mano tesa’. *La Civiltà Cattolica* 106/3 (1955) 567-578.

³⁴⁶ Antonio MESSINEO. ‘Lo spirito di Ginevra e la mano tesa’. 574. Sobre a temática da guerra fria, refiram-se ainda os seguintes textos do Autor:

a) ‘La Guerra Fredda continua’. *La Civiltà Cattolica* 110/3 (1959) 232-243. Neste confirma as suspeitas já enunciadas em 1955 relativamente às intenções soviéticas: «l’attacco alle posizioni strategiche ed economiche dell’occidente» (p. 235);

b) ‘Considerazioni sul disarmo’. *Ibid.* 110/4 (1959) 225-235. Aqui é abordado o encontro entre Nikita Khrushchev e o Presidente Eisenhower, a pedido deste, a fim de negociar uma política de entendimento entre as duas potências;

c) ‘La difficile via sul il disarmo’. *Ibid.* (1959) 583-596. Como o título indica faz-se aqui uma breve história das propostas de desarmamento depois da guerra, das difíceis etapas percorridas que tiveram como condicionante o constante avanço tecnológico, nomeadamente no campo nuclear, o que impediu, muitas vezes, o estabelecimento da confiança mútua entre os dois blocos, exigindo vigilância e protocolos adicionais;

d) ‘I punti morti delle trattative sul disarmo’. *Ibid.* 111/1 (1960) 337-348. Este artigo revela as águas mornas em que se encontravam as negociações para o desarmamento atómico, uma vez que os ocidentais colocavam em primeiro lugar ou em simultâneo a criação de um sistema de segurança antes da interdição das armas atómicas; a URSS, por seu lado, privilegiava a proibição do uso do armamento nuclear, deixando para um segundo momento o estabelecimento de regras de segurança e controlo.

³⁴⁷ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione europea e il comunismo internazionale’.

³⁴⁸ Antonio MESSINEO. ‘L’Unione europea e il comunismo internazionale’. 348. Este dualismo e antagonismo eram já sustentados pelo Autor em IDEM. ‘La Guerra Fredda’; cf. especificamente a p. 472.

cristã italiana do pós-guerra, que participou num diálogo público com o Diretor do *Unità*, órgão oficial do PCI).³⁴⁹

3. Conclusão

Em jeito de síntese, resulta da leitura de *La Civiltà Cattolica*, neste período, o seguinte:

a) Compreensão da Europa no quadro do Ocidente, sublinhando-se a importância da comunidade atlântica e o contraste com o comunismo (a revista é, como se viu, clara e assumidamente anticomunista) e com a hegemonia da URSS na Europa Oriental;

b) Forte consideração das diversas experiências de institucionalização atlântica (OTAN) e europeia, privilegiando as que passam pelos Tratados de Roma de 1957, mas não esquecendo o acompanhamento próximo do Conselho da Europa e da CED. A exceção é a AECL/EFTA, cuja iniciativa remonta a um tempo em que a Itália já tinha feito uma opção de enquadramento institucional no seio das Comunidades;

c) Consideração de diferentes intervenções dos Papas, também sobre a temática europeia, sendo as principais publicadas na revista e, em vários casos, objeto de comentário.³⁵⁰

³⁴⁹ Antonio MESSINEO. 'La Chiesa Cattolica e il mondo contemporaneo'. *La Civiltà Cattolica* 106/2 (1955) 411-416.

³⁵⁰ Para além das referências recorrentes nos diferentes artigos sobre a temática europeia, nomeadamente nos de Messineo, centrais no tratamento dessas questões na revista, esta reproduz as principais intervenções do Magistério. Veja-se, apenas a título de exemplo, o elevadíssimo número dessas intervenções entre 1945 e 1950: 'Radiomessaggio di S.S. Pio XII per la fine della guerra in Europa'. 2278 (1945) 217-218; 'Allocuzione di S. S. Pio XII ai giovani romani di Azione Cattolica sull'incolumità dell'Urbe'. 2281 (1945) 58-61; 'Allocuzione di Pio XII al Collegio intorno all'influsso della Chiesa sul fondamento della società umana'. 2297 (1946) 305-13; 'Allocuzione di S.S. Pio XII al S. Collegio sulle condizioni presenti del mondo e della Chiesa (1.º giugno 1946)'. 2304 (1946) 393-399; 'Scambio di messaggi tra S.S. Pio XII e S. E. Harry Truman' e 'Discorso di S.S. Pio XII agli Uomini di Azione Cattolica'. 2334 (1947) 481-485 e 553-556; 'Radiomessaggio natalizio de S.S. Pio XII sul ritorno a Dio nella veracità, nella generosità, nella fraternità' e 'Epistola encíclica di S.S. Pio XII com cui si indicano pubbliche preghiere per la pacificazione delle classi sociali e dei popoli'. 2341 (1948) 3-13 e 84-86; 'Discorso di S.S. Pio XII alle Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani'. 2354 (1948) 191-196; 'Discorso del S. Padre all' Associazione Cattolica Internazionale per la Protezione della Giovane'. 2360 (1948) 183-188; 'Lettera di S.S. Pio XII All' Episcopato Ungherese dopo l'Arresto del Cardinale Minszenty'. 2368 (1949) 353-355; 'Esortazione Apostolica di S. S. Pio XII all'Episcopato cattolico per riparare i gravissimi peccati dell'ateismo e dell' odio contro Dio'. 2369 (1949) 473-477; 'Allocuzione di S.S. Pio XII alla S. Romana Rota sulle norme oggettive del diritto'. 2387 (1949) 520-523; 'Esortazione di S.S. Pio XII al Clero sul modo di promuovere la santità della vita sacerdotale'. 2408 (1950) 137-158.

Parte II

Duas revistas católicas portuguesas de cultura: a receção das questões europeias

CAPÍTULO I

CIRCUNSTÂNCIA(S) DAS REVISTAS DE CULTURA CATÓLICA PORTUGUESAS

I. Estado Novo e Europa(s)

Analisar a(s) ideia(s) de Europa em duas revistas de cultura católica portuguesas – *Estudos e Brotéria* – implica uma breve caracterização da circunstância histórica nacional, quer através de uma incursão no pensamento de Salazar sobre o tema quer de uma curtíssima alusão às relações entre Estado Novo e Igreja Católica.

I.1. O salazarismo e a(s) Europa(s) do tanto quanto: as ambiguidades (anti) europeístas

Adiantando linhas de força, pode apresentar-se como síntese da conceção salazarista, neste campo, a ideia de Europa(s) do *tanto quanto*. Ou seja, Salazar defende a Europa enquanto afirmação de uma comunidade de valores, onde se cruzam Cristandade e Ocidente em obsessivo anticomunismo, e também, num quadro atlantista, como comunidade de proteção e defesa, nomeadamente contra o perigo soviético. Mas trata-se, repito, do *tanto quanto*, pois Salazar recusa, a partir de uma posição nacionalista e soberanista, os projetos de integração política desencadeados no pós-guerra, nalgumas democracias ocidentais. As duas vocações – euro-atlântica e euroafricana³⁵¹ – revelam um carácter unitário na visão de Salazar, como se pode ver numa entrevista ao *Le Figaro*, em 1958. Numa das respostas, o Presidente do Conselho diz: "Falou de integração europeia. Na minha opinião é necessário ter uma visão mais elevada e ampla. A Europa entregue à solidão seria estrangulada. As suas garantias principais são, de um lado, a vitalidade das nações que a compõem, do outro lado, o Atlântico e a África. A África é o maior, talvez o último recurso da Europa."³⁵²

I.1.1. A Europa, o Ocidente e a defesa da Civilização cristã

A Europa aparece no âmbito mais vasto do Ocidente³⁵³ como espaço de Cristandade, comunidade de valores. Na síntese de Reis Torgal, a Europa para Salazar é entendida como um "património cultural feito de valores éticos e políticos conservadores, mas também de conceitos de estratégia anticomunista e de defesa de princípios coloniais, vistos como elementos de 'civilização cristã',"³⁵⁴ mais do que como um espaço meramente geográfico. No discurso 'Portugal no Pacto

³⁵¹ Maria Fernanda ROLLO. 'Salazar e a Construção Europeia'. 73.

³⁵² António de Oliveira SALAZAR. 'Panorâmica da política mundial'. 25. Como sublinha Luís Reis TORGAL. 'Salazarismo, fascismo e Europa'. *Vértice* 52 (1993) 48: "A Europa é, para Salazar, o centro nevrálgico do Mundo, mas não a entende somente numa perspetiva estritamente «europeia», e sim numa perspetiva euro-americana e euro-africana."

³⁵³ A Europa aparece como fazendo parte de um conceito mais lato: "Ocidente", isto é "a «ideia europeia» ultrapassava a Europa e tinha que ver também com o património americano e africano, de construção essencialmente europeia." Luís Reis TORGAL. 'Salazarismo, fascismo e Europa'. 43.

³⁵⁴ Luís Reis TORGAL. 'Salazarismo, Europa e América'. *Revista Portuguesa de História* 31 (1996) 621.

Atlântico’,³⁵⁵ Salazar, não deixando de referenciar as feridas que marcam a Europa, enaltece o Velho Continente com orgulho da sua marca civilizacional: “(...) mas só [d]a Europa se pode afirmar que criou, sob inspiração cristã, valores universais, generosamente, gratuitamente, postos ao dispor do Mundo, na sua ânsia de transplantar a civilização. Cada um de nós deveria sentir orgulho de se afirmar europeu.”³⁵⁶ Moura e Sá chega mesmo a falar do “conceito puro de Europa”, “acima da política, acima da economia, fora de todos os interesses materiais e imediatos.”³⁵⁷ Não obstante, Salazar apresenta também facetas antieuropeístas, se pensarmos no sentido que a palavra europeísta tomou no pós-guerra e ainda hoje, como superação de nacionalismos estéreis. Com efeito, num discurso que profere na Assembleia Nacional, após a guerra, fica claro o seu pensamento antidemocrata, antifederalista, anticomunista, encarando Portugal como um reduto da civilização cristã com um importante papel a desempenhar no Ocidente em crise.³⁵⁸

O seu “irredutível nacionalismo político e económico”³⁵⁹ justificava a total oposição à possível constituição dos Estados Unidos da Europa que implicaria a adesão a um sistema supranacional e conseqüente perda de alguma soberania. Contudo, Salazar não se opõe e até defende a cooperação internacional europeia, chegando mesmo Portugal a participar em algumas organizações *ab initio*, como veremos. Norberto Ferreira da Cunha aponta como principais razões explicativas para essa defesa, para além do tipo de nacionalismo (“alegadamente ecuménico e altruísta”), a solidariedade humana e o contexto da política internacional do pós-guerra.³⁶⁰

1.1.2. Vocações: euro-norte-atlântica e euroafricana

Continuando a operar com a rede conceitual desenhada na Parte I, importa considerar ainda as ideias de norte-atlantismo e sul-atlantismo (Euráfrica e Brasil). Falarmos, por simplicidade, de duas vocações não significa a ausência de uma estratégia nacional articulada, assente num atlantismo em sentido lato, integrador do Atlântico Norte e do Sul. Mas Europa e África surgem, não raro, como pólos atrativos diferentes: na discussão, os críticos de uma maior integração económica no plano europeu apontam para a África e o Brasil como alternativa.

³⁵⁵ Discurso proferido na sala de Sessões da Assembleia Nacional a 25 de julho de 1949. In António de Oliveira SALAZAR. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 419-420.

³⁵⁶ Sobre a análise deste discurso «Europa Trágica» e «Europa gloriosa», vd. Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, fascismo e Europa’. 48.

³⁵⁷ Pedro de Moura e Sá. “Portugal na Europa” - primeiro de três artigos publicados no *Diário Popular*, nos meses de junho e julho de 1948), in (1960) *Vida e Literatura*. Bertrand: Lisboa: 216 (215-216) *apud* Norberto Ferreira da CUNHA. ‘O salazarismo e a Ideia de Europa’. In Ernesto LEAL, org. *O Federalismo Europeu – História, Política e Utopia*. Lisboa: Colibri, 2001. 164.

³⁵⁸ Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, fascismo e Europa’. 46, com subsídios para uma melhor compreensão do ambiente intelectual do período (49). Enfatizando também esta ideia, cf. Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 54. Vd. ainda sobre esta temática Norberto Ferreira da CUNHA. ‘O salazarismo e a Ideia de Europa’. 159-160. Sobre o «conceito de Europa» vd. as posições de Freire de Andrade, Pinheiro Torres, Moura e Sá e Vitorino Nemésio e Augusto de Castro, em *Ibid.* 162-171.

³⁵⁹ Norberto Ferreira da CUNHA. ‘O salazarismo e a Ideia de Europa’. 153. Para a análise dos limites à soberania do Estado vd. igualmente a página 154. Sobre os princípios em que deveria assentar a organização internacional do pós-guerra, vd. *Ibid.* 156-157.

³⁶⁰ Norberto Ferreira da CUNHA. ‘O salazarismo e a Ideia de Europa’. 156.

1.1.2.1. O euro-atlantismo: uma política ambivalente com os EUA

Contrariamente à densificação de atlantismo da política europeia que não necessita de qualificação, Portugal não identifica, como vimos, atlantismo apenas com a parte Norte, não obstante a importância estratégica deste. Reis Torgal associa a URSS, “(...) uma espécie de “anti-Europa”³⁶¹ vista pelo regime como uma ameaça, e a integração portuguesa na OTAN.³⁶² Com efeito, Salazar admira a América pela sua diligência em relação à Europa em tempos de crise,³⁶³ pelo seu “exemplo de tenacidade, de grandeza moral e de heroísmo”³⁶⁴ não ignorando a sua “tendência hegemónica, domínio económico ou político.”³⁶⁵ Reconhecendo a sua superioridade nos vários domínios, nomeadamente, tecnológico e militar,³⁶⁶ Salazar sabe que “a Europa não pode sem o auxílio americano salvar nesta hora o que resta do seu património moral e da sua liberdade.”³⁶⁷ Por isso, Portugal participa a nível económico (Plano Marshall) e militar (cedência, ainda durante a II Guerra, da base das Lajes, nos Açores, e assinatura do Tratado do Atlântico Norte) na estratégia americana. O Presidente do Conselho reafirma nesse discurso: “o apoio dos Estados Unidos tornou-se necessário à segurança dos países ribeirinhos do Atlântico Norte na mesma medida em que as posições atlânticas passaram a ser necessárias à defesa americana.”³⁶⁸ Por esta razão, a América é também vista como o único reduto de esperança para a contenção do expansionismo comunista na Europa dado que o estado de fragilidade desta não lhe permite uma eficaz autodefesa.³⁶⁹

A posição da América relativamente a Portugal é também muito irregular. Em 1946, Truman chega mesmo a fazer elogios a Salazar, na linha, aliás, do que aconteceu com outras figuras da cena internacional.³⁷⁰ Em agosto desse ano, Portugal tentou, sem êxito em virtude do veto da URSS, ser membro da ONU, o que só conseguiu em 1955. Curiosamente, essa adesão veio a revelar-se como uma fonte de preocupação e de responsabilidade para o regime, atendendo ao peso crescente dos

³⁶¹ Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 624; e IDEM. ‘Salazarismo, fascismo e Europa’. 44.

³⁶² Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 624, baseado em ‘Portugal no Pacto Atlântico’, discurso proferido por Salazar na sala de Sessões da Assembleia Nacional, em 25 de Julho de 1949 (incluído em António de Oliveira SALAZAR. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 419-420).

³⁶³ António de Oliveira SALAZAR. ‘Miséria e Medo. Características do Momento Actual’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 292. Discurso proferido numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional em 25 de Novembro de 1947.

³⁶⁴ António de Oliveira SALAZAR. ‘Em Honra da Inglaterra e dos Estados Unidos’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 225-228, 226-227. Brinde no banquete oferecido no Palácio das Necessidades aos embaixadores da Inglaterra e dos Estados Unidos em 10 de junho de 1946.

³⁶⁵ ‘Miséria e Medo. Características do Momento Actual’. 292. Salazar sendo antidemocrata e corporativista não podia ver com bons olhos o capitalismo liberal e o bipartidarismo americano. Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 627.

³⁶⁶ António de Oliveira SALAZAR. ‘Em Honra da Inglaterra e dos Estados Unidos’. 227.

³⁶⁷ António de Oliveira SALAZAR. ‘Portugal no Pacto do Atlântico’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 401-422, 420. Discurso proferido por Salazar na sala de Sessões da Assembleia Nacional, em 25 de Julho de 1949.

³⁶⁸ António de Oliveira SALAZAR. ‘Portugal no Pacto do Atlântico’. 413.

³⁶⁹ Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 54 A este propósito vd. também Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 624. Outros elogios ou desconfianças em relação à América foram feitos por pessoas ligadas ao regime, por exemplo António Ferro e João Ameal. Vd. Luís Reis TORGAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 628-634.

³⁷⁰ Entre outros, Edgar Faure (Primeiro-Ministro francês), Alcide De Gasperi (Primeiro-ministro de Itália) e Robert Schuman (Ministro dos Negócios Estrangeiros de França), relevando, nomeadamente, os contactos feitos aquando da realização da cimeira da OTAN em Lisboa, em fevereiro de 1952. Para outras indicações vd. Filipe Ribeiro de MENESES. *Salazar. Uma Biografia Política*. Alfragide: D. Quixote, 2010. 377-379.

países do Terceiro Mundo nesta instituição e às suas pressões sobre as potências colonialistas. No que toca às relações luso-americanas, durante a Presidência Kennedy os problemas agravam-se com as críticas à falta de autodeterminação dos nossos territórios ultramarinos. A contestação, que já havia começado na década de 50, quando a União Indiana reivindicou os territórios portugueses, aumenta agora ao iniciar-se a guerra colonial em Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964).

A oposição americana nunca foi bem vista por Salazar e levou ao isolamento crescente do nosso país no contexto internacional na década de 60.³⁷¹

1.1.2.2. O euro-africanismo: a alternativa ultramarina

A África é entendida como uma extensão natural da Europa e do Ocidente em termos civilizacionais. A nível económico é encarada não apenas como meio, mas chave para a resolução dos problemas e recuperação não só de Portugal, como também da Europa. Na conceção de Salazar, a África tem todas as condições para proporcionar a autonomia necessária a nível político e económico de Portugal e da Europa, sem o recurso aos EUA. Do ponto de vista civilizacional, cruzam-se cristianização (importância da atividade missionária) e ocidentalização. Em 1947, Salazar afirmava: “Uma política concertada de defesa e valorização económica porá ao dispor do Ocidente produtos e riquezas que aumentarão de maneira assombrosa as suas possibilidades de vida e a sua contribuição para o intercâmbio mundial. A África é base suficiente para a política que se deseje fazer.”³⁷² Esta ideia que se pode reconduzir à imagem de Euráfrica acaba por se inserir numa tensão entre esta opção ultramarina (espelhada na defesa de um Espaço Económico Português)³⁷³ e o reforço da cooperação europeia.³⁷⁴ Numa importante circular de 1953,³⁷⁵ refere: “da Europa nada mais nos interessa substancialmente no terreno político: interessam-nos mais Angola e Moçambique, e até o Brasil, (...). A nossa feição atlântica impõe-nos, pois, limites à colaboração europeia.”

A unidade entre as colónias e a Metrópole a nível económico concretizou-se em 1961 com a criação do Espaço Económico Português. Mas o início da década de 60 não traz apenas esta alteração. O sucesso das experiências de integração europeia, nomeadamente no domínio da economia, a nossa necessidade de crescimento nesse espaço, a tentativa de atenuar a contestação

³⁷¹ Luís Reis TORRAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 622 e 633.

³⁷² António de Oliveira SALAZAR. ‘Miséria e Medo. Características do Momento Actual’. 294.

³⁷³ Criado pelo Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro de 1961. Por esta via pretendeu-se concretizar o artigo 158.º da Constituição de 1933 que dispunha o seguinte: “A organização económica do ultramar deve integrar-se na organização económica geral da Nação portuguesa e compartilhar por seu intermédio na economia mundial. § único – Para atingir os fins indicados neste artigo facilitar-se-á pelos meios convenientes, incluindo a gradual redução ou suspensão dos direitos aduaneiros a livre circulação dos produtos dentro de todo o território nacional. O mesmo princípio se aplicará quanto possível à circulação das pessoas e dos capitais.”

³⁷⁴ Falando, a propósito do Espaço Económico Português, de uma relação de “crescente tensão com as teses da abertura preferencial à Europa”, vd. Fernando ROSAS. ‘O Estado Novo, 1926-1974’. In José MATTOSO, dir. *História de Portugal VII*. Lisboa. Círculo de Leitores, 1994. 487; vd. também Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 73.

³⁷⁵ Circular sobre a integração europeia, para as missões diplomáticas, do Presidente do Conselho de Ministros, de 6 de Março de 1953, in Rui Teixeira GUERRA; Calvet de MAGALHÃES; Siqueira FREIRE. *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Lisboa: INA, Departamento de Integração Europeia, 1981. 63.

internacional relativa à nossa política ultramarina, conduziram-nos à participação na AECL/EFTA e, em 1962, ainda se tentou aferir a possibilidade de associação à CEE.³⁷⁶

Esta imagem de uma Euroáfrica não deixará de ter, como veremos, refração em vários artigos na *Estudos* e na *Brotéria*.

1.1.2.3. Europa como terceira força alternativa aos EUA e à URSS

No quadro do salazarismo, a ideia de Europa como terceira força, que colheu as simpatias do Magistério de Pio XII, nomeadamente com traços federalistas, não tinha, seguramente, aqui terreno fértil. Apenas no decurso dos anos sessenta e sem adesão a qualquer ideia de compromisso federalizante, Salazar, em conflito aberto com a política norte-americana, defende a ideia da Europa como terceira força, mas só no plano económico, sem a dependência dos EUA ou da URSS.³⁷⁷ Anteriormente e numa perspetiva mais abrangente aparece Augusto de Castro que, num artigo intitulado 'A União Europeia', "considerava mesmo, indispensável, na conjuntura política saída da II Guerra Mundial – com a existência de duas superpotências antagónicas – a criação de uma terceira "força imperial". Esta seria "organizada em factos e não tropos inflamados" (...) que funcionasse como um ponto de equilíbrio e árbitro entre aquelas, tendo como primeiro objetivo criar uma "consciência ocidental", uma união defensiva e militar e, mais tarde, uma cooperação económica, aduaneira e monetária."³⁷⁸

1.1.3. A Europa institucional

Em relação aos modos de institucionalização da Europa, há projetos que o Portugal de Salazar não integraria. Na ótica nacional assentam em exigências que são vistas como inadmissíveis cedências de soberania; numa perspetiva exterior, Portugal, apesar dos esforços de sedução e propaganda do regime, não preenche os requisitos democráticos necessários para ser membro dessas organizações.

1.1.3.1 A Europa como comunidade de defesa

Em relação à Europa como Comunidade de Defesa – "a Europa militar"³⁷⁹ –, Portugal colocou-se apenas sob o chapéu, de vocação atlântica, da OTAN. Já quanto à CED – uma estrutura que se pretendia, como vimos, exclusivamente europeia na sua composição, embora em clara articulação com a política traçada no Pacto do Atlântico, o seu "federalismo funcional"³⁸⁰ correspondia a um passo que não poderia ser dado por um Portugal salazarista.

³⁷⁶ Filipe Ribeiro de MENESES. *Salazar*. 578-581.

³⁷⁷ Maria Fernanda ROLLO. 'Salazar e a Construção Europeia'. 71.

³⁷⁸ 'Organização do Ocidente'. *Diário de Notícias*, 7 de Setembro (1948) I. *Apud* Norberto Ferreira da CUNHA. 'O salazarismo e a Ideia de Europa'. 170.

³⁷⁹ Adriano MOREIRA. *A Europa em Formação*. 145.

³⁸⁰ Adriano MOREIRA. *A Europa em Formação*. 149

Retomando o primeiro, no quadro das relações transatlânticas, como modo de institucionalização da cooperação entre a Europa, os EUA e o Canadá, ressalta a importância da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Do ponto de vista político, a integração de Portugal como membro fundador é um argumento fundamental da política do regime. Basta a leitura do vol. II da biografia de Franco Nogueira³⁸¹ sobre Salazar, para ver o cuidadoso acompanhamento deste dossiê pelo Presidente do Conselho. No Ocidente polarizado num contexto do combate ao comunismo, a presença de Portugal assume especial valor estratégico, nomeadamente em virtude da base das Lajes. Para o governo, trata-se de uma forma de evitar o isolamento na cena internacional e reforçar a sua posição, nomeadamente tendo presente o papel dos EUA. Esta presença compreende-se também no âmbito da defesa da “civilização cristã do Ocidente”,³⁸² claramente numa aposta anticomunista. Para além disso, a participação na OTAN surge como oportunidade de modernização das Forças Armadas, a que se acrescentaria a satisfação dos militares por esse empenhamento.³⁸³

1.1.3.2. A Europa da economia: o caso português

Na Parte I,³⁸⁴ tivemos já oportunidade de ver o Plano Marshall no quadro da Europa como espaço económico. Importa agora fazer uma breve referência à sua receção e impacto entre nós.

1.1.3.2.1. Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à aceitação

No caso português há uma recusa inicial em participar no projeto. Em setembro de 1947, Caeiro da Mata, Ministro dos Negócios Estrangeiros, é o rosto desta rejeição que tem por detrás várias razões. Entre elas o facto das finanças portuguesas, embora já ameaçadas por alguma instabilidade, continuarem com saldo positivo.³⁸⁵ Fernanda Rollo sublinha ainda o “autarcismo económico (...) [e] uma atitude de subestimação da dimensão e dos efeitos que a crise internacional de comércio e de pagamentos de 1947 teria em Portugal.”³⁸⁶ Também a almofada colonial, o receio da perda de autonomia face aos EUA, o reconhecimento da sua hegemonia e a falta de fé na cooperação internacional foram outras razões que moveram o Estado Português nesta recusa inicial.³⁸⁷ A verdade é que, em menos de um ano, Portugal acaba por solicitar o apoio americano, participando no “segundo exercício” do Plano Marshall, graças, em parte, à ação do embaixador Rui

³⁸¹ Franco NOGUEIRA. *Salazar. Vol. IV: O Ataque (1945-1958)*. Coimbra: Atlântida, 1980. 251- 255.

³⁸² ‘Breves Considerações Sobre Política Interna e Internacional a Propósito da Inauguração do Estádio de Braga’, discurso proferido por Salazar numa das salas da Biblioteca, a 28 de maio de 1950. António de Oliveira SALAZAR. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 459-478, 475.

³⁸³ Filipe Ribeiro de MENESES. *Salazar*. 377.

³⁸⁴ No capítulo I.

³⁸⁵ Maria Fernanda ROLLO. *Portugal e o Plano Marshall*. 141.

³⁸⁶ Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 62.

³⁸⁷ Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 57. Ainda a este propósito, resta ainda salientar que a decisão de rejeitar o Plano Marshall se engloba no sentido de manter “incólumes os grandes princípios pelos quais se regia a diplomacia de Salazar – o atlantismo, o privilegiar das relações com a Espanha e o Brasil, e a defesa do império colonial.” *Ibid.* 61.

Teixeira Guerra.”³⁸⁸ Isto apesar dos receios e incertezas políticas que esse pedido suscitava em alguns dirigentes do Estado Novo, em particular Oliveira Salazar, sempre zeloso da nossa independência e soberania política e económica. Mas ao défice da nossa balança comercial acrescia a dificuldade das exportações dos nossos “produtos, considerados de luxo”³⁸⁹ numa Europa a lutar pela sobrevivência, assim como de importações de bens essenciais. Neste contexto, o desafio da superação da crise económica e financeira falou mais alto. A participação no Plano Marshall, ainda que por razões pragmáticas, obrigou o país a organizar e planificar o seu desenvolvimento a nível setorial, global e colonial, não no isolamento e relativa autonomia política e económica que o império até certo ponto proporcionava, mas numa interdependência solidária que conduziu a uma aproximação à Europa e ao mundo ocidental. Tratava-se dos primeiros passos para uma modernização da economia.³⁹⁰

1.1.3.2.2. Da OECE à EFTA. A importância da política britânica no alinhamento europeu do Estado Novo

Entre os finais da década de quarenta e os inícios da década de cinquenta, muitos europeus não cessaram de lutar e de se empenhar na batalha árdua da união da Europa. As circunstâncias do pós-guerra geraram o imperativo da necessidade e, simultaneamente, o desejo de concretizar esse sonho que até ali parecia sempre adiado.³⁹¹ Na sequência do Plano Marshall e em prol do desenvolvimento económico, assistimos, em 16 de abril de 1948, à criação de uma instituição de cariz intergovernamental. Falo da OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica),³⁹² da qual Portugal, com outros quinze países,³⁹³ é membro fundador. Não querendo colocar-se à parte dos projetos europeus, o seu envolvimento não tem um excessivo compromisso.³⁹⁴ Trata-se, sem dúvida, de uma estratégia política do *tanto quanto* que acabará por se render às inevitáveis circunstâncias e consequências do pós-guerra que fizeram cair por terra a autarcia portuguesa, pelo menos no plano económico. Aos benefícios do Plano Marshall juntavam-se agora a continuidade de uma abertura de horizontes, através do conhecimento da economia de outros países e de

³⁸⁸ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 24.

³⁸⁹ Maria Fernanda ROLLO. *Portugal e o Plano Marshall*. 136.

³⁹⁰ Para uma descrição sintética das vantagens e consequências do Plano Marshall para Portugal vd. Maria Fernanda ROLLO. *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra*. 673 e ss.; IDEM. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 64.

³⁹¹ Recordem-se os desafios lançados, neste sentido, por Richard Coudenhove-Kalergi, Aristide Briand e até mesmo Churchill, pelo menos no discurso proferido na Universidade de Zurique, em 1946, e no discurso da “cortina de ferro”. Vd. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 17. Também Maria Fernanda ROLLO. ‘Plano Marshall’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IX: *Suplemento P/Z*. Porto: Figueirinhas, 1999. 97-99.

³⁹² Para uma melhor explicitação dos objetivos da OECE, vd. Maria Fernanda ROLLO. *Portugal e o Plano Marshall*. 106-108. Em 1950, Portugal torna-se membro da União Europeia de Pagamentos e, em 1958, adere ao Acordo Monetário Europeu.

³⁹³ Suécia, Noruega, Islândia, Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Suíça, França, Itália, Grécia, Turquia e Portugal.

³⁹⁴ Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 61, assinala que, em relação a Portugal, “a leitura e o entendimento que tinha do Plano Marshall colocavam-no numa espécie de posição de observação”. Cf. IDEM. ‘Plano Marshall’.

autoconsciência relativamente às limitações e fragilidades dos nossos setores produtivos, como já foi referido.³⁹⁵ Caminhava-se, desta forma, embora paulatinamente, para a convicção de que o país não podia ficar de costas voltadas para a Europa.³⁹⁶ Em 1951, é criada a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), primeira instituição supranacional europeia.³⁹⁷ Além desta organização de carácter económico, tornava-se premente a defesa do Velho Continente em face das ameaças à paz por parte da URSS e o avanço da ideologia comunista na Europa Ocidental. Este receio leva, logo em março de 1948, à criação da UO (União Ocidental), com a chancela dos EUA³⁹⁸ tal como a OECE. Em 1954, este organismo transforma-se em UEO (União da Europa Ocidental), contando com a presença da Alemanha e da Itália. Em 1949 surge o Conselho da Europa, instituição intergovernamental com uma assembleia parlamentar,³⁹⁹ e a OTAN, organização de que Portugal é membro fundador. Quanto ao Conselho da Europa, Salazar desenvolve uma política autista e após prolongados silêncios, embaraçosos para a diplomacia portuguesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela boca de Caeiro da Mata, dá a conhecer o seu “cepticismo e prudência”⁴⁰⁰ relativamente à nova organização que unia países democratas e liberais.

Também fracassou então o projeto de constituição de um exército europeu, no âmbito da CED (Comunidade Europeia de Defesa)⁴⁰¹ e da CPE (Comunidade Política Europeia). Em alternativa à CED, Portugal e a Grã-Bretanha preferem o “rearmamento alemão no quadro da Aliança Atlântica”.⁴⁰² O fim de um projeto militar e político consistente para a Europa fez com que se apostasse mais em projetos de unidade e cooperação económica, destacando-se, além de Jean Monnet, Paul-Henri Spaak, Ministro dos Negócios Estrangeiros belga.⁴⁰³

Também na questão europeia se descortinam traços da tradicional influência britânica na política portuguesa. Olhando para um passado recente, a “neutralidade colaborante”⁴⁰⁴ com os Aliados durante a guerra, que se torna palpável com a cedência da base das Lajes (Acordo Luso-Britânico de 1943), não se justifica apenas com o desenrolar do conflito a favor das forças aliadas, mas também como uma forma de dar efetividade à aliança com a Inglaterra.⁴⁰⁵ Logo em 1945, no

³⁹⁵ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 24.

³⁹⁶ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 109.

³⁹⁷ Proposta do economista francês Jean Monnet, apresentada à imprensa pelo primeiro-ministro Robert Schuman.

³⁹⁸ Tratado de Bruxelas, Março de 1948. Países aderentes: Reino Unido; França; Países Baixos. Vd. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 18.

³⁹⁹ Tratado de Londres. Países aderentes: França, Grã-Bretanha e os países do Benelux.

⁴⁰⁰ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 25. Para outros desenvolvimentos quanto à posição portuguesa face ao Conselho da Europa, vd. António Martins da SILVA, ‘A origem do Conselho da Europa, a unidade europeia e o posicionamento português’. *Revista de História das Ideias* 22 (2001) 553-602.

⁴⁰¹ Tratado de Paris, Maio de 1952 (sob inspiração de Jean Monnet), constituída pelos seis países membros da CECA. Porém em 1954, o parlamento francês não ratificou o tratado, pondo fim a uma possível cooperação militar e mesmo política. Vd. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 19. Portugal à semelhança da Inglaterra recusa a CED e prefere o “rearmamento alemão no quadro da aliança Atlântica”. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 25.

⁴⁰² Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 25.

⁴⁰³ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 20.

⁴⁰⁴ ‘Portugal, a guerra e a Paz’. Discurso na Assembleia Nacional. a 18 de Maio de 1945. António de Oliveira SALAZAR. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 105.

⁴⁰⁵ Luís Reis TORRAL. ‘Salazarismo, Europa e América’. 620. Sobre a Aliança no período do Estado Novo, vd. a síntese de TELO 1999: 85- 87.

discurso 'No fim da Guerra', Salazar congratula-se pelo facto de a Inglaterra pertencer às potências vencedoras, acreditando na sua capacidade para liderar a reedificação de uma Europa que acabava de perder a sua hegemonia.⁴⁰⁶

Relativamente à política económica internacional podemos estabelecer alguma analogia entre as opções seguidas pela Grã-Bretanha e por Portugal. Com efeito, qualquer um dos países é cioso da sua independência e soberania política, daí a sua auto-exclusão em organizações de carácter supranacional, como, por exemplo, a CEE, pelo menos numa primeira fase.⁴⁰⁷ É evidente que Portugal, não sendo um país democrático, teria muitas dificuldades em ser aceite nesta organização, sobretudo após 1962.⁴⁰⁸ A posição do governo português face aos esforços de construção europeia, segue a posição inglesa: dúvida e descrença.⁴⁰⁹ Foi a mensagem que Salazar passou na declaração de março de 1953 relativamente à Europa. Quanto à Grã-Bretanha atua quer no tabuleiro europeu quer no palco mundial: no primeiro caso, preocupa-se, tradicionalmente, em impedir a hegemonia de uma qualquer potência europeia no Continente; no segundo, o seu peso enquanto potência marítima e imperial leva-a a privilegiar as relações com os países da *Commonwealth* e com os EUA.⁴¹⁰ Assim se compreende a sua não participação na CECA em 1951 e o abandono do Comité Spaak em 1955. Como nem sempre foi possível equilibrar estes dois pratos da balança – o europeu e o atlântico –, Portugal e a Inglaterra foram dando preferência às relações comerciais constituintes da(s) sua(s) história(s) e que lhe(s) garantia(m), à partida, maior sucesso. Não obstante, primam também pela política do *tanto quanto*, relativamente à Europa, isto é, pretendem sobretudo os benefícios e nem sempre os custos ou sacrifícios a que obrigam. Porém, o mercado comum e a união aduaneira entre os seis que constituem a CEE surgem como uma promessa de prosperidade e desenvolvimento que gostariam de não perder, mas não estão dispostos a dar o passo para uma possível integração política já apontada pelo Tratado de Roma.

Os ingleses tentam, então, opor-se à união aduaneira e acabaram por apostar na OECE onde desempenhavam uma posição privilegiada. Assim, logo em 1956, propuseram nessa mesma organização a criação de uma Zona de Livre Comércio (ZLC) entre os seis países que iriam fundar o Mercado Comum e os outros Estados integrantes da OECE.⁴¹¹ Portugal reavalia as suas opções, percebe que o seu futuro depende mais do que nunca da sua participação numa organização

⁴⁰⁶ 'No Fim da Guerra', discurso proferido na sessão da Assembleia Nacional de 8 de maio de 1945. António de Oliveira SALAZAR. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 93-98, 96-97.

⁴⁰⁷ Maria Fernanda ROLLO. 'Salazar e a Construção Europeia'. 70. A Grã-Bretanha fez o seu primeiro pedido de adesão ao Mercado Comum em 1961 só aceite em 1970 e Portugal pede colaboração com os Seis em 1962 e entra em 1 de janeiro de 1986.

⁴⁰⁸ Em 1962, "um relatório da CEE estabeleceu condições políticas que impediam a adesão a regimes não democráticos.": cf. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 110.

⁴⁰⁹ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 25.

⁴¹⁰ Em geral, vd. Adriano MOREIRA. 'Evolução das relações Leste-Oeste'. *Brotéria* 70 (1960) 373; quanto ao segundo ponto, Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 21.

⁴¹¹ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 22.

económica europeia.⁴¹² Assim, vai empenhar-se desde o início neste projeto, liderado pelos ingleses e sem carácter político, que permite que os territórios ultramarinos não façam parte desta Zona, o que possibilita a Portugal e à Inglaterra a continuidade de relações favorecidas com esses territórios ou com os seus mercados tradicionais. Com efeito, a questão dos territórios ultramarinos unia os dois países, mesmo se, no princípio, havia uma certa ambiguidade por parte dos ingleses relativamente à participação de Portugal na Zona.⁴¹³

A sequência de relatórios que radiografavam “um certo fracasso do corporativismo estadonovista”⁴¹⁴ fez com que a decisão de participação na ZLC fosse sendo preparada e fortalecida ao longo dos anos arrastando consigo negociações extensas e difíceis. Na angariação de soluções vantajosas para Portugal destacam-se Salazar e Marcelo Caetano, Ministro da Presidência, bem como o Subsecretário de Estado do Orçamento (Secretário de Estado do Comércio, a partir de 1958), Correia de Oliveira, e ainda Teixeira Guerra, representante de Portugal na OECE.⁴¹⁵ Com os seus contributos tornou-se possível a aceitação da entrada de Portugal na Zona de “forma condicionada, ao abrigo de medidas de salvaguarda”,⁴¹⁶ atendendo ao facto de ser um país em vias de desenvolvimento. No entanto, a supremacia da Inglaterra em todo este processo e a ameaça que poderia constituir para as comunidades já existentes ou a constituir levaram o Parlamento Europeu e depois os franceses, em 1958, a fazer abortar o projeto.⁴¹⁷ Mas a perda de uma batalha não significava a perda da guerra. Por isso, alguns países não cruzaram os braços e reuniram-se em dezembro de 1958, em Genebra, para tentar “salvar a OECE e o princípio multilateral na política económica europeia”⁴¹⁸, resolvendo os problemas desencadeados pela criação do Mercado Comum em relação aos países que dele não faziam parte. Graças à estratégia diplomática de Teixeira Guerra e Calvet de

⁴¹² Entre a opção europeia e a opção africana, Correia de Oliveira, defende a “ideia de complementaridade”, afirmando que a participação em organizações económicas europeias não é incompatível com a continuidade da política ultramarina. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 66-67.

⁴¹³ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 38-44 e 54-58.

⁴¹⁴ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 36. Nas páginas 62-67 encontra-se uma descrição do segundo relatório da Comissão Interministerial que aborda as deficiências da economia portuguesa na agricultura, indústria e comércio. Curiosamente, na *Estudos*, em 1960, na Secção *Crítica*, surge uma recensão à obra de Augusto Morais Sarmiento (antigo Presidente do CADC), *O Corporativismo Português e o Pensamento Social Católico*, da autoria de Carlos Alberto de Faria, onde se contrapõe o «Corporativismo de Estado» e o «Corporativismo de Associação». Ao caracterizar um e outro, deixa bem claro que a doutrina social da Igreja se revê no segundo e que em Portugal existe “um corporativismo de Estado, temperado por elementos associativos.” (Carlos Alberto de FARIA. ‘O Corporativismo Português e o Pensamento Social Católico (ensaio)’. *Estudos* 38 [1960] 612). O tema é de novo abordado aquando de um comentário que o Autor faz aos *Discursos e Notas Políticas III 1938-1943*, de Oliveira Salazar. Além do corporativismo, a Nação e o Nacionalismo; a Democracia, Liberalismo, Socialismo, a Igreja e o Estado são assuntos que merecem a atenção e reflexão de ‘Recensão a A. O. Salazar, *Discursos e Notas Políticas III. 1938-1943*’. *Estudos* 38 (1960) 145-152.

⁴¹⁵ Para uma melhor percepção do contributo destes protagonistas no processo decisório português, vd., em particular, Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 95-107.

⁴¹⁶ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 110.

⁴¹⁷ Sobre os avanços e recuos da organização até à sua extinção, vd. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 22-23.

⁴¹⁸ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 81. Ainda para uma síntese, vd. Jacinto NUNES. ‘Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal e a.’ In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IX: *Suplemento P/Z*. Porto: Figueirinhas, 1999. 684.

Magalhães, Portugal participa nesta reunião como membro de pleno direito.⁴¹⁹ Pretendia-se uma alternativa económica que pudesse minimizar os efeitos trazidos pela entrada em vigor do Mercado Comum. Em 4 de janeiro de 1960, o Reino Unido, Áustria, Noruega, Suécia, Suíça, Dinamarca e Portugal assinaram, em Estocolmo, a Convenção que criava a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA – *European Free Trade Area*).⁴²⁰ Esta organização visava apenas objetivos económicos e, dentre eles, a cooperação com a Europa dos Seis era uma meta a atingir.⁴²¹ Tal convinha a Portugal, pois grande parte das nossas transações comerciais fazia-se com os países aderentes ao Mercado Comum. Mas também porque era possível, como já foi dito, continuar a manter com as nossas Províncias Ultramarinas uma relação comercial privilegiada, uma vez que estavam excluídas da Zona e também porque nos foram atribuídas algumas vantagens exclusivas adicionais. Realizaram-se acordos bilaterais, nomeadamente no setor agrícola e vitivinícola.⁴²² Esta “discreta mas significativa aproximação à Europa”⁴²³ vai marcar profundamente a política económica em Portugal nos anos 60,⁴²⁴ pois rompe com o isolacionismo a que uma política económica demasiado protecionista nos tinha votado.

2. Estado Novo e Igreja Católica

Não cabe aqui fazer um levantamento da problemática das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo, tema que tem merecido, como referi, a atenção de historiografia recente. Numa apertada síntese, importa recordar apenas alguns aspetos que assumem particular relevo quanto ao objeto de estudo.

Assim, permito-me destacar os seguintes fragmentos:

a) ao aproximar-se o final da Segunda Guerra Mundial, Pio XII, na sua Radiomensagem natalícia, *Benignitas et Humanitas*, defende a democracia. Diz então: “se o futuro está reservado à democracia, uma parte essencial da sua realização, deverá competir à Religião de Cristo e à Igreja, mensageira da palavra do Redentor e continuadora da sua missão salvadora.”⁴²⁵ Este discurso tem algum impacto em termos gerais, ao traduzir o compromisso com a democracia política e não apenas, como era tradicionalmente vista na primeira democracia cristã, como democracia social. Se,

⁴¹⁹ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 82. Para uma análise breve das vantagens da participação de Portugal na OCDE vd. Jacinto NUNES. ‘Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal e a’. 684.

⁴²⁰ Sobre todos os pormenores das negociações, as vitórias alcançadas pela diplomacia portuguesa as vantagens da participação de Portugal na EFTA, vd. Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 27-34 e 80-107. Para uma síntese sobre a organização vd. Jacinto NUNES. ‘Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal e a’. Especificamente sobre as relações entre Portugal e a EFTA, vd. António Nogueira LEITE. ‘Associação Europeia do Comércio Livre (AECL), Portugal e a’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VII: *Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, 1999. 143.

⁴²¹ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 24 e 87.

⁴²² Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 88-89. Vd., também, Maria Fernanda ROLLO. ‘Salazar e a Construção Europeia’. 69.

⁴²³ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 15.

⁴²⁴ Elsa Santos ALÍPIO. *Salazar e a Europa*. 93.

⁴²⁵ Mário PACHECO. ‘A democracia no pensamento de S.S. o Papa Pio XII.’ *Estudos* 25 (1947) 198.

nesta última aceção, Manuel Braga da Cruz⁴²⁶ pode apelidar Salazar de democrata cristão, já no outro sentido se traduz numa deslegitimação do regime no quadro de uma nova Europa, que se pretende mais aberta à cooperação e livre de ditaduras. Há referências genéricas à importância da mensagem. No entanto, está por fazer, tanto quanto sei, uma análise da receção geral da Radiomensagem entre nós, até na militância católica dissidente. Modestamente, pretendo concretizar melhor esta questão em relação à *Estudos* e, sobretudo, tratar a sua receção na *Brotéria*. Antecipando, veremos que, nesta última, entenderam vir a terreiro defender o regime, tentando deslegitimar os críticos. Naturalmente, este é um ponto em que uma abordagem mais específica se justificará. Acrescente-se que, na ótica do Magistério⁴²⁷ é indubitável que a referência à democracia não pode mais ser lida em chave de mera continuidade com as posições constantes da *Graves de Communis Re* (1901). Também aqui o mundo estava a mudar.

b) A segunda metade dos anos 50 é marcada por um conjunto de acontecimentos que têm claros reflexos nos meios católicos e nas revistas em análise. Em 1956, com a intervenção do Pacto de Varsóvia na Hungria,⁴²⁸ reforçam-se as imagens de uma Europa como Cristandade e Ocidente em luta, num quadro dual, contra a Europa comunista. Curiosamente, na radicalização desta contraposição, emergem traços de unidade cultural europeia que engloba o próprio Leste. As suas raízes cristãs são o traço comum com Portugal e os outros países ocidentais, que só a opressão soviética nega e distingue. Dezembro de 1956 e os meses que se seguem são pontos importantes no processo de reforço de uma crítica dos universitários católicos ao regime,⁴²⁹ mas compreensivelmente em termos de revistas é na publicação do CADC que se espelhará a contestação. Em causa está o Decreto-lei n.º 40 900⁴³⁰ que cerceia a liberdade de associação estudantil provocando efervescência nas academias do país.⁴³¹ Ainda não refeito do sobressalto, 1958 traz consigo, além da candidatura de Humberto Delgado, nas últimas eleições presidenciais por sufrágio direto,⁴³² a tomada de posição do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes,⁴³³ com a célebre carta dirigida a Salazar, antecedida de uma relevante e concorrida conferência precisamente no CADC que terminou em “apoteótica ovação.”⁴³⁴

⁴²⁶ Manuel Braga da CRUZ. *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. 15-20.

⁴²⁷ Guido FORMIGONI. ‘Democracia e Cristianismo.’ In Cristina Cappa LEGORA; Lucio LAMARQUE; Sergio LABBADINI, org. *Christos. Enciclopédia do Cristianismo*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 2004.

⁴²⁸ Para outras indicações vd. Paulo FONTES. *Elites católicas em Portugal*. 699-705.

⁴²⁹ Aliás, como sublinha Manuel Braga da CRUZ. *Raízes do Presente. Estudos de História Contemporânea*. 190, a reivindicação da liberdade para as igrejas perseguidas a Leste (recorde-se, para além do caso húngaro, a marcha realizada no Porto em 1954 em solidariedade com a Igreja polaca) levou muitos católicos a interrogarem-se sobre a falta de liberdade em Portugal.

⁴³⁰ Sobre este ponto, para além das referências no capítulo seguinte, a propósito da *Estudos*, vd. Paulo FONTES. *Elites católicas em Portugal*. 705-707.

⁴³¹ Para mais desenvolvimentos, cf. Paulo FONTES. ‘As Organizações Estudantis Católicas e a Crise Académica de 1956-1957’. 457-480.

⁴³² A Constituição foi alterada no ano seguinte: cf. Lei n.º 2100, de 29 de agosto de 1959.

⁴³³ Desenvolvidamente, vd. Manuel de Pinho FERREIRA. *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto: Fundação SPES/Universidade Católica Portuguesa, 2004.

⁴³⁴ ‘Ciclo de Conferências sobre Problemas Sociais’. *Estudos* 36 (1958) 266.

Nos anos 60, agravar-se-ão as tensões, em especial por parte dos intelectuais católicos que passam a militar ativamente contra o regime.⁴³⁵

⁴³⁵ Para este ponto, vd. a síntese de Fernando ROSAS. *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013. 257-271.

CAPÍTULO II

A EUROPA NA ESTUDOS: AUSÊNCIAS E PRESENCAS

I. CADC: caracterização institucional

I.1. Uma organização estudantil: da resistência à hegemonia

O CADC surge, em 18 de março de 1901, como tentativa de resposta a um problema que é um desafio, sentido por estudantes universitários católicos, que contam com o apoio de Professores face à “questão religiosa e (...) [à] questão social”⁴³⁶ nos inícios do século XX.⁴³⁷ Relativamente à primeira, o desenvolvimento científico e tecnológico intensificou o racionalismo e o positivismo. Por outro lado, a doutrina socialista e o laicismo crescente nas sociedades europeias (pós-Revolução Francesa) em geral e também em Portugal, a quem o republicanismo deu um rosto radicalizado, pareciam potenciar um anticlericalismo⁴³⁸ crescente e a passagem acelerada da religião do domínio público para o privado, ou no limite, para a sua própria desapareição. O agnosticismo crescia na Academia. É contra esta mentalidade, que se agravava e intensificava, que os ceadecistas se insurgem e lutam de forma determinada, persistente e audaciosa pelos direitos da Igreja e dos católicos no espaço público.⁴³⁹ Apresentando-se como um “movimento católico, intelectual e universitário”⁴⁴⁰ começou, ainda que com poucos elementos, com reuniões clandestinas e ocasionais, em repúblicas e casas particulares (devido ao peso da corrente anticatólica no meio académico), sob a liderança de António Francisco Menezes Cordeiro, estudante de Direito e fundador do CADC. Em 1904, têm sede própria e, em 1905, são aprovados os estatutos no plano civil e eclesiástico, destacando-se neste processo Francisco José de Sousa Gomes.⁴⁴¹

As reuniões adquirem, posteriormente, uma periodicidade semanal marcadas pelas três palavras-chave que foram motor da sua fidelidade ao Magistério: “PIEDADE [que eleva até Deus],

⁴³⁶ Manuel Braga da CRUZ. *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. 24.

⁴³⁷ Recorde-se que a então Faculdade de Teologia de Coimbra ainda existia e terá certamente influenciado muitos jovens estudantes. É o próprio fundador que o deixa antever no discurso proferido nos 50 anos desta instituição quando apela à restauração da Faculdade de Teologia. António Manuel Menezes CORDEIRO. ‘Dr. António Francisco de Menezes Cordeiro, Fundador do CADC’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 29.

⁴³⁸ Em geral, vd. Vítor NETO. *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: INCM, 1998.

⁴³⁹ Como causa próxima desta mobilização veja-se as consequências na imprensa e na opinião pública do Caso Calmon. Francisco Almeida e SOUSA. ‘Depoimento’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 54. E ainda o decreto de 18 de abril do governo de Hintze Ribeiro “que obrigava os institutos religiosos a submeterem a aprovação oficial os seus estatutos, e proibia-lhes o regime de clausura, os noviciados e os votos” (Manuel Braga da CRUZ. ‘CADC: Um século de História’. 13).

⁴⁴⁰ António Manuel Menezes CORDEIRO. ‘Dr. António Francisco de Menezes Cordeiro, Fundador do CADC’. 42. A este propósito vd. ainda Luís Salgado de MATOS. ‘O Cardeal Cerejeira e o CADC’. In *ibid.* 78: “O CADC apresenta-se como um movimento católico enérgico, desempoeirado e polémico; está naturalmente na primeira fila das mais recentes conquistas da ciência e da cultura; é um movimento universitário e coimbrão – mais exactamente: é um movimento de uma geração; quer cristianizar e organizar a elite pois é ela que comanda a sociedade (...).”

⁴⁴¹ Manuel Braga da CRUZ. ‘CADC: Um século de História’. 13; sobre a figura do Professor Francisco de Sousa Gomes, vd. IDEM. *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes: homem de Ciência e de Igreja*. Braga: Livraria Cruz, 2011.

ESTUDO [que esclarece a inteligência] e AÇÃO [reflexo sensível dos dois primeiros]”.⁴⁴² Lema com alguma semelhança com o Ver, Julgar e Agir da Ação Católica,⁴⁴³ movimento que o CADC ajudou a construir entre nós e do qual fazia parte.⁴⁴⁴

Na primeira década do século XX, a par da questão religiosa, a questão social dominava as preocupações dos *rapazes do CADC* tendo em conta as desigualdades sociais provocadas pelo ainda incipiente desenvolvimento industrial em Portugal, mas já manifesta falta de justiça social.⁴⁴⁵ Apoiados e entusiasmados pelo ensinamento e apelo das encíclicas papais, nomeadamente a *Rerum Novarum* de Leão XIII,⁴⁴⁶ os ceadecistas apadrinharam desde a primeira hora os Círculos Operários Católicos, sempre na procura de uma “resposta *moral*, e não *política*, à questão social.”⁴⁴⁷

Com efeito, foi para que não houvesse dúvidas a este respeito que o primeiro nome atribuído ao CADC – *Centro Nacional Académico* – foi alterado, por sugestão de Menezes Cordeiro, para *Centro Académico de Democracia Cristã* a fim de não ser conotado com os Centros Nacionais de onde nasceu, em 1903, o Partido Nacionalista,⁴⁴⁸ cujos partidários defendiam posições políticas e religiosas consideradas legitimistas e integralistas.⁴⁴⁹ A democracia cristã é, pois, uma ideia fundadora e condutora nas linhas de ação e intervenção do CADC. Mas uma democracia cristã entendida como Leão XIII a explica na Encíclica *Graves de Communi Re*, de janeiro de 1901. Barbosa de Melo esclarece que a democracia cristã surge com um sentido circunscrito aos destinatários da ação política, isto é,

⁴⁴² Joana Maria Rodrigues CHÉLINHO. ‘Palavra de explicação’. *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2001. 9. Segundo Luís Salgado de MATOS. ‘O Cardeal Cerejeira e o CADC’. 73, *A Ação* polariza a atuação dos ceadecistas até 1918. O fim da guerra coincide com o apaziguamento das relações entre o Estado e a Igreja em Portugal. Assim, a partir dessa data intensificam-se as outras vertentes: a piedade (multiplicam-se os retiros), e o estudo com a revista *Estudos*, de carácter mais “cultural e científico” ao contrário do “semanário de combate” que era o *Imparcial*. Há efetivamente uma alteração significativa em termos de prioridades. A propósito da alteração referida, o mesmo Autor na página 80 afirma que “o tema da geração faz a transição para o da elite: a nova geração prepara-se para ser uma elite competente e católica.” Neste contexto destaca o papel de relevo de Manuel Gonçalves Cerejeira como primeiro Diretor do *Imparcial*.

⁴⁴³ “Em 1932 foram aprovadas as Bases da Ação Católica, sendo o CADC integrado nela, como parte da Juventude Universitária Católica (...).” Manuel Braga da CRUZ. ‘CADC: Um século de História’. 15.

⁴⁴⁴ Decreto de Integração do CADC na Ação Católica de 2 de fevereiro de 1950, publicado na Secção *Vida do CADC* com o título: ‘Presidente da J.C.’. *Estudos* 38 (1960) 500.

⁴⁴⁵ Para uma melhor contextualização internacional e nacional deste período, no âmbito político, religioso e económico e social vd. João ALVES. ‘Abertura’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2001. 11-14.

⁴⁴⁶ Foi “pioneira a influência da Igreja chamando a atenção para o pouco ou nenhum cuidado que era dedicado às situações laborais, em economias puramente liberais que não asseguravam condições mínimas de trabalho: com salários de miséria, horários desmesurados, a ocupação de menores ou ainda, por exemplo, sem o cumprimento de regras básicas de segurança.” Manuel Lopes PORTO. ‘Os novos problemas sociais’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 161-162. A importância desta Encíclica na vida do CADC é ainda visível na exposição comemorativa dos 50 anos (sobre esta com uma breve descrição, vd. ‘Comemorações em Coimbra’. *Estudos* 29 (1951) 521-525, quando, logo na primeira sala, se justifica o aparecimento desta instituição como resultado do repto lançado no referido documento.

⁴⁴⁷ Manuel Braga da CRUZ. ‘Origens e primeiros tempos do CADC’. 21. Para uma maior clarificação do empenhamento social dos ceadecistas, vd. p. 23.

⁴⁴⁸ Esta ideia de não intervenção, enquanto corpo, na vida partidária, comprova-se também pela recusa em aceitar, em 1908, a designação de «Real» após o regicídio. Cf. Sobre este ponto, Luís Lopes de MELO. *O Centro Académico de Democracia Cristã (C.A.D.C.)*. História Breve. Coimbra, 1951. 4.

⁴⁴⁹ João Paulo Avelãs NUNES. ‘O C.A.D.C. de Coimbra nos Inícios do Estado Novo: a revista Estudos entre 1922 e 1934’. In António Rafael AMARO; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.ª ed. Lisboa: Colibri, 2000. 117-195.

o povo. Apresenta, assim, aquilo a que chama “princípio da relativa indiferença”⁴⁵⁰ em relação aos titulares dos cargos públicos, colocando-se o acento tónico na prática da “honestidade e da justiça”⁴⁵¹ no desempenho das funções. As primeiras décadas de vida desta agremiação traduzem-se na passagem de uma fase defensiva, mesmo de resistência, a um período de triunfo e de relevância cultural e política na sociedade e na universidade. A chegada de Salazar ao poder abriu portas a um conjunto de quadros que provieram do CADC.

I.2. A circunstância: o pós-guerra no CADC

Como referi,⁴⁵² o pós-guerra, com a derrota do eixo nazi-fascista, não deixa de produzir efeitos na sociedade portuguesa. O CADC não fica imune a este processo, para mais no contexto de uma cultura católica que passa por um caminho de renovação e lança sementes para o que será o Concílio Vaticano II. A mensagem do Natal de 1944, de Pio XII, as ideias de um conjunto de intelectuais católicos (uma outra imagem de Europa, uma Europa intelectual),⁴⁵³ com especial destaque para Jacques Maritain⁴⁵⁴ e Emmanuel Mounier,⁴⁵⁵ têm influência nalguns quadros.

Há sinais de erosão do apoio ao regime na esfera católica já nos anos 40 – no terreno político, assinala-se o empenhamento de antigos dirigentes do CADC, Francisco Veloso⁴⁵⁶, no Movimento de Unidade Democrática (MUD) e de Orlando de Carvalho,⁴⁵⁷ na candidatura de Norton de Matos. A posição do primeiro é um “espinho particular”⁴⁵⁸ para Salazar, uma vez que tinha sido colaborador de *O Imparcial*.

⁴⁵⁰ António Barbosa de MELO. ‘Carta à Associação Académica de Coimbra’. *Estudos* 34 (1956) 117.

⁴⁵¹ António Barbosa de MELO. ‘Carta à Associação Académica de Coimbra’. 117.

⁴⁵² Parte II, Cap. I.

⁴⁵³ Isto mesmo o demonstra as sessões de Estudo realizadas, a título de exemplo no ano letivo 1945/46, os temas ‘Cultura e Fé’, ‘Sentido Cristão do Humanismo’ e ‘Precusores de Marx e Hegel’, tratados respetivamente por Mário Raposo, Mário Pacheco e Orlando de Carvalho. ‘Efemérides’. *Estudos* 29 (1951) 658.

⁴⁵⁴ Influência que tem alguma repercussão na revista, Secção *Varanda* ‘O personalismo cristão perante o totalitarismo’ (Ferreira SALGADO. *Estudos* 26 [1948] 227-228). Ferreira Salgado faz uma contraposição entre capitalismo/totalitarismo de Estado e personalismo cristão que coloca o acento tónico na pessoa, na sua dignidade e liberdade e não no indivíduo; ‘Para uma teoria humana da Propriedade – Do Problema do ser ao problema do ter’ é título de um escrito de Orlando de Carvalho, por altura das bodas de ouro do CADC (Orlando de CARVALHO. *Ibid.* 29 [1951] 315-354).

⁴⁵⁵ Noticia-se a morte de Emmanuel Mounier. O elogio à sua pessoa, obra e marcas deixadas, sobretudo na revista por ele fundada, *Esprit*, marcam o teor do artigo de Alexandre Fradique MORUJÃO. ‘Morreu Emmanuel Mounier’. *Estudos* 28 (1950) 246-247. Um ano depois, em 1951, na sessão *Panorama do Mundo*, faz-se de novo referência ao filósofo francês, ao personalismo por ele defendido “como uma filosofia da liberdade e do amor” (Jorge BISCAIA. ‘Emmanuel Mounier’. *Ibid.* 29 (1951) 164-165) e transcrevem-se extratos de algumas das suas últimas cartas. Não obstante, critica-se a visão regeneradora (‘doutrina purificável’) que Mounier tinha do comunismo (p. 164). Em geral, sobre a influência de Mounier nos meios universitários católicos de Coimbra, vd. RODRIGUES 2001: 99. A revista *Esprit* era recebida no CADC, constando do espólio bibliográfico de 1949 a 1990, embora com algumas falhas. Recentemente, João Bigotte CHORÃO. ‘Em memória do Padre João Mendes’. *Estudos* N.S. 10 (2008-2013) 207, recordava que, na biblioteca do CADC, “numa das mesas estava a influente revista personalista *Esprit*, dirigida então pelo grande exegeta da literatura Albert Béguin, sucessor de Mounier” (refere-se especificamente a um fascículo de 1954).

⁴⁵⁶ Francisco Maurício Ferreira Veloso, natural de Lisboa, inscrito em 1922 (Curso de Medicina).

⁴⁵⁷ Orlando Alves Pereira de Carvalho foi uma das figuras mais notáveis da oposição na Universidade de Coimbra. Nasceu em Santa Marinha do Zêzere, Concelho de Baião, a 1 de dezembro de 1926, tendo sido admitido como sócio do CADC a 30 de novembro de 1943.

⁴⁵⁸ A expressão é de Franco Nogueira, que lhe dá alguma relevância em: *Salazar. Vol. IV: O Ataque (1945-1958)*. 29-30.

Nas eleições de 1949, o promotor da lista de oposição em Castelo Branco, que integrava Cunha Leal, foi José Ribeiro Cardoso (1874-1965), Presidente do CADC entre 1904 e 1906.⁴⁵⁹

Os anos 50, sobretudo a partir da segunda metade, marcam, de forma indelével, uma rutura de parte dos universitários com o horizonte estreito do salazarismo. Como sublinha Barbosa de Melo, “as relações dos sócios do CADC com a democracia europeia no imediato pós-guerra e até meados da década de 50 foram essencialmente de índole intelectual.”⁴⁶⁰ O ambiente do CADC, por ele vivido, era de “claríssimo pluralismo cultural e político do conjunto dos associados e dirigentes da instituição”,⁴⁶¹ traduzido numa multiplicidade de sensibilidades (liberal; humanista-cristã na linha de Maritain; personalista na esteira de Mounier; republicana; monárquica).⁴⁶² A Europa da democracia e dos intelectuais, de uma cultura aberta ao debate e à liberdade, vai fazendo o seu caminho no CADC.

Para análise e discussão dos problemas sociais chegaram a organizar um ciclo de Conferências em 1958.⁴⁶³ Ainda nesse ano, na Secção “Varanda”, num artigo intitulado ‘O Momento Político Português’,⁴⁶⁴ podem ler-se as seguintes palavras: “Há graves reparos a fazer à situação actual do País. A nosso ver impõe-se: liberdade de imprensa, aliada a uma eficaz e pronta responsabilização pelos seus abusos; a eliminação de certos atropelos da polícia política; o cerceamento das prerrogativas económicas de uns tantos, em favor da elevação do nível de vida dos camponeses, operários e funcionários humildes; um sistema de assistência mais rápido e eficiente; uma urgente revisão do problema educacional.”⁴⁶⁵

Neste período, sublinho:

a) participação ativa no panorama nacional (o CADC é, desde 1950, um organismo integrado na Ação Católica) e até internacional (Movimento Internacional de Estudantes Católicos da *Pax Romana*)⁴⁶⁶, que permite aos ceadecistas⁴⁶⁷ um maior confronto de ideias e abertura a novas perspetivas culturais e teológicas.⁴⁶⁸ Esta mudança prende-se ainda com alterações no quadro

⁴⁵⁹ Mário Matos e LEMOS. *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): um dicionário*. Lisboa: Texto Editores, 2009. 136-137.

⁴⁶⁰ António Barbosa de MELO. ‘O CADC e a democracia cristã europeia (no imediato pós-guerra)’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2001. 120.

⁴⁶¹ António Barbosa de MELO. ‘O CADC e a democracia cristã europeia (no imediato pós-guerra)’. 118- 119.

⁴⁶² António Barbosa de MELO. ‘O CADC e a democracia cristã europeia (no imediato pós-guerra)’. 118- 119.

⁴⁶³ Manuel Braga da CRUZ. ‘CADC: Um século de História’. 15-16.

⁴⁶⁴ ‘O Momento Político Português’. *Estudos* 36 (1958) 324-326.

⁴⁶⁵ ‘O Momento Político Português’. 326.

⁴⁶⁶ Embora tenha sido o caminho por excelência de participação internacional do CADC, o MIEC não esgota a iniciativa nesse plano. Na verdade, em 1956, a revista prepara o I Encontro Luso-Alemão de Universitários Católicos, versando, entre outras, a temática europeia: cf. *Estudos* 34 (1956) 129-163. Em 1958, o CADC foi convidado a integrar como sócio fundador o Círculo de Alberto Magno, com sede em Colónia, que englobava ainda organizações de estudantes de Viena, Zurique, Paris e Tóquio. Cf. ‘Vida do CADC’. *Estudos* 36 (1958) 506-507.

⁴⁶⁷ Esta internacionalização da Ação Católica Portuguesa não se limita ao CADC e, em geral, aos universitários católicos, alargando-se a outras organizações (por exemplo à JOC/JOCF): para uma breve síntese António Matos FERREIRA. ‘Ação Católica’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII: Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, 1999. 28.

⁴⁶⁸ Rogério Martins foi Vice-Presidente desta instituição em 1950 e 1951 e Maria de Lurdes Pintasilgo foi Presidente entre 1956 e 1958. Paulo FONTES. *Elites católicas em Portugal*. 133. Já em 1946, aparece na *Estudos* ‘Notas de Viagem’, por Carlos Amado, que descreve o percurso seguido pelos ceadecistas até ao XIX Congresso Mundial da Pax

valorativo da sociedade portuguesa decorrentes quer da entrada de Portugal na ONU em 1955 e das negociações de carácter económico com alguns países europeus, que culminaram, em 1960, na EFTA, quer ainda com mudanças políticas, sociais, económicas e educacionais a nível interno;⁴⁶⁹

b) forte oposição ao comunismo, sendo um dos marcos a crise da Hungria em 1956, que desencadeou importantes manifestações de solidariedade com os estudantes e operários desse país;

c) contestação ao Decreto-Lei n.º 40.900 que punha alguns limites à autonomia universitária e ao associativismo estudantil;⁴⁷⁰

d) a conferência de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto (pouco tempo antes da célebre carta com que confrontou Salazar), com significativa repercussão no CADC⁴⁷¹, tendo também esse ano sido marcado pelas eleições presidenciais, registando-se uma tomada de posição crítica da própria Direção da instituição.⁴⁷²

A década de 60 continuará a aprofundar o pluralismo em tempos marcados pelo Concílio Vaticano II, o aumento da contestação estudantil e o desencadear da guerra colonial. Em síntese, o CADC marcou profundamente gerações sucessivas de jovens crentes que através da formação e acompanhamento religioso (retiros, vigílias, peregrinações, cerimónias religiosas), enquadrados nesta instituição e abertos a sócios e não sócios e à sociedade em geral, deixaram uma marca distintiva na Universidade, no país, na Igreja portuguesa e na sociedade, pois daqui saíram quadros ⁴⁷³ que procuraram, nos diversos cargos que ocuparam a nível público ou privado, fazer a difícil simbiose entre fé e cultura e, nalguns casos, fé e política.

Entre a fidelidade aos princípios da doutrina política e social da Igreja e o ajuste com os sinais dos tempos, vemos os ceadecistas empenhados em acompanhar, através de múltiplas actividades não só as de carácter religioso, mas também culturais (publicações, palestras, conferências, sessões de estudo, colóquios e congressos),⁴⁷⁴ sociais e caritativas (o Lactário; as Conferências de S. Vicente de

Romana (*Estudos* 24 [1946] 373-379). No número sobre as Bodas de Ouro, encontra-se, em língua francesa, o artigo de Gérard ÉTIENNE. 'La Mission de Pax Romana'. *Estudos* 29 (1951) 363-367.

⁴⁶⁹ Paulo FONTES. *Elites católicas em Portugal*. 127-129.

⁴⁷⁰ Crise académica de 1956-1957, na qual os ceadecistas contribuíram ativamente. Veja-se a 'Carta à Associação Académica de Coimbra' que Barbosa de Melo, como secretário do CADC, dirigiu à referida Associação Académica. Também Fernando Jasmins PEREIRA. 'O Decreto-lei n.º 40. 900 e as primeiras reacções da Academia de Coimbra'. *Estudos* 34 (1956) 619 -620. Sobre a importância dos estudantes católicos no processo de contestação ao diploma, vd. Paulo FONTES. 'As Organizações Estudantis Católicas e a Crise Académica de 1956-1957'. 469-480.

⁴⁷¹ Sobre a relevância do Bispo do Porto no meio ceadecista, vd. António Barbosa de MELO. 'D. António Ferreira Gomes e os estudantes Católicos de Coimbra (1956-1959)'. In *Reconciliação - Caminho para a Paz*. Porto: Fundação SPES, 2000. 73-91. Refira-se a polémica suscitada pelos ataques de Manuel Anselmo a D. António Ferreira Gomes: cf. Fernando Jasmins PEREIRA, a 'Recensão ao livro de Manuel Anselmo, *Sobre a declaração de voto de Sua Ex.ª Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto*'. *Estudos* 36 (1958) 509-512. O confronto entre Manuel Anselmo e os ceadecistas conheceu outros episódios: na revista *Estudos* vd. João Bigotte CHORÃO. 'Comentários ao fascículo V dos «Cadernos de Manuel Anselmo»'. *Estudos* 38 (1960) 484-487 (com indicação de outras peças da polémica), antecedido de uma tomada de posição da Direção do CADC intitulada 'O Sr. Dr. Manuel Anselmo e o CADC'. *Estudos* 38 (1960) 483.

⁴⁷² 'O momento político português'. 324-326 (especialmente esta última página).

⁴⁷³ Manuel Braga da CRUZ. 'Origens e primeiros tempos do CADC'. 17-18. Vd., também António Manuel Menezes CORDEIRO. 'Dr. António Francisco de Menezes Cordeiro'. 48; e Manuel PORTO. 'Os novos problemas sociais'. 171.

⁴⁷⁴ Estas iniciativas eram abertas a sócios, não sócios, estudantes e não estudantes. Cf. António Barbosa de MELO. 'O CADC e a democracia cristã europeia (no imediato pós-guerra)'. 119.

Paula; a Obra dos Presos), as transformações religiosas (pós-Concílio Ecuménico Vaticano II)⁴⁷⁵ políticas, sociais, científicas, técnicas, económicas, educacionais e culturais do pós-guerra, na Europa e nosso país.⁴⁷⁶ Podemos dizer que até ao final dos anos cinquenta os vetores de reflexão, estudo e ação dos ceadecistas percorrem a *questão social* (com maior acuidade no início do século), a *questão religiosa* (veja-se as campanhas laicistas da I.ª República) e, por fim, a *questão política*, que vai marcar, sobretudo, os anos sessenta. Também a nossa abertura à Europa, o início da questão ultramarina e as várias crises académicas propiciaram uma maior intervenção dos ceadecistas na esfera pública e na vida política do país.

Entre os vários assistentes eclesiásticos do CADC, destaco Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Patriarca de Lisboa; o Padre Luís de Melo, desde 28 de Janeiro de 1920, em tempos onde na Academia se confrontavam maurrasianos e marxistas. No período em análise, há a considerar o Cónego Urbano Duarte,⁴⁷⁷ nomeado em 1942, e o Cónego Eurico Dias Nogueira, que desempenhará o seu múnus entre 1956 e 1963.

I.3. A abertura europeia do CADC: fundação e participação na Pax Romana

No ponto de vista organizacional, importa sublinhar que o CADC se insere numa rede europeia chamada *Pax Romana*,⁴⁷⁸ organização de que é cofundador.⁴⁷⁹ Assim, para além da chegada de ideias por via de livros e revistas que alimentavam a biblioteca – a merecer um estudo autónomo que não pode aqui ser empreendido⁴⁸⁰ –, alguns dos sócios do CADC tiveram oportunidade, enquadrados institucionalmente, de circular pela Europa assistindo *in loco* às mutações em curso num continente em reconstrução. Ilustra-o a revista ao destacar o Congresso Mundial dos Intelectuais Católicos, de 19 a 27 de Agosto de 1950, em Amesterdão. Este congresso, o primeiro a reunir professores e estudantes católicos, ambos constituindo a *Pax Romana*, teve como tema geral “A cooperação do intelectual na obra da Redenção”.⁴⁸¹

⁴⁷⁵ Já antes do Concílio Ecuménico Vaticano II, o CADC “representava uma força de renovação do laicado ao qual incumbia difundir a doutrina cristã no seio da Academia Conimbricense.” Manuel Augusto RODRIGUES. ‘Para a história do CADC – fase do Após-Guerra’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 98.

⁴⁷⁶ Manuel Augusto RODRIGUES. ‘Para a história do CADC – fase do Após-Guerra’. 95-96.

⁴⁷⁷ Manuel de Almeida TRINDADE. ‘O Padre Melo e o Cónego Urbano Duarte: Duas Referências no CADC’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 87- 93.

⁴⁷⁸ A *Pax Romana* é um movimento internacional do qual fazem parte associações de estudantes e intelectuais católicos de todo o mundo. Os primeiros, agrupados no Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, M.I.E.C.; os segundos no Movimento Internacional de Intelectuais Católicos, MIIC; a *Pax Romana* procura ler “os sinais dos tempos” à luz da doutrina católica, considerando as questões culturais, políticas e sociais do mundo. A sua atividade expressa-se em congressos, encontros e também em publicações. Sobre este movimento (origens, percursos, objetivos), vd. Glicerio SÁNCHEZ RECIO, coord. *La Internacional Católica*, e Domingos Gomes MAURÍCIO. ‘Pax Romana’. *Brotéria* 43 (1946) 64-68; agora também Paulo FONTES. *Elites católicas em Portugal. 780-792*, com outras indicações.

⁴⁷⁹ Portugal estava representado na *Pax Romana* igualmente por outros movimentos da Pastoral universitária (JUC; JUCF).

⁴⁸⁰ A biblioteca do CADC está parcialmente tratada.

⁴⁸¹ ‘Congresso Mundial dos Intelectuais Católicos’. *Estudos* 28 (1950) 252-253. As conferências seguiram o esquema que se reproduz: 1.ª Conferência: «O intelectual católico em face da cultura científica e moderna»; 2.ª Conferência: «Vocação e responsabilidade do intelectual católico no exercício da sua profissão»; 3.ª Conferência: «O intelectual e

Por ocasião das Bodas de Ouro do CADC (1951), Gérard Étienne⁴⁸² em nome desta organização internacional defende a nação, mas recusa o nacionalismo entendido numa “signification précise et péjorative”. Recomenda um princípio de vida: “pour être meilleurs Portugais, soyez plus Européens, pour être meilleurs Européens, soyez plus Portugais.”⁴⁸³

Em 1952, surge um artigo assinado por Jorge Biscaia intitulado a ‘Propósito da Paz’ em que o principal pressuposto para a atingir é “a ordem cristã, fundamento e garantia de Paz.”⁴⁸⁴ Como contributo para a paz são apontados os Movimentos *Pax Romana* e *Pax Christi* e ainda as palavras de Pio XII no discurso de Natal de 1951.⁴⁸⁵

Na Secção “Vida do CADC” refere-se, em 1957, uma conferência do Cónego Eurico Dias Nogueira, no âmbito da Semana da *Pax Romana* dedicada aos problemas africanos, intitulada ‘Perspetivas cristãs de África’.⁴⁸⁶

Em 1958, na Secção “Varanda”, a propósito do XXIV Congresso Mundial da *Pax Romana*⁴⁸⁷, publica-se uma entrevista ao Assistente Eclesiástico que participou no evento, na Áustria, juntamente com cerca de 50 portugueses.⁴⁸⁸ O tema era ‘As Universidades de hoje e as exigências da liberdade’. O entrevistado pôs em relevo o papel desempenhado pela Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo que presidiu à sessão de abertura e a uma das comissões de estudo, assim como destaca a marca positiva que tinha deixado nos congressistas.⁴⁸⁹ Relativamente ao tema do Congresso defende a independência política das universidades e a liberdade dos seus docentes e estudantes.⁴⁹⁰ A Secção “Vida do CADC” de janeiro de 1958 também nos dá conta da vinda do Secretário Geral da *Pax Romana* ao CADC, onde proferiu uma palestra.⁴⁹¹

A Assembleia Interfederal da *Pax Romana*, com o tema “À procura de uma consciência internacional”, volta a ser tema na revista em 1960.⁴⁹² A notícia, assinada por Cruz e Santos, aborda mais aspetos formais do que substanciais, sintetizados estes, na frase: “Magnífica jornada de consciencialização e tomada de posição face aos problemas em que se debate o mundo actual”.⁴⁹³

a ordem política»; 4.ª Conferência: «O intelectual e a ordem económico-social»; 5.ª Conferência: «O intelectual e a vida cultural». Um ano depois, na Secção *Panorama do Mundo*, encontra-se informação sobre o XXI Congresso Mundial da *Pax Romana*, concretamente a resolução geral do mesmo, sempre na linha de um maior compromisso na defesa dos valores cristãos. Cf. ‘Resolução Geral do XXI Congresso Mundial da *Pax Romana*’. *Estudos* 29 (1951) 285-286.

⁴⁸² Gérard ÉTIENNE. ‘La Mission de Pax Romana’. 366, n. 1.

⁴⁸³ Gérard ÉTIENNE. ‘La Mission de Pax Romana’. 366. Em itálico no original.

⁴⁸⁴ Jorge BISCAIA. ‘A Propósito da Paz’. *Estudos* 30 (1952) 111.

⁴⁸⁵ Jorge BISCAIA. ‘A Propósito da Paz’.

⁴⁸⁶ ‘Pax Romana’. *Estudos* 35 (1957) 534.

⁴⁸⁷ Eurico Dias NOGUEIRA. ‘O XXIV Congresso Mundial da Pax Romana’. *Estudos* 36 (1958) 411-417.

⁴⁸⁸ ‘XXIV Congresso Mundial da Pax Romana’. *Estudos* 36 (1958) 431.

⁴⁸⁹ Eurico Dias NOGUEIRA. ‘O XXIV Congresso Mundial da Pax Romana’. 414.

⁴⁹⁰ Eurico Dias NOGUEIRA. ‘O XXIV Congresso Mundial da Pax Romana’. 414.

⁴⁹¹ ‘Pax Romana’. *Estudos* 36 (1958) 68.

⁴⁹² Cruz e SANTOS. ‘À procura de uma consciência internacional’. *Estudos* 38 (1960) 487-489.

⁴⁹³ Cruz e SANTOS. ‘À procura de uma consciência internacional’. 489.

2. Estudos como órgão oficial do CADC: um retrato

Em termos de publicações o CADC conheceu três órgãos: *Estudos Sociaes*,⁴⁹⁴ *O Imparcial*⁴⁹⁵ e *Estudos*⁴⁹⁶. A revista *Estudos* foi fundada em 1922. Irá publicar-se sem interrupções até 1971, ano em que, na sequência da crise académica e das profundas divisões no interior da instituição, a pastoral universitária passou a ter como entidade responsável o Instituto Universitário Justiça e Paz.⁴⁹⁷ Contudo, a suspensão de atividades do primeiro não deu lugar à sua dissolução, havendo, de tempos a tempos, encontros dos antigos rapazes do CADC.⁴⁹⁸ Na sequência do Congresso do Centenário, em 17 e 18 de março de 2001, é decidido em Assembleia Geral renovar o CADC, atualizando os estatutos, abrindo-o a novos sócios e sendo designada uma comissão de reinstalação.⁴⁹⁹

Voltando à década de 20 do século passado, os *Estudos* têm como objetivo “a formação humana e religiosa da juventude académica”.⁵⁰⁰ A nova etapa do CADC, atendendo à alteração da conjuntura política, menos marcada pela hostilidade entre a Igreja e o Estado, tornava possível um maior investimento não só na ação, mas também na *pietade* e no *estudo*. Tal é visível na revista que assume um carácter mais cultural e científico em contraste com o *Imparcial*.⁵⁰¹

A revista *Estudos*, com uma periodicidade mensal, através dos seus artigos, notícias, resenhas de livros, recolha das conferências realizadas, divulgação de colóquios e sessões de estudo, como já foi referido, abertos aos sócios, estudantes e sociedade em geral, espelha a dimensão intelectual, cultural, cristã e humanista dos rapazes do CADC.⁵⁰²

No número inaugural, em maio de 1922, com o título ‘Primeiras Palavras’, afirma-se que a missão do CADC é “formar a mentalidade dos estudantes católicos, (...) nutrir a sua formação

⁴⁹⁴ Para um maior conhecimento da estrutura interna e externa desta revista, vd. Jorge SEABRA. ‘O Impacto do Modernismo em Portugal. O Caso dos Estudos Sociaes’. In António Rafael AMARO; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.ª ed. Lisboa: Colibri, 2000. 24-57.

⁴⁹⁵ António Rafael AMARO. ‘O *Imparcial*. Um Jornal de Combate (1912-1919)’. In IDEM; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.ª ed. Lisboa: Colibri, 2000. 65-115.

⁴⁹⁶ João Paulo Avelãs NUNES. ‘O C.A.D.C. de Coimbra nos Inícios do Estado Novo: a revista Estudos entre 1922 e 1934’. 117-195.

⁴⁹⁷ O Instituto foi criado por decreto do Vigário Capitular da Diocese, D. Alberto Cosme do Amaral, em 21 de Novembro de 1971: sobre este processo, vd. José Manuel Cardoso da COSTA. ‘O CADC e o Instituto Justiça e Paz’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 197-207.

⁴⁹⁸ Inclusivamente, em dezembro de 1971, já depois da criação do *Instituto Justiça e Paz*, houve uma Assembleia Plenária do CADC. Em março de 1991, com a presença de cerca de 70 sócios, foram celebradas nove décadas do CADC: cf. Manuel Leal PEDROSA. ‘Introdução’. In *Os 90 anos do CADC*. Coimbra, 1991. 5-6. Mais: o Padre Oliveira Branco, que foi designado Assistente Eclesiástico em 1966, manteve-se em exercício até ao dia 18 de março de 2001, data em que apresentou a sua demissão ao Bispo da Diocese, D. João Alves: vd. José Oliveira BRANCO. ‘A palavra do último Assistente Eclesiástico’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 213-220.

⁴⁹⁹ João LAVRADOR. ‘CADC – Cronologia’. *Estudos* N.S. I (2003) 19.

⁵⁰⁰ António de Jesus RAMOS. ‘O CADC no Período Republicano’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 67.

⁵⁰¹ Luís Salgado de MATOS. ‘O Cardeal Cerejeira e o CADC’. 73.

⁵⁰² Manuel Augusto RODRIGUES. ‘Para a história do CADC – Fase do Após-Guerra’. 106. Cf. ainda ‘Primeiras Palavras’. *Estudos* I (1922) 1-2.

intelectual, e (...) amparar e fortificar a sua formação moral.”⁵⁰³ Sublinhando que se trata de uma “revista de estudo” afirma-se que a política não entra na “sala de redacção.”⁵⁰⁴

A lista dos diretores da publicação coincide com a dos seus presidentes que desempenhavam as funções por inerência. Assim, entre 1945 e 1961, estiveram à frente da revista: no ano de 1944/1945, José do Nascimento Costa; em 1945/1946, Luís Vaz de São Payo e Mello; em 1946/1947, Manuel Pereira de Carvalho; em 1947/1948, Mário Augusto Fernandes Afonso; em 1948/1949 Francisco José Cordeiro Laranjo; em 1949/1950, José Lopes Cavalheiro; em 1950/51, João Gouveia Neves; em 1951/52 e 1952/53, Hermes Augusto dos Santos; em 1953/54, Mário Bigotte Chorão; 1954/55, Sá Coutinho; em 1955/56, Tomás Oliveira Dias; em 1956/57, Augusto Moraes Sarmiento; em 1957/58, Luís Torgal Ferreira; em 1958/59, António Barbosa de Melo; em 1959/60, Armando Lopes Porto; em 1960/61, Varanda Gonçalves e, no final do período, Nicolau Vasconcelos Raposo. Destaque ainda para alguns redatores que vieram a ter especial relevo na vida cultural nacional, como, por exemplo, Orlando de Carvalho, João Bigotte Chorão e Miguel Baptista Pereira.

3. Europa(s) em (con)textos

A revista *Estudos* traz-nos diversas imagens e tratamentos da questão europeia. Sublinhei que a participação na rede da *Pax Romana* teve tradução na revista. A partir do quadro analítico esboçado na primeira parte, procuraremos ver as presenças e as ausências da(s) Europa(s) na *Estudos*. Naturalmente, não raro, ideias da Europa como Cristandade, Ocidente ou anticomunismo e atlantismo aparecem associadas. Analisaremos de que modo estas ideias de unidade cultural da Europa, mais pela positiva (herança comum greco-romana e judaico-cristã) ou mais pela negativa (convergência na resistência ao comunismo), têm expressão na revista. Proponho as seguintes etapas:

- a) traços de identidade(s) da Europa, nomeadamente considerando a referida rede conceitual (Cristandade, Ocidente e Atlantismo) a que acresce, no caso português, a problemática ultramarina;
- b) modos de concretização institucional;
- c) a questão da dualidade europeia ou seja da contraposição entre Europa Ocidental e Europa de Leste (a outra Europa).

3.1. Traços de identidade(s) da Europa

3.1.1. Europa como Cristandade: espiritualidade e cultura

Na *Estudos*, a ideia de Europa como unidade cultural anda em torno de um espírito ou de uma alma da Europa. Precisamente sobre esta questão encontramos, em 1946, um artigo assinado por Orlando de Carvalho intitulado ‘O Espírito da Europa’. Nele se sustenta a importância de uma “«maternidade», [que a Europa] teimosamente se reserva, dos grandes movimentos civilizadores.”⁵⁰⁵

⁵⁰³ ‘Primeiras Palavras’. 1.

⁵⁰⁴ ‘Primeiras Palavras’. 2.

⁵⁰⁵ Orlando de CARVALHO. ‘O espírito da Europa’. *Estudos* 25 (1947) 190.

À Europa coube a “maternidade espiritual.”⁵⁰⁶ Já em 1950, reproduz-se um escrito de Daniel Rops, ‘A verdadeira Europa’.⁵⁰⁷ Neste, o Autor mostra o desvirtuamento que os europeus fizeram do legado greco-latino e cristão⁵⁰⁸ e acentua que a Europa não se reduz a um conceito geográfico, organização política ou interesses económicos, sendo “um facto espiritual, uma criação do que de melhor há no homem.”⁵⁰⁹

Em 1955, a revista reproduz, na íntegra, a conferência proferida por Rogério Martins, na Faculdade de Engenharia do Porto a convite da JUC e da JUCF, no dia da *Pax Romana*, em março de 1954. O Autor, um dos católicos que, durante o Estado Novo, contribuiu para a nossa integração europeia,⁵¹⁰ questiona-se sobre a Europa e a sua identidade. Para isso vai às suas raízes greco-latinas e judaico-cristãs. Assim, apesar dos contributos preciosíssimos da civilização grega, nomeadamente o legado de “rigor intelectual”⁵¹¹ que conduziu ao desenvolvimento científico, este não se pode considerar hoje monopólio da Europa, pois encontra-se difundido pelo mundo.⁵¹² Também a unidade política, administrativa e cultural do Império Romano, invejado por Carlos Magno, Filipe II, Napoleão, não tem passado ao longo da história de curta quimera. Daí Rogério Martins falar da “nostalgia da união.”⁵¹³ O monolitismo religioso medieval foi quebrado com 95 teses afixadas na catedral de Vitemberga. O pluralismo e a diversidade instalava-se para ficar. Rogério Martins afirma que o cristianismo “não é um elemento *constitutivo*, mas *formativo*, isto é actuante, dinamizador, criador; algo de externo que actua e ajuda a criar; e neste sentido, a sua missão ainda não está acabada, isto é, a Europa ainda não está suficientemente formada.”⁵¹⁴ Na procura de identidade europeia, fala-se ainda de uma “sociedade do espírito”⁵¹⁵ europeia, mas apátrida, incarnada por cientistas e escritores através de trocas epistolares. Mas também esta parece ter tido o seu fim a partir de Napoleão, com o sucessivo proliferar das culturas nacionais. Não só a religião, mas agora também a cultura dividira o Velho Continente.⁵¹⁶

Rogério Martins afirma que só com a expansão atlântica e eslava a Europa ganha consciência de si própria e explica: “Essa dupla expansão da Europa foi decisiva para o seu futuro: tanto no plano

⁵⁰⁶ Orlando de CARVALHO. ‘O espírito da Europa’. 191.

⁵⁰⁷ Daniel ROPS. ‘A verdadeira Europa’. *Estudos* 38 (1950) 425-426. Originalmente publicado na revista *Latino América*.

⁵⁰⁸ “Em que se converteu o ideal helénico do primado da inteligência – em uma sociedade onde se sacrifica tudo ao material e ao útil? Onde anda o princípio romano da universalidade num continente possuído até à obstinação pelos nacionalismos (...)? E pelo que diz respeito aos sublimes princípios das Bem-aventuranças, talvez baste repetir a fórmula essencial: «Amai-vos uns aos outros», para que a vergonha suba às nossas faces infieis.” Daniel ROPS. ‘A verdadeira Europa’. 426.

⁵⁰⁹ Daniel ROPS. ‘A verdadeira Europa’. 426.

⁵¹⁰ Veio a ser Secretário de Estado da Indústria. Numa longa entrevista, João Cravinho relembra a sua importância: “Uma das grandes figuras da Primavera marcelista era o Rogério Martins (...). O Rogério Martins, que é um homem pouco lembrado, era a grande figura daquele tempo. Superior ao Sá Carneiro. Os homens que representavam o espírito novo, a possibilidade de uma aproximação à Europa, eram o Rogério Martins, o João Salgueiro e o Joaquim Silva Pinto.” (Publicado originalmente no *Jornal de Negócios*, em 2011, disponível em <<http://anabelamotaribeiro.pt/joao-cravinho-111139>>.

⁵¹¹ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. *Estudos* 33 (1955) 286.

⁵¹² Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 286-287.

⁵¹³ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 284.

⁵¹⁴ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 281.

⁵¹⁵ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 284.

⁵¹⁶ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 284.

espiritual, permitindo aos seus povos compreender a verdadeira natureza do seu destino civilizador, como no plano económico, dando-lhe uma prosperidade nova, ou no simples plano estratégico (...).”⁵¹⁷ Contudo, no imaginário coletivo setecentista, que o Autor interpreta a partir de uma tela existente na basílica da Estrela em Lisboa, a ideia de Europa intersesta-se com “as noções de raça branca, de civilização dos países do ocidente, de cristianismo, de povos com colónias ultramarinas (...)”⁵¹⁸ e, mais uma vez, conclui que “a história não nos lega um conceito de Europa como consciência de si mesma”⁵¹⁹, pois tudo o que a ela aparece associado é sempre restritivo em relação àquilo que é em si própria.⁵²⁰

Rogério Martins termina fazendo jus ao título que escolheu para o artigo: ‘Possibilidade de Europa’. Com esta premissa coloca a Europa no plano do devir, de uma realidade permanentemente criada, cuidada, trabalhada e joeirada pela vontade individual ou coletiva sempre em busca de “um sentido, um conteúdo, um espírito.”⁵²¹ E sublinha: “É esta vontade de *querer fazer a Europa*, esta decisão de criar um espírito de Europa que a nossa geração tem diante de si como um problema e um desafio: tem de aceitá-lo; resta ver se saberá estar à altura dele.”⁵²² Reforça esta sua convicção com referência expressa ao Magistério de Pio XII, destacando a alocução feita pelo Papa aos alunos do Colégio da Europa de Bruges, em 15 de março de 1953, a que já anteriormente aludi. Nesta, o Vigário de Pedro sublinha “a vontade de viver juntos”⁵²³ como pressuposto e garantia da futura Europa. Esta Europa do espírito em consonância com Pio XII⁵²⁴ é apontada por Philippe Chenaux como estando na base dos objetivos da maioria dos novos partidos democratas-cristãos europeus do pós-guerra. O que parecia estar em evidência era uma “communauté de destin fondée sur l’adhésion à des valeurs communes”.⁵²⁵ Segundo este Autor, foi a mudança das circunstâncias históricas e a força criativa de alguns dirigentes europeus que fez evoluir a ideia de Europa no sentido de uma comunidade mais alargada, primeiro no plano económico e depois no plano político.⁵²⁶

Numa recensão à obra de Dawson, *A Formação da Europa*,⁵²⁷ que surge já com a Segunda Guerra Mundial no horizonte, Carlos Alberto de Faria sublinha a intenção do escritor ao colocar diante do leitor a possibilidade de uma nova Europa, fundada mais sobre aquilo que nos une do que sobre o que nos divide. Aliás, a primeira parte do livro, intitulada ‘Os Fundamentos’, é precisamente

⁵¹⁷ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 289.

⁵¹⁸ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 290.

⁵¹⁹ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 290.

⁵²⁰ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 290.

⁵²¹ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 291.

⁵²² Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 291.

⁵²³ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 292. Também Rogério Martins elogia esta instituição como um exemplo de possibilidade de futuro, pois através do ensino e da convivência entre vários cidadãos europeus é possível sensibilizar e motivar as gerações mais jovens para a união da Europa e dar-lhes meios e capacidade de ultrapassar os problemas daí decorrentes.

⁵²⁴ Cf. Parte I, cap. 2.

⁵²⁵ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 11.

⁵²⁶ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 10-11.

⁵²⁷ Carlos Alberto de FARIA. ‘A Formação da Europa, de Cristóvão Dawson em tradução de João Dias Pereira, Livraria Cruz. Braga 1956’. *Estudos* 35 (1957) 318-320.

sobre as nossas raízes comuns. E acrescenta: “A «persona» Europa surgirá quando os Estados tiverem consciência de que, além do imperativo da cooperação económica e cultural, o fazem como participantes num todo que é uma unidade diferenciada de tudo o resto, que corporiza a existência duma «mentalidade europeia» e, vá lá o lugar comum, duma tradição, que é o imperativo mais instantâneo dessa unidade.”⁵²⁸

3.1.2. Europa e (como) Ocidente: a resistência ao comunismo

Também aqui a ideia de Europa como Ocidente anda paredes-meias com a leitura de Europa em termos de Cristandade e a visão de duas Europas, que trato autonomamente. No primeiro caso, vimos que a Cristandade se sobrepõe, no todo ou em parte, ao Ocidente, contribuindo para uma caracterização pela positiva. Na segunda, centrada no combate ao comunismo, não raro a URSS é o bombo da crítica. Com efeito, as mutações na parte final da Primeira Guerra, depois da revolução bolchevique e as alterações geopolíticas no final da Segunda tornaram real o princípio do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels: “Anda um espectro pela Europa – o espectro do Comunismo.”⁵²⁹

Logo em 1945, com a paz na Europa, mas com o conflito a decorrer ainda na Ásia, o editorial intitulado ‘Cerrar fileiras’, depois de dar conta da assinatura do Armistício, sublinha que, “na própria Europa, as hordas asiáticas, portadoras de vírus não menos condenado que o nazismo, avassalam metade do nosso continente: a heróica Polónia, a Roménia Latina; a católica Hungria e a própria Viena, posto avançado do Ocidente.”⁵³⁰ Esta ideia de uma Europa dividida, que se prolongará por décadas, até 1989, será tema recorrente da revista. Encontra-se aqui, claramente, a ideia de choque de civilizações, melhor, de risco da própria civilização ocidental e cristã. Também no mesmo editorial se pode ler, a este propósito, o seguinte: “(...) entre nós alguns profetas de mau agouro já antevêm a queda da nossa civilização.”⁵³¹ Na sequência do artigo faz-se um paralelo com a queda do Império Romano do Ocidente recordando Santo Agostinho: “não é o fim do mundo; é um mundo novo que começa!”⁵³²

Registe-se que, também em 1945, a Direção adotou como tema do Círculo de Estudos precisamente o comunismo, de acordo com o esquema que se reproduz: a) antecedentes filosóficos-históricos; b) doutrina; c) ação e métodos do comunismo; d) a posição da Igreja.⁵³³

A questão da Europa como civilização ocidental vem a lume, por exemplo, pela palavra de Manuel Gonçalves Cerejeira, num artigo intitulado ‘A condição do cristão na construção histórica do mundo’. Aqui se afirma que a seiva vital desta civilização é o “resíduo de valores cristãos”⁵³⁴ de onde

⁵²⁸ Carlos Alberto de FARIA. ‘A Formação da Europa’. 318.

⁵²⁹ Karl MARX; Friedrich ENGELS. ‘Manifesto Comunista’. In IDEM. *Obras escolhidas. Tomo I*. Lisboa: Edições Avante, 2008, 125.

⁵³⁰ DIRECÇÃO DO CADC. ‘Cerrar fileiras’. 23 (1945) 282.

⁵³¹ DIRECÇÃO DO CADC. ‘Cerrar fileiras’. 282.

⁵³² DIRECÇÃO DO CADC. ‘Cerrar fileiras’. 282.

⁵³³ ‘Vida do CADC, Círculo de Estudos’. *Estudos* 23 (1945) 388-390.

⁵³⁴ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘A condição do cristão na construção histórica do mundo’. *Estudos* 371 (1958) 517.

vai surgir o humanismo.⁵³⁵ Sublinha ainda o facto de essa ocorrência ser filha não de estruturas políticas, mas de estruturas eclesiais.⁵³⁶ Assim, à reflexão e defesa da Europa enquanto possível entidade política é sobreposta a ideia de civilização ocidental cristã.⁵³⁷ Neste âmbito, a revista está em sintonia com as opções de Pio XII, essencialmente após a divisão da Europa em blocos, aquando da guerra fria: “(...) la conjuncture de scission entre l’Est et l’Ouest à partir de 1947 oblige le Saint-Siège à se poser en défenseur de la civilisation Occidentale (...).⁵³⁸ O Magistério percebe a Europa como uma “(...) troisième force entre les deux blocs (...).⁵³⁹ A ideia e aposta do Ocidente como barreira ao comunismo parece ser generalizada, até mesmo nas forças políticas existentes. Chenu dá como exemplo as Novas Equipas Internacionais (1947) que vieram a integrar o Movimento europeu (1948).⁵⁴⁰

Sem prejuízo de os artigos não se organizarem em compartimentos estanques, tocando, não raro, diferentes questões, estrutura-se o itinerário através das seguintes grandes entradas:

- a) Fundamentos do marxismo e do comunismo considerando críticas e alternativas;
- b) Geografias do comunismo, abordando a sua posição na Europa, mas também fora dela, nomeadamente na Ásia (v.g., China);
- c) Tempos do comunismo, analisando o impacto do pós-morte de Estaline e o ano crucial de 1956;
- d) Comunismo e catolicismo, percorrendo o Magistério, as seduções aos católicos e a assunção do homem novo cristão como alternativa perene ao homem comunista.

Começando pelos *fundamentos* e *alternativas*, encontramos as seguintes linhas de força:

1. Compreensão do marxismo como uma mundividência, descartando a leitura de que estaríamos mediante uma mera “doutrina social”. Como escreve Ferreira Salgado, num artigo sobre a Filosofia do Marxismo,⁵⁴¹ “(...) o marxismo não é apenas uma doutrina social, é, pelo contrário, uma doutrina completa do homem e da vida, uma filosofia que pretende resolver os altos problemas que afligem a consciência.”⁵⁴²

2. Mundividência despersonalizante,⁵⁴³ notando-se uma mudança – uma involução – do pensamento do jovem Marx para o Marx da maturidade. Esta mudança de eixo no pensamento de Karl Marx era sublinhada também por Ferreira Salgado, num escrito publicado no ano anterior (1947). Assim, se o jovem Marx sustentava uma “concepção teórica (...) inicialmente humanitária e

⁵³⁵ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘A condição do cristão na construção histórica do mundo’. 517.

⁵³⁶ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘A condição do cristão na construção histórica do mundo’. 517.

⁵³⁷ Cf. DIRECÇÃO DO CADC. ‘Cerrar fileiras’. 282.

⁵³⁸ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 8-9.

⁵³⁹ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 9.

⁵⁴⁰ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 10.

⁵⁴¹ Ferreira SALGADO. ‘Filosofia do Marxismo’. *Estudos* 263 (1948) 23-31.

⁵⁴² Ferreira SALGADO. ‘Filosofia do Marxismo’. 23.

⁵⁴³ Em 1945, na Secção *Através da Imprensa*, há uma resenha de P.V. a um artigo do Prof. Martins Artajo (in *Signo*, Madrid, 3 de Março de 1945), que põe em destaque a resposta à pergunta que o inicia, *O Que Resta do Comunismo*, para afirmar peremptoriamente: “o seu materialismo e a sua desumanização, para não descrever a sua inumanidade.” E reitera: “(...) hoje e depois de toda a desencontrada transformação do comunismo, o vazio do espírito, a negação da personalidade e a irreligião é o que resta (...).” (P. V. *Estudos* 31 (1945) 214-215).

abertamente personalista”,⁵⁴⁴ este seu “humanismo inicial”⁵⁴⁵ desembocou numa leitura considerada como o “mais completo anti-personalismo”⁵⁴⁶;

3. Crítica que não se limita ao marxismo, mas se estende ao capitalismo. Este, porque coloca em primeiro lugar a riqueza; o primeiro, porque privilegia a coletividade, como sublinha o mesmo Ferreira Salgado, na Secção “Varanda”. Ambos despem a pessoa da sua dignidade e liberdade.⁵⁴⁷ O tema é reiterado pelo Autor, no mesmo ano, no artigo ‘Considerações em volta da questão social’. Comunismo e capitalismo são rotulados de usurpadores da espiritualidade da pessoa, justificando-se a intervenção da Igreja na questão social, realçando-se o Magistério de Leão XIII e Pio XI;⁵⁴⁸

4. Combate no plano mundividencial (oposição às doutrinas), mas não contra as pessoas. Há um apelo à não confusão do pecado com o pecador, no caso concreto à não confusão do “comunismo com o comunista”,⁵⁴⁹ numa alusão clara aos ensinamentos do Magistério de condenação dos princípios, mas não das pessoas.

5. Alternativa que assenta no humanismo cristão, sem prejuízo de, no quadro de um CADC plural, a par de uma crítica de matriz personalista, depararmos com artigos de cunho mais integrista. Neste último caso, vejam-se os artigos de Plínio Salgado, uma das figuras do integralismo brasileiro. Em 1945, num artigo intitulado ‘Os dois totalitarismos’, acusa o marxismo de aniquilamento da pessoa em prol da “coletividade mundial.”⁵⁵⁰ E denuncia o processo utilizado para tal: a destruição dos “meios de defesa da «pessoa humana», que são o *núcleo familiar*, o *grupo nacional* e o *clima religioso*.”⁵⁵¹ Em simultâneo, condena o “Estado Totalitário que se propõe absorver a Nação.”⁵⁵² Em 1960, na Secção “Antologia”, o mesmo Autor escreve um artigo com o nome ‘O Comunismo não é uma Causa...’⁵⁵³ para afirmar que “é um sintoma. O mal não é o comunismo em si, porém as causas que geram o comunismo.”⁵⁵⁴ Socorrendo-se do lema “Na família, pela Pátria, para Deus”,⁵⁵⁵ realça a importância da moralidade dos costumes.

Quanto ao humanismo cristão, veja-se, por exemplo, em 1950, um artigo de Alexandre Fradique Morujão, onde se destaca o contributo de Romano Guardini para esta mundividência que visa responder ao ateísmo.⁵⁵⁶ O desafio a tomadas de posição por parte dos cristãos face à doutrina

⁵⁴⁴ Ferreira SALGADO. ‘Uma teoria de Marx’. *Estudos* 25 (1947) 384.

⁵⁴⁵ Ferreira SALGADO. ‘Uma teoria de Marx’. 386.

⁵⁴⁶ Ferreira SALGADO. ‘Uma teoria de Marx’. 386.

⁵⁴⁷ Ferreira SALGADO. ‘O personalismo cristão perante o totalitarismo’.

⁵⁴⁸ Ferreira SALGADO. ‘Considerações em volta da questão social’. *Estudos* 26 (1948) 160-162.

⁵⁴⁹ Ferreira SALGADO. ‘Considerações em volta da questão social’. 161.

⁵⁵⁰ Plínio SALGADO. ‘Os dois totalitarismos’. *Estudos* 23 (1945) 19.

⁵⁵¹ Plínio SALGADO. ‘Os dois totalitarismos’. 19.

Plínio SALGADO. ‘Os dois totalitarismos’. 20. Em 1948, na Secção *Varanda*, o totalitarismo de Estado é visto por Ferreira Salgado, no artigo já mencionado, como “radicalmente antipersonalista” (‘O personalismo cristão perante o totalitarismo’. 228).

⁵⁵³ Plínio SALGADO. ‘O comunismo não é uma causa...’. *Estudos* 38 (1960) 556-560.

⁵⁵⁴ Plínio SALGADO. ‘O comunismo não é uma causa...’. 556.

⁵⁵⁵ Plínio SALGADO. ‘O comunismo não é uma causa...’. 560.

⁵⁵⁶ Alexandre Fradique MORUJÃO. ‘Romano Guardini e o Ressurgimento Alemão’. *Estudos* 28 (1950) 152. “Dois são os caminhos seguidos por Guardini para ilustrar a visão católica do mundo. Rigorosamente histórica, uma; a outra doutrinal. Na primeira via analisa a profunda raiz cristã em pensadores como Santo Agostinho, São Boaventura,

comunista vem também pela mão de J. S. da Silva Dias, em ‘O Cristão na Encruzilhada’. Este antigo Presidente do CADC (1939-1941), que veio a ser Professor da Faculdade de Letras a partir de 1958,⁵⁵⁷ pega na alocução de 29 de abril de 1949, de Pio XII, para sublinhar as afirmações do Papa no sentido dos cristãos deverem saber ler os sinais dos tempos e agir no mundo de acordo com os reptos que este permanentemente lhe lança.⁵⁵⁸ Após afirmar que o comunismo se apoia em “forças morais”,⁵⁵⁹ denuncia a “atonía espiritual de muitos cristãos”⁵⁶⁰ e aponta como arma de combate uma “acção cristã positiva”,⁵⁶¹ ou seja, “uma alternativa espiritual, social e política (...)”⁵⁶² credível e motivadora, mais na linha do testemunho.

Manuel Gonçalves Cerejeira, então Patriarca de Lisboa, afirma que “O Socialismo Marxista destrói a pessoa humana”⁵⁶³, explicando também que: “O comunismo marxista é a grande mistificação dos tempos modernos, porque promete o que não poderá dar: um paraíso na terra, um homem novo que não seja desumano, um mundo novo do qual seja desterrada a desigualdade, a lei, o sofrimento, o pecado, a morte. O Cristão combate tal esperança temporal, porque ela é que é verdadeiramente «ópio do povo», que faz embriagar multidões. É seu dever e sua honra não trair a pessoa humana.”⁵⁶⁴

Lendo a tradução de um artigo da revista *Études* – claramente uma das fontes da *Estudos* –, sobre a Semana Social de Paris, vimos que Jean Lacroix analisa o homem marxista contrapondo-o ao católico social.⁵⁶⁵ Esta oposição é explicitada, como o artigo refere, naquela que foi a conferência inaugural, proferida por Charles Flory.⁵⁶⁶ Este afirma que “o catolicismo social é mais um espírito e um método do que uma doutrina.”⁵⁶⁷

Querubim Guimarães, em 1956, não hesita, parafraseando um escritor inglês, em defender que o atual problema reside numa “cristandade laicizada”,⁵⁶⁸ fruto da marginalização da religião do espaço público e do “liberalismo económico e político, que provocou a reacção ateísta de Marx e Engels (...)”⁵⁶⁹ Mas não fica por aqui: afirma que, no processo de descristianização, qual “Roma apodrecida, todos somos culpados, ou por acção ou por omissão condescendendo e não reagindo contra os agravos, as ofensas a Cristo (...)”⁵⁷⁰

Dante e Pascal; seguidamente, a génese do humanismo ateu exemplificado nos personagens delirantes de Dostoiewski, nas poesias de Hölderlin e nas páginas proféticas de Nietzsche”(p. 149).

⁵⁵⁷ Cf. ‘Dr. Silva Dias’. *Estudos* 36 (1958) 504-505.

⁵⁵⁸ José Silva DIAS. ‘O cristão na encruzilhada’. *Estudos* 28 (1950) 500-501.

⁵⁵⁹ José Silva DIAS. ‘O cristão na encruzilhada’. 506.

⁵⁶⁰ José Silva DIAS. ‘O cristão na encruzilhada’. 506.

⁵⁶¹ José Silva DIAS. ‘O cristão na encruzilhada’. 508.

⁵⁶² José Silva DIAS. ‘O cristão na encruzilhada’. 508.

⁵⁶³ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘A condição do cristão na construção histórica do mundo’. 522.

⁵⁶⁴ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘A condição do cristão na construção histórica do mundo’. 527.

⁵⁶⁵ Louis BERNAERT. ‘O que foi a semana social de Paris’. *Estudos* 25 (1947) 505.

⁵⁶⁶ Senador francês, fundador do Movimento Republicano Popular.

⁵⁶⁷ Louis BERNAERT. ‘O que foi a semana social de Paris’. 506.

⁵⁶⁸ Querubim GUIMARÃES. ‘A crise da hora presente’. *Estudos* 34 (1956) 585.

⁵⁶⁹ Querubim GUIMARÃES. ‘A crise da hora presente’. 583.

⁵⁷⁰ Querubim GUIMARÃES. ‘A crise da hora presente’. 597.

Ao nível das *geografias do comunismo*, encontramos referências quer a desenvolvimentos nos países de Leste (tema que aprofundarei em *A outra Europa*) ou na Ásia quer aos partidos comunistas envolvidos no jogo eleitoral nas democracias ocidentais.

Em 1958, na Secção “Literária”, J. M. da Silva faz uma recensão de um romance escrito por Vladimiro Dundintsev com o título *Nem só de pão vive o homem*. O interesse do mundo ocidental por este livro foi motivado pelo facto de ter sido proibida a sua circulação na própria Rússia. Segundo o Autor da recensão, a obra só tem valor no plano ideológico, sublinhando, entre outras coisas, que: “a novidade está sobretudo no ataque ao fanatismo e à estreiteza dos homens da burocracia (...)”.⁵⁷¹ A obra põe em destaque a solidão humana, na medida em que na sociedade comunista não haveria lugar para o indivíduo.⁵⁷²

Em 1949, uma das Notas Mensais, ‘Transcrições – Panorama da U.R.S.S.’, contrapõe-se à “Rússia bolchevique” a “Rússia Santa”⁵⁷³ e faz-se, mais uma vez, referência aos pedidos de oração do Papa para que se alcance a conversão da Rússia.⁵⁷⁴

Para além da URSS, dá-se conta da expansão comunista em vários países: Lituânia (a sua ocupação)⁵⁷⁵ ou na Polónia (v.g., em 1945, em entrevista ao Professor Bogdan Zaborski).⁵⁷⁶

A ideia de uma Ásia e um Norte de África contra o Ocidente é tratada por Querubim Guimarães, num artigo intitulado ‘A Ásia e a África contra o Ocidente? – O trabalho de subversão do comunismo soviético nos dez⁵⁷⁷ continentes’. Neste revela-se o medo do “asiatismo”⁵⁷⁸ antieuropeísta. A possível aliança entre potências como a China, a Índia e a Rússia “anticolonialista e antiocidental”⁵⁷⁹ seria assustadora para o Ocidente. Fala-se ainda das Conferências de Colombo e de Bandung (1954 e 1955, respetivamente) que, apesar de marcadas pela neutralidade em relação aos conflitos entre Oriente e Ocidente, não deixam de ter intentos antiocidentais.⁵⁸⁰ Esta divisão entre “o Ocidental, cristão, e o Oriental, ateu”⁵⁸¹ é referenciada noutra artigo da “Varanda Internacional”.

Em 1959, o Assistente do CADC, Eurico Dias Nogueira, na Secção “Reflexões”, traz a lume as vicissitudes que a Igreja na China tem vivido desde o século VII aos nossos dias. Particulariza,

⁵⁷¹ J. M. da SILVA. ‘Vladimiro Dundintsev – Um escritor rebelado detrás da Cortina de Ferro – ou a história de um livro que faz um escritor famoso’. *Estudos* 36 (1958) 140.

⁵⁷² J. M. da SILVA. ‘Vladimiro Dundintsev’. 135. Um ano antes em 1957, outro artigo intitulado ‘A Ásia é quase um continente comunista’, o Autor faz jus ao título, enumerando os países comunistas ou de influência comunista, muitos por razões económicas e financeiras, como seria o caso da Índia. Mas a grande preocupação é a incapacidade do Ocidente para fazer face à expansão sino-soviética – J. M. da SILVA. ‘A Ásia é quase um continente comunista’. *Estudos* 35 (1957) 414-415.

⁵⁷³ ‘Panorama da URSS’. *Estudos* 27 (1949) 49.

⁵⁷⁴ ‘Panorama da URSS’. 49.

⁵⁷⁵ ‘A tragédia do tempo’. *Estudos* 25 (1947) 454.

⁵⁷⁶ Luís Vaz de São Payo e MELLO. ‘A Polónia, limite oriental da civilização do Ocidente: Entrevista com o Prof. Bogdan Zaborski’. *Estudos* 23 (1945) 119.

⁵⁷⁷ Reproduzo o título original mas, evidentemente, resulta de uma gralha, devendo ler-se em vez de dez, dois continentes.

⁵⁷⁸ Querubim GUIMARÃES. ‘«A Ásia e a África contra o Ocidente?»’. O trabalho de subversão do comunismo soviético nos dez continentes’. *Estudos* 34 (1956) 302.

⁵⁷⁹ Querubim GUIMARÃES. ‘«A Ásia e a África contra o Ocidente?»’. 301.

⁵⁸⁰ Querubim GUIMARÃES. ‘«A Ásia e a África contra o Ocidente?»’. 301.

⁵⁸¹ Querubim GUIMARÃES. ‘O problema do Mundo no século em que vivemos’. *Estudos* 34 (1956) 37.

contudo, a perseguição e marginalização provocada pelo regime de então, o que justificou o pedido de orações do Santo Padre pelos cristãos chineses. O Autor faz notar que a falta de liberdade religiosa “acontece em todas as regiões a braços com a tirania comunista (...)”,⁵⁸² explicando ao longo do artigo os meios usados para o efeito.⁵⁸³

No quadro da democracia, um tema que fazia o seu caminho no CADC – por exemplo, em fevereiro de 1958, realizou-se uma sessão de estudo justamente com o título *A crise da Democracia*, presidida por Barbosa de Melo⁵⁸⁴ –, acompanhavam-se os espaços de confronto na Europa Ocidental. Começando pelo caso italiano, a Democracia Cristã depois da morte de Alcide De Gasperi é, igualmente, motivo de análise na “Varanda Internacional”, mas sempre em contraponto com o Partido Comunista Italiano.⁵⁸⁵ Na revista de junho-julho do mesmo ano, Carlos Alberto de Faria, na Sessão “Varanda”, faz um comentário às últimas eleições italianas congratulando-se com o recuo dos comunistas, embora ligeiro, e o aumento de representação dos democratas-cristãos, que ganharam mais nove lugares. Regozija-se ainda pelo facto dos partidos comunista francês e italiano estarem mais autónomos em relação a Moscovo e termina com um elogio à Democracia Cristã afirmando: “Sem se confundir com clericalismo, sem incorrer no erro doutras forças políticas do Ocidente que se salientam apenas pelo lado negativo de combate ao comunismo, ela apresenta-nos não a negação de princípios, mas princípios; não a negação de um programa, mas um programa. Isso faz dela, na hora actual e na Europa livre, a única força capaz de se opor ao comunismo pela acção e não pela negação.”⁵⁸⁶

A democracia cristã francesa é também analisada por oposição à democracia liberal, por um lado, e à democracia marxista, por outro. Claude Gardey de Soos aponta como causa do insucesso da democracia cristã em França a divisão dos próprios democratas-cristãos e a falta de sentido do real dos mesmos, uma vez que sobrepuseram as questões temporais às espirituais.⁵⁸⁷

‘Os Partidos Políticos em França’ é título de um outro escrito do mesmo Autor na Secção “Varanda” do número anterior da *Estudos*.⁵⁸⁸ Neste, além de fazer a evolução da história dos partidos políticos do pós-guerra naquele país, identifica a Europa Unida e a questão da Argélia como dois graves problemas que a França é forçada a enfrentar.⁵⁸⁹

Em termos de *tempos do comunismo*, a morte de Estaline marca um antes e um depois que merecerá o interesse dos rapazes do CADC. Com efeito, a coexistência pacífica experimentada, após o falecimento de Estaline, com Nikita Kruchchev parecia abrir um horizonte de renovação na política interna e externa da U.R.S.S. Porém, o Autor de ‘Rússia, Comunismo e Paz’, Adérito Sedas

⁵⁸² Eurico Dias NOGUEIRA. ‘A Igreja na China’. *Estudos* 37 (1959) 431.

⁵⁸³ Eurico Dias NOGUEIRA. ‘A Igreja na China’. 432 e ss.

⁵⁸⁴ ‘Sessão de estudo «A crise da democracia»’. *Estudos* 36 (1958) 143.

⁵⁸⁵ ‘Antes e depois do 20.º Congresso de Moscovo. A política italiana perante o comunismo’. *Estudos* 34 (1956) 503-504.

⁵⁸⁶ Carlos Alberto de FARIA. ‘Os italianos votaram pela melhor política’. *Estudos* 36 (1958) 421.

⁵⁸⁷ Gardey de Soos CLAUDE. ‘A Democracia Cristã em França’. *Estudos* 36 (1958) 247-250.

⁵⁸⁸ Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os partidos políticos em França’. *Estudos* 36 (1958) 124-131.

⁵⁸⁹ Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os partidos políticos em França’. 128.

Nunes, outra figura católica que será marcante no pensamento português, chega à conclusão, após uma análise esmiuçada das mudanças operadas pelo novo Presidente do Kremlin, que tudo não passaria de um logro: “(...) nada do que a Rússia fez até hoje está em contradição com o pensamento marxista-leninista.”⁵⁹⁰ E sublinha: “(...) toda a política interna e externa da União Soviética é explicável à luz dos princípios marxistas.”⁵⁹¹ Três anos depois, esta mesma opinião não é partilhada por Querubim Guimarães que, ao assinar o apontamento da “Varanda Internacional”, faz referência ao XX Congresso de Moscovo: este teria posto a descoberto “os traços psicológicos do sinistro ditador.”⁵⁹² Este facto, juntamente com “a insistência da prossecução da campanha pró-coexistência pacífica que, embora perigosa, vai avançando (...) enuncia a fraqueza dos soviets perante o Ocidente. O renascimento religioso da Rússia, o desapontamento da queda do ídolo, são sintomas de que se aproxima o fim.”⁵⁹³ Contudo, um dos subtítulos do artigo enuncia ainda uma dúvida: “aproximar-se-á o fim do totalitarismo russo e do coletivismo do Estado Comunista?”⁵⁹⁴ Com efeito, noutro escrito, o mesmo Autor afirma que “nada mudou. Apenas mudaram os homens.”⁵⁹⁵ E explica a passagem do “monovirato” ao “triumvirato”: “o «Partido», o «Exército» e a «Polícia».”⁵⁹⁶

Na primavera de 1956, o tema da coexistência pacífica e a visita de Bulganine e Kruchchev à Inglaterra são também notícia. Desta última, destaca-se a manifestação silenciosa de polacos, ucranianos e outros refugiados que ostentavam faixas, onde se lia: “«à memória dos nossos compatriotas que pereceram pela causa da Liberdade sob a tirania comunista»”, e ainda: “«Liberdade para a Estónia, Letónia, Albânia, Lituânia e Checoslováquia»”.⁵⁹⁷ Dá-se também conta do desapontamento de Adenauer perante a ineficácia desta visita.⁵⁹⁸

A denúncia dos crimes do comunismo é tema também presente: a revista faz a recensão do livro *Escolhi a Liberdade*, de Victor Kravchenko. O Autor fala, na primeira pessoa, dos crimes contra a liberdade e dignidade humana praticados na URSS e por ele presenciados.⁵⁹⁹

Finalmente, em termos de contraposição *comunismo* e *catolicismo*, encontramos alguns tópicos principais, a saber:

I. Crítica ao ateísmo, denunciando-se o processo de doutrinação⁶⁰⁰ na URSS e considerando o comunismo como “apostasia da Fé”,⁶⁰¹ lamentando o Autor que “fascinados pelo pseudovalor

⁵⁹⁰ Adérito Sedas NUNES. ‘Rússia, Comunismo e Paz’. *Estudos* 31 (1953) 213.

⁵⁹¹ Adérito Sedas NUNES. ‘Rússia, Comunismo e Paz’. 215.

⁵⁹² Querubim GUIMARÃES. ‘O maior acontecimento do ano foi o congresso de Moscovo. A crise do regime soviético justifica a sua nova política no interior e no exterior. Aproximar-se-á o fim do totalitarismo russo e do colectivismo do estado comunista?’. *Estudos* 34 (1956) 437.

⁵⁹³ Querubim GUIMARÃES. ‘O maior acontecimento do ano foi o congresso de Moscovo’. 438.

⁵⁹⁴ Querubim GUIMARÃES. ‘O maior acontecimento do ano foi o congresso de Moscovo’. 435.

⁵⁹⁵ Querubim GUIMARÃES. ‘O problema do Mundo no século em que vivemos’. 41.

⁵⁹⁶ Querubim GUIMARÃES. ‘O problema do Mundo no século em que vivemos’. 40.

⁵⁹⁷ Querubim GUIMARÃES. ‘A «área» da coexistência pacífica e a visita soviética à Inglaterra’. *Estudos* 34 (1956) 248-249.

⁵⁹⁸ Querubim GUIMARÃES. ‘A «área» da coexistência pacífica’. 248.

⁵⁹⁹ R. V. MILLER ‘Escolhi a liberdade, por Victor Kravchenko’. *Estudos* 26 (1948) 523.

económico e social do comunismo, muitos católicos, infelizmente o têm apoiado, parecendo ignorar os seus fundamentos antiteístas (...).”⁶⁰² O comunismo é visto como uma heresia, uma “religião política” que persegue ou, pelo menos, limita, fortemente, a liberdade de culto⁶⁰³ e que, em nome do cristianismo, importaria enfrentar;

2. Contraposição entre Roma e Moscovo, em termos de amor/ódio e vida/morte. Por exemplo, Augusto Mendes, em ‘O valor moral da pessoa humana’, vê a primeira como centro do amor e a segunda como sede do ódio. Escreve: “Vive hoje a Humanidade entre 2 extremos: o amor e o ódio.”⁶⁰⁴ E, mais à frente: “Roma é vida, Moscovo é a morte. Roma representa a civilização cristã, a libertação dos escravos, a liberdade para o bem e a fraternidade cristã. Moscovo representa a liberdade para o mal, revive a civilização pagã, o regresso à escravatura e cria as trevas através duma cortina de ferro que separa metade da Europa do mundo civilizado.”⁶⁰⁵ Após a enumeração dos diversos males do mundo, entre eles a *paz armada*, numa alusão clara à guerra Fria, aponta a liberdade e a formação moral, como metas para a solução d’[o] estado actual da humanidade”⁶⁰⁶;

3. Combate, uma ideia fundamental no enfrentamento com o comunismo. Veja-se, por exemplo, o texto intitulado ‘Cerrar fileiras’, em que a Direção do CADC, que assume a autoria do texto, estabelece também um programa de luta que marca o referido confronto entre a Europa Cristã e a ameaça comunista. Falam de falsos profetas⁶⁰⁷ e afirmam a sua descrença e oposição a uma leitura do colapso civilizacional. Descodificando o título ‘Cerrar fileiras’, escrevem: “(...) lutaremos [contra os falsos profetas] de frente, sem medo de atitudes nem de responsabilidades; pela pena e pela palavra, nas casas, nas praças públicas, mas sobretudo e sempre em nós; combateremos em toda a parte onde se encontrem, e com a ajuda do Senhor dos Exércitos, todas as ideologias e todas as heresias contrárias à Sua doutrina (...). Eis pois o caminho a seguir: *cerrar fileiras*, confiantes e lutando, com a certeza da vitória, porque conosco combate Deus, e em nós vivem os destinos da Pátria.”⁶⁰⁸ No início, no pós-guerra, a palavra-chave era, pois, o combate. Um combate fechado e até pela negativa. Porém, paulatinamente, este combate vai fazer-se pela positiva e pela alternativa, mais em sintonia com o que vinha sendo defendido pelo Magistério.⁶⁰⁹ Numa palestra intitulada *A Crise da Hora Presente*, de Querubim Guimarães, reproduzida na *Estudos*, após ter relembrado as palavras do

⁶⁰⁰ Em 1947, num artigo de Jacques Alibert, ‘O “novo” homem da Rússia (Notas de Cativoiro)’, faz-se o retrato da alma russa e aponta-se o dedo ao comunismo, como difusor do ateísmo: “(...) os jovens doutrinados são ateus na sua maior parte.” – *Estudos* 25 (1947) 126.

⁶⁰¹ G. D. ‘O comunismo, apóstata da Fé’. *Estudos* 27 (1949) 490.

⁶⁰² G. D. ‘O comunismo, apóstata da Fé’. 490.

⁶⁰³ Jacques ALIBERT. ‘O «novo» homem da Rússia (Notas de cativoiro)’. 126: “o comando supremo conservou abertas as igrejas de todos os cultos, com a seguinte condição: os fiéis deveriam dispersar-se imediatamente depois dos ofícios religiosos.”

⁶⁰⁴ Augusto MENDES. ‘O valor moral da pessoa humana’. *Estudos* 26 (1948) 78.

⁶⁰⁵ Augusto MENDES. ‘O valor moral da pessoa humana’. 79.

⁶⁰⁶ Subtítulo do artigo.

⁶⁰⁷ DIREÇÃO DO CADC. ‘Cerrar fileiras’. 283.

⁶⁰⁸ DIREÇÃO DO CADC. ‘Cerrar fileiras’. 283.

⁶⁰⁹ Com a *Carta Apostólica ‘Sacro Vergente Anno’*, o Papa consagra os povos da Rússia ao Imaculado coração de Maria, em 7 de julho de 1952, o que denota uma certa abertura em relação ao Leste europeu. Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 9.

Papa Pio XI, na *Divini Redemptoris* – “o comunismo é essa heresia, o grande inimigo de hoje”⁶¹⁰ – também diz que a hora é simultaneamente de combate e de apostolado.⁶¹¹

4. Confronto também no plano dos resultados materiais. Esta linha de combate ao comunismo testemunha-se em artigo ‘Propaganda Soviética’ de F. Matos Gomes que se centra no relato do jornalista norte-americano Knickerbocker, sobre uma viagem à União Soviética considerando que nos países capitalistas os operários “«viviam bastante melhor do que o operário soviético».”⁶¹² O mesmo Autor refere ainda a miséria e regime de escravidão dos camponeses e condena a indústria soviética por estar vocacionada para a produção de armamento e não para a produção de bens de consumo.⁶¹³

Concluindo: o tema do comunismo e das suas influências, consideradas nefastas na pessoa e nas sociedades, é recorrente, até obsessivo, na *Estudos*.

3.1.3. Europa, atlantismo(s) e Ultramar

No que toca aos dois atlantismos, o eixo que se institucionalizou na OTAN é o parente pobre do tratamento da revista.⁶¹⁴ Alguns termos permitem captar as linhas de abordagem neste campo, a saber: anticolonialismo, Euráfrica, missão civilizadora, ONU.

3.1.3.1. Euráfrica e anticolonialismo: a ONU e a nova geopolítica

O pós-Segunda Guerra Mundial traz consigo um processo de desagregação dos impérios coloniais. O Euromundo, começado a construir por portugueses e espanhóis no século XV e que conheceu um outro fôlego, no caso africano, com a Conferência de Berlim, não resiste às mudanças da história, nomeadamente à emergência de uma série de novos Estados. O registo anticolonialista tem na ONU o palco por excelência. Tendo Portugal entrado tardiamente nesta organização (1955), a necessidade das decisões da Assembleia Geral serem tomadas por maioria de dois terços permitiu-lhe, sem prejuízo de intervenções críticas da política ultramarina portuguesa, escapar à condenação

⁶¹⁰ Querubim GUIMARÃES. ‘A Crise da Hora Presente’. 583.

⁶¹¹ Querubim GUIMARÃES. ‘A Crise da Hora Presente’. 584. O Autor acrescenta: “apóstolos de nós mesmos para apostolizarmos os outros pelo exemplo, pela lição diária da nossa vida (...)” Na conclusão do texto e aludindo às águas mornas da coexistência pacífica, Querubim Guimarães alerta: “As hordas destes novos bárbaros estão já dentro do nosso campo. Aqui penetraram como os do cavalo de Tróia, e ameaçaram levar mais a fundo a sua penetração nessa sofisticada coexistência pacífica que lhes permitirá serem recebidos como amigos, tolerados como irmãos da mesma Confraria da paz de Estocolmo” (p. 597). A ideia de começar por si próprio a vivência do Evangelho é sublinhada por Luís Torgal Ferreira, aquando da abertura do Ciclo de Conferências sobre problemas sociais, em 25 de Fevereiro de 1958, afirma: “Mas também não podemos esquecer que somos homens e que nada valerá falar em progresso, em doutrinas mais justas, em melhores leis sociais, se cada homem considerado individualmente, portador de uma personalidade própria não procurar progredir, ser mais justo: em suma, viver melhor o Evangelho.” Luís Torgal FERREIRA. ‘Justificação de um ciclo’. *Estudos* 36 (1958) 149. Salienta-se que este círculo de Conferências enquadra-se numa das iniciativas do CADC que visa a formação integral dos estudantes.

⁶¹² F. Matos GOMES. ‘Propaganda soviética’. *Estudos* 23 (1945) 367.

⁶¹³ F. Matos GOMES. ‘Propaganda soviética’. 367.

⁶¹⁴ Serafim Correia de SOUSA. ‘O.T.A.N.’. *Estudos* 37 (1959) 240-242. Este escrito é comemorativo dos dez anos do Tratado do Atlântico Norte e nele é atribuída uma importância vital à OTAN na luta contra o poder da U.R.S.S.

formal. No entanto, como recorda Adriano Moreira,⁶¹⁵ 1961 é o ano da perda de controlo desse órgão pelas potências ocidentais e também, como vimos, tempo de viragem decisiva da política norte-americana na matéria.

Da leitura dos *Estudos* não se registam, neste ponto, dissonâncias e fricções visíveis entre os rapazes do CADC e o Regime, falando-se, a propósito, de “lúcido patriotismo do Governo.”⁶¹⁶ Assim, a ideia de Euráfrica tem alguma receção, sendo também referida a zona mediterrânica. Numa nota publicada em “Varanda Internacional”, Querubim Guimarães refere-se à vaga anticolonialista que varre o Norte de África “(...) criando dificuldades enormes à França e consequentemente à Europa”⁶¹⁷ e acrescenta: “O futuro da Europa, o futuro mesmo do Ocidente depende no momento que passa, da permanência da Europa nessa testeira mediterrânica africana.”⁶¹⁸

Em 1959, é publicada na revista uma palestra de Francisco Tenreiro, sob o título ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’.⁶¹⁹ Tese fundamental: “A crise Europa-África deve-se a terem-se subestimado, pela criação de vários mitos, os homens e as culturas.”⁶²⁰ Assim, a África precisa da Europa, sublinhando que para Léopold Senghor a emancipação política dependeria do desenvolvimento e prosperidade económica.⁶²¹ O ponto III do escrito refere-se a Portugal como “um diálogo singular”,⁶²² apresentando-se a colonização portuguesa, no seu início, como um ato civilizador, diria fraterno e universal, não só pela difusão da nossa cultura, mas também porque teriam sido tidos em conta os contributos culturais de cada povo permitindo-se a miscigenação e interinfluências culturais.⁶²³ Contudo, Portugal é acusado de não ter mantido sempre esta política prestigiante: “Abandonado a originalidade dum processo de expansão os portugueses deixaram envolver-se nas contingências políticas de uma Europa capitalista e enroupada de mitos.”⁶²⁴ Daí o contraste entre o “passado elevado e único, [e o] presente confuso lançando a perplexidade e a angústia nos espíritos.”⁶²⁵ O Autor termina propondo o retomar da tradição e afirma “O caminho está na humanização, pela fraternidade das paisagens e dos homens.”⁶²⁶

⁶¹⁵ Adriano MOREIRA. *A Comunidade Internacional em Mudança*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976. 52.

⁶¹⁶ José Maria GASPAS. ‘Goa, projecção da Europa no Oriente’. *Estudos* 35 (1957) 222.

⁶¹⁷ Querubim GUIMARÃES. ‘«A Ásia e a África contra o Ocidente?»’. 303.

⁶¹⁸ Querubim GUIMARÃES. ‘«A Ásia e a África contra o Ocidente?»’. 303.

⁶¹⁹ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. *Estudos* 37 (1959) 90-101. Conferência proferida no quadro da *Semana de Estudos Missionários*.

⁶²⁰ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 97.

⁶²¹ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 97.

⁶²² Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 98. Adriano Moreira num estudo intitulado ‘Tendências políticas do Direito Internacional Ultramarino’, fala de um outro tipo de singularidade que resulta da mutação do cenário pós II Guerra Mundial no contexto da descolonização: “Tendemos cada vez mais para ser um caso único no Mundo, impossibilitados geralmente de aderir de maneira incondicional à política de qualquer bloco, porque a nossa dispersão geográfica nos atribui interesses comuns com todos (...)” – *Estudos* 37 (1959) 364.

⁶²³ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 99: “Notável «lição de aproximação dos homens, lição de estender a cidadania a gentes de todas as origens», afirmou-o já o Professor Orlando Ribeiro.

⁶²⁴ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 100.

⁶²⁵ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 100.

⁶²⁶ Francisco TENREIRO ‘Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra’. 100.

A mudança geopolítica tem ecos na revista. Por exemplo, Serafim Correia de Sousa, na Secção “Varanda”, no artigo ‘O.T.A.N.’⁶²⁷, afirma: “O mundo já não se divide, nitidamente, em blocos, mas em hemisférios. São dois os hemisférios que pretendem a captação da simpatia dos variados blocos que a geografia, a cultura e a história formaram. A África pelo seu sentido – complemento da Europa ou da União Soviética – assume e faz assumir ao Pacto do Atlântico um significado actual.”⁶²⁸

As dificuldades de Portugal na ONU por causa da questão ultramarina não deixam de se espelhar na revista, em signo de convergência com a política oficial. Paradigmaticamente, veja-se em outubro de 1960, na Secção “Vida do CADC”, a transcrição de um telegrama endereçado ao Chefe de Estado, manifestando o repúdio da Direção do CADC face à campanha contra Portugal na Assembleia Geral da ONU, por parte de países comunistas ou pró-comunistas devido ao facto de mantermos as nossas Províncias Ultramarinas.⁶²⁹ Em dezembro do mesmo ano, na Secção “Varanda”, face a novas pressões da mesma entidade, renova-se o desgosto. Anteriormente, em 1947, Eduardo Ávila sublinhara: “Portugal não tem colónias. Nunca as teve no verdadeiro sentido (...) mas sim Províncias a incorporar na Pátria portuguesa e Povos a introduzir na Cristandade e Nação Lusíada.”⁶³⁰

Já em 1957, refere-se o problema das críticas ao colonialismo português, levantado pela ONU. Tal não agrada ao Autor do artigo, Carlos Alberto de Faria, que valoriza a nossa participação na OTAN, mas não na ONU, que classifica como “tribuna de propaganda”⁶³¹ das grandes potências. Com efeito, pela segunda vez consecutiva, alguns países da Comissão de Curadorias (africanos, asiáticos e sul americanos) pretendiam a realização de um inquérito no intuito de saber se as populações ultramarinas sob jurisdição portuguesa tinham, ou não, governo próprio e se essas populações não sofreriam de qualquer tipo de discriminação. Contudo, a Assembleia Geral, por maioria qualificada, decidiu não se justificar a realização do inquérito, o que causou grande alívio ao Autor do texto, expresso nas palavras “Respirámos fundo (...)”.⁶³² Antes, em janeiro do mesmo ano, Carlos Alberto de Faria tinha abordado este problema, quando surgiu pela primeira vez o pedido de Inquérito por parte dos países signatários. Mas, naquela altura, o Autor pôs em relevo, por um lado, as manifestações patrióticas das populações ultramarinas que publicamente exigiam a nossa retirada da ONU;⁶³³ por outro, atribuiu como motor da suspeita sobre Portugal a Revolução Comunista, que

⁶²⁷ Serafim Correia de SOUSA. ‘O.T.A.N.’. 240-242.

⁶²⁸ Serafim Correia de SOUSA ‘O.T.A.N.’. 241. O Autor, parafraseando o Professor Paulo Cunha e falando da relação África-OTAN, diz ainda: “É que esta organização visa a defesa do Ocidente. Visa libertar a Europa Ocidental do comunismo que domina desde a Europa Ocidental até à Ásia.”

⁶²⁹ DIREÇÃO DO CADC. ‘Campanha contra Portugal’. *Estudos* 38 (1960) 500. É de notar que, em dezembro de 1961, se realizaram duas sessões de estudo, a primeira com o tema «O Luso-tropicalismo», proferida por Veloso e a segunda com o tema «O Terrorismo em Angola», proferida por Joaquim Anacoreta Correia. ‘Secção de Estudos Ultramarinos’. *Estudos* 39 (1961) 630.

⁶³⁰ Eduardo ÁVILA. ‘Unidade Nacional’. *Estudos* 25 (1947) 593.

⁶³¹ Carlos Alberto de FÁRIA. ‘De novo Portugal e a ONU’. *Estudos* 35 (1957) 531.

⁶³² Carlos Alberto de FÁRIA. ‘De novo Portugal e a ONU’. 533.

⁶³³ Carlos Alberto de FÁRIA. ‘Portugal e a ONU’. *Estudos* 35 (1957) 99.

após uma implantação muito bem sucedida na Ásia pretendia agora o mesmo resultado em África.⁶³⁴ E fala de um movimento tendente a “(...) emancipar o Continente Negro da influência europeia e deixar o terreno livre à expansão vermelha.”⁶³⁵

A visita da Rainha Isabel II a Portugal, em 1957, também serviu para a defesa do Império. Assim, elogia-se a visitante por ser “soberana de um velho Império, que tem sabido conquistar a simpatia de todo o mundo depois de conquistar o respeito e amor dos seus súbditos (...)”.⁶³⁶

3.1.3.2. Missão civilizadora e legitimação de uma presença

Apesar da problemática missionária não ser o núcleo deste trabalho, não posso deixar de lhe deixar fazer uma ligeira referência, dado o seu reflexo na investigação (Euráfrica e África como alternativa à maior integração europeia). Sendo um tema frequente na *Estudos* no final da década de 50 e na década de 60, neste novo fôlego missionário é visível o confronto das duas Europas, sobretudo em África. Além das preocupações pastorais por parte do Magistério⁶³⁷ e dos episcopados de países colonizadores, essencialmente Portugal, salienta-se a preocupação de não deixar terreno livre ao islamismo, ao protestantismo, ao budismo, mas, sobretudo, às doutrinas comunistas materialistas e ateias.⁶³⁸

O tema das Missões era tão premente que, na terceira semana de fevereiro de 1959, a Direção do CADC e a Liga Académica Missionária promoveram um “Ciclo de estudos missionários e ultramarinos”.⁶³⁹

⁶³⁴ Carlos Alberto de FARIA. ‘Portugal e a ONU’. 99.

⁶³⁵ Carlos Alberto de FARIA. ‘Portugal e a ONU’. 99. O Autor, noutro artigo [‘A autodeterminação: Política de princípios e Política de resultado’ *Estudos* 38 (1960) 132-139, 139], defende que “seria em extremo desejável que a presença dos Europeus na África fosse mais desejada do que coactivamente imposta, porque a todos se afigura incontestável que a Europa precisa da África e a África precisa da Europa”.

⁶³⁶ ‘A visita de Isabel da Inglaterra’. *Estudos* 35 (1957) 174-175.

⁶³⁷ Vd., de Pio XII, a Encíclica «Fidei Donum»; e Maria Fernanda de Abreu COUTINHO. ‘As Comunidades nascentes de Ásia e África e a Redenção’. *Estudos* 36 (1958) 361.

⁶³⁸ Maria Fernanda de Abreu COUTINHO. ‘As Comunidades nascentes de Ásia e África e a Redenção’. 362-363. Cf., também, Albano Mendes PEDRO. ‘Evangelização do Ultramar Português’. *Estudos* 38 (1959) 74-85.

⁶³⁹ A revista dá conta deste acontecimento na Secção *Varanda* e na Secção *Vida do CADC*: cf. a entrevista a D. Eurico Dias Nogueira na Emissora Nacional ‘As missões católicas na problemática do Ultramar Português’. *Estudos* 37 (1959) 171-182, e ‘Ciclo de estudos missionários e ultramarinos’. *Estudos* 37 (1959) 184. Neste último apontamento é noticiada a palestra de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre *A acção dos leigos e a encarnação da Igreja em África*. O tema é, como dissemos no corpo do texto, recorrente. Por exemplo, A. Braga PAIXÃO, ‘Novos aspectos do problema missionário português’. *Ibid.* 27 (1949) 265, vê a missão como consequência de uma catolicidade militante, ativa, fundamental para a Igreja. Chama a atenção para impedimentos graves e perigosos que dificultam a difusão da fé, entre eles a ideologia comunista (*Ibid.* 263). Também no ano letivo 1950/1951, a temática missionária dominou as sessões de Estudo, tendo sido tratados diferentes temas. Cf. *Ibid.* 29 (1951) 663: Obstáculos à Acção Missionária, pelo Padre António Dias Dinis; a Cooperação Missionária dos portugueses, pelo Padre António Brásio; o Direito à Colonização, por Afonso Queiró; a Cooperação entre Missionários e Administrativos, por José Paulo Paixão Barradas; a Cooperação Missionária dos Estudantes, por António da Silva Rego; Nova Exortação, por Braga Paixão, na sessão solene de encerramento da Semana Universitária dos Estudantes Missionários. No primeiro volume da revista em 1957, na Secção *Vária* faz-se referência à reorganização da Liga Académica Missionária, depois de dois anos de paragem, e ao projeto de formação em Portugal de uma Cruzada Missionária de Estudantes, contando para o efeito com o apoio da sua congénere espanhola – ‘Liga Académica Missionária’. *Ibid.* 35 (1957) 118. Esta ideia volta a ser retomada em Maio – cf. Agostinho RODRIGUES. ‘Por uma Cruzada missionária dos estudantes em Portugal’. *Ibid.* 35 (1957) 290-295. Aqui defende a catolicidade no sentido próprio do termo, concretizada num espírito missionário.

A perda da hegemonia europeia no pós-guerra, a identificação do missionário branco e do cristianismo católico com o país(es) colonizador(es) deixaram terreno livre e aberto aos nacionalismos, ao desejo de autodeterminação fomentado pela URSS (ansiosa por aumentar as suas zonas de influência, em detrimento do Ocidente) como o Eldorado da prosperidade económica e da felicidade.⁶⁴⁰ A projecção da Europa na África e na Ásia aparece no quadro de defesa da colonização e da missão civilizadora. Neste ponto, não transparece nenhum desalinhamento com as posições do regime quanto ao Ultramar, que eram, aliás, partilhadas por parte da oposição. Em 1956, é abordado o problema da colonização em Goa, Damão e Diu, na “Varanda Internacional”, elogiando-se o esforço português em oposição à ambição desmedida de Nehru. Ainda no mesmo ano, num artigo já citado de Querubim Guimarães – ‘A Ásia e a África contra o Ocidente’ – é reforçada a defesa do colonialismo, nomeadamente em relação à Argélia sob domínio francês, e, na opinião do Autor do texto, com um valor estratégico precioso para o Ocidente europeu, bastando recordar os acontecimentos da II Guerra Mundial.⁶⁴¹

No escrito ‘Goa, Projecção da Europa no Oriente’,⁶⁴² José Maria Gaspar relata-nos a viagem que efetuou a Goa por ocasião da Comemoração do I Centenário da Escola Normal de Luís de Camões. A par dos elogios à iniciativa do Ministério do Ultramar, sublinha-se o papel desempenhado por Portugal: “(...) povo educador de povos, foi o primeiro, (se não o único) país desde sempre realmente empenhado na elevação cultural das populações a que levava a civilização ocidental e que na verdade trouxera, pela escola e pela missão, ao efectivo convívio das melhores ascensões humanas.”⁶⁴³ A corroborar esta afirmação evidencia o facto de aquela Província não trazer a Portugal proventos económicos, sublinhando assim a tarefa missionária como a mais importante.⁶⁴⁴ Relativamente à questão da autodeterminação, refere a aceitação pela população autóctone da soberania portuguesa, afirmando que a perturbação vem “(...) dos criminosos adestrados e pagos no país vizinho (...)”.⁶⁴⁵

O desencadear dos conflitos e o seu arrastar (com exceção da chamada Índia Portuguesa), nos anos sessenta, veio tornar mais complexa a leitura da questão ultramarina.

3.2. Europa institucional: a(s) grandes ausências

A quase ausência de tratamento dos modos de institucionalização da Europa na *Estudos* contrasta com o acompanhamento, maior ou menor, dado pela *Civiltà Cattolica* e também, como veremos, pela *Brotéria*. É verdade que, no Ciclo de Conferências sobre problemas sociais, estava

Neste artigo, aparentemente inócuo, do ponto de vista político, o Autor faz uma analogia entre o cristianismo e o comunismo, na medida em que ambos querem ganhar almas, embora com métodos e objetivos diferentes.

⁶⁴⁰ Maria Fernanda de Abreu COUTINHO. ‘As Comunidades nascentes de Ásia e África e a Redenção’. 359-364.

⁶⁴¹ Querubim GUIMARÃES. ‘«A Ásia e a África contra o Ocidente?»’. 303.

⁶⁴² José Maria GASPAREL. ‘Goa, projecção da Europa no Oriente’. 209-223.

⁶⁴³ José Maria GASPAREL. ‘Goa, projecção da Europa no Oriente’. 212.

⁶⁴⁴ José Maria GASPAREL. ‘Goa, projecção da Europa no Oriente’. 219.

⁶⁴⁵ José Maria GASPAREL. ‘Goa, projecção da Europa no Oriente’. 216.

inicialmente prevista uma lição intitulada *Portugal perante o mercado comum europeu*, que acabou por não se realizar.⁶⁴⁶

Não obstante, defesa, unificação política e economia mereceram algum tratamento. Assim:

a) Em termos de Europa como comunidade de defesa, não se aborda autonomamente a CED. Em relação à OTAN, o tratamento específico encontra-se apenas num brevíssimo e já referido artigo, a propósito do X aniversário do Tratado do Atlântico Norte, o qual serve, em boa parte, para criticar a posição do bloco comunista na ONU e sublinhar a importância do papel de África para a Europa. Curiosamente, para além da dimensão cultural, defende que “os europeus deverão dar à O.T.A.N. aquele sentido por que os povos anseiam: paz mundial e colaboração económica entre as nações”⁶⁴⁷;

b) Num artigo, já mencionado, de Daniel Rops,⁶⁴⁸ surge uma pequeníssima referência à organização do comércio procurada por alguns países europeus, mas que o autor vê com alguma apreensão, caso essa não tenha a marca “da verdade, da harmonia e da justiça.”⁶⁴⁹ E sublinha que a reconstrução da Europa só se efetuará quando esta regressar aos seus princípios.⁶⁵⁰

c) Numa recensão à obra de Dawson, *A Formação da Europa*, assinada por Carlos Alberto de Faria,⁶⁵¹ discute-se a possibilidade da sua organização política. Tendo dúvidas quanto à leitura do conhecido historiador britânico no que toca à viabilidade de atribuir vestes de institucionalização política à Europa, sublinha o “fraco sucesso que têm tido as tentativas de realizar a unidade política da Europa, ainda que em termos muito pouco corajosos.” E acrescenta: “(...) nem é essa, ao que parece, a forma mais adequada de a [unidade política europeia] se realizar.”⁶⁵²

d) Claude Gardey de Soos, depois de referir as várias tentativas feitas, ao longo da história, para conseguir a unidade europeia, centra-se no passado recente, na criação das várias organizações europeias e nos seus objetivos. Destaca o sucesso da CECA, da EURATOM e do Mercado Comum e, ao mesmo tempo, lamenta o fracasso da CED e coloca as esperanças na O.T.A.N. para alcançar, no plano militar, o êxito das outras organizações no âmbito económico.⁶⁵³ O modo de concretizar a Europa Unida não é pacífico ou monolítico, nem em Portugal, como sabemos, nem em França, uma vez que, por detrás do desejo de unidade, há dois princípios que se contrapõem: o da nacionalidade e o da supranacionalidade.⁶⁵⁴ Esta questão, assim como a dos Estados que deverão construir a

⁶⁴⁶ Luís Torgal FERREIRA. ‘Justificação de um ciclo’. *Estudos* 36 (1958) 147-149, 149.

⁶⁴⁷ Serafim Correia de SOUSA. ‘O.T.A.N.’. 242. Em 1961, Eurico Dias Nogueira mostra-se apreensivo face à tese, constante do «Programa para a democratização da República», de a nossa participação na ONU poder conduzir ao estabelecimento de representações diplomáticas em Portugal dos países comunistas. Cf. Eurico Dias NOGUEIRA ‘Algumas reflexões em torno do manifesto político’. *Estudos* 401-402 (1961) 588.

⁶⁴⁸ Daniel ROPS. ‘A verdadeira Europa’. 427.

⁶⁴⁹ Daniel ROPS. ‘A verdadeira Europa’. 427.

⁶⁵⁰ Daniel ROPS. ‘A verdadeira Europa’. 427.

⁶⁵¹ Carlos Alberto de FÁRIA. ‘A Formação da Europa, de Cristóvão Dawson’. *Estudos* 357 (1957) 318-320.

⁶⁵² Carlos Alberto de FÁRIA. ‘A Formação da Europa, de Cristóvão Dawson’. 319.

⁶⁵³ Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os Partidos Políticos em França’. 129.

⁶⁵⁴ Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os partidos políticos em França’. 129.

Europa,⁶⁵⁵ o carácter apenas económico ou político das organizações,⁶⁵⁶ constituídas ou a constituir, suscita em França, ao contrário de Portugal, acesas discussões políticas. Relativamente à última questão enunciada, o Autor vê na “«Europa Económica» [a] (única possibilidade [da Europa] de vir a lutar com armas iguais, com a U.R.S.S. e os U.S.A.)” (...).⁶⁵⁷

e) Outro apontamento surge ainda em 1957 na Secção “Varanda”.⁶⁵⁸ O Autor, ao criticar a visionária Federação Ibérica proposta por Evaristo Ventosa (séc. XIX), refere-se também à CEE e à CECA como organizações onde prevalecem os interesses económicos de uma Europa que não tem em conta outra “Europa para além das duas cortinas: a de Ferro e a dos Pirenéus.”⁶⁵⁹ Daí deduz o quanto é arrojado e até perigoso fazer projetos tendo em vista uma federação política.

f) Na Secção “Notas e Comentários”, há um escrito intitulado ‘Tomada de consciência’. A propósito da receção do volume IX da *Revista da Universidade de Madrid*, subordinado ao tema “Europa 1960”,⁶⁶⁰ e ainda da hispanidade, assunto em debate no país vizinho, fala-se da “integração adequada do *hispânico no europeu*”.⁶⁶¹

g) Em relação ao plano Marshall, surge em 1958, lateralmente, um comentário na Secção “Varanda”, num escrito chamado ‘Os Partidos Políticos em França’, de Claude Gardey de Soos. Refere-se a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e, seguidamente, o Plano Marshall como uma iniciativa dos Estados Unidos para incentivar uma mais rápida e eficaz recuperação económica europeia no pós-guerra. Mas, a este propósito, acrescenta: “(...) depressa os responsáveis pela política europeia compreenderam que se tratava apenas dum recurso temporário e que era só a eles, verdadeiramente, que cabia tentar a reconstrução da Europa.”⁶⁶²

h) No mesmo ano, aparece a publicação de uma conferência de Fernando Pinto Loureiro, com o nome ‘A Industrialização em Portugal’,⁶⁶³ proferida no âmbito do ciclo de conferências sobre Problemas Sociais. Com efeito, as suas preocupações não se reduzem à análise económica e técnica, retrospectiva e prospetiva, da industrialização em Portugal. São também objeto de estudo os problemas sociais, humanos, morais e espirituais suscitados pela industrialização.⁶⁶⁴ O primado da

⁶⁵⁵ “Esta Europa de que falamos por que Estados será constituída? Dentro do que tem sido sugerido pode conceber-se uma *pequena Europa*, a chamada «Europa dos 6» (Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália e França), ou uma Europa mais vasta estendendo-se da Islândia à Grécia e compreendendo todos os países da Europa livre. Uma terceira hipótese, esta longínqua, é a de englobar não alguns, mas *todos* os países europeus.” Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os Partidos Políticos em França’. 129-130.

⁶⁵⁶ Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os Partidos Políticos em França’. 129-130.

⁶⁵⁷ Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os Partidos Políticos em França’. 130; A França volta a ser tema na Secção *Varanda* em 1959. Pela mão de Serafim Correia de Sousa aborda-se a subida de Charles De Gaulle à Presidência da República Francesa elogiando-se a democracia daquele país, mas apontando igualmente as irregularidades que em nome da liberdade ali já se cometeram, acabando por concluir que “(...) o melhor regime é aquele que o povo, sem grandes convulsões político-sociais, aceita e vai plebiscitando lentamente.” Serafim Correia de SOUSA. ‘De Gaulle e a França’. *Estudos* 373 (1959) 59.

⁶⁵⁸ Carlos Alberto de FARIA. ‘Federação Ibérica...’. *Estudos* 35 (1957) 411-414.

⁶⁵⁹ Carlos Alberto de FARIA. ‘Federação Ibérica...’. 412.

⁶⁶⁰ ‘Tomada de consciência’. *Estudos* 38 (1960) 561.

⁶⁶¹ ‘Tomada de consciência’. 561.

⁶⁶² Gardey de Soos CLAUDE. ‘Os partidos políticos em França’. 129.

⁶⁶³ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. *Estudos* 36 (1958) 167-182.

⁶⁶⁴ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 168-169 e 176.

dignidade humana constitui uma preocupação sistemática atendendo ao elevado número de pessoas fragilizadas pela insegurança, precariedade e corte das relações familiares, muitas vezes devido à emigração.⁶⁶⁵

Faz-se referência ao “movimento de integração económica europeia capaz só por si de afetar, consideravelmente, a economia portuguesa tanto na Metrópole, como no Ultramar”.⁶⁶⁶

Entalados entre os riscos de uma possível adesão (devido ao nosso atraso tecnológico, à falta de planeamento industrial e escassa formação profissional) e a inevitabilidade da mesma, sob pena de asfixia e/ou marginalização económica, o Autor vai deambulando, entre prós e contras, mas tendendo para uma integração discernida, cautelosa, paulatina, de forma que seja possível uma adaptação das nossas estruturas produtivas a um mercado exigente de livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais. A propósito da nossa possível entrada da Zona de Livre Câmbio (ZLC), elenca uma série de ajustes e remodelações tendo em vista uma maior modernização e produção no setor.⁶⁶⁷

Os receios de não adaptação das nossas estruturas económicas no período de tempo destinado a esse efeito, caso Portugal entrasse na ZLC, vêm-nos, neste artigo, pelas palavras do Ministro da Presidência, Marcello Caetano: “«(...) todo o tempo de que dispomos, a título de período transitório até chegar a nossa vez de aceitarmos as obrigações comuns que a nossa condição europeia nos imporá, será pouco para nos colocarmos em termos de evitar ou pelo menos atenuar as graves dificuldades que da nova ordem podem advir para a economia portuguesa.»”⁶⁶⁸ O Autor transcreve também um excerto de um dos discursos radiodifundidos do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar: “«Para já, uma coisa é certa. Não podemos sujeitar-nos a ter o mercado aberto se os outros oferecem restrições ou dificuldades especiais à entrada dos nossos produtos, nem será possível agir de modo que nos fique vedado o desenvolvimento económico exigido pelas necessidades e vida da nossa gente. De qualquer modo, para acompanhar o movimento em marcha, fora ou dentro de qualquer organização, há-de ser necessário revolucionar alguns sectores económicos atrasados ou adormecidos, enriquecer o apetrechamento industrial, modificar muitos aspectos do nosso regime de trabalho.»”⁶⁶⁹

Fernando Pinto Loureiro classifica Portugal “como país parcialmente desenvolvido ou em vias de industrialização.”⁶⁷⁰ Assim, a soma de capital necessária à modernização da indústria teria de ser ainda maior. Porém, era escassa. E tornar-se-ia ainda mais exígua, tendo em conta “os encargos inerentes a vultosas responsabilidades ultramarinas.”⁶⁷¹

O Autor deixa à complexa evolução histórica o desfecho dos acontecimentos neste domínio económico. Secundariza o papel individual das nações e até da ação conjunta de Estados e conclui:

⁶⁶⁵ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 179-180.

⁶⁶⁶ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 175.

⁶⁶⁷ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 175.

⁶⁶⁸ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 178.

⁶⁶⁹ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 181.

⁶⁷⁰ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 174.

⁶⁷¹ Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 177.

”(...) a concorrência entre os dois mundos em que o mundo está dividido impõe progressos ininterruptos do mundo ocidental, se quiser sobreviver; exige esforços à Europa para se aproximar das técnicas produtivas da América, e obriga a intensificar a concorrência no quadro do continente europeu, pelo recurso ao livre cambismo, num vasto espaço económico, que permita a produção em grandes unidades fabris, beneficiando das vantagens da dimensão.”⁶⁷²

i) No plano institucional, mas transbordando tematicamente para o mundo, refira-se, em 1948, um artigo intitulado ‘Panorama da Unesco’. Ferreira Salgado aborda as razões da criação da UNESCO, em 1945, e suas finalidades em prol da educação, da ciência e da cultura, congratulando-se com todo o trabalho já realizado. Particulariza a reunião no México que contou com a presença de um observador do Vaticano, Monsenhor Rupp, e também dos delegados da França e do Líbano, respetivamente o filósofo Jacques Maritain e Monsenhor Maroun,⁶⁷³ que terão acentuado “repetidamente que o progresso espiritual da humanidade não se alcançará sem a verdade do Evangelho (...),” mesmo sabendo que este organismo internacional é aconfessional.

3.3. A outra Europa ou a sombra da dualidade

Sem prejuízo da contraposição entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste enquanto território do comunismo, tema que já considerei,⁶⁷⁴ encontramos na revista uma refração duma questão mais antiga: uma Europa eslava com outra alma que, como se pode ler num artigo de Jacques Alibert, se revela “insondável, incompreensível para quem não veio ao mundo no leste da Europa.”⁶⁷⁵

Neste artigo o Autor aborda o tema das duas Europas, afirmando que “os cidadãos da União Soviética desconfiam dos Ocidentais. A fraternidade eslava não é uma palavra vã, e uma estreita amizade reúne Polacos, Ucrrianos, Checos, Eslovacos e Russos.”⁶⁷⁶

Em 1950, no “Panorama de Imprensa”, surge um artigo de Henri Ménahem, publicado em *La Vie Intellectuelle*, sobre a “(...) necessidade de um novo direito internacional.”⁶⁷⁷ Mais uma vez se parte da divisão do Mundo em blocos, resultante do pós-guerra. Ocidente, Oriente ou Norte, Sul (designação que tem em conta a guerra na Coreia) para, no fundo, querer dizer a mesma coisa: um mundo partido por “«concepções de vida» - ou, melhor, entre sistemas económicos e sociais.”⁶⁷⁸ Para o escritor, em prol da paz e mesmo num quadro de coexistência pacífica, era necessário “acrescentar ao direito internacional um direito inter-sistemas suscetível de permitir um *modus vivendi* pacífico.”⁶⁷⁹

⁶⁷² Fernando Pinto LOUREIRO. ‘A industrialização em Portugal’. 181.

⁶⁷³ Ferreira SALGADO. ‘Panorama da Unesco’. *Estudos* 26 (1948) 544.

⁶⁷⁴ *Supra* 3.1.2.

⁶⁷⁵ Jacques ALIBERT. ‘O «novo» homem da Rússia (Notas de cativo)’. 127.

⁶⁷⁶ Jacques ALIBERT. ‘O «novo» homem da Rússia (Notas de cativo)’. 126.

⁶⁷⁷ Henri MÉNAHEM. ‘Necessidade de um novo direito internacional’. *Estudos* 28 (1950) 482-488. 482.

⁶⁷⁸ Henri MÉNAHEM. ‘Necessidade de um novo direito internacional’. 483.

⁶⁷⁹ Henri MÉNAHEM. ‘Necessidade de um novo direito internacional’. 488.

1956 é um ano extremamente relevante no confronto entre Europas. Na Hungria que, até ao final da Primeira Guerra Mundial, integrara o Império Austro-húngaro, sendo um dos polos da *Mitteleuropa*, ocorre uma rebelião contra o domínio soviético. A sua repercussão na vida do CADC não se limita ao conteúdo da revista, mas traduz-se no estabelecimento de um dia de solidariedade e apoio para com aquele povo, convidando-se os membros da comunidade académica e os operários a ostentarem sinais de luto na Missa (Capela de S. Miguel) e na sessão pública, no CADC, que foi presidida por Orlando de Carvalho.⁶⁸⁰ Outra iniciativa foi a organização de uma manifestação e recolha de fundos para os refugiados húngaros.⁶⁸¹ Na Secção “Varanda Internacional” dá-se conta dos conflitos da política internacional e classifica-se a crise do Canal do Suez e a rebelião polaco-húngara como os acontecimentos mais graves do momento.⁶⁸² Ao analisar a primeira, Querubim Guimarães denuncia a Rússia como uma das responsáveis pelo insucesso das conferências de Londres tendo em vista o cerco à Europa Ocidental, através do controlo da Ásia e Norte de África;⁶⁸³ quanto à segunda, vê-as como uma ameaça ao “imperialismo russo e que mais complicará o problema da paz no Mundo.”⁶⁸⁴

A dualidade europeia surge também referida em 1958, numa entrevista concedida por Eurico Dias Nogueira, Assistente Eclesiástico do CADC à *Estudos*, Secção “Varanda”, por altura do XXIV Congresso Mundial da “Pax Romana”.⁶⁸⁵ Ao referir-se aos congressistas oriundos de vários países, destaca “os representantes dos povos situados para lá da «Cortina de Ferro», vindos porém de terras de exílio. (...) Rodearam-nos de simpatia, mas a todos impressionavam o seu aspecto preocupado, rostos macerados e vestuário pobre. Foi com verdadeira emoção que os ouvi entoar as lindas canções da sua tão provada Pátria.”⁶⁸⁶

4. A receção do Magistério: Pio XII e João XXIII

A análise das intervenções do Papa Pio XII e João XXIII, bem como de outras referências ao seu Magistério, comprova a tese, que sustento, de que estamos perante uma receção seletiva dessas fontes, sem prejuízo, de aqui e ali, se notar que, também neste ponto, os tempos eram outros. O

⁶⁸⁰ ‘Os acontecimentos na Hungria’. *Estudos* 34 (1956) 566. Já em novembro, numa sala a abarrotar, Orlando de Carvalho destacou o facto de estudantes e operários estarem unidos nesta luta, sendo assim símbolo “das velhas tradições ceadecistas”. ‘Dia de solidariedade com o povo húngaro’. *Ibid.* 34 (1956) 566.

⁶⁸¹ ‘Os acontecimentos na Hungria’. 624. Um ano depois na Secção *Porta Férra*, os acontecimentos são, de novo, evocados com a transcrição de poema de um herói nacional húngaro, datado de 1848, Alexandre Petofi. ‘Glória à Hungria’. *Estudos* 35 (1957) 500-501.

⁶⁸² Querubim GUIMARÃES. ‘O Canal do Suez e a rebelião polaco-húngara, seguida da tragédia da Hungria, foram e são ainda os dois casos de maior relevo e gravidade na política internacional dos últimos meses’. *Estudos* 34 (1956) 621. Um ano depois, na Secção *Porta Férra*, faz-se referência à cerimónia religiosa ocorrida na Capela da Universidade em memória dos mortos e oração pelos vivos tendo como pano de fundo homenagear a coragem do povo húngaro (‘Glória à Hungria’. 500).

⁶⁸³ Querubim GUIMARÃES. ‘O Canal do Suez e a rebelião polaco-húngara’. 622.

⁶⁸⁴ Querubim GUIMARÃES. ‘O Canal do Suez e a rebelião polaco-húngara’. 623.

⁶⁸⁵ Eurico Dias NOGUEIRA, ‘O XXIV Congresso Mundial da «Pax Romana»’. *Estudos* 36 (1958) 411-417.

⁶⁸⁶ Eurico Dias NOGUEIRA, ‘O XXIV Congresso Mundial da «Pax Romana»’. 415.

apoio ao regime começava a abrir brechas na própria instituição onde militaram António Oliveira Salazar e o Cardeal Cerejeira. Cautelosamente, a ideia de democracia vai fazendo caminho.

O Magistério de Pio XII merece registo frequente, quer se trate de artigos específicos quer de convocações na análise, mais global, de outras temáticas.⁶⁸⁷

Publicam-se dois documentos relativos a Portugal: um, assinado pelo Cardeal Montini, futuro Paulo VI, datado de 22 de fevereiro de 1951, por ocasião das Bodas de Ouro do CADC, em que se transmite uma bênção apostólica; outro, uma Mensagem de João XXIII, alusiva aos 25 Anos da Ação Católica Portuguesa.⁶⁸⁸ O labor deste último aparece espelhado na revista, em artigos específicos,⁶⁸⁹ mensagens⁶⁹⁰ e citações⁶⁹¹.

Em tempos em que a questão política surge com maior acuidade, é curioso que a *Estudos*, na Secção *Textos Vivos*,⁶⁹² nos dê conta de uma síntese de um capítulo do livro do Rev.º P. e V. Honnay, *Os Círculos Sociais da Doutrina Católica*, de 1926, onde se explicita o que é ser católico de direita ou católico de esquerda. O Autor faz o paralelismo entre uns e outros em matéria religiosa, filosófica, moral, histórica, sociológica e literária. Por fim, faz um apelo para uma ortodoxa sintonia com Roma: “(...) tomai os ensinamentos pontifícios para ponto de partida, para ponto de chegada e para norma constante de orientação.”⁶⁹³

Já anteriormente se vislumbrava esta linha de rumo: liberdade política, mas à luz das orientações do Magistério Romano, na luta contra as ideologias “anti-pessoa”, como se pode ver num Editorial intitulado ‘Democracia Cristã’,⁶⁹⁴ assinado pela Direção do CADC.

Esta receção doutrinária encontra-se também documentada na Secção “Crítica”.⁶⁹⁵ Mário Vieira do Carmo Pacheco, em 1947, publica uma recensão à obra *A Democracia no Pensamento de S.S.*

⁶⁸⁷ Por exemplo, num artigo sobre “O cinema e a moral” (*Estudos* 35 [1957] 405), o Assistente Eclesiástico refere-se a *Miranda prorsus*, de 8 de Setembro de 1957. Esta mesma Encíclica é referida, em outubro de 1959, por Luís Torgal Ferreira (‘A reeducação moral da juventude delinquente’. *Ibid.* 37, 473), e também por João Evangelista R. Jorge em ‘Os Ortodoxos e o futuro Concílio Ecuménico’ (*Ibid.* 38 [1960] 35-37). Em 1960, surge na Secção *Varanda* a transcrição de uma entrevista, com carácter informativo, entre Eduardo Parreira e o Cónego Eurico Nogueira (‘A Concordata e o Acordo Missionário de 1940’. *Ibid.* 38. 317-328); Urbano Duarte (‘O conceito de progresso dentro da filosofia da história’. *Ibid.* 38 [1960] 476) propõe que no diálogo entre fé e razão sirvam “de guião” as intervenções de Pio XII. Em outubro de 1958, por ocasião da sua morte, a revista abre com o “Elogio fúnebre”, assinado pelo mesmo Urbano Duarte, que procura sintetizar o Magistério de Pio XII (*Ibid.* 36. 453-462). Ainda neste número os ensinamentos de Pio XII aparecem num artigo de J. Ferreira Gomes (36 [1958]). Além disso, na Secção *Vida do CADC* transcreve-se o telegrama enviado à Nunciatura Apostólica em virtude da morte do referido pontífice (p. 503); antes, regista-se a reflexão do Assistente Eclesiástico intitulada “De Pio XII a João XXIII” (*Ibid.* 36 [1958] 494-495).

⁶⁸⁸ JOÃO XXIII. ‘Mensagem do Papa nas comemorações do 25.º aniversário da Acção Católica’. *Estudos* 37 (1959) 195-196.

⁶⁸⁹ A Convocação do Concílio Ecuménico Vaticano II é noticiada e aplaudida pelo Assistente Eclesiástico na Secção “Reflexões”.

⁶⁹⁰ JOÃO XXIII. ‘Mensagem do Papa nas comemorações do 25.º aniversário da Acção Católica’. 195-196.

⁶⁹¹ V.g., Eurico Dias NOGUEIRA. ‘O cinema e a moral’. 405, que se refere à *Boni Pastoris* de 22 de fevereiro de 1959; Eugénio MARTINS. ‘Os concílios ecuménicos na Vida da Igreja’. *Ibid.* 38 (1960) 13; João Evangelista R. JORGE. ‘Os Ortodoxos e o futuro Concílio Ecuménico’. 35; Miguel Baptista PEREIRA. ‘Diálogo com os cristãos separados’. *Ibid.* 38 (1960) 65-68. Na mesma revista, a Secção *Vida do CADC* noticia ‘Um ciclo de conferências sobre a Unidade da Igreja e o próximo Concílio Ecuménico’ (*Ibid.* 36 [1960] 82).

⁶⁹² V. HONNAY. ‘Católicos da direita, Católicos da esquerda’. *Estudos* 23 (1945) 538-546.

⁶⁹³ V. HONNAY. ‘Católicos da direita, Católicos da esquerda’. 546.

⁶⁹⁴ DIREÇÃO DO CADC. ‘Democracia Cristã’. *Estudos* 23 (1945) 449. No ano letivo 1945/1946, em 17 de novembro a sessão de Estudo de Henrique Barrilaro Ruas abordou o tema: ‘Os católicos e a política’ (cf. *ibid.* 29 [1951] 658). E em 1946/1947, Cabral de Moncada falava sobre *Teoria e Ideologia Política* (cf. *ibid.* 659).

o Papa Pio XII. Esta resume e reproduz extratos da importante e já mencionada Radiomensagem do Natal de 1944, acrescida de um comentário de J. da Costa Lima. Embora curta e descritiva, não deixam de ser reveladoras as linhas finais da peça, nomeadamente ao selecionar o extrato em que se diz, com toda a clareza, que “(...) o futuro está reservado à democracia.”⁶⁹⁶

Outro artigo na Secção “Varanda” recorda as Encíclicas *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891) e *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931). Esta comemoração resulta da atualidade das mesmas relativamente à questão social, mas também à questão política, uma vez que a “«Rerum Novarum» lança na «Graves de Communi Re» a pedra angular de uma Doutrina renovadora: a doutrina da Democracia Cristã.”⁶⁹⁷

Apesar dos esforços diplomáticos de Pio XII em relação à construção de uma Europa Federal nunca serem abordados, a verdade é que havia um grande apreço e acolhimento das intervenções papais no plano pastoral e doutrinário.⁶⁹⁸ Assim o demonstra a revista de janeiro de 1956 que lhe é dedicada para comemorar os seus 80 anos de vida. Nela, Urbano Duarte faz uma pequena resenha da sua vida e pontificado, elogiando os seus esforços em prol dos refugiados e da paz.⁶⁹⁹

5. Balanço

Da leitura da revista *Estudos* referente ao período em análise ressalta que:

1. O número de artigos que versa especificamente sobre temáticas europeias é relativamente diminuto;
2. Em relação a referências expressas ao Magistério no que toca à temática europeia nota-se que são escassas,⁷⁰⁰ contrastando com o que se passa noutras áreas;
3. Quanto às ideias de Europa, sublinham-se a Europa como comunidade de valores, nomeadamente cristãos, e a Europa como parte do Ocidente. Rogério Martins não esquece a Europa Oriental que considera como uma irmã gémea da Europa Ocidental: “todos os elementos que podemos reivindicar para o Ocidente, a cristandade do Oriente possui-os: cristianismo irradiante,

⁶⁹⁵ Mário PACHECO. ‘A democracia no pensamento de S.S. o Papa Pio XII.’ 197-198.

⁶⁹⁶ Mário PACHECO. ‘A democracia no pensamento de S.S. o Papa Pio XII.’ 198.

⁶⁹⁷ Orlando de CARVALHO. ‘Comemorando as encíclicas «Rerum Novarum» (15 de maio de 1891) e «Quadragesimo Anno» (15 de maio de 1931)’. *Estudos* 25 (1947) 243. No ano letivo 1945/1946, em 24 de janeiro, a sessão de Estudo do Fernão Forjaz Pacheco de Castro foi sobre o tema ‘Alguns aspectos práticos da questão social’ (*ibid.* 29 [1951] 658). Também no ano letivo 1949/1950 a sessão de Estudo foi sobre o *Sentido da promoção do Proletariado* e orientada por José Ferreira Salgado (*ibid.* 662). Em 1949, encontramos o artigo de Duque Vieira: ‘Na comemoração das encíclicas sociais’. *Estudos* 27 (1949) 391-402.

⁶⁹⁸ Nota-se ainda uma preocupação institucional, relativa ao próprio Estado do Vaticano. Esta encontra-se documentada num artigo de Eurico Nogueira. ‘Os «Acordos de Latrão» e a liberdade da Igreja’. *Estudos* 27 (1949) 361-378. O tema da liberdade da Igreja em relação ao Estado vem comentado, no mesmo ano, na Secção “Notas Mensais”, com o título ‘Dar a César o que é de César’, na defesa da não sujeição desta ao Estado, isto é, quer contra os totalitarismos políticos quer contra as correntes integralistas que visam o oposto (*ibid.* 48).

⁶⁹⁹ Urbano DUARTE. ‘Pio XII’. *Estudos* 34 (1956) 195-200.

⁷⁰⁰ Contrariamente ao que acontece com outros domínios do Magistério, nomeadamente no âmbito religioso, social e moral.

unidade institucional, herança helénica e romana...”.⁷⁰¹ Efetivamente, a Europa é vista como indefinível: nas palavras de Gonzague de Reynold, “ela é inapreensível, dissolve-se na análise.”⁷⁰²

Não obstante, o combate ao comunismo, na *Estudos*, parece mais longo e unidimensional. É como se esta ideologia fosse o único inimigo e, por outro lado, a alternativa vai muito mais na linha do compromisso religioso e social. Os esforços de alguns países e políticos europeus na reconstrução económica e política do pós-guerra parecem passar ao lado. O mesmo se pode dizer em relação às tomadas de posição do Papado, a este respeito, nos anos cinquenta. Philippe Chenaux destaca, a este propósito, o empenhamento do Magistério que “n’est pas réductible à seule obsession du danger communiste, mais participe d’un mouvement de plus vaste portée tendant à doter la société internationale d’une organisation conforme aux préceptes de la morale évangélique (charité, justice) et aux principes du droit naturel (bien commun, principe de subsidiarité).”⁷⁰³ Os incentivos de Pio XII, por exemplo, a propósito do federalismo⁷⁰⁴ não têm qualquer ressonância na *Estudos*. Em Portugal, o horizonte que se capta é sobretudo nacional e fechado. Tal facto explica-se, indubitavelmente, pelo clima de ditadura. Com efeito, “Salazar e os salazaristas defendem um “internacionalismo autoritário” e revelam um antidemocratismo sistemático. Apesar das reservas que lhes mereciam os projectos de reconstrução da Europa, maior temor lhes inspirava o avanço do comunismo. Assim, a visão da Europa, assente nos valores e matrizes tradicionais, era a de uma Europa antidemocrática, anticomunista e antiliberal.”⁷⁰⁵ Neste contexto, para Salazar “(...) a Península Ibérica era “o último bastião da civilização europeia”⁷⁰⁶ e as grandes preocupações do momento como já foi referido (Plano Marshall e AECL/EFTA) eram sobretudo atlânticas, ligadas à defesa, e ultramarinas.

4. A influência de Maritain e de Mounier, alimentando a ideia de um Portugal democrático numa Europa (ocidental) democrática, teve alguma expressão, mas com a prudência que os tempos exigiam. De qualquer forma, ainda na década de 40 são visíveis alguns sinais, embora minoritários, que rompem a equação católicos = apoio ao regime. Na revista, a segunda metade dos anos 50 revela uma lenta, mas importante dissonância, expressa, por exemplo, no apoio de muitos ceadecistas ao Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Também alguns artigos começam a dar mostras, com a clareza possível numa ditadura (isto apesar da revista não estar sujeita a censura prévia), de um certo desencanto com o regime e de uma sedução pela Europa das democracias. O projeto e prática salazaristas de domesticação política dos católicos abre cada vez mais fissuras, especialmente nos meios intelectuais.

⁷⁰¹ Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 290. O Autor sublinha ainda que até à tomada dos turcos: “Bizâncio teve mais estabilidade política que o Ocidente, conheceu melhor os clássicos gregos, cultivou uma arte tão florescente como a nossa, teve verdadeira santidade e verdadeira piedade, evangelizou povos bárbaros, desenvolveu a cultura, estabeleceu uma civilização.”

⁷⁰² Gonzague de REYNOLD. *L’Europe Tragique*. Paris: 1935. 398 (*apud* Rogério MARTINS. ‘Possibilidade de Europa’. 288).

⁷⁰³ Philippe CHENAUX. *De la chrétienté à l’Europe*. 8.

⁷⁰⁴ Cf. a primeira parte deste trabalho.

⁷⁰⁵ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 54-55.

⁷⁰⁶ Maria Manuela Tavares RIBEIRO. *A Ideia de Europa*. 64.

CAPÍTULO III

A EUROPA NA BROTÉRIA

I. Companhia de Jesus em Portugal: breve caracterização

Num contexto de expansão no Oriente e extremo Oriente, assim se justifica a vinda para Portugal, no reinado de D. João III, de alguns dos primeiros companheiros de Inácio de Loiola. Neste grupo, destaca-se Francisco Xavier e Simão Rodrigues. O primeiro veio a tornar-se o grande missionário do Oriente ou o grande Apóstolo da Índia, como é habitualmente conhecido. O segundo teve como incumbência a criação da primeira Província de Portugal, que acabou por ser a primeira Província da Ordem. Em 1542, Simão Rodrigues fundou o primeiro noviciado da Companhia e a primeira Faculdade de Filosofia dirigida pelos Jesuítas, no Colégio de Jesus em Coimbra.⁷⁰⁷ Sabemos que a história desta Ordem Religiosa em Portugal tem sido feita de períodos de confiança e desconfiança.⁷⁰⁸ No que ora importa, o esforço da Companhia de Jesus, através da revista *Brotéria*, insere-se num contexto nacional e internacional⁷⁰⁹ de recristianização e recatolização de uma sociedade cada vez mais secularizada e de uma cultura marcada pela ciência positivista. Em Portugal, em finais de oitocentos, a questão religiosa e “os ataques anticlericais liberais e republicanos”⁷¹⁰ ganham contornos de contestação acérrima à presença dos Jesuítas em Portugal, acusados de empecilho ao progresso e desenvolvimento científico. Para provar o contrário, isto é, ultrapassar preconceitos e fazer pontes entre a fé, a ciência e a cultura, revestindo-as dos valores evangélicos, nasce a *Brotéria*.⁷¹¹ “Projecto científico-cultural e pedagógico-religioso”,⁷¹² a revista veio a afirmar-se não só como divulgadora de cultura, mas também como geradora de cultura,⁷¹³ na área das ciências e das humanidades, com elevado prestígio em Portugal e no estrangeiro.

2. *Brotéria*: um retrato

A *Brotéria* foi fundada em 1902 com o subtítulo *Revista de Ciências Naturais do Colégio de S. Fiel*, tendo como primeiro Diretor Joaquim da Silva Tavares. É, pois, numa primeira fase, uma revista de carácter científico (de início, sobretudo na área da Botânica e Zoologia, daí o seu nome que

⁷⁰⁷ <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuítas/_private/hjp.htm> (acedido a 22.01.2014).

⁷⁰⁸ Para aprofundar o tema, vd. Nuno da Silva GONÇALVES. “Jesuítas”. In Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. III. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001. 21-31.

⁷⁰⁹ Em Itália, surge a *Civiltà Cattolica* (1850), em França a revista *Études* (1956) e em Espanha, a *Razón e Fé* (1901). Vd. José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. In IDEM; Hermínio RICO, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 92.

⁷¹⁰ Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo (1933-1974)’. In José Eduardo FRANCO; Hermínio RICO, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 393.

⁷¹¹ Para um maior aprofundamento da História da *Brotéria* vd. José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’.

⁷¹² José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 95. Relativamente ao objetivo pedagógico pretendia-se “ganhar influência entre as elites para a qual dispunham de dois mecanismos principais: colégios ou seminários e publicações.” Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 390. A revista procura “responder em várias frentes, intelectual, política e religiosa, aos ataques anticongregacionistas feitos pelas gerações sucessivas do liberalismo de esquerda, do republicanismo e do socialismo”. *Ibid.* 392.

⁷¹³ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 138.

pretende homenagear o prestigiado cientista português Félix d’Avelar Brotero)⁷¹⁴ e cultural. Após um pequeno interregno depois da implantação da República, o exílio da Companhia faz com que a revista seja publicada a partir de Espanha e depois do Brasil. No sexto ano de publicação (1907) a *Brotéria* foi desdobrada em três séries independentes: a Série Botânica; a Série Zoologia e a Série Vulgarização Científica (SVC). Em 1925, a SCV muda de nome, passando a ostentar como título a trilogia Fé-Ciência e Letras.⁷¹⁵ Estamos perante a que ficou vulgarmente conhecida como *Brotéria Cultural*: trata-se já não de uma revista apenas de carácter científico, mas também humanista de expressão católica.⁷¹⁶ Em 1932, o subtítulo converte-se em *Revista Contemporânea de Cultura*, tendo-se verificado várias alterações nos subtítulos até ao ano 2000. É esta série, naturalmente, o objeto desta investigação.

Antes do tratamento das visões da Europa na *Brotéria*, sublinho os seguintes pontos:

a) o período de análise escolhido (1945-1961) integra-se, em termos de revista na sua relação com o Estado Novo, na I.^a fase que vai de 1930 a 1965.⁷¹⁷

b) nos anos que analiso foram Diretores Domingos Maurício,⁷¹⁸ António Leite⁷¹⁹ e Paulo Durão⁷²⁰. O primeiro, que assume funções diretivas entre 1936 e 1949, não poupava, após a guerra, “elogios a Oliveira Salazar, ao Marechal Carmona e ao Cardeal Cerejeira – «os chefes» – pela política de neutralidade.”⁷²¹ Criticou o nazismo, fascismo e o comunismo. Considerava os totalitarismos “uma ameaça à civilização católica ocidental, porque radicavam no paganismo e na estatização absoluta da vida social.”⁷²² O segundo, António Leite (1950-1954; 1959-1964), veio a ser Procurador à Câmara Corporativa (1972-1974). Canonista exímio, afirmou que a Constituição de 1933 não tinha correspondido às expectativas que a Igreja tinha colocado no Estado Novo,⁷²³ defendendo que o catolicismo deveria ser reconhecido como religião do Estado.⁷²⁴ O terceiro, Paulo Durão Alves, que já tinha sido Diretor (1932-1933), volta a desempenhar o cargo entre 1955 e 1958. Tendo-se dedicado à reflexão pedagógica, foi Procurador à Câmara Corporativa de 1942 a 1949, representando o ensino privado.

c) No ano do encerramento do Concílio (1965), abre-se uma segunda fase da revista que termina com a Revolução de Abril. Passa a ser Diretor Manuel Antunes⁷²⁵ que inicia uma fase mais

⁷¹⁴ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 95.

⁷¹⁵ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 113.

⁷¹⁶ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 114.

⁷¹⁷ Cf. Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 397.

⁷¹⁸ José Eduardo FRANCO. ‘Os directores da *Brotéria*’. In IDEM; Hermínio RICO, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 160-164, com outras indicações bibliográficas.

⁷¹⁹ José Eduardo FRANCO. ‘Os directores da *Brotéria*’. 165-167.

⁷²⁰ José Eduardo FRANCO. ‘Os directores da *Brotéria*’. 151-154.

⁷²¹ Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 406.

⁷²² Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 406.

⁷²³ Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 407-408.

⁷²⁴ Para outras indicações, cf. Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 408.

⁷²⁵ O Padre Manuel Antunes foi um dos maiores pensadores da segunda metade do século XX, tendo, na *Brotéria* e noutros lugares, desenvolvido uma interessante reflexão sobre a Europa. Situando-se fora do período em análise, não será aqui objeto de tratamento específico. Os vários contributos sobre a temática podem ver-se hoje em Manuel

“ecuménica e dialógica”,⁷²⁶ cortando com a posição tradicional da *Brotéria* na primeira fase, claramente de apoio ao regime, a ponto de José Eduardo Franco escrever que nesses anos a *Brotéria* era “(...) um afinado altifalante do poder instituído.”⁷²⁷ A revista publicava então discursos de Oliveira Salazar,⁷²⁸ bem como uma série de artigos de análise da governação, em registo de apoio. Esta cumplicidade explica-se, desde logo, pela possibilidade de regresso da Companhia a Portugal, pelos traços de confessionalização católica do Estado, onde o próprio Salazar também se apoiava para manter a ordem política e social, pois o “chamado *núcleo ideológico comum* centrou-se na defesa do corporativismo, no antiliberalismo e no anticomunismo.”⁷²⁹ Contudo, entre 1945-1950, assistimos a “um lento afastamento crítico,”⁷³⁰ sem que fosse quebrada a sintonia com o regime. Na verdade, basta ler os escritos do seu Diretor, multiplicados sob a capa de vários pseudónimos, para concluirmos que a renovação do catolicismo em curso em vários países da Europa, nomeadamente em França, não bulia com essa fidelidade. Sintomática é a crítica violenta que faz à revista *Esprit*, fundada em França nos anos 30 (1932), que vimos já ser porta-voz do personalismo de Mounier. Assim, numa referência marginal, Domingos Maurício (no caso, assinando como Pedro Julião) escrevia: “Não há muito uma certa revista francesa, orientada por católicos de esquerdismo comunista, *Esprit*, depreendia, por um inquérito organizado em termos descabelados, que a Igreja estava a dar sinais de caducidade. O cardeal arcebispo de Paris deu a resposta adequada aos inquisidores (...).”⁷³¹

3. Europa(s) em (con)textos

3.1. Traços de identidade(s) da Europa

3.1.1. Europa como Cristandade: espiritualidade e cultura

A ideia de Europa como Cristandade, a aliança profunda entre o continente e a cruz, é motivo diretor da *Brotéria*. Contrapondo Cristandade e comunismo ateu, criticando o imperialismo soviético, ponto que retomarei ao tratar da outra Europa,⁷³² são muitos os exemplos que o comprovam. Assim A. Rocha num artigo intitulado ‘Imperialismo Soviético’, mobiliza Augusto Winnig que se interroga: “Se se faz abstracção de tudo o que, na sua história, a Europa deve à Cruz e à fé, da

ANTUNES. *Obra completa. Tomo III. Vol. I e II*, Guilherme de Oliveira Martins, coord. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

⁷²⁶ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 120.

⁷²⁷ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 116.

⁷²⁸ António de Oliveira SALAZAR. ‘Discurso do Senhor Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, a 18 de Maio de 1945’. *Brotéria* 40 (1945) 672-679; e IDEM. ‘A voz da Igreja e da Pátria na hora do armistício. II - Discurso pronunciado pelo Senhor Presidente do Conselho, na Assembleia Nacional, na sessão de 8 de Maio de 1945’. *Brotéria* 40 (1945) 559-561.

⁷²⁹ Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 396. A Autora faz referência a Franco NOGUEIRA. *Salazar. Vol II: Os tempos áureos (1928-1936)*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1977. 207.

⁷³⁰ Sara Marques PEREIRA. ‘A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo’. 390.

⁷³¹ Pedro JULIÃO. ‘Projecção internacional de Pio XII em 1947’. *Brotéria* 45 (1947) 634. Também de Domingos Maurício, vd. ‘A ilusão social do cristianismo progressista’. *Brotéria* 50 (1950) 537-554, aquando da morte de Mounier.

⁷³² *Infra* 3.3.

qual é o centro que ficará? O que a Europa chegou a ser, foi-o sob a Cruz; a Cruz domina a Europa, como o único signo, sob o qual pode viver. Se afasta a Cruz, deixará de ser Europa.”⁷³³ Já Domingos Maurício (usando o pseudónimo de Pedro Hispano), em ‘Horas decisivas’⁷³⁴ considera que “toda a civilização cristã”⁷³⁵ está sob um assalto de “forças anticristãs (...) sob o comando efectivo de Moscovo”⁷³⁶ que se revelam piores que os bárbaros. Esta ideia de Cristandade tem expressão em termos organizacionais chegando Hispano a considerar que “O entendimento das forças anticristãs, para a laicização e materialização do mundo, como primeiros passos da sua hegemonia, põe os cristãos diante deste dilema: ou organização imediata, forte, disciplinada, dinâmica, para a defesa e promoção da civilização cristã na vida social e política da pátria que Deus nos deu, ou preparação para o martírio. Outro destino não se pode esperar.”⁷³⁷

Na *Revista de Revistas* surge, em 1947, um pequeno artigo com a assinatura de um dos grandes intelectuais católicos italianos, Iginio Giordani. Logo a abrir sublinha que “Estamos assistindo ao desabar de três quartas partes da Europa.”⁷³⁸ A causa última não é, como se poderia pensar, a guerra, antes uma doença do homem: “Desintegrou-se o humano no homem; tentou-se fazer dele um outro ser. (...) Tirado Deus, ficaram, frente a frente, o homem e o demónio; e o homem foi mais forte. A era moderna foi chamada, por um Dostoiewski, por um Sombart, por um Chesterton, por um Bernanos, por um Rougemont, a era satânica, em que a sociedade anda possessa, dispondo de menores resistências religiosas (...).”⁷³⁹

Pedro Basil⁷⁴⁰ associa decadência da Europa ao retrocesso do cristianismo neste continente. Em tese, escreve que esse abandono equivale à perda da “alma da Europa.”⁷⁴¹

Também os reflexos organizacionais de defesa da Cristandade têm acolhimento na *Brotéria*. Refiro-me à *Pax Romana*, rede que já tratei anteriormente a propósito do CADC, que merece acompanhamento atento em vários números da revista.⁷⁴² Num artigo com a assinatura de Domingos Maurício afirma-se, expressamente, numa das sessões do XIX Congresso que “o comunismo é o perigo máximo com que se defronta a cristandade (...).”⁷⁴³ Evidencia-se ainda o apoio do Papa a esta

⁷³³ A. ROCHA. ‘O imperialismo soviético’. *Brotéria* 42 (1946) 370.

⁷³⁴ Pedro HISPANO. ‘Horas Decisivas’. *Brotéria* 42 (1946) 570-579.

⁷³⁵ Pedro HISPANO. ‘Horas Decisivas’. 572.

⁷³⁶ Pedro HISPANO. ‘Horas Decisivas’. 572.

⁷³⁷ Pedro HISPANO. ‘Horas Decisivas’. 579.

⁷³⁸ Iginio GIORDANI. ‘Universidade católica e o novo humanismo’. *Brotéria* 45 (1947) 218.

⁷³⁹ Iginio GIORDANI. ‘Universidade católica e o novo humanismo’. 218. Já anteriormente, Leonel Franca convocara Chesterton que, escandalizado com o advento de um mundo sem Deus, afirmara: «anomalia suprema dos tempos anormais, a derradeira negação que, para além de todos os dogmas, fulmina a crença mais necessária à alma: a de que existe uma razão das coisas.» (‘Ateísmo militante’. *Brotéria* 42 [1946] 107).

⁷⁴⁰ Pedro BASIL. ‘Dilema da Europa Moderna’. *Brotéria* 44 (1947) 484-485.

⁷⁴¹ Pedro BASIL. ‘Dilema da Europa Moderna’. 485.

⁷⁴² Vd. os artigos de Domingos Gomes MAURÍCIO. ‘O XXIV Congresso da Pax Romana. Viena de Áustria – 1958’. *Brotéria* 67 (1958) 425-452, com uma breve referência à cessação de funções de Maria de Lurdes Pintasilgo, que presidiu aos destinos do MIEC durante dois mandatos (p. 447); ‘Na hora da paz: o tributo da gratidão nacional’. *Ibid.* 40 (1945) 551-554.

⁷⁴³ Domingos Gomes MAURÍCIO. ‘Pax Romana’. 76.

organização que pretende atuar de forma direta no mundo da cultura, através de uma consistente formação cristã dos intelectuais.⁷⁴⁴

3.1.2. Europa e (como) Ocidente

O Ocidente não está ausente das páginas da revista, quer autonomamente quer em associação com outros espaços (v.g., a Hungria). Na articulação entre Europa e (como) Ocidente, verifica-se, em termos de usos, que o último termo, também aqui, é usado para significar mais e menos do que Europa. No sentido de menos, é corrente a ideia de Europa Ocidental contraposta a Europa de Leste ou Oriental, ponto que aprofundarei ao considerar a Europa dual. Na aceção de mais, incluindo, desde logo, os Estados Unidos, também marca presença recorrente. A título de exemplo, num artigo sobre o Plano Marshall, Patrício Brandão refere, no contexto tenso do pós-guerra, que “(...) a batalha das ideologias rivais entre Oriente e Ocidente continua na sua fúria constante, a ameaça de uma destruição completa aflige o mundo inteiro. A Europa, berço da civilização Ocidental e chave de supremacia mundial, tornou-se o campo de batalha.”⁷⁴⁵

Na leitura de Ocidente enquanto conceito com uma extensão maior que Europa, regista-se, não raro, como acabámos de ver no trecho citado, o carácter nuclear do ponto de vista civilizacional da Europa enquanto parte do Ocidente. Desde logo, como génese ou matriz (a ideia de berço), mas também como espaço cultural comum, pelo que, como sublinha Hermenegildo de Sousa, para os Estados Unidos defender a Europa seria “defender a sua própria civilização”, pois esta “não deixa de ser a continuação da nossa.”⁷⁴⁶

Sobre a Hungria, num escrito intitulado ‘O cristianismo e o renascimento aproximaram o Ocidente da Hungria’, S. Marai afirma: “a Hungria há-de permanecer fiel às suas tradições católicas e à cultura da latinidade antiga. O cristianismo e o renascimento aproximaram o Ocidente da Hungria. A Hungria há-de permanecer, sempre, inseparada e inseparável do Ocidente.”⁷⁴⁷

Adriano Moreira, no jogo das relações Este-Oeste, contrapondo Ocidente (mundo livre) ao Leste (bloco soviético), escreve que o primeiro integra “as orientações menores dos movimentos sociais democráticos de inspiração trabalhista, a democracia de tradição americana e francesa” e, acrescenta: “a Igreja Católica, representando a mais poderosa estrutura ideológica do Ocidente: a tradição cristã é o mais forte denominador comum do mundo livre.”⁷⁴⁸ Uma palavra ainda para uma curiosa nota que fecha o artigo. Menciona uma conferência de Arnold Toynbee em Lisboa⁷⁴⁹ onde este sustentou serem soviétismo e liberalismo ideologias ocidentais, chamadas a travar “uma guerra missionária de duração indeterminada”.⁷⁵⁰

⁷⁴⁴ Domingos Gomes MAURÍCIO. ‘Pax Romana’. 85.

⁷⁴⁵ Patrício BRANDÃO. ‘Ainda o Plano Marshall’. *Brotéria* 46 (1948) 466.

⁷⁴⁶ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. *Brotéria* 54 (1952) 420.

⁷⁴⁷ S. MARAI. ‘O Cristianismo e o Renascimento aproximaram o Ocidente da Hungria’. *Brotéria* 40 (1945) 146.

⁷⁴⁸ Adriano MOREIRA. ‘Evolução das relações Leste-Oeste’. 379.

⁷⁴⁹ No Instituto de Altos Estudos Militares, a 2 de fevereiro de 1960.

⁷⁵⁰ Adriano MOREIRA. ‘Evolução das relações Leste-Oeste’. 380, n. 14.

Ocidente que também aparece como espaço possível de um ataque soviético.⁷⁵¹ Mas não deixa de se referir, a partir de uma pequena notícia sobre Itália, à política de “mão estendida”, vista como “modo de penetração na fortaleza inimiga.”⁷⁵² Menção ainda, no final do arco temporal de análise, num quadro político internacional muito desfavorável, ao contributo para “o bem comum do Ocidente”,⁷⁵³ espelhado nas facilidades, em termos militares, concedidas aos Aliados nos Açores.

3.1.3. Europa e atlantismo

A questão do atlantismo, na aceção de ponte entre a Europa (Ocidental) e a América do Norte, merece consideração nas páginas da *Brotéria*. Por ocasião da realização, em Lisboa na nona sessão da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Hermenegildo de Sousa publica um artigo, aliás já citado, intitulado ‘O Pacto do Atlântico e a economia europeia’. Uma pequena parte deste texto consiste na abordagem desse encontro olissiponense, sublinhando-se o ponto número três do comunicado oficial, centrado nas relações entre a OTAN e a Comunidade Europeia de Defesa.⁷⁵⁴

Uma referência à OTAN surge já fora do arco temporal sobre o qual versa este trabalho. Contudo, merece uma alusão atendendo a que faz uma retrospectiva desta instituição, após 15 anos de existência, e apresenta, sumariamente, os desafios que, do ponto de vista de Manuel Antunes (sob o pseudónimo de Veiga-Beiriz), esta teria de enfrentar. Tendo surgido basicamente para conter o expansionismo soviético na Europa Ocidental, objetivo que conseguiu atingir, assim como evitar uma III Guerra Mundial,⁷⁵⁵ também aqui era necessário um *aggiornamento* que tornasse a instituição mais eficaz e credível. Face à mudança operada na Europa e no mundo – ameaça global, coexistência pacífica entre as duas grandes potências, reassunção europeia⁷⁵⁶ (que leva o general De Gaulle a defender uma Europa como terceira força, excluindo a América)⁷⁵⁷ e ainda, fruto da descolonização, o surgimento do Terceiro Mundo com o advento dos não-alinhados⁷⁵⁸– urgia o esboçar de novas estratégias.

Já quanto à dimensão do “Oceano moreno”, ou, de uma forma mais geral, do Ultramar, não deixa de ter presença na revista. Assim, no ano crítico de 1961,⁷⁵⁹ o seu Diretor, António Leite,⁷⁶⁰ sai

⁷⁵¹ Nicolau BELINA-PODGAETSK. ‘A imprensa soviética e os problemas cruciais da Ásia e da Europa’. *Brotéria* 52 (1951) 193.

⁷⁵² A. BRUCCULERI. ‘A Federação Geral do Trabalho, na Itália’. *Brotéria* 43 (1946) 693.

⁷⁵³ Marques SANTOS. ‘Portugal na imprensa católica estrangeira (amostras de um contágio)’. *Brotéria* 73 (1961) 181.

⁷⁵⁴ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 425-427 (p. 426, no que toca à citada relação entre a NATO e a CED).

⁷⁵⁵ M. VEIGA-BEIRIZ. ‘Os 15 anos da OTAN’. *Brotéria* 79 (1964) 206 (também in Manuel ANTUNES. *Obra completa. Tomo III. Vol. I.* 232-237).

⁷⁵⁶ M. VEIGA-BEIRIZ. ‘Os 15 anos da OTAN’. 207.

⁷⁵⁷ M. VEIGA-BEIRIZ. ‘Os 15 anos da OTAN’. 209.

⁷⁵⁸ M. VEIGA-BEIRIZ. ‘Os 15 anos da OTAN’. 207 e 210.

⁷⁵⁹ Ano que merece outras referências na publicação: veja-se o extenso artigo de Marques SANTOS. ‘Portugal na imprensa católica estrangeira’, relativo ao tratamento de Portugal na imprensa católica estrangeira, condenando os títulos que entende orquestrados pelo comunismo (“imprensa comunista ou comunizante”, 175) e do “capitalismo apátrida” (173). Nele analisam-se os ecos de acontecimentos como a guerra em Angola, o caso do Santa Maria, falando-se de uma imprensa, em regra (a imprensa espanhola e *L’ Osservatore Romano* são considerados exceções), “francamente hostil” (179).

em defesa da posição de Portugal face às condenações enquanto potência colonial. Distinguindo três tipos de colonização – subjugação, assimilação e integração –, deslegitima e recusa o primeiro, que não se aplicaria ao caso português (antes assente num modelo da “igualdade essencial de todos os povos, dentro da verdadeira fraternidade cristã”),⁷⁶¹ mas também o segundo, que separa do uso da expressão assimilados própria do Império português. Neste último tipo, não seriam respeitados os valores próprios dos indígenas, a sua identidade enquanto povos. Divergindo destes dois, socorre-se de Gilberto Freyre⁷⁶² para sustentar o paradigma da integração. Esta referência à figura cimeira do luso-tropicalismo acaba por relevar, de certa forma por exclusão, para a discussão da ideia de Europa. Face à ideia de uma Europa não limitada à sua geografia, António Leite recorda que, para o sociólogo brasileiro, o engenho colonizador português residiria “mais em cristianizar que em europeizar as populações autóctones.”⁷⁶³ Este modo de colonizar contrastaria com o registo etnocêntrico de outros países do Velho Continente, que, em modo imperial, transportavam os “particularismos europeus”.⁷⁶⁴ O artigo termina defendendo a presença colonizadora de Portugal e o acelerar da “integração total dos povos das Províncias Ultramarinas no conjunto nacional”, pois, “desta forma Portugal ir-se-á tornando cada vez menos europeu para ser cada vez mais intercontinental.”⁷⁶⁵ O modelo interpretativo pode sintetizar-se dizendo que a deseuropeização é forma ecuménica do ser português.

3.2. A Europa institucional

3.2.1. A Europa como comunidade de defesa

A ideia de Europa como comunidade de defesa foi abordada na *Brotéria*. Hermenegildo de Sousa, na sequência da reunião da OTAN em Lisboa, dá conta do que, à primeira vista, lhe causou perplexidade. Escreve: “a realização (...) de um exército europeu parecia ser dos planos menos viáveis, e precisamente foi o que alcançou na Conferência de Lisboa uma aceitação mais aberta.”⁷⁶⁶ O Tratado de Bruxelas, de 1948, não é objeto de artigo autónomo, sendo meramente aludido numa notícia sobre a Polónia e o Plano Marshall.⁷⁶⁷

Sem institucionalização, refira-se que Vieira de Castro⁷⁶⁸ refere a abertura das fronteiras entre Espanha e França como “indício” de que, “estando delimitados os campos em que o mundo se dividiu, toda a Europa Ocidental desperta para um esforço comum de defesa.”

⁷⁶⁰ António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. *Brotéria* 73 (1961) 5-15.

⁷⁶¹ António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. 10.

⁷⁶² António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. 11.

⁷⁶³ António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. 11.

⁷⁶⁴ Gilberto FREYRE. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961. 14 – *apud* António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. 12.

⁷⁶⁵ António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. 15.

⁷⁶⁶ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 422.

⁷⁶⁷ ‘Actualidades polacas’. *Brotéria* 50 (1950) 490.

⁷⁶⁸ Luís Vieira de CASTRO. ‘Política externa – Perspectivas’. *Brotéria* 46 (1948) 291.

3.2.2. A Europa como espaço económico

3.2.2.1. O Plano Marshall e a OECE

No período em análise, o Plano Marshall mereceu vários artigos de fundo⁷⁶⁹ na *Brotéria*. 1948 é ano chave na atenção dedicada ao tema: três meses (fevereiro, março, abril), três artigos.⁷⁷⁰

A. Guimarães, em 1950, escreve sobre ‘O Plano Marshall e as suas perspetivas’. Partindo de uma ótica descritiva, refere os seus antecedentes, as organizações que serviram de suporte à sua efetivação e os modos de operacionalização do mesmo. No artigo, refere-se a solidariedade e a aposta na reconstrução da Europa por parte da América, mas temperada com alguma desconfiança relativa aos benefícios que esta obtém a nível económico, qual bumerangue neste projeto. Dando-lhe a palavra: “Dentro deste sentido, favorecer a economia portuguesa é criar futuras vantagens à própria economia americana, que nela encontra colocação para os seus produtos (ou seja contribuintes para os seus lucros).”⁷⁷¹

A OECE e a União Europeia de Pagamentos, criada à sua sombra, merecem brevíssima referência,⁷⁷² mas não são objeto de artigo autónomo.

3.2.2.2. CEEA/CEE/CECA (EURATOM)

Embora de uma forma muito menos relevante do que a sua congénere italiana – *La Civiltà Cattolica* –, o que se compreende em face da diferença de realidades políticas italiana e portuguesa, a CECA, a CEE e a EURATOM não deixam de estar presentes nas páginas da revista.⁷⁷³

Finalmente, numa perspetiva geopolítica, analisando a ‘Evolução das relações Leste-Oeste’,⁷⁷⁴ Adriano Moreira faz notar que a balança de poderes (EUA/URSS) pode vir a ser alterada pela emergência de um terceiro grande ator internacional, quer se trate de um país (possivelmente a China) quer de uma força fruto da convergência de alguns Estados. Candidata a este último papel é uma Europa Unida, que associa à visão de De Gaulle. Recorda um discurso deste, datado de 28 de

⁷⁶⁹ Com efeito, isto não significa que não haja pequenas referências noutros artigos: cf., por exemplo, Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘Política económica internacional’. *Brotéria* 46 (1948) 680, 682; Lúcio Craveiro da SILVA ‘A actual política económica da URSS’. *Ibid.* 46 (1948) 551 e 553, apresentando o Plano Marshall como “a defesa económica e política dos Estados Unidos e do Ocidente europeu” (551); Luís Vieira de CASTRO. ‘Política externa – Dois mundos’. *Ibid.* 46 (1948) 130-131, que cruza o Plano com a defesa da “nossa civilização e a grande herança espiritual de que somos portadores, embora a não detenhamos já, hoje, exclusivamente” (131). Sobre a Polónia e o Plano Marshall, vd. ‘Actualidades polacas’. *Ibid.* 50 (1950) 490.

⁷⁷⁰ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘A reconstrução económica da Europa ocidental e o Plano de Marshall’; IDEM. ‘A posição económica de Portugal em face do Plano de Marshall’; Patrício BRANDÃO. ‘Ainda o Plano Marshall’. 466-484.

⁷⁷¹ A. GUIMARÃES. ‘O Plano Marshall e as suas perspetivas’. *Brotéria* 50 (1950) 342.

⁷⁷² Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 418-419.

⁷⁷³ ‘Problemas da Indústria e da Economia Portuguesas’. *Brotéria* 65 (1957) 99-102, que transcreve extratos do discurso proferido por Marcelo Caetano, onde se refere expressamente ao “Problema da Comunidade Económica Europeia”; na ‘Revista de Revistas’, ‘O comércio externo da África Portuguesa com os países da Comunidade Económica Europeia’. *Brotéria* 65 (1957) 614-615, publicado inicialmente em *A Indústria do Norte*. Porto: agosto 1957, 19-20; também na mesma secção, vd. Maurice BARTHÉLEMY. ‘Política agrícola europeia’. *Brotéria* 67 (1958) 461-462, tradução de um artigo da *Revue l’Action Populaire*. Paris: setembro-outubro 1958, 997-1002; marginalmente, ainda ‘Perspectivas pastorais da União Europeia e do Mercado Comum em Espanha’. *Brotéria* 69 (1959) 214-215.

⁷⁷⁴ Adriano MOREIRA. ‘Evolução das relações Leste-Oeste’. 369-380.

junho de 1946: “«Quem então pode restabelecer o equilíbrio, senão o Velho Mundo, entre os dois Novos Mundos? (...)».”⁷⁷⁵

3.2.2.3. Portugal e a AECL/EFTA

Assinada a Convenção de Estocolmo de 30 de dezembro de 1959, não se estranha que a *Brotéria* não passe ao lado da constituição da AECL/EFTA. Assim, logo em fevereiro de 1960, pela mão de Costa André encontra-se um artigo de fôlego intitulado ‘A Propósito da Criação da Associação Europeia de Comércio Livre’,⁷⁷⁶ a que se seguiram outros escritos sobre o tema.⁷⁷⁷ Este texto privilegia uma série de referências a esta instituição, ao seu enquadramento em termos do comércio internacional, à sua organização, bem como elenca alguns problemas (v.g., a liberdade em termos de política aduaneira nas relações com terceiros). Na economia do projeto, interessa-nos especialmente a questão do Ultramar, numa circunstância em que, como vimos, algumas vozes contrapunham as opções europeia e africana. Na discussão entre o caminho integrador global – Continente e Arquipélagos da Madeira e do Açores, na Europa, e as Províncias Ultramarinas – e a via limitada aos territórios europeus, a solução adotada foi a segunda.⁷⁷⁸ A ideia de Euráfrica cinge-se, na ótica da política do regime, a uma visão civilizadora, mas não se estende ao domínio das relações económicas, cujo controlo se pretendia manter, enquanto forma de realização dos interesses portugueses.

3.2.2.4. A Europa como campo da democracia: cooperação política e federalismo

Ligada às dimensões económicas e militares, mas com autonomia, encontramos as propostas de unidade política da Europa. Com muito menos repercussão do que noutros países europeus – basta comparar com o tratamento concedido pela *Civiltà Cattolica* ao tema –, nem por isso deixam de aparecer, aqui e ali, referências à ideia federalista e ao projeto dos Estados Unidos da Europa.

Mas, num contexto nacionalista e ditatorial, não surpreende a escassez de menções. Hermenegildo de Sousa salienta que, superados os tempos de carência de alimentos e a babel económico-financeira do imediato pós-guerra, apontam-se caminhos de integração, ou seja, de “unidade económica e política europeia, para a federação da Europa ou, como dizem alguns, para os Estados Unidos da Europa.”⁷⁷⁹ Este Autor, que se assume “como europeu que conhece uma boa

⁷⁷⁵ *New York Times*, 29 de julho de 1946 (apud Adriano MOREIRA. ‘Evolução das relações Leste-Oeste’. 378).

⁷⁷⁶ J. L. Costa ANDRÉ. ‘A propósito da criação da Associação Europeia de Comércio Livre’. *Brotéria* 70 (1960) 175-191.

⁷⁷⁷ J. L. Costa ANDRÉ. ‘Portugal na Zona dos «Sete»’. *Brotéria* 70 (1960) 401-417; IDEM. ‘Consequências internas da adesão de Portugal à AECL’. *Brotéria* 70 (1960) 551-559; na ‘Revista de Revistas’, ‘Nasceu a EFTA’. *Brotéria* 71 (1960) 261-262, que reproduz um artigo originalmente publicado em *A Indústria do Norte*. Porto: janeiro de 1960, 23-25, e também Jean WEYDERT. ‘A Pequena Zona de Comércio Livre’. 70 (1960) 340-342, em registo de comparação com o Mercado Comum.

⁷⁷⁸ Costa J. L. ANDRÉ. ‘A propósito da criação da Associação Europeia de Comércio Livre’. 189.

⁷⁷⁹ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 419.

parte do mundo”,⁷⁸⁰ tem a particularidade de defender como condição necessária para o desenvolvimento da Europa a constituição de uma União Económica⁷⁸¹ e acrescenta: “(...) mais do que os interesses universalistas da Grã-Bretanha, do Império Português e de todas as concepções de soberania política, hão de prevalecer na Europa os próprios interesses económicos.”⁷⁸² A defesa de uma “organização supereuropeia”⁷⁸³ e a referida subordinação dos interesses do império português ao projeto é dissonante com a leitura nacionalista dominante entre nós. É curioso que o cenário hipotético de uma nova guerra na Europa, semelhante à de 1939-1945, é apresentado como acréscimo de “possibilidades da federação europeia”,⁷⁸⁴ se os tons e os sons da vitória forem Europeus.

3.3. A outra Europa ou a sombra da dualidade

A outra Europa é um tema recorrente na *Brotéria* devendo o seu tratamento ser compreendido num quadro mais vasto na luta contra o materialismo e comunismo ateus.⁷⁸⁵ No período em estudo, a queda da chamada cortina de ferro sobre a Europa Oriental merece a denúncia de A. Rocha no artigo já mencionado. Escreve: “Nas questões internacionais, a Rússia dá esse escândalo intolerável de escravizar, sob pretexto de defesa própria, nações, outrora progressivas, como a Polónia, as Nações Bálticas (Estónia, Letónia e Lituânia), a Hungria, a Roménia, que definham, agora, sob a imoralidade e o despotismo, como jamais se viu no tempo das hordas mais bárbaras;”.⁷⁸⁶ As notícias sucedem-se: em abril de 1946, dá-se conta dos riscos para Movimento Social Católico Agrário na Hungria, falando-se de “um verdadeiro martírio”;⁷⁸⁷ relata-se a perseguição comunista ao *Kalot* (Liga Social Agrária) e noticia-se a transferência para a URSS de fábricas inteiras.⁷⁸⁸ Ainda no mesmo ano, 1946, volta a dar-se conta da difícil situação da Igreja na Hungria. Referindo-se o seu prestígio escreve-se que se tornou centro “das esperanças verdadeiramente nacionais”⁷⁸⁹ e comparam-se os métodos comunistas utilizados contra os católicos como repetição das técnicas nazis, dando conta da dissolução de um conjunto de associações católicas.⁷⁹⁰ O conflito entre as duas Europas espelha-se no Congresso Europeu da Escola Nova (1946) onde se assistiu a um verdadeiro confronto entre representantes das chamadas democracias populares e europeus ocidentais (v.g.

⁷⁸⁰ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 432.

⁷⁸¹ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 425.

⁷⁸² Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 425.

⁷⁸³ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 425.

⁷⁸⁴ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 425.

⁷⁸⁵ Além dos textos expressamente versados a este propósito, vejam-se Jean DANIÉLOU ‘Tentação do comunismo’. *Brotéria* 42 (1946) 704-705 (abordando a “tentação do comunismo” para uma juventude desiludida) e Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘Cristianismo e comunismo’. *Brotéria* 44 (1947) 325-333 (Instrução pastoral onde se analisa o “mito comunista”).

⁷⁸⁶ A. ROCHA. ‘O imperialismo soviético’. *Brotéria* 42 (1946) 361.

⁷⁸⁷ ‘O Movimento Social Católico Agrário em perigo na Hungria’. *Brotéria* 43 (1946) 451.

⁷⁸⁸ ‘O Movimento Social Católico Agrário em perigo na Hungria’. 451-452.

⁷⁸⁹ ‘A Igreja na Hungria actual’. *Brotéria* 43 (1946) 465.

⁷⁹⁰ ‘A Igreja na Hungria actual’. 465-466.

a intervenção do delegado suíço que atacou as “democracias totalitárias”).⁷⁹¹ Além da URSS,⁷⁹² também outros países colocados sob a órbita soviética são objeto de acompanhamento na revista: Polónia⁷⁹³ e Hungria.

Hermenegildo de Sousa,⁷⁹⁴ num ponto intitulado “O panorama actual das duas Europas”, integrado num artigo dedicado à ‘Reconstrução Económica da Europa Ocidental e o Plano Marshall’, refere-se à mudança da linha de separação entre as referidas Europas. Se, nos anos próximos do deflagrar da II Guerra, parte significativa dos países da Europa Oriental estava “sob a dependência, pelo menos económica,” da Alemanha nacional-socialista, com o fim do conflito a situação alterou-se: “Agora, a linha divisória destas duas Europas estender-se-á, possivelmente, da altiva Finlândia à Jugoslávia, com a Grécia e a Turquia encravadas. A Checoslováquia e a Polónia, a Hungria, a Roménia e a Bulgária, sentirão, decerto, o peso dessa separação. A própria Prússia Oriental, núcleo da Grande Alemanha, terá de se manter separada da outra parte do seu território.”⁷⁹⁵

O tratamento da URSS e, em geral, da Europa de Leste surge, às vezes, inserido na consideração mais ampla das raízes eslavas deste espaço. Como sublinharam José Eduardo Franco e Paula Carreira, “nenhuma outra revista científico-cultural de sinal ideológico católico e anticomunista deu em Portugal tanta atenção e ofereceu tanto conhecimento cuidado sobre o mundo eslavo como

⁷⁹¹ ‘Congresso europeu da Escola Nova’. *Brotéria* 43 (1946) 467.

⁷⁹² Vd. a nota ‘Propaganda comunista’ na Secção *Ideias e Factos* (*Brotéria* 44 [1947] 600-601), que abre com o decreto de dissolução do Komintern, a 22 de maio de 1943, e onde se cruzam informações sobre a URSS e a expansão do comunismo na Europa. Em síntese, sublinha-se que o “comunismo actual pode dizer-se uma doutrina que se afirma e um exército que avança” (p. 600). Em 1945, a propósito da questão religiosa, a revista publica extratos de uma entrevista realizada em Moscovo pelo correspondente da revista *Religion’s News Service* ao Diretor do Conselho Soviético para os Negócios Religiosos. Dá-se conta da contradição entre a liberdade religiosa propalada e a prisão de muitos padres e bispos católicos (Robert A. GRAHAM. ‘Algumas perguntas feitas a Moscovo’. *Ibid.* 40 [1945] 220); A. ROCHA. ‘A religião na URSS’. *Ibid.* 42 (1946) 251-260, onde se sublinha a constância do comunismo enquanto inimigo da religião, bem como se contrasta a “complacência” com os Ortodoxos com a “perseguição implacável” aos católicos. Sobre a questão da perseguição religiosa na URSS, vd. Nicolau BELINA-PODGAETSKY. ‘Ainda a perseguição religiosa na URSS’. *Ibid.* 70 (1960) 695-698. Também sobre a crítica à ideologia comunista, vd. Barão de MADUR. ‘Trinta anos de comunismo’. *Ibid.* 46 (1948) 64-69; IDEM. ‘Trinta anos de comunismo II’. *Ibid.* 46 (1948) 310-317; IDEM. ‘Trinta anos de comunismo (1917-1947) III’. *Ibid.* 46 (1948) 385-390 (neste último, com uma referência específica à perseguição dos crentes, falando de uma “fúria anti-religiosa do comunismo”). Na Secção *Ideias e Factos*, a URSS é tema recorrente: para além de outras já indicadas, vd. ‘O futuro da URSS’. *Ibid.* 43 (1946) 334-335, referindo dois “dinamismos” (industrial e ideológico); ‘A URSS e o futuro da Europa Central’. *Ibid.* 44 (1947) 117-118, centrado na questão alemã; ‘Imperialismo soviético’. *Ibid.* 44 (1947) 224-225, em que se afirma que “a ambição do ditador russo supera tudo quanto pode conceber a imaginação doentia de Hitler” (224). Mas o confronto com as posições soviéticas passa pela denúncia de atividades de espionagem no Ocidente: cf. Nicolau BELINA-PODGAETSKY. ‘A ofensiva vermelha nos Estados Unidos e na Europa’. *Ibid.* 48 (1949) 715-726.

⁷⁹³ Na Secção *Ideias e Factos*, vejam-se: ‘A situação na Polónia’. *Brotéria* 41 (1945) 325-326; ainda no mesmo número, com base numa tradução da revista *The Month*, ‘O martírio da Polónia’: 329-330; ‘A Igreja Católica e as eleições na Polónia’. *Ibid.* 44 (1947) 472-473, onde se denuncia o carácter fraudulento das eleições e se dá conta das severas limitações à Igreja, falando-se, inclusivamente, da introdução de “espiões nos seminários e conventos” (472); ‘Actualidades católicas na Polónia’. *Ibid.* 44 (1947) 119-120; na *Revista de Revistas*, ‘Actualidades polacas’. *Ibid.* 50 (1950) 490-492 (a primeira notícia refere-se ao Plano Marshall, para dizer que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo polaco no exílio se dirigiu à Conferência realizada em Paris para discussão dessa iniciativa económica, lamentando que a ingerência soviética impossibilitasse a participação do país no referido programa; a segunda intitula-se “Os russos exterminam a nação polaca”; a terceira refere-se à desmobilização de parte significativa do Exército polaco; todas as notícias são retiradas do *Boletim Polaco* de abril de 1948).

⁷⁹⁴ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘A reconstrução económica da Europa ocidental e o Plano de Marshall’. *Brotéria* 46 (1948) 147-163.

⁷⁹⁵ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘A reconstrução económica da Europa ocidental’. 153.

esta revista jesuíta.”⁷⁹⁶ No período que analiso, esta função de “janela para o mundo eslavo”⁷⁹⁷ vê-se, por exemplo, num interessante artigo de Ferreira da Silva.⁷⁹⁸ Parte da análise de uma obra de Walter Schubart intitulada *Europa e a alma do Ocidente*⁷⁹⁹ que se refere à emergência de um ciclo joanino. Neste haveria uma alteração do eixo cultural: “o Ião do homem messiânico (...) não pode consentir que dirijam, no espiritual, os povos nórdicos, atados à terra. Colocará a Direcção na mão daqueles que possuem, como qualidade nacional constante, o apego ao sobrenatural, e estes são os eslavos, especialmente os russos.”⁸⁰⁰ Essa grandeza espiritual eslavófila seria ilustrada pelas palavras de Dostoiévski: “«vocaçao que olha pelo futuro da Europa e da humanidade. Ser verdadeiro russo, plenamente russo, não tem outro significado que ser irmão de todos os homens, ou ser, se quereis, o homem universal.”⁸⁰¹ Este projeto foi traído pelo materialismo histórico, augurando o Autor o retorno ao bom caminho, chegando mesmo a considerar como “(...) bem possível que dentro de alguns anos, a Rússia constitua, dentro do campo católico, uma das mais sólidas esperanças.”⁸⁰²

Um artigo de Mário Martins,⁸⁰³ evocativo dos sete séculos da investida tártara na Europa, termina fazendo um paralelo com o ano então em curso, 1945. De novo Polónia e Hungria experimentam os sacrifícios decorrentes de um processo em que “as divisões blindadas substituíram os ginetes tártaros.”⁸⁰⁴ E continua: “após as grandes invasões medievais, cada russo leva, dentro de si, um pouco da alma indomável dum tártaro, envolta com o misticismo messiânico dum eslavo.”⁸⁰⁵

4. A receção do Magistério (Pio XII e João XXIII) e a atuação do Vaticano nas relações internacionais

O ano de 1945 é profícuo na divulgação de mensagens papais. Começa, em março⁸⁰⁶ com a transcrição da Radiomensagem do sexto Natal em guerra.⁸⁰⁷ Por um artigo publicado em junho e assinado por Agostinho Veloso⁸⁰⁸ sabemos que a mensagem causou grande celeuma nalguns setores da sociedade portuguesa, nomeadamente os pontos em que o Papa se refere aos “Caracteres próprios dos cidadãos em regime democrático” e “Caracteres dos homens que exercem o poder

⁷⁹⁶ Paula CARREIRA; José Eduardo FRANCO. ‘O mundo eslavo como horizonte e fronteira da Europa segundo os jesuítas: evolução da apreciação de países eslavos na revista *Brotéria*’. In Beata Elzbieta CIESZYNSKA; José Eduardo FRANCO; Teresa PINHEIRO, coord. *Europa de Leste e Portugal: realidades, relações e representações*. Esfera do Caos: Lisboa, 2010. 139.

⁷⁹⁷ Paula CARREIRA; José Eduardo FRANCO. ‘O mundo eslavo como horizonte e fronteira da Europa segundo os jesuítas’. 140.

⁷⁹⁸ A. Queiroz Ferreira da SILVA. ‘Occidentalismo e eslavofilismo religioso’. *Brotéria* 44 (1947) 300-309.

⁷⁹⁹ A partir da tradução espanhola de 1946, publicada em Madrid pela Studium de Cultura, *Europa y el alma del Occidente*.

⁸⁰⁰ *Apud* A. Queiroz Ferreira da SILVA. ‘Occidentalismo e eslavofilismo religioso’. 300.

⁸⁰¹ *Obras completas*, t. XI: 448, *apud* A. Queiroz Ferreira da SILVA. ‘Occidentalismo e eslavofilismo religioso’. 308.

⁸⁰² A. Queiroz Ferreira da SILVA. ‘Occidentalismo e eslavofilismo religioso’. 309.

⁸⁰³ Mário MARTINS. ‘Quando os tártaros batiam às portas da Europa 1245-1945’. *Brotéria* 40 (1945) 162-171.

⁸⁰⁴ Mário MARTINS. ‘Quando os tártaros batiam às portas da Europa’. 171.

⁸⁰⁵ Mário MARTINS. ‘Quando os tártaros batiam às portas da Europa’ 171.

⁸⁰⁶ Pela ausência da mensagem em língua italiana, só foi possível uma tradução portuguesa a partir da versão espanhola (nota justificativa da própria revista).

⁸⁰⁷ PIO XII. ‘Radiomensagem pontifícia no sexto Natal em guerra’. *Brotéria* 40 (1945) 319-328.

⁸⁰⁸ A. VELOSO. ‘Os críticos do Papa’. *Brotéria* 40 (1945) 604-618.

público em democracia”. Na realidade, alguns oposicionistas pretenderam colar-se à mensagem e fazer crer que o regime político português estava longe daquilo que Pio XII propunha ao nível da organização política dos Estados. Contudo, o articulista tenta rebater todas as críticas, elucidando sobre aquilo que se deve entender por democracia à luz dos ensinamentos da Igreja. Também fundamenta a sua análise na nossa lei fundamental, de 1933, procurando provar a compatibilidade desta com o discurso papal, numa defesa acérrima do regime.⁸⁰⁹ Aliás, no mesmo número, é publicada a intervenção de Oliveira Salazar na Assembleia Nacional.⁸¹⁰ Nela o Presidente do Conselho sustenta uma compreensão da sociedade internacional assente numa visão nacionalista⁸¹¹ que está em rota de colisão com a perspetiva europeísta que Pio XII defenderá, como vimos, no pós-guerra.

Repare-se que, no número anterior, Costa Lima⁸¹² já se dedicara a analisar a mensagem, tentando neutralizar críticas e procurando mostrar que esta se insere em tradição multissecular, não legitimando assim outras leituras. Pela importância deste ponto, numa historiografia em processo sobre os católicos e o Estado Novo, justifica-se que lhe conceda um pouco mais de atenção. Aliás, ele insere-se também nas ideias de Europa, sendo curioso que o Autor mobiliza a defesa da civilização ocidental e a ignorância de Cristo e da Cristandade pelos “totalitarismos brancos e rubros”⁸¹³ para tratar do problema do futuro do Continente. Assim, em termos que reproduzo:

“Faltou-lhes [aos referidos totalitarismos] a base indestrutível da justiça, que Cristo exige superior à dos escribas e fariseus, não sendo para admirar que ruam, hoje ou amanhã, com fracasso apocalíptico, suscitando com as suas ruínas materiais e espirituais, formidáveis preocupações sobre o futuro da Europa e do mundo.”⁸¹⁴

E continua, juntando à crítica dos totalitarismos o ataque às democracias liberais, em termos que me parecem sintomáticos de uma mentalidade. Assim, defende “a supremacia da lei moral eterna, na vida individual e social, (...) contra a soberania revolucionária dos Direitos do Homem, contra o liberalismo de todos os matizes, contra o laicismo, nazismo e comunismo, entrados consciente e inconscientemente na mentalidade deste século de truçulências.”⁸¹⁵

Opondo-se a uma hermenêutica que, subentende-se, deslegitimaria o regime político, esclarece que o conceito de democracia em causa não seria o da conceção “moscovita, totalitária”,⁸¹⁶

⁸⁰⁹ A. VELOSO. ‘Os críticos do Papa’. 613-617.

⁸¹⁰ António de Oliveira SALAZAR. ‘Discurso do Senhor Presidente do Conselho na Assembleia Nacional’. 672-679.

⁸¹¹ “(...) as nações serão a perder de vista no tempo a base natural e mais simples de uma organização mundial. Nem federações artificialmente decretadas ou impostas, nem super-Estados hegemónicos com os seus Estados-vassallos, nem organizações de interesses em quadros acima das nações poderiam exceder em simplicidade, eficiência e colaboração pacífica uma organização dos agregados nacionais.” (António de Oliveira SALAZAR. ‘Discurso do Senhor Presidente do Conselho na Assembleia Nacional’. 674).

⁸¹² J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. *Brotéria* 40 (1945) 504-564.

⁸¹³ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 505.

⁸¹⁴ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 505.

⁸¹⁵ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 505.

⁸¹⁶ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 510.

antes o “lídimo espírito da democracia, preconizada pelos Pontífices”,⁸¹⁷ à cabeça dos quais coloca a *Graves de Communi Re*, de Leão XIII. Rejeita que possa ser a “democracia de partido, ou totalitariamente demagógica”,⁸¹⁸ aproveitando para atacar a República (o grande trauma),⁸¹⁹ como se comprova pelo retomar da referência, um pouco mais à frente, ao qualificar o regime republicano como um “despotismo”, considerando que o 5 de outubro gerou “tirantias, revoluções e crimes da anarquia paranóica.”⁸²⁰ Procurando paralelos na história nacional, reconduz ao conceito a “democracia social, orgânica e cristã da nossa monarquia tradicional”⁸²¹ e alerta para os perigos das massas, traçando um retrato do que devem ser os parlamentares:“(...) espiritualmente eminentes, de carácter, escolhidos em todas as condições sociais e profissões, sem exclusivismos injustos, de sólidas convicções cristãs, de consciência recta, solícitos do bem, de justiça e inteireza igual para todos, equânimes, rectos, solícitos do bem (...) que pela sua autoridade guiem e dirijam o povo, propenso aos extravios, principalmente em períodos revoltos.”⁸²² Este modelo paternalista quadra-se bem no modelo de defesa do regime que sustenta, sendo esta a posição que se apresenta no mesmo número em que o Diretor, Domingos Maurício,⁸²³ reafirma a sua fidelidade a Salazar, terminando com um *Obrigado* ao Presidente do Conselho.

No filão de dissociação da componente crítica de democracia situa-se a intervenção, já em 1947, do Cardeal Cerejeira.⁸²⁴ A palavra aparece rotulada de “equivoca”, sendo contraposto o significado para os comunistas – “a destruição da propriedade individual, da família, da pátria, da religião; a negação das liberdades e direitos individuais; o governo oligárquico ao serviço do proletariado”⁸²⁵ – à conceção cristã. Na exposição do Cardeal, não se refere o povo e eleições, antes se sublinhando, para além da dimensão de limitação do poder e a garantia dos direitos da pessoa, a vinculação ao “serviço do bem comum” e à “participação de todos na coisa pública.”⁸²⁶

Assinale-se ainda, na Secção “Revista de Revistas”, uma pequena notícia traduzida de *La Vie Intellectuelle*, que tem por título ‘As vistas de Pio XII, em matéria social’.⁸²⁷

Em julho de 1945, a revista publica o Discurso de S. Santidade o Papa Pio XII de 2 de junho desse ano, o qual versa essencialmente sobre a Igreja e o Nacional-Socialismo, particularizando-se as perseguições, tortura e morte de muitos eclesiásticos e católicos durante o Terceiro Reich e apontando-se o Direito como caminho para a paz.⁸²⁸ No número seguinte, dá-se conta da ação

⁸¹⁷ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 510.

⁸¹⁸ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 510-511.

⁸¹⁹ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 511: “(...) com as desafortadas tirantias, perseguições e aniquilamento das liberdades cívicas, sociais e religiosas, como a houvemos entre nós, mais até perseguir a Igreja que a Monarquia.”

⁸²⁰ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 513.

⁸²¹ J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 512.

⁸²² J. da Costa LIMA. ‘Direitos categóricos’. 513-514.

⁸²³ Domingos Gomes MAURÍCIO. ‘Na hora da paz nacional’. 552.

⁸²⁴ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘Cristianismo e comunismo’. 325-333.

⁸²⁵ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘Cristianismo e comunismo’. 327.

⁸²⁶ Manuel Gonçalves CEREJEIRA. ‘Cristianismo e comunismo’. 328.

⁸²⁷ Artigo de Jean TONNEAU. Original em *La Vie Intellectuelle*. (1945) 6-23, reproduzido em *Brotéria* 40 (1945) 565-566.

⁸²⁸ ‘Discurso de S. Santidade o Papa Pio XII, em 2 de Junho de 1945’. *Brotéria* 41 (1945) 82-88.

diplomática que marcou o início do Pontificado do Papa Pio XII (2 de março de 1939), tendo em vista evitar a II Guerra Mundial.⁸²⁹

Em dezembro de 1947, surge um artigo de Domingos Maurício (Pedro Julião), com o título 'Projeção internacional de Pio XII em 1947'. Neste, faz-se um elogio à personalidade multifacetada de Pio XII, ao seu prestígio na comunidade internacional e destaca-se a sua ação no domínio religioso, científico, social e político.⁸³⁰ No quadro do filtro significativamente seletivo que marca a receção dos ensinamentos do Papa em matéria de configuração da sociedade internacional em geral e da construção europeia em particular, deparamo-nos com referências reiteradas à aspiração da paz⁸³¹ que não poderá passar pelo materialismo ateu.⁸³² Pelo contrário, são valorizados, quer aspetos referentes a dimensões litúrgicas e eclesiológicas quer elementos relativos à dimensão social da democracia cristã, nomeadamente os que possam concorrer para sustentar o corporativismo.⁸³³

'O Magistério de Pio XII em 1954' é título de um longo escrito de Manuel Pinto onde comenta as encíclicas, as alocuções e radiomensagens escritas e proferidas naquele ano, analisadas sob a perspetiva do "Dogma e (...) Moral cristã".⁸³⁴ No que ora interessa, destaco o ponto em que se refere "a coexistência dos povos", tema abordado na Radiomensagem de 1954. Nesta, o tema da paz é central, apontando o Papa a economia e o nacionalismo como principais erros do tempo para a concretização da mesma.⁸³⁵ Em contraponto sublinha-se: "O problema da paz não é um mero problema político, é um problema moral da consciência"⁸³⁶ e, como alternativa à paz fria, alimentada pela coexistência no temor entre os dois blocos, Manuel Pinto defende a "coexistência na verdade"⁸³⁷ sugerida por Pio XII.

Por altura do octogésimo aniversário do pontífice, um novo artigo intitula-o 'Mestre do nosso tempo'.⁸³⁸ Neste, faz-se memória da estima do Santo Padre para com Portugal, nomeadamente aquando da assinatura da Concordata e do Acordo Missionário, em 7 de maio de 1940⁸³⁹ e alude-se também às intervenções feitas por Pio XII, em várias ocasiões, em língua portuguesa.⁸⁴⁰ Atendendo à dimensão cultural desta revista, o Magistério é aqui escrutinado do ponto de vista da cultura teológica

⁸²⁹ 'O «Livro Branco» da Santa Sé'. *Brotéria* 41 (1945) 195-208.

⁸³⁰ Pedro JULIÃO. 'Projeção internacional de Pio XII em 1947'. 635.

⁸³¹ Pedro JULIÃO. 'Projeção internacional de Pio XII em 1947'. 643-648.

⁸³² Pedro JULIÃO. 'Projeção internacional de Pio XII em 1947'. 643. O Autor sublinha "o comunismo constitui a grande ameaça da paz" e "a Rússia tornou-se o pesadelo da Europa" (p. 634).

⁸³³ Comenta-se a Carta enviada por Pio XII a M. Charles Flory, Presidente das Semanas Sociais em França, e a sua repercussão internacional, no que se refere às afirmações do pontífice "em matéria de nacionalização e corporativismo" (Pedro JULIÃO. 'Projeção internacional de Pio XII em 1947'. 641).

⁸³⁴ Manuel PINTO. 'O magistério de Pio XII em 1954'. *Brotéria* 60 (1955) 369.

⁸³⁵ Manuel PINTO. 'O magistério de Pio XII em 1954'. 384-385.

⁸³⁶ Manuel PINTO. 'O magistério de Pio XII em 1954'. 384.

⁸³⁷ Manuel PINTO. 'O magistério de Pio XII em 1954'. 385. Cf. *Radiomessaggio di Sua Santità Po XII a tutto il mondo in occasione del Natale*, §3 (disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1954/documents/hf_p-xii_spe_19541224_ego-declinabo_it.html>; acedido em 11 de agosto de 2014.

⁸³⁸ Paulo DURÃO. 'Pio XII, mestre do nosso tempo'. *Brotéria* 62 (1956) 385.

⁸³⁹ A este propósito, vd. A. ROCHA. 'Portugal missionário'. *Brotéria* 40 (1945) 76.

⁸⁴⁰ Destacam-se neste campo, o encerramento do Ano Santo em 13 de Outubro de 1951, em Fátima, e as comemorações na cidade de Goa em honra de S. Francisco Xavier. Paulo DURÃO. 'Pio XII, mestre do nosso tempo'. 386.

que dele emana, salientando o Autor a Encíclica *Humani Generis*, na qual Pio XII interliga “a ciência, a filosofia e a revelação”⁸⁴¹ apontando erros e vislumbrando caminhos.

Há ainda outras referências a intervenções de Pio XII. Assim, por exemplo, a Mensagem ao XXIV Congresso Mundial da *Pax Romana*, realizado em Viena, em 1958, tendo como tema “A Universidade e as exigências da liberdade, em nossos dias.”⁸⁴²

A eleição do Cardeal Roncalli, Patriarca de Veneza, para a cadeira de Pedro, com o nome de João XXIII, é saudada logo na abertura do número de dezembro de 1958,⁸⁴³ sendo referida a evocação do Papa João XXI, bem como a peregrinação a Fátima em maio de 1956.⁸⁴⁴ O acompanhamento da ação desse Pontífice é recorrente. Assim, logo a primeira Encíclica – a *Ad Petri cathedram* –, datada de 29 de junho de 1959, é objeto de síntese;⁸⁴⁵ por ocasião do Centenário da morte do Santo Cura de Ars, refere-se a Encíclica *Sacerdotii Nostri Primordia*, de 1959, centrada no sacerdócio;⁸⁴⁶ ainda no mesmo ano, noticia-se⁸⁴⁷ a nova Encíclica, *Princeps Pastorum*, que celebra o 40.º aniversário da publicação da Encíclica *Maximum illud*, de Pio XV, e menciona-se a convocação do Sínodo Romano (enquanto Bispo de Roma);⁸⁴⁸ a propósito da visita do Arcebispo de Cantuária ao Vaticano, em dezembro de 1960, analisa-se o problema do chamado “drama da unidade cristã”,⁸⁴⁹ no quadro de uma separação secular entre a Igreja Católica e a Igreja Anglicana.

A *Mater et Magistra* (1961) merece significativa recepção na revista pela mão do seu Diretor, António Leite. Começando com um artigo geral sobre a Carta Encíclica, em outubro de 1961,⁸⁵⁰ logo no mês seguinte analisa a questão da remuneração do trabalho,⁸⁵¹ labor que continuará em próximos meses, que extravasam já o período de análise proposto.⁸⁵²

Muito mais reduzido é o acompanhamento da ação do Vaticano nas relações internacionais. Em 1952, no quadro da análise da interação entre Estados Unidos e Europa, menciona-se uma abertura dos responsáveis norte-americanos à espiritualidade e aos valores que caracterizam o espírito europeu. Lê-se que “nas esferas governamentais esboça-se uma aproximação com os meios do Vaticano, para o que deve ter tido grande influência o Cardeal Spellman (...).”⁸⁵³

⁸⁴¹ Paulo DURÃO. ‘Pio XII, mestre do nosso tempo’. 388.

⁸⁴² Domingos Gomes MAURÍCIO. ‘O XXIV Congresso da Pax Romana’. 429.

⁸⁴³ Paulo DURÃO. ‘O Sumo Pontífice João XXIII’. *Brotéria* 67 (1958) 489-493.

⁸⁴⁴ Paulo DURÃO. ‘O Sumo Pontífice João XXIII’. 492.

⁸⁴⁵ ‘A primeira Encíclica de João XXIII’. *Brotéria* 69 (1959) 208-213.

⁸⁴⁶ L. de CASTRO. ‘Centenário da morte do Santo Cura de Ars’, *Brotéria* 69 (1959) 331-334.

⁸⁴⁷ L. de CASTRO. ‘Uma Encíclica Missionária’. *Brotéria* 70 (1960) 93-97.

⁸⁴⁸ António LEITE. ‘O sínodo romano’. *Brotéria* 70 (1960) 333-335.

⁸⁴⁹ José Guedes CARVALHÃES. ‘O drama da unidade cristã’. *Brotéria* 72 (1961) 5-28.

⁸⁵⁰ António LEITE. ‘«Colonialismo», assimilação ou integração?’. *Brotéria* 73 (1961) 5-15.

⁸⁵¹ António LEITE. ‘A encíclica «Mater et Magistra»’. *Brotéria* 73 (1961) 241-254.

⁸⁵² António LEITE. ‘A agricultura na encíclica «Mater et Magistra»’. *Brotéria* 74 (1962) 11-22; IDEM. ‘Iniciativa pessoal e intervenção do Estado no campo económico, segundo a encíclica «Mater et Magistra»’. *Brotéria* 74 (1962) 249-261.

⁸⁵³ Carlos Hermenegildo de SOUSA. ‘O Pacto Atlântico e a economia europeia’. 420.

5. Balanço

Um breve balanço do modo como a *Brotéria* trata e veicula as ideias de Europa, as suas institucionalizações e o Magistério Papal sobre o tema deve tomar em conta quer os termos de comparação quer os desenvolvimentos, tratamentos e silêncios da própria publicação. Em relação ao Magistério, confirma-se a receção seletiva fazendo do envolvimento pontifício – no caso, de Pio XII – na construção europeia e no apoio a impulsos federalizantes uma zona marcada pela escuridão. Quanto à ideia de uma Europa de democracias, confrontados com a importante Radiomensagem do Natal de 1944, e face à discussão em curso na sociedade portuguesa, a revista procura neutralizar as críticas e tranquilizar espíritos mais ortodoxos. Na leitura proposta, não haveria nada de novo, sendo as referências à democracia reconduzidas à visão tradicional da democracia cristã como democracia social. Ou seja, Salazar e o regime permaneceriam intocados sendo consideradas ilegítimas as teses contrárias.

Também aqui o mundo revela-se mais complexo: por um lado, se o salazarismo não aparece reconduzido aos totalitarismos, não pode igualmente situar-se no campo da democracia; por outro, a sedução e a atração que o regime exerceu nos anos 30 e mesmo nos anos 40, como alternativa católica e corporativa, não deixa de ter reflexos na posição da Santa Sé. Neste último caso, lembre-se a reação de Pio XII à oferta de Salazar dos seus *Discursos*. Demos a palavra ao seu biógrafo, Franco Nogueira: “Pio XII sente-se particularmente desvanecido: chama Nasolini, e pede-lhe que transmita ao chefe do governo os seus agradecimentos. E a Secretaria de Estado do Vaticano, em nome do Pontífice, escreve: «*O Santo Padre, que de há anos segue com benevolente interesse a incansável actividade do Presidente Salazar no posto de responsabilidade em que a Providência o colocou, não podia deixar de receber com viva satisfação esta delicada homenagem.*»”⁸⁵⁴ No entanto, Pio XII, no quadro da sua política internacional, não deixará, em diversas ocasiões, de desagradar ao regime. Basta pensar, limitando-me à Índia, em dois atos: por um lado, a preferência concedida ao Arcebispo de Bombaim e não ao Patriarca de Goa, D. José Costa Nunes, aquando das nomeações para o Colégio Cardinalício; por outro, o facto de, em 1955, Pio XII ter recebido o então Presidente da União Indiana, Nehru.

Na ‘História da Revista *Brotéria* (1902-2002)’, José Eduardo Franco menciona o acompanhamento que a revista faz da “evolução da situação política, económica, religiosa, pedagógica da URSS desde 1940 até ao final do Estado Novo, publicando artigos críticos de autores russos, conhecedores da realidade política e social da União Soviética, mas opositores do regime comunista.”⁸⁵⁵

Melhores tempos na *Brotéria* para a oposição católica ao Regime só adviriam na década de 60, nomeadamente, como já referi, com a assunção pelo Padre Manuel Antunes das funções de Diretor. Também noutras frentes os católicos dissidentes ganhariam novo fôlego e nova visibilidade. Com

⁸⁵⁴ Franco NOGUEIRA. *Salazar. Vol. IV: O Ataque (1945-1958)*. 260 (em itálico no original).

⁸⁵⁵ José Eduardo FRANCO. ‘História da revista *Brotéria* (1902-2002)’. 120.

efeito, como sintetiza João Bénard da Costa:⁸⁵⁶ “Desde 1958, pelo menos, o grupo católico, ou os grupos católicos, que, nos primeiros anos sessenta, estiveram na base de *O Tempo e o Modo, da Pragma, do Direito à Informação*, etc., eram vistos, tanto pelo Regime como pela chamada Oposição, como um *grupo político*.”

⁸⁵⁶ João Bénard da COSTA. *Nós, os vencidos do catolicismo*. Coimbra: Tenacitas, 2003. 77.

CONCLUSÃO

Terminado o percurso proposto, é tempo de curto balanço dos resultados, recuperando as perguntas diretoras iniciais. As propostas avançadas não trazem nenhuma tese revolucionária de reescrita da história, antes confirmam e aprofundam aspetos que já estavam estabelecidos ou eram, eventualmente, previsíveis. O contributo, naturalmente modesto, desta dissertação passa pelo tratamento de um conjunto de textos que ainda não tinham sido interrogados, pelo menos de forma sistemática, sob o ângulo que agora propus. Aqui e ali, acrescentam-se, com a recuperação de alguns artigos, provas de teses que exigiam e continuam a exigir trabalhos ulteriores. Mas a História é também este exercício de paciência, apostado em desempoeirar fontes, apurar e aclarar pormenores. Fechando a abóbada da investigação, o que é que fica?

I. Em primeiro lugar, em geral, a Igreja Católica, perita, pela força dos séculos e da sua capacidade conformadora, em europeidade, assumiu um protagonismo importante no projeto de (re)construção, cooperação e unificação europeias, o que se exprimiu quer no Magistério Papal quer na atividade diplomática da Santa Sé. Em alguns países, a Igreja – em termos que não mereceram tratamento no trabalho, por extravasarem as balizas de investigação – empenhou-se fortemente no processo, seja por via de intervenção das autoridades eclesásticas, seja sobretudo por meio da participação dos leigos na política, especialmente (mas não exclusivamente) no quadro da democracia cristã, que, juntamente com o socialismo democrático, foi motor decisivo da construção europeia. Diferentemente se passaram as coisas em termos de posição dominante da Igreja portuguesa, maioritariamente prisioneira do trauma da Primeira República (sendo certo que o processo de anticlericalismo é anterior, como prova, desde logo, a história do século XIX e a génese do Centro Académico de Democracia Cristã), marcada por um sentimento de gratidão a Salazar, visto como um dos seus (sem prejuízo de algumas pretensões, ao nível também de setores que queriam, por exemplo, que o nome de Deus fosse inserido na Constituição de 1933), e com receio do perigo comunista, numa Europa profundamente dividida.

Quanto ao Magistério, considerando Pio XII e João XXIII, encontramos um claro apoio ao processo de construção europeia. Contrariamente a uma leitura simplista do papado de Pio XII (alinhamento quase incondicional com a estratégia americana de confronto com a URSS e com os restantes países do Pacto de Varsóvia), sabe-se hoje que as coisas são mais complexas. No universo de renovação teológica, a Nova Cristandade de Jacques Maritain questionara e recusara os projetos restauracionistas da Velha Cristandade, mas esta constitui uma tentação que não deixa de estar presente. Realcem-se as simpatias federalistas, que um católico nacionalista e introvertido como Salazar⁸⁵⁷ não podia acompanhar, pelo que a Europa como “terceira força” que chegou a referir⁸⁵⁸

⁸⁵⁷ Armando Lopes Porto, em depoimento recolhido no quadro do inquérito que efetuei, sublinha que “a maioria dos estudantes pensava que a integração na Europa seria vantajosa, se não politicamente ao menos economicamente.” Mas partilhava com o regime um “certo receio de que uma integração política plena diminuísse a autonomia do país

não era, nem podia ser, confundida com o projeto democrático e supranacional que mereceu a bênção papal, (a tal ponto que os setores anti-romanos falavam de uma “Europa Vaticana”).

Mas sendo a Igreja *católica* – no sentido de *universal*, de se dirigir a toda a orbe –, não obstante algum eurocentrismo ocidentalista, procuram-se, desde logo por razões pastorais, pontes possíveis, num “martírio da paciência” (Agostino Casaroli), com os governos comunistas da Europa de Leste. Sem prejuízo dos avanços feitos com o Papa João XXIII, já em Pio XII encontramos uma preocupação com o bem comum internacional e com a colocação da questão europeia no quadro mais vasto da paz e da justiça na sociedade internacional. Particularmente no que toca à Europa de Leste, recorde-se, por exemplo, a ideia, num quadro então marcado pela guerra fria, de que “Oriente e Ocidente não representam princípios opostos, mas participam numa herança comum”, posição aprofundada na *Carta Apostólica aos Povos da Rússia*, de 7 de julho de 1952.

Além disso, a emergência do Terceiro Mundo como ator na cena internacional mostra uma Igreja atenta às novas realidades que, no caso português, levará, a partir dos anos sessenta, a uma colisão, com manifestações claras no pontificado de Paulo VI. Recorde-se que este, nos seus tempos de Cardeal, foi precisamente um dos protagonistas das discussões e mesmo divisões internas relativamente a algumas linhas de intervenção da Santa Sé.

A *Civiltà cattolica*, revista que, dada a sua proximidade com a Santa Sé e a sua relevância, me serviu como referente para a comparação empreendida com as publicações portuguesas, acompanhou, como vimos, o processo de construção europeia, conferindo um largo espaço não apenas à ideia de Europa enquanto comunidade de valores, mas – e nisso contrasta com os *Estudos* e a *Brotéria* – também ampla cobertura às tentativas e modos de institucionalização europeia. Esta diferença é, como vimos e se retomará no ponto seguinte, explicada pela distinta circunstância.

2. Contra o modelo monolítico da identificação da Igreja portuguesa e Estado Novo – na narrativa tradicionalmente dominante, trata-se de um bloco só quebrado por casos isolados como os dos padres Abel Varzim e João Alves Correia, e o do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes –, o crescente interesse historiográfico pela temática tem mostrado fraturas e complexidade, particularmente a partir dos anos 50, em especial nos meios intelectuais. Uma nova geração veio então questionar o regime. Apesar de 58 ser apresentado como ano decisivo, início de uma nova etapa em face da visibilidade da posição de D. António Ferreira Gomes, já anos anteriores da década tinham trazido novidades em termos de contestação. Pense-se na reivindicação de autonomia para a Universidade no I Congresso da Juventude Universitária Católica,⁸⁵⁹ e, sobretudo, na firme oposição ao Decreto n.º 40.900. É verdade que a perceção e a leitura da contestação ao diploma parece, no entanto, não ter sido idêntica. Em resposta à pergunta – “Em que medida o Decreto n.º 40.900 e as

(...)” E acrescenta que a construção europeia “acarretaria uma dependência que não se coadunava com uma história notável de cerca de oitocentos anos”.

⁸⁵⁸ Cf. o que escrevi *supra*, Parte II, Cap. I.

⁸⁵⁹ Manuel Braga da CRUZ. *Raízes do presente: estudos de história contemporânea*. 190.

intervenções de D. António Ferreira Gomes contribuíram, também no CADC, para o distanciamento dos católicos face ao Regime?”, Adelino Marques escreveu:

Entendo que não é muito correto, em termos metodológicos, fundir na mesma questão o 40.900 e a carta do Bispo: a luta contra o decreto, embora mal ocultasse determinada marca fortemente política partidária, suscitou a generosa adesão estudantil à luta contra uma redonda parvoíce, sem que aí interviesse qualquer reflexão religiosa; já o significado da carta do Bispo, que discutimos bravamente em grupos informais de consócios, suscitou-nos forte adesão, crítica por vezes, não obstante logo ter sido oportunisticamente aproveitada por forças pouco interessadas no “Reino de Deus e a sua Justiça” (...).⁸⁶⁰

Ainda que, ao menos para alguns, a contestação universitária não tenha sido percecionada como um ato de contestação ao Regime (como resulta, claramente, do depoimento acabado de transcrever), é indubitável a sua importância no quadro de um processo de dissonância nos meios académicos católicos, em crescimento desde o fim da II Grande Guerra, recebendo novo impulso especialmente nos anos sessenta, nomeadamente por via do Concílio Vaticano II e da reflexão em torno da questão ultramarina. Reagindo ao Decreto, a “academia à una levantou-se contra ele e o governo acabou por ser vencido”,⁸⁶¹ o que, para muitos, não deixou de ter consequências no plano político e nos seus compromissos futuros, aproximando-os de uma Europa das democracias. Para os universitários católicos do CADC, neste ponto, a Europa como espaço de liberdade e democracia, tendo alguma refração nos *Estudos*, passou muito também pela leitura de revistas e pelos debates, que permitiam acompanhar, a partir da periferia, a democracia cristã pós-guerra, destacando-se o plano do pensamento.⁸⁶²

Salazar cultivou a “arte de saber durar”,⁸⁶³ procurando utilizar a Igreja como suporte moral e espiritual do regime, mas tapando-lhe todas as portas de participação política que não por via deste. Nunca aceitou ser um instrumento da hierarquia e, apesar do tratamento preferencial, não concedeu ao catolicismo o estatuto constitucional de religião oficial. Recordem-se várias polémicas e desilusões dos seus apoiantes. Assim, chegado ao poder, entendeu ser “inconveniente” o Centro Católico

⁸⁶⁰ Cf. também, no mesmo sentido, o depoimento de Henrique Vilaça Ramos: “O decreto 40.900 suscitou uma revolta espontânea da academia, sem distinção de credos políticos. Recordo bem ter participado na marcha e do fervor que nos animava. Tratou-se de um enorme sobressalto académico e não propriamente político. Admito que o sobressalto tenha sido depois aproveitado politicamente, nomeadamente nas comemorações do chamado Dia do Estudante”.

⁸⁶¹ Depoimento manuscrito de António Barbosa de Melo, datado de 11 de dezembro de 2014, no âmbito do referido inquérito que promovi. Armando Lopes Porto, na sua resposta, fala de “imediate e enérgica repulsa, que culminou em manifestações, por vezes muito violentas, com recontros entre académicos e forças policiais”.

⁸⁶² No depoimento de Barbosa de Melo referido na nota anterior, lê-se: “Na década a que me reporto as democracias cristãs entravam já a dar sinais de declínio (França, Bélgica, Itália). Mas os pensadores democratas cristãos continuaram a exercer sobre os candidatos até às crises académicas da década de 1960 a sua tradicional influência”.

⁸⁶³ Para me socorrer de uma fórmula feliz, título de obra de Fernando Rosas, já mencionada.

Português (CCP);⁸⁶⁴ terminada a II Guerra Mundial, não permitiu aberturas democráticas, impedindo, conseqüentemente, o desenvolvimento de um partido político⁸⁶⁵ que se pudesse inserir no movimento democrata-cristão europeu que, juntamente com os socialistas, iria protagonizar a construção europeia; não tolerou a posição dissonante da voz de D. António Ferreira Gomes, que vimos cruzar-se com a história do movimento católico conimbricense e marcar parte de uma geração (Barbosa de Melo, em resposta ao inquérito realizado, sublinha que “O Bispo do Porto não foi esquecido pelo CADC durante os dez anos de exílio a que foi sujeito pelo regime político do Doutor Oliveira Salazar”).

Em relação ao CADC, o percurso de Salazar confunde-se, numa certa fase da sua vida, com esta instituição. No entanto, a emergência de uma geração que já não viveu a I República – sem prejuízo da transmissão de uma imagem negativa desta – e a abertura à Europa das democracias levou alguns setores do CADC a distanciarem-se do regime, num processo que culminou, simbolicamente, na recusa da sua Direção, em 1966, em participar nas comemorações dos quarenta anos da chamada Revolução Nacional.⁸⁶⁶ Esta linha personalista e relativamente europeísta, aberta a uma participação política plural dos católicos, acabou por ter repercussões pós-25 de Abril.⁸⁶⁷

É preciso alguma cautela na leitura em registo clericalista da história que, com todo o respeito, se me afigura algo reducionista. Na análise da Igreja, poderá privilegiar-se, por razões metodológicas, uma abordagem do discurso e das práticas da sua hierarquia.⁸⁶⁸ Acontece que, não iludindo a “cumplicidade da Igreja católica” com o regime, a realidade revela-se mais complicada, desde logo ao nível das elites no plano laical. Embora a grande maioria da hierarquia tenha apoiado o salazarismo, importa perceber que uma leitura em termos de correia de transmissão revela os seus limites. A partir do próprio catolicismo, encontramos posições anticlericais, quer no plano da doutrina quer ao nível das práticas. Com efeito, há um “anticlericalismo de leigos”⁸⁶⁹ recorrente. De uma forma necessariamente breve, e sem prejuízo de modelos mais complexos, diria que importa

⁸⁶⁴ Expressão de Salazar citada por Manuel Braga da CRUZ, “Um projecto de partido católico em 1945 – A União dos Democratas Cristãos”, in: IDEM, *Raízes do presente: estudos de história contemporânea*. 167; uma síntese do dobrar de finados do Centro, pode ver-se em Duncan SIMPSON, *A Igreja Católica*, 57-60.

⁸⁶⁵ Bruno Cardoso REIS, *Salazar e o Vaticano*, 339, regista “(...) que aquilo que alguns anticlericais desejaram ardentemente em vão, Salazar conseguiu-o: matou até hoje a possibilidade de um partido católico em Portugal”. No entanto, a questão é mais complexa, pois uma parte dos católicos, nomeadamente ceadecistas, opôs-se a esse modelo de um partido católico.

⁸⁶⁶ Informação do então Presidente do CADC, Rabindranath Capelo de Sousa.

⁸⁶⁷ Cf. Manuel Lopes PORTO. ‘Os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja na construção do Estado Democrático e Social’. *Povos e Culturas*, n.º especial (2014) 227-237.

⁸⁶⁸ No caso de Fernando Rosas, por exemplo, deparamo-nos até com uma noção mais ampla de hierarquia, incluindo também a elite laical com responsabilidades na pastoral. Escreve Rosas que “Para os efeitos da questão que pretendemos abordar, vamos considerar a Igreja Católica no sentido da hierarquia da Igreja, isto é, o conjunto dos seus bispos e outros hierarcas eclesiásticos ou do laicado responsáveis pela orientação e disciplina das organizações territoriais e setoriais, ou de outros organismos religiosos por eles tutelados” (*Salazar e o poder*. 257).

⁸⁶⁹ Fernando CATROGA (*Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*, Coimbra: Almedina, 2006. 304) refere que se fala tradicionalmente de “anticlericalismo popular” ou “anticlericalismo de leigos”. Na proposta que faço no texto, o chamado “anticlericalismo de leigos” compreende também uma dimensão de elaboração doutrinária que, em rigor, leva a recusar a assimilação das fórmulas.

distinguir anticlericalismo e antieclesialismo. Fernando Catroga⁸⁷⁰ e Vítor Neto⁸⁷¹ recordam, aliás, diferentes vertentes do anticlericalismo, num espectro que vai de um anticongreganismo ao ateísmo laicista.

No período em análise e na comparação que me propus com a *Brotéria*, o CADC surge como uma associação de leigos, encontrando expressão um anticlericalismo *pró-Ecclesia*. Este discorda da tentação do clero de instrumentalização do Estado e da sociedade, bem como do seu excessivo peso na própria Igreja. Visto da ótica católica, encontra-se um clericalismo que sonha com a restauração de uma Velha Cristandade, mas também outros católicos que não se revêem nos modelos clericais e defendem a autonomia relativa na conformação do mundo. Ou seja, são contra o clericalismo, mas não subscrevem um antieclesialismo.

Esta ideia de “autonomia das realidades terrenas” pode dizer-se com a formulação lapidar da *Gaudium et Spes*: “deve reconhecer-se que a cidade terrena, por sua natureza entregue às preocupações temporais, se rege por princípios próprios”. Contudo, não seria de aceitar “a doutrina perniciosa que pretende construir a sociedade prescindindo absolutamente da religião, e ataca ou destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”.⁸⁷²

Além disso, no caso português, há ainda que sublinhar outras aceções relevantes de autonomia relativa: em relação à Santa Sé, em face das particularidades da Igreja no nosso país e da sua circunstância histórica, diferente da italiana e de outros Estados europeus, na sequência da queda do nazi-fascismo e da (re)construção democrática; da parte de algumas elites laicais em relação ao alinhamento da maioria da hierarquia com o regime. No caso do CADC, importa não esquecer, como disse, que se trata de uma associação de leigos, como relembra Barbosa de Melo, então presidente do CADC, num significativo artigo intitulado ‘Linhas de Rumo’. Aqui se pode ler, já antes do Concílio Vaticano II, que se recusa que o “C.A.D.C. seja coisa do Clero”.⁸⁷³ Repare-se que se trata de um texto de 1958.⁸⁷⁴

Paradigmaticamente, esta autonomia vê-se num texto, de maio de 1958, cuja importância já foi sublinhada por Reis Torgal.⁸⁷⁵ Publicado na Secção “Varanda”, aí se lê uma boa síntese de um discurso anticlerical, mas não antieclesial. Assim: “*Estudos*, como revista católica e órgão de uma instituição da Igreja, não tem de se meter nas lutas partidárias. De algum modo a nossa Revista

⁸⁷⁰ Fernando CATROGA. *Entre deuses e césores*, em síntese, diz “que os liberais portugueses não confundiram o seu antijesuitismo, anticongreganismo e anticlericalismo com a valorização positiva do papel social da religião e da própria Igreja (...)”. Diferentemente se passariam as coisas a partir da década de setenta do século XIX, assumindo o anticlericalismo radical um programa cuja síntese Catroga considera estar exemplarmente retratada no discurso de Magalhães Lima, em Roma, em 1901 (p. 362-363), onde, por exemplo, se assumia como tarefa “a necessidade de se incrementar a luta contra as religiões” (p. 363).

⁸⁷¹ *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal*, Parte II, especialmente os capítulos I e II.

⁸⁷² GS, §36.

⁸⁷³ António Barbosa de MELO, ‘Linhas de rumo’, *Estudos* 36 (1958) 579-581, p. 580.

⁸⁷⁴ Continuando no arco temporal em análise (1945-1961), releia-se Orlando de Carvalho. Em artigo já citado – ‘Comemorando as Encíclicas’. 243 –, critica as “teorias regressivas dos conservadores, que depois se deram as mãos aos reagentes político-totalitários, restabelecendo a identidade (ou inidentidade) Igreja-Reacção, e o dilema (ou sofisma) consequente Reaccionarismo-Marxismo”.

⁸⁷⁵ ‘Miguel Baptista Pereira’. 429-430. O Autor centra-se, contudo, noutra passagem, que não aquela que transcrevi.

identifica-se com a posição da Igreja, perante os problemas políticos. E é sabido que não é a esta, tomada no seu corpo docente, ou sejam, os Pastores responsáveis, que compete governar a sociedade no plano temporal. Também não lhe pertence nomear os governantes, ou dar-lhes ordens sobre a sua atividade política. Cristo, confiando à Igreja o reino dos céus, deixou a César os reinos caducos e temporais do mundo”.⁸⁷⁶

Diz-se, expressamente, que só a título excepcional é admissível outro tipo de intervenção da Igreja. Referem-se “os casos extremos em que a política invade o altar, isto é, em que os políticos violam os direitos de Deus e da Igreja, ou simplesmente da pessoa humana”.⁸⁷⁷ Sintetizando, não se contemporiza nem com a “ideologia comunista”, nem com a “mentalidade laicista”.⁸⁷⁸

Assim, o referido modelo da correia de transmissão afigura-se uma leitura muito simplista de uma realidade complexa. No mesmo texto, também se recusa qualquer posição que sustente a necessária identificação entre ser-se católico e defensor do regime. Sublinha-se que, ainda na República, a Igreja “abandonou a luta e colaborou lealmente com os Poderes constituídos, quando, a partir de 1918, os homens do Governo começaram a enveredar por novo rumo, no que respeita à sua atitude para com a Igreja”⁸⁷⁹. E, se dúvidas houvesse, diz-se que esta “(...) nunca se identificou com o regime, nem jamais poderá fazê-lo”.⁸⁸⁰

3. Olhando para as revistas em apreço (*Estudos e Brotéria*), interessa analisar convergências e divergências quer com a *Civiltà Cattolica* quer com as posições do regime.

Especificamente no que toca às revistas portuguesas, verifica-se que ambas tendem a proceder a uma receção seletiva do Magistério, nos termos anteriormente considerados, no quadro de uma guerra cultural contra o comunismo e o materialismo ateus. Esta tese alicerça-se na leitura das publicações, devendo ter-se presente que, apesar das intervenções do Magistério, especialmente do Papa Pio XII, sobre a questão europeia, estas, pelo seu objeto e natureza, não corresponderam ao género maior que é a Encíclica. Ao menos parte do núcleo duro dos militantes do CADC, até por via da boa biblioteca da instituição, conhecia um conjunto de tendências mais europeizantes e seguia o que se passava, especialmente por via do francês (pense-se, por exemplo, nos *Etudes* e no *Esprit*), então verdadeira *lingua franca*. Mas, no quadro da circunstância histórica portuguesa, as prioridades eram outras, sem que isso signifique um desconhecimento, pelo menos no que toca às linhas gerais, dos caminhos trilhados na Europa e muito menos seja lido em chave de silenciamento intencional.⁸⁸¹

Em relação à Europa institucional, o extenso acompanhamento das organizações europeias pela *Civiltà Cattolica*, diferentemente do que se passa com os *Estudos* e a *Brotéria*, não pode explicar-se

⁸⁷⁶ ‘O momento político português’. *Estudos* 36 (1958) 324-326.

⁸⁷⁷ ‘O momento político português’. 325.

⁸⁷⁸ ‘O momento político português’. 326.

⁸⁷⁹ ‘O momento político português’. 325.

⁸⁸⁰ ‘O momento político português’. 325.

⁸⁸¹ As respostas dos sócios do CADC apontam para a recusa de uma receção seletiva, mas da revista, com o alcance da expressão referido no texto, afigura-se-me indubitável a tese. Veja-se, aliás a resposta de Henrique Vilaça Ramos: “Não me apercebi de ter havido, no CADC, uma leitura seletiva das intervenções papais.” Contudo, acrescenta: “quanto à construção europeia, ainda não era tema que se discutisse então.”

por meras razões de periodicidade (quinzenal, contrastando com o caráter mensal das portuguesas). Num quadro de profundas mudanças geopolíticas que não deixaram imune a própria Santa Sé, a diferença de contexto é significativa: Itália era uma democracia com um forte empenhamento europeu, um país cuja aventura colonial fracassara; em Portugal, pelo contrário, vivia-se em ditadura, o que descartava a nossa participação no Conselho da Europa, e o Ultramar tinha uma importância decisiva, com consequências, como vimos, na defesa da ideia de Euráfrica, de uma missão civilizadora de signo cristão, legitimadora da presença lusa nesses territórios, e nas hesitações sobre a via de cooperação económica no plano europeu. O papel cofundador da Itália em termos de Comunidade Económica Europeia leva a que não se estranhe o amplo acompanhamento desta instituição por parte da *Civiltà Cattolica* e, ao invés, um marcado desinteresse pela Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA).

Os pontos comuns, com maior ou menor expressão, nas três revistas, prendem-se com a Europa dos valores e com a ideia de Europa como Ocidente, sublinhando-se o papel fundamental do cristianismo na sua conformação e erigindo-se o comunismo como grande e séria ameaça, com frequentes referências à Europa de Leste, com um espetro de artigos que, como vimos, vão desde a perseguição aos cristãos a análises da alma eslava, oscilando entre os traços de comunhão e os de diferença entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental.

Em relação ao regime, tendo como núcleo o tratamento específico das ideias de Europa, importa registar algumas diferenças entre *Estudos* e *Brotéria*. No caso desta, concretizam-se as linhas já enunciadas. É expressa a gratidão, ilustrada, por exemplo, num artigo de 1945,⁸⁸² que termina com um *Obrigado* a Salazar. Está presente o trauma da I República: recorde-se que Domingos Maurício nasceu em 29 de março de 1896, entrando na Companhia de Jesus em Bruxelas, a 7 de dezembro, pouco depois do 5 de outubro de 1910. A crítica ao comunismo é obsessivamente repisada. Inclusivamente, a tentativa de fazer uma leitura que sublinhe a dimensão política da democracia – recorde-se a famosa Radiomensagem do Natal de 1944, de Pio XII, que gerou alguma celeuma entre nós⁸⁸³ – é objeto de crítica. Ou seja, no fundo, o salazarismo escaparia ao anátema a que foram sujeitos nazismo e fascismo (e também o comunismo), não sendo uma forma de totalitarismo. Democracia cristã verdadeira seria aquela que tomava a sério a resposta à questão social, que (re)valorizava as corporações, a não confundir com o uso e as práticas democratas-cristãs triunfantes no pós-II Guerra Mundial. Em última análise, a democracia cristã autêntica seria a que o próprio Salazar, na esteira *da Rerum Novarum*, subscreveria e com a qual procurou legitimar o regime.

Para se ir um pouco mais longe, seria interessante verificar, consultando o Arquivo interno da *Brotéria*, se houve reações, por exemplo, a alguns artigos mais sensíveis. Importa também não

⁸⁸² Domingos Gomes MAURÍCIO. 'Na hora da paz nacional'. 554.

⁸⁸³ Em relação ao CADC, António Barbosa de Melo considera que "era um texto bem conhecido e frequentemente citado sob o nome Rádio-Mensagem Natalícia de 1944 de Pio XII."

esquecer que a revista é de uma Ordem Religiosa, com uma Direção que, contrariamente ao que acontecia com a rotatividade estudantil do CADC, permanecia anos em funções.

Procedendo a uma comparação das linhas de força sobre as ideias de Europa em revista(s) com as posições do regime, encontramos os seguintes pontos de convergência:

a) o *anticomunismo reiterado*, numa clara oposição a uma Europa de Leste marcada pelo peso soviético, dando ambas as publicações vasta cobertura ao combate civilizacional contra o materialismo ateu e registo das numerosas perseguições religiosas. Como assinei, a revolta húngara e a sua repressão, em 1956, teve um impacto forte no país, de duplo matiz: por um lado, ajudou a confirmar e reforçar a tese da demonização do comunismo, promovida pelo regime; por outro, levou alguns setores a assumirem participação cívica. Acresce que, mesmo fora dos círculos católicos, o referido acontecimento “impressionara muitos democratas”;⁸⁸⁴

b) a *dimensão cristã da Europa*, sublinhada pelo Magistério e pelas diferentes revistas católicas, isto sem prejuízo das ambiguidades de vários setores católicos e do próprio regime. No primeiro caso, a disputa entre Velha Cristandade versus Nova Cristandade, projetos restauracionistas ou abertura aos tempos democráticos. Já do ponto de vista do regime, recusa de uma democratização, obstando-se, como vimos, à formação de um partido democrata-cristão. Aliás, no campo católico, também os chamados democratas sociais sentiram que o regime se revelava incapaz de passar de um corporativismo de Estado a um corporativismo associativo;

c) em regra, perante a questão ultramarina, aponta-se para uma Euráfrica que andava intimamente associada à atividade missionária. Sem prejuízo de leituras mais ou menos europeístas, a dimensão imperial de Portugal afasta um europeísmo federalista. Neste quadro, a Europa que ambas as revistas sustentam não é, pois, federalizante, discurso que é praticamente ignorado. Acresce que, diferentemente do que vimos passar-se com o tratamento da *Civiltà Cattolica*, o atlantismo, em face dessa conexão africana e do Brasil, alarga-se a Sul, não se limitando ao quadro da OTAN.

A mudança do contexto mundial, europeu e português levará a que, relativamente à década de sessenta, Manuel Lopes Porto⁸⁸⁵ possa dizer, referindo-se ao CADC, que “Havia de facto muito interesse pela questão europeia, sentindo-se que deveria ser esse o caminho; e sendo bem conhecida a integração na EFTA”. No quadro de uma ditadura crescentemente esburacada, interna e externamente, assinou-se, no período marcelista, um Acordo de Comércio⁸⁸⁶ com a CEE. Passo decisivo seria dado, do ponto de vista institucional, depois da Revolução de Abril.

E com este ponto abre-se a porta para a grande divergência, que se começa a manifestar nalguns setores católicos e que se prende com a Europa das democracias. Com efeito, com a prudência exigida, aproveitando o facto de nem os *Estudos*, nem a *Brotéria* estarem sujeitos a censura prévia, encontram expressão escrita alguns elementos de dissonância com o regime, apontando-se

⁸⁸⁴ Luís Reis TORGAL. ‘Miguel Baptista Pereira’. 429.

⁸⁸⁵ Na referida resposta ao inquérito.

⁸⁸⁶ Refiro-me aos Acordos de Bruxelas, de 22 de julho de 1972: o Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE e o Acordo Portugal-CECA sobre o comércio de produtos siderúrgicos.

para leituras que tomavam partido pela democracia política. No entanto, no período entre 1945-1961, veja-se o contraste entre a *Brotéria* e os *Estudos*. Na primeira, como sublinhei, são vários os artigos que se preocupam em travar leituras deslegitimadoras do regime, na sequência da Radiomensagem de Pio XII, no Natal de 1944. Mas na revista do CADC e na instituição, num contexto de crescente pluralismo, as vozes pró-democracia política começaram a ter algum peso, sem que, numa ilegítima reescrita da história, se faça deste organismo uma espécie de baluarte da oposição católica.⁸⁸⁷ Voltando ao texto de 1958, por exemplo, pode ler-se:

Há graves reparos a fazer à situação atual do país. A nosso ver impõe-se: liberdade de imprensa, aliada a uma eficaz e pronta responsabilização pelos seus abusos; a eliminação de certos atropelos da polícia política; o cerceamento das prerrogativas económicas de uns tantos, em favor da elevação do nível de vida dos camponeses, operários e funcionários humildes; um sistema de assistência mais rápido e eficiente; uma urgente revisão do problema educacional.⁸⁸⁸

Os tempos do Concílio vieram reforçar e dar fôlego a estas posições. Em termos de revistas e empreendimentos editoriais refira-se a *Morais Editora*,⁸⁸⁹ que Alçada Baptista adquiriu em 1958 e que desempenhará um papel essencial na modernização do catolicismo português. Com a sua chancela surgirá, em 1963, o *Tempo e o Modo* e, em 1965, a edição portuguesa da *Concilium – Revista Internacional de Teologia*. Mas isso é já um outro capítulo cujas raízes mergulham, em grande parte, no período em estudo, para muitos o tempo da formação e de opções decisivas em termos de vida profissional e cívica. Num contexto de incerteza (ao menos, em termos temporais) quanto ao

⁸⁸⁷ Cf. o que se escreveu na Parte II, Cap. II, onde se realçou o pluralismo do CADC. Aliás, as respostas recolhidas sublinham este aspeto. Assim, Armando Lopes Porto, rapaz do CADC de 1953 a 1960 (período em que cursou Medicina), responde assim à pergunta “A democracia em termos ocidentais era objeto de reflexão? Conhecia ceadecistas simpatizantes ou militantes da oposição ao regime? Como classifica o grau de pluralismo então existente no CADC?”: “Se o regime político de então era ditatorial (...), havia interesse por cultivar uma vivência democrática (realizavam-se eleições regulares no CADC e na Associação Académica de Coimbra) e estendê-la ao país. Por isso existiam ceadecistas simpatizantes da oposição ao regime, sendo raros os militantes.” O seu irmão, Manuel Lopes Porto, militante do CADC entre 1960 e 1966, e que, portanto, acabou por exercer funções de direção depois do período em análise, afirma que “Havia muito pluralismo. Em anos anteriores havia despiques entre republicanos e monárquicos, no meu tempo entre estudantes mais à direita e mais à esquerda, e quando houve uma disputa para presidente entre alguém mais à direita e alguém mais à esquerda, ganhou quem era mais à esquerda. Da minha direção vieram a ser, depois do 25 de Abril, mais elementos de partidos de esquerda do que de partidos de direita (centro-direita)”. Refira-se, no entanto, que Manuel Lopes Porto vem de uma família de ceadecistas, e, como diz, “A minha memória (...) remonta aos 50 anos do CADC, quando o D. António, então Bispo de Portalegre, ficou instalado em minha casa (na casa dos meus Pais) (...)” [as Bodas de Ouro celebraram-se em 1951]. Barbosa de Melo considera que a democracia “era tema frequente das nossas reflexões culturais nas sessões de estudo. Entre notáveis ceadecistas opositores ou críticos recordo Orlando de Carvalho, Barrilaro Ruas, Narino [de Oliveira e Silva], Esteves Ladeira, Vítor Wengorovius, Nuno Ferraz de Oliveira. Lia-se e estudava-se Jacques Maritain (...) e Mounier e os excelentes artigos da revista francesa “Esprit”, que recebíamos em permuta de Paris, com regularidade ...”. Apenas Vilaça Ramos, rapaz do CADC entre 1955 e 1958, declara que “Não recordo debates, reflexões ou outras formas de debate organizado sobre o tema democracia. Se havia colegas críticos ou mesmo de oposição ativa, não os conheci. Como disse, a política nacional não era tema que interessasse particularmente aqueles com quem me cruzei ali”.

⁸⁸⁸ ‘O momento político português’. 326.

⁸⁸⁹ Sobre esta experiência, vd. António Alçada BAPTISTA. ‘Memórias – A Aventura da Moraes’. *Pesca à linha: Algumas memórias*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. 59-77.

desfecho da oposição ao regime e quanto ao projeto de inserção numa Europa das democracias e de aprofundamento da cooperação contra o “orgulhosamente sós”, alguns fizeram suas as palavras de Mounier: “Quando já não tivermos possibilidade de sucesso, resta-nos testemunhar. Não se perde a vida daqueles que souberam dar largo testemunho”.⁸⁹⁰

⁸⁹⁰ João Bénard da COSTA. “Prefácio”. In Emmanuel MOUNIER. *O personalismo*, Lisboa: Morais Editora, 1960. 12.

ANEXO I

INQUÉRITO

**Europa(s) e Catolicismo em revista(s):
do pós-guerra ao princípio da década de sessenta (1945-1961)**

Um percurso pela *Civiltà Cattolica*, *Estudos e Brotéria*

Projeto de Mestrado em História Contemporânea

Dulce Maria Raposo Pais Gonçalves Loureiro

Nome: _____

Período em que foi rapaz do CADC: _____

Funções que desempenhou: _____

Questões:

1. No período em que foi rapaz do CADC, a questão europeia era tema de discussão na instituição? A adesão à EFTA e o Tratado de Roma tinham lugar na agenda?
2. A democracia em termos ocidentais era objeto de reflexão? Conhecia ceadecistas simpatizantes ou militantes da oposição ao regime? Como classifica o grau de pluralismo então existente no CADC?
3. Tem ideia de alguma repercussão da Mensagem Natalícia de Pio XII em 1944?
4. Em que medida o Decreto n.º 40.900 e as intervenções de D. António Ferreira Gomes contribuíram, também no CADC, para o distanciamento dos católicos face ao Regime?
5. Qual o acompanhamento do Magistério por parte dos ceadecistas? Considera correta a tese segundo a qual se assistiu, entre nós, a uma receção seletiva das intervenções papais, nomeadamente não considerando ou, pelo menos marginalizando, as tomadas de posição a favor da construção europeia?
6. Outros comentários sobre catolicismo e a questão europeia bem como sobre a atitude dos católicos perante as democracias cristãs europeias.

Autorizo a utilização das respostas no quadro da referida investigação

BIBLIOGRAFIA

I. BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

I. DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS*

- LEÃO XIII (1878-1903). *Rerum Novarum*. [15 de maio de 1891]
- PIO XI (1922-1939). *Ubi Arcano Dei Consilio*. [23 de dezembro de 1922].
- *Carta Encíclica 'Divini Redemptoris'*. [19 de março de 1937].
- PIO XII (1939-1958). 'Allocuzione al Sacro Collegio e alla Prelatura Romana, in occasione della presentazione degli auguri natalizi'. [24 de dezembro 1939]. PC 49-50.
- 'Allocuzione al Sacro Collegio e alla Prelatura Romana, in occasione della presentazione degli auguri natalizi'. [24 de dezembro 1940]. PC 51-53.
- 'Discurso de S. Santidade o Papa Pio XII, em 2 de Junho de 1945'. *Brotéria* 41 (1945) 82-88.
- 'Allocuzione all'ambasciatore straordinario e plenipotenziario di Francia, signor prof. Jacques Maritain, in occasione della presentazione delle credenziali rilasciategli dal generale Charles de Gaulle, presidente del Governo provvisorio della Repubblica Francese'. [10 de maio de 1945]. PC 54.
- 'Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo'. [24 de dezembro de 1945]. PC 55.
- 'Radiomensagem pontificia no sexto Natal em guerra'. *Brotéria* 40 (1945) 319-328.
- 'Allocuzione a una delegazione della stampa elvetica, rappresentante i principali giornali e periodici di varie correnti politiche, venuta in Italia per visitare le popolazioni provate dalla guerra e assistite dal «Dono Svizzero»'. [14 de abril de 1946]. PC 56.
- 'Omelia nella Cappella papale alla basilica Ostiense per il XIV centenário della morte di San Benedetto'. [18 de setembro de 1947]. PC 57-59.
- 'Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo'. [24 de dezembro de 1947]. PC 60-61.
- 'Allocuzione ai diciassette Cardinali presenti in Roma, in occasione della presentazione, in nome del Sacro Collegio, degli auguri per l'onomastico'. [2 de junho de 1948]. PC 62.
- 'Allocuzione ai partecipanti al II Congresso Internazionale dell'Unione Europea dei Federalisti'. [11 de novembro de 1948]. FM 26-28.
- 'Allocuzione all'On. Ministro James D. Zellerbach, Capo della Missione Speciale degli Stati Uniti per l'Italia'. [18 de janeiro de 1949]. FM 29.
- 'Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo'. [23 de dezembro de 1950]. PC 79.
- 'Allocuzione al I Congresso internazionale di Diritto Privato'. [15 de julho de 1950]. PC 66.
- Lettera alla presidente Gerta Krabbel, per il XIII Congresso delle Donne Cattoliche di Germania che si terrà a Bonn alla fine di luglio sul tema «Il movimento cattolico femminile nel mondo in trasformazione». [17 de julho de 1952]. PC 67.
- 'Allocuzione ai partecipanti al Convegno di studio sul tema "I Cattolici e la vita internazionale" promosso dall'Azione Cattolica Italiana'. [23 de julho de 1952]. FM 33.

* Servi-me fundamentalmente de duas antologias: PC = Pietro Conte e FM = Fortunato Mizzi (referências completas na Bibliografia Secundária). Quanto aos documentos pontifícios sem indicação de fonte, deve presumir-se que foram acedidos, em diversas circunstâncias, a partir do sítio: <www.vatican.va>.

- *Allocuzione al Convegno internazionale di «Pax Christi» svoltosi ad Assisi*. [13 de setembro 1952]. PC 68-73.
 - *‘Allocuzione a professori e alunni del Collège d’Europe di Bruges’*. [15 de março de 1953]. PC 74-77.
 - *‘Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo’*. [24 de dezembro de 1953]. PC 78-81.
 - *‘Telemessaggio per l’inaugurazione dell’ Eurovisione’*. [6 junho de 1954]. PC 82-83.
 - *Allocuzione alla V Assemblea annuale del Congress of European American Associations*, promossa dall’Associazione Italo-Americana’. [18 de setembro 1955]. PC 88-91.
 - *‘Allocuzione al XII Congresso dell’Unione internazionale delle Città e dei Poteri locali’*. [30 de setembro de 1955]. PC 92-93.
 - *‘Allocuzione alla Delegazione della Città di Parigi in occasione del gemellaggio tra Roma e Parigi’*. [10 de abril de 1956]. PC 94-96.
 - *‘Allocuzione Al Comitato della Sanità Publica dell’ Unione Europea Occidentale (UEO)’*. [18 de outubro de 1956]. FM 56-57.
 - *‘Allocuzione al Convegno di studio della Campagna Europea della Gioventù’*. [19 de novembro 1956]. PC 98-99.
 - *‘Radiomessaggio natalizio ai fedeli e ai popoli di tutto il mondo’*. [25 de dezembro de 1956]. PC 100-101.
 - *‘Allocuzione all’Unione Giovanile della Christlich-Demokratische Union di Berlino Ovest’*. [28 de março de 1957]. PC 102.
 - *‘Allocuzione al Congresso d’Europa, indetto dal Consiglio italiano del Movimento Europeo’*. [13 de junho de 1957]. PC 103-106.
 - *‘Allocuzione al II Congresso Mondiale dell’ Apostolato dei Laici’*. [5 de outubro 1957]. PC 107-108.
 - *‘Allocuzione alla Sessione del Comitato europeo di cooperazione tra le industrie delle macchine utensili tenuta in Roma’*. [23 de outubro de 1957]. PC 107-108.
 - *‘Allocuzione alla VII Sessão del Consiglio dei Ministri della Conferenza dei Ministri dei Trasporti’*. [24 de outubro de 1957]. PC 110-111.
 - *‘Allocuzione ai parlamentari della Assembleia della CECA’*. [4 de novembro de 1957]. PC 112-116.
 - *Allocuzione al dott. Teodoro Heuss, Presidente della Repubblica Federale della Germania’*. [27 de novembro 1957]. PC 119-120.
 - *Allocuzione al ‘III Congresso della Sezione Italiana del Consiglio dei Comuni d’Europa’*. [6 de dezembro 1957]. PC 121-123.
 - *‘Allocuzione a delegazioni dell’ Africa francese con rappresentanti del Governo centrale e con imprenditori pubblici e privati’*. [15 de abril de 1958]. PC 124-125.
 - *‘Messaggio indirizzato a Norcia per le solenni celebrazioni di domenica 24 agosto, in occasione della riapertura al culto della restaurata casa natale di Benedetto e di Scolastica’*. [4 de julho de 1958]. PC 126.
 - *‘Radiomessaggio natalizio ai fedeli di tutto il mondo’*. [23 de dezembro de 1958]. FM 85.
- JOÃO XXIII (1958-1963). *‘Mensagem do Papa nas comemorações do 25.º aniversário da Acção Católica’*. *Estudos* 37 (1959) 195-196.
- *‘Allocuzione alla X Sessione di studio del Comitato di Sanità Publica dell’ Unione Europea Occidentale’*. [12 de abril de 1960]. PC 129-130.

- ‘Allocuzione ai Delegati dell’Assemblea Parlamentare europea Paesi d’oltremare associati alla CEE (Stati africani e Madagascar’. [26 de janeiro de 1961]. PC 131-132.
- *Constituição Apostólica ‘Humanae Salutis’*. [25 de dezembro de 1961].
- ‘Lettera (non datada) del Segretario di Stato card. Amleto Giovanni Cicognani al Presidente prof. Alain Barrère’ [julho de 1962]. PC 133-138.
- ‘Allocuzione ai Ministri della Giustizia del Consiglio d’Europa’. [6 de outubro de 1962]. FM 102-103.
- ‘Allocuzione al Convegno del Comitato Esecutivo internazionale della Giornata Europea della Scuola’. [11 de fevereiro de 1963]. PC 139-141.
- ‘Allocuzione ai promotori della ‘Giornata Europea della Scuola’. [11 de fevereiro de 1963]. FM 104-105.
- *Carta Encíclica ‘Pacem in Terris’*. [11 de abril de 1963].
- *Carta Encíclica Mater et Magistra*. [15 de maio de 1961].
- PAULO VI (1963-1978). *Carta Encíclica ‘Populorum progressio’*. [26 de março de 1967].
- *Carta Apostólica ‘Pacis nuntius’*. [24 de outubro de 1964].

2. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

2.1. BROTÉRIA

- ‘Actualidades católicas na Polónia’. 44 (1947) 119-120.
- ‘Actualidades polacas’. 46 (1950) 490-492.
- ANDRÉ, Costa J. L. ‘Consequências internas da adesão de Portugal à AECL’. 70 (1960) 551-559.
- ‘Portugal na Zona dos «Sete»’. 70 (1960) 401-417.
- ‘A propósito da criação da Associação Europeia de Comércio Livre’. 70 (1960) 175-191.
- BARTHÉLEMY, Maurice. ‘Política agrícola europeia’. 67 (1958) 461-462.
- BASIL, Pedro. ‘Dilema da Europa Moderna’. 44 (1947) 484-485.
- BELINA-PODGAETSKY, Nicolau. ‘Ainda a perseguição religiosa na URSS’. 70 (1960) 695-698.
- ‘A imprensa soviética e os problemas cruciais da Ásia e da Europa’. 52 (1951) 185-195.
- ‘A ofensiva vermelha nos Estados Unidos e na Europa’. 48 (1949) 715-726.
- BRANDÃO, Patrício. ‘Ainda o Plano Marshall’. 46 (1948) 466-484.
- BRUCCULERI. A. ‘A Federação Geral do Trabalho, na Itália’. 43 (1946) 692-693.
- CARVALHÃES, José Guedes. ‘O drama da unidade cristã’. 72 (1961) 5-28.
- CASTRO, L. de. ‘Uma Encíclica missionária’. 70 (1960) 93-97.
- CASTRO, Luís Vieira de. ‘Centenário da morte do Santo Cura de Ars’. 69 (1959) 331-335.
- ‘Política externa – Dois mundos’. 46 (1948) 129-131.
- ‘Política externa – Perspectivas’. 46 (1948) 289-292.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. ‘Cristianismo e comunismo’. 44 (1947) 325-333.
- ‘A voz da Igreja no momento político’. 41 (1945) 460-466.
- ‘O comércio externo da África Portuguesa com os países da Comunidade Económica Europeia’ 65 (1957) 614-615.
- ‘Congresso europeu da Escola Nova’. 43 (1946) 467-468.
- DANIÉLOU, Jean. ‘Tentação do comunismo’. 42 (1946) 704-705.
- DURÃO, Paulo. ‘Pio XII, mestre do nosso tempo’. 62 (1956) 385-390.

- 'O Sumo Pontífice João XXIII'. 67 (1958) 489-493.
- FRANCA, Leonel. 'Ateísmo militante'. 42 (1946) 106-107.
- 'O futuro da URSS'. 43 (1946) 334-335.
- GIORDANI, Igino. 'Universidade católica e o novo humanismo'. 45 (1947) 218-219.
- GRAHAM, Robert A. 'Algumas perguntas feitas a Moscovo'. 40 (1945) 220.
- GUIMARÃES, A. 'O Plano Marshall e as suas perspectivas'. 50 (1950) 330-344.
- HISPANO, Pedro. (Domingos Maurício). 'Horas Decisivas'. 42 (1946) 570-579.
- 'A Igreja Católica e as eleições na Polónia'. 44 (1947) 472-473.
- 'A Igreja na Hungria actual'. 43 (1946) 465-466.
- 'Imperialismo soviético'. 44 (1947) 224-225.
- JULIÃO, Pedro. (Domingos Maurício). ' projecção internacional de Pio XII em 1947'. 45 (1947) 634-650.
- LEITE, António. 'A agricultura na encíclica «Mater et Magistra»'. 74 (1962) 11-22.
- «Colonialismo», assimilação ou integração?. 72 (1961) 5-15.
- 'A encíclica «Mater et Magistra»'. 73 (1961) 241-254.
- 'Iniciativa pessoal e intervenção do Estado no campo económico, segundo a encíclica «Mater et Magistra»'. 74 (1962) 249-261.
- 'A remuneração do trabalho segundo a encíclica «Mater et Magistra»'. 73 (1961) 369-381.
- 'O sínodo romano'. 70 (1960) 333-335.
- LIMA, J. da Costa. 'Direitos categóricos'. 40 (1945) 504-564.
- MADUR, Barão de. 'Trinta anos de comunismo 1917-1947'. 46 (1948) 64-69.
- 'Trinta anos de comunismo II'. 46 (1948) 310-317.
- 'Trinta anos de comunismo (1917-1947) III'. 46 (1948) 385-390.
- MARAI, S. 'O Cristianismo e o Renascimento aproximaram o Ocidente da Hungria'. 40 (1945) 143-146.
- MARTINS, Mário. 'Quando os tártaros batiam às portas da Europa 1245-1945'. 40 (1945) 162-171.
- MAURÍCIO, Domingos Gomes. 'O XXIV Congresso da Pax Romana. Viena de Áustria – 1958'. 67 (1958) 425-452.
- 'Na hora da paz: o tributo da gratidão nacional'. 40 (1945) 551-554.
- 'A ilusão social do cristianismo progressista'. 50 (1950) 537-554.
- 'Pax Romana'. 42 (1946) 63-86.
- MOREIRA, Adriano. 'Evolução das relações Leste-Oeste'. 70 (1960) 369-380.
- 'O movimento social católico agrário em perigo na Hungria'. 42 (1946) 451-452.
- 'Nasceu a EFTA'. 71 (1960) 261-262.
- PINTO, Manuel. 'O magistério de Pio XII em 1954'. 60 (1955) 369-386.
- 'Perspectivas pastorais da União Europeia e do Mercado Comum em Espanha'. 69 (1959) 214-215.
- 'A primeira Encíclica de João XXIII'. 69 (1959) 208-213.
- 'Problemas da Indústria e da Economia Portuguesa'. *Brotéria* 65 (1957) 99-102.
- 'Propaganda comunista'. 44 (1947) 600-601.
- ROCHA, A. 'O imperialismo soviético'. 42 (1946) 361-370.
- 'Portugal missionário'. 40 (1945) 71-76.
- 'A religião na URSS'. 42 (1946) 251-260.

- SALAZAR, António de Oliveira. 'Discurso do Senhor Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, a 18 de Maio de 1945'. 40 (1945) 672-679.
- 'A voz da Igreja e da pátria na hora do armistício. II - Discurso pronunciado pelo Senhor Presidente do Conselho, na Assembleia Nacional, na sessão de 8 de Maio de 1945'. 40 (1945) 559-561.
- SANTOS, Marques. 'Portugal na imprensa católica estrangeira (amostras de um contágio)'. 73 (1961) 173-199.
- SILVA, A. Queiroz Ferreira da. 'Occidentalismo e eslavofilismo religioso'. 44 (1947) 300-309.
- SILVA, Lúcio Craveiro da. 'A actual política económica da URSS'. 46 (1948) 549-553.
- 'A situação na Polónia'. 41 (1945) 325-326.
- SOUSA, Carlos Hermenegildo de. 'O Pacto Atlântico e a economia europeia'. 54 (1952) 416-432.
- 'Política económica internacional'. 46 (1948) 679-698.
- 'A posição económica de Portugal em face do Plano de Marshall'. 46 (1948) 324-338.
- 'A reconstrução económica da Europa ocidental e o Plano de Marshall'. 46 (1948) 147-163.
- TONNEAU, Jean, OP. 'As vistas de Pio XII, em matéria social'. 40 (1945) 565-566.
- 'A URSS e o futuro da Europa Central'. 44 (1947) 117-118.
- VEIGA-BEIRIZ, M. (Manuel Antunes). 'Os 15 anos da OTAN'. 79 (1964) 206-211.
- VELOSO, A. 'Os críticos do Papa'. 40 (1945) 604-618.
- WEYDERT, Jean. 'A Pequena Zona de Comércio Livre'. 70 (1960) 340-342.

2.2. CIVILTÀ CATTOLICA

- 'I. Santa Sede I. Per l'onomastico del Santo Padre'. 96/2 (1945) 353.
- 'III. Estero'. 98 (1947) 193-203.
- 'III. Estero'. 104/4 (1953) 448.
- 'III. Estero I. Comunità Europea'. 105/4 (1954) 243-247.
- 'III. Estero I. Comunità Europea'. 105/4 (1954) 607-609.
- 'III. Estero. I. Consiglio Atlantico'. 101/4 (1950) 273-277.
- 'III. Estero I. Europa Occidentale'. 99/1 (1948) 553-554.
- 'III. Estero I. Francia'. 99/2 (1948) 330-331.
- 'III. Estero. I. Francia'. 105/3 (1954) 658-663.
- 'III. Estero I. Patto Atlantico'. 103/1 (1952) 685-687.
- 'III. Estero I. Unione Europea'. 103/1 (1952) 231-232.
- 'III. Estero I. Unione Europea'. 103/1 (1952) 469-471.
- 'III. Estero I. Unione Europea'. 103/4 (1952) 104-109.
- 'III. Estero I. Unione Europea'. 104/4 (1953) 109-112.
- 'III. Estero I. Unione Europea'. 104/4 (1953) 367-370.
- 'III. Estero I. Unione Europea'. 104/4 (1953) 730-731.
- 'III. Estero. I. Unione Europea'. 105/2 (1954) 95-98.
- 'III. Estero. I. Unione Sovietica'. 105/3 (1954) 446-448.
- 'III. Estero 2. Belgio'. 98/3 (1947) 89-91.
- 'III. Estero. 2. Conferenza Tripartita'. 101/2 (1950) 604-605.
- 'III. Estero. 2. Consiglio Atlantico'. 101/2 (1950) 605-607.

- 'III. Estero 2. Germania'. 99/1 (1948) 554-556.
- 'III. Estero 2. Patto Atlantico'. 101/1 (1950) 465-466.
- 'III. Estero 2. Patto Atlantico'. 102/2 (1951) 101-103.
- 'III. Estero 2. Unione Europea'. 101/2 (1950) 228-230.
- 'III. Estero 2. Unità Europea'. 101/1 (1950) 234-236.
- 'III. Estero 2. Unione Europea'. 103/2 (1952) 557-559.
- 'III. Estero 2. Unione Europea'. 102/4 (1951) 122.
- 'III. Estero 2. Unione Europea'. 104/2 (1953) 590-591.
- 'III. Estero 3. Comunità Europea'. 107/4 (1956) 245-246.
- 'III. Estero. 3. Francia'. 105/3 (1954) 564-567.
- 'III. Estero 3. O.E.C.E.'. 100/4 (1949) 545-546.
- 'III. Estero 3. Stati Uniti'. 99/4 (1948) 208-209.
- 'III. Estero 3. Stati Uniti'. 103/2 (1952) 447-448.
- 'III. Estero 3. Unione Europea'. 102/2 (1951) 103-105.
- 'III. Estero 4. Comunità Europea'. 106/2 (1955) 687-689.
- 'III. Estero 4. Consiglio d'Europa'. 103/1 (1952) 123-124.
- 'III. Estero 4. Unione Europea'. 100/2 (1949) 256.
- 'III. Estero 4. Patto Atlantico'. 100/4 (1949) 665-667.
- 'III. Estero 4. Patto Atlantico'. 102/1 (1951) 364-366.
- 'III. Estero 4. Patto Atlantico'. 102/1 (1951) 705-706.
- 'III. Estero 5. Comunità Europea'. 105/4 (1954) 125-128.
- 'III. Estero 5. Consiglio d'Europa'. 102/4 (1951) 718.
- 'III. Estero 5. Patto Atlantico'. 102/3 (1951) 459-460.
- 'III. Estero 5. Unione Europea'. 103/2 (1952) 665-666.
- 'III. Estero 5. Unione Europea'. 103/3 (1952) 550-551.
- BEA, A. 'Il Concilio sulla via dei protestanti: i suoi possibili contributi'. 112/4 (1961) 3-13.
- BRUCCULERI, A. 'Per un miglior domani dell' Europa'. 99/3 (1948) 449-462 e 602-612.
- 'La polemica sulla Comunità Europea di Difesa'. 105/2 (1954) 121-131.
- DE MARCO, A. 'Piano Marshall e orientamenti politici europei'. 99/3 (1948) 113-129.
- LESKOVEC, P. 'Il Concilio ecumenico nel pensiero teologico degli «ortodossi»'. 111/2 (1960) 140-152.
- MESSINEO, Antonio. 'Le anomalie del trattato per l'esercito europeo'. 105/1 (1954) 506-516.
- 'L'attività sociale del Consiglio d'Europa'. 111/2 (1960) 3-14.
- 'La Chiesa Cattolica e il mondo contemporaneo'. 106/2 (1955) 411-416.
- 'La coesistenza nell'errore'. 106/4 (1955) 225-236.
- 'La coesistenza nell'errore. L'errore nazionalista'. 106/4 (1955) 481-492.
- 'La coesistenza nel timore'. 106/4 (1955) 22-32.
- 'La coesistenza nella verità'. 106/4 (1955) 610-621.
- 'La Comunità Economica Europea è dirigista?'. 109/3 (1958) 113-124.
- 'La Comunità Economica Europea è liberista?'. 109/2 (1958) 463-474.
- 'La Comunità Europea'. 109/2 (1958) 3-13.

- ‘La Comunità Europea di Difesa’. 104/4 (1953) 151-162.
- ‘Considerazioni sul disarmo’. 110/4 (1959) 225-235.
- ‘Il Consiglio d’Europa’. 105/3 (1954) 457-469.
- ‘La convivenza internazionale’. 107/1 (1956) 271-283.
- ‘La crisi dell’Europa contemporanea’. 107/4 (1956) 249-259.
- ‘Dalla Convenzione sui Diritti dell’Uomo alla Carta Sociale Europea’. 112/4 (1961) 29-41.
- ‘Dalla guerra fredda alla pace fredda’. 106/3 (1955) 128-139.
- ‘La difficile via sul il disarmo’. 110/4 (1959) 583-596.
- ‘L’esercito europeo’. 104/4 (1953) 505-516.
- ‘L’Europa alla deriva?’. 105/4 (1954) 3-14.
- ‘L’ Europa alla svolta del suo destino’. 99/1 (1948) 226-237.
- ‘L’ evoluzione politica e giuridica dell’Europa’. 107/4 (1956) 484- 498.
- ‘Il Governo della Comunità Europea’. 104/3 (1953) 250-261.
- ‘La guerra fredda’. 106/2 (1955) 465-476.
- ‘La Guerra Fredda continua’. 110/3 (1959) 232-243.
- ‘L’illusione della coesistenza’. 106/3 (1955) 225-236.
- ‘Le incognite della ricostruzione europea’. 96/3 (1945) 3-12.
- ‘L’insegnamento sociale dei papi’. 111/2 (1960) 182-186.
- ‘L’integrazione europea’. 106/2 (1955) 237-248.
- ‘Le istituzioni della Comunità Economica Europea’. 109/3 (1958) 337-349.
- ‘Il Mercato Comune’. 108/3 (1957) 602-614.
- ‘Il messaggio personalista di Mounier’. 111/2 (1960) 407-411.
- ‘La N.A.T.O. e il problema della sicurezza’. 109/1 (1958) 113-125.
- ‘Nel decennale dell’organizzazione atlantica’. 110/2 (1959) 225-234.
- ‘Il Parlamento della Comunità Europea’. 104/2 (1953) 612-623.
- ‘Il Patto Atlantico’. 104/1 (1953) 381-395.
- ‘Dal Patto Atlantico alla comunità atlantica’. 104/2 (1953) 250-262.
- ‘Per una pace vera e duratura’. 98/3 (1947) 486-495.
- ‘I precedenti del Patto Atlantico’. 104/1 (1953) 19-31.
- ‘La preparazione del Concilio Vaticano II’. 112/4 (1961) 73- 86.
- ‘I punti morti delle trattative sul disarmo’. 111/1 (1960) 337-348.
- ‘Un quinquennio di vita dell’organizzazione atlantica’. 106/2 (1955) 3-13.
- ‘Il rapporto dei «tre savi»’. 108/1 (1957) 233-245.
- ‘Restituzione e riparazioni nelle condizioni di una pace giusta’. 97/3 (1947) 282-283.
- ‘Schiarita sull’orizzonte internazionale’. 105/4 (1954) 129-138.
- ‘La solidarietà atlantica e la crisi occidentale’. 108/1 (1957) 23-34.
- ‘Lo spirito di Ginevra e la mano tesa’. 106/3 (1955) 567-578.
- ‘Lo Statuto del Consiglio d’Europa’. 105/3 (1954) 581-594.
- ‘Tra libero scambio, protezionismo e dirigismo’. 108/4 (1957) 252-262.
- ‘Dal Trattato di Bruxelles agli accordi di Parigi’. 106/1 (1955) 152-163.

- 'L'Unione dell'Europa Occidentale'. 106/1 (1955) 361-372.
- 'L'Unione Europea e il comunismo internazionale'. 109/1 (1958) 337-348.
- 'Verso un'Europa unita?'. 108/2 (1957) 3-13.
- 'Verso l'unità politica dell'Europa'. 104/1 (1953) 618- 629.
- 'Vino nuovo in otri vecchi'. 108/1 (1957) 457-468.
- ODDONE, A. 'La Missione dei laureati cattolici nella Cristianità'. 101/1 (1950) 416-421.

2.3. ESTUDOS

- 'XXIV Congresso Mundial da Pax Romana'. 36 (1958) 431.
- 'Os acontecimentos na Hungria'. 34 (1956) 566
- ALIBERT, Jacques. 'O «novo» homem da Rússia (Notas de cativo)'. 25 (1947) 125-127.
- AMADO, Carlos. 'Notas de Viagem'. 24 (1946) 373-379.
- 'Antes e depois do 20.º Congresso de Moscovo. A política italiana perante o comunismo'. 34 (1956) 502-505.
- ÁVILA, Eduardo. 'Unidade Nacional'. 25 (1947) 593-595.
- BERNAERT, Louis. 'O que foi a semana social de Paris'. 25 (1947) 505-506
- BISCAIA, Jorge. 'Emmanuel Mounier'. 29 (1951) 164-165.
- 'A Propósito da Paz'. 30 (1952) 111.
- PAIXÃO, A. Braga. 'Novos aspectos do problema missionário português'. 27 (1949) 257-281.
- CARVALHO, Orlando de. 'O espírito da Europa'. 25 (1947) 190-1.
- 'Comemorando as encíclicas «Rerum Novarum» (15 de maio de 1891) e «Quadragesimo Anno» (15 de maio de 1931)'. 25 (1947) 241-245.
- 'Para uma teoria humana da Propriedade – Do Problema do ser ao problema do ter'. 29 (1951) 315-354.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. 'A condição do cristão na construção histórica do mundo'. 36 (1958) 515-532.
- CHORÃO, João Bigotte. 'Comentários ao fascículo V dos «Cadernos de Manuel Anselmo»'. 38 (1960) 484-487.
- 'Ciclo de Conferências sobre Problemas Sociais'. 36 (1958) 264-267.
- 'Um ciclo de conferências sobre a Unidade da Igreja e o próximo Concílio Ecuménico'. 38 (1960) 82-84.
- 'Ciclo de estudos missionários e ultramarinos'. 37 (1959) 184.
- CLAUDE, Gardey de Soos. 'Os partidos políticos em França'. 36 (1958) 124-131.
- 'A Democracia Cristã em França'. 36 (1958) 247-250.
- 'Comemorações em Coimbra'. 29 (1951) 521-525.
- 'Congresso Mundial dos Intelectuais Católicos'. 28 (1950) 252-253.
- COUTINHO, Maria Fernanda de Abreu. 'As Comunidades nascentes de Ásia e África e a Redenção'. 36 (1958) 359-364.
- 'Dar a César o que é de César'. 27 (1949) 48.
- 'Decreto de Integração do CADC na Ação Católica, de 2 de fevereiro de 1950'. 38 (1960) 500.
- 'Dia de solidariedade com o povo húngaro'. 34 (1956) 566-567.
- DIAS, José Silva. 'O Cristão na Encruzilhada'. 28 (1950) 499- 508.
- DIRECÇÃO DO CADC. 'Campanha contra Portugal'. 39 (1960) 500.
- 'Cerrar Fileiras'. 23 (1945) 282.
- 'Democracia Cristã' . 23 (1945) 449-450.
- 'Presidente da J.C. '. 38 (1960) 500.

- 'O Sr. Dr. Manuel Anselmo e o CADC'. 38 (1960) 483.
- 'Dr. Silva Dias'. 36 (1958) 504-505.
- DUARTE, Urbano. 'Pio XII'. 34 (1956) 195-200.
- 'Elogio fúnebre'. 36 (1958) 453-462.
- 'O conceito de progresso dentro da filosofia da história'. 38 (1960) 460-477.
- 'Efemérides'. 29 (1951) 653-663.
- ÉTIENNE, Gérard. 'La mission de Pax Romana'. 29 (1951) 363-367.
- FARIA, Carlos Alberto de. 'A autodeterminação: Política de princípios e política de resultado' 38 (1960) 132-139.
- 'Autoritarismo e Democracia'. 37 (1959) 365-401.
- 'O Corporativismo Português e o Pensamento Social Católico (ensaio)'. 38 (1960) 612-613.
- 'De novo Portugal e a ONU'. 35 (1957) 531-533.
- 'Federação Ibérica...'. 35 (1957) 411-414.
- 'A Formação da Europa, de Cristóvão Dawson em tradução de João Dias Pereira, Livraria Cruz. Braga 1956'. 35 (1957) 318-320.
- 'Os italianos votaram pela melhor política'. 36 (1958) 420-421.
- 'Portugal e a ONU'. 35 (1957) 99-102.
- 'Recensão a A. O. Salazar, Crítica - Discursos e Notas Políticas III. 1938-1943'. 38 (1960) 145-152.
- FERREIRA, Luís Torgal. 'Justificação de um ciclo'. 36 (1958) 147-149.
- 'A reeducação moral da juventude delinvente'. 37 (1959) 467-486.
- G. D. 'O comunismo, apóstata da Fé'. 27 (1949) 489-490.
- GASPAR, José Maria. 'Goa, projecção da Europa no Oriente'. 35 (1957) 209-223.
- 'Glória à Hungria'. 35 (1957) 500-501.
- GOMES, F. Matos. 'Propaganda soviética'. 23 (1945) 365-367
- 'Nos vinte e cinco anos da Acção Católica Portuguesa'. 36 (1958) 471-482.
- GUIMARÃES, Querubim. 'A «área» da coexistência pacífica e a visita soviética à Inglaterra'. 34 (1956) 247-249.
- '«A Ásia e a África contra o Ocidente?». O trabalho de subversão do comunismo soviético nos dez continentes'. 34 (1956) 301-303.
- 'O Canal do Suez e a rebelião polaco-húngara, seguida da tragédia da Hungria, foram e são ainda os dois casos de maior relevo e gravidade na política internacional dos últimos meses'. 34 (1956) 621-623.
- 'A crise da hora presente'. 34 (1956) 583-599.
- 'O maior acontecimento do ano foi o congresso de Moscovo. A crise do regime soviético justifica a sua nova política no interior e no exterior. Aproximar-se-á o fim do totalitarismo russo e do colectivismo do estado comunista?'. 34 (1956) 434-438.
- 'O problema do Mundo no século em que vivemos'. 34 (1956) 37-41.
- HONNAY, V. 'Católicos da direita, Católicos da esquerda'. 23 (1945) 538-546.
- 'A Industrialização em Portugal'. 36 (1958) 167-182.
- JORGE, João Evangelista R. 'Os Ortodoxos e o futuro Concílio Ecuménico'. 38 (1960) 15-37.
- 'Liga Académica Missionária'. 35 (1957) 118
- LOUREIRO, Fernando Pinto. 'A industrialização em Portugal'. 36 (1958) 167-182.

- MARTINS, Eugénio. 'Os concílios ecuménicos na Vida da Igreja'. 38 (1960) 3-14.
- MARTINS, Rogério. 'Possibilidade de Europa'. 33 (1955) 275-295.
- MELLO, Luís Vaz de São Payo e. 'A Polónia, limite oriental da civilização do Ocidente: Entrevista com o Prof. Bogdan Zaborski'. 23 (1945) 113-121.
- MELO, António Barbosa de. 'Carta à Associação Académica de Coimbra'. 34 (1956) 599.
— 'Linhas de rumo'. 36 (1958) 579-581.
- MÉNAHEM, Henri. 'Necessidade de um novo direito internacional'. 28 (1950) 482-488.
- MENDES, Augusto. 'O valor moral da pessoa humana'. 26 (1948) 65-83.
- MILLER, R. V. 'Escolhi a liberdade, por Victor Kravchenko'. 26 (1948) 522-523.
- 'As missões católicas na problemática do Ultramar Português'. 37 (1959) 171-182.
'O momento político português'. 36 (1958) 324-326.
- MOREIRA, Adriano. 'Tendências políticas do Direito Internacional Ultramarino'. 37 (1959) 355-364.
- MORUJÃO, Alexandre Fradique. 'Morreu Emmanuel Mounier'. 28 (1950) 246-247.
— 'Romano Guardini e o Ressurgimento Alemão'. 28 (1950) 147-154.
- NOGUEIRA, Eurico Dias. 'O XXIV Congresso Mundial da Pax Romana'. 36 (1958) 411-417.
— 'Os «Acordos de Latrão» e a liberdade da Igreja'. 27 (1949) 361-378.
— 'Algumas reflexões em torno do manifesto político'. 39 (1961) 578-589.
— 'O cinema e a moral'. 35 (1957) 404-409.
— 'A Igreja na China'. 37 (1959) 431-436.
— 'De Pio XII a João XXIII'. 36 (1958) 494-495.
— 'O Próximo Concílio Ecuménico'. 37 (1959) 508-511.
— ; PARREIRA, Eduardo. 'A Concordata e o Acordo Missionário de 1940'. 38 (1960) 317-328.
- NUNES, Adérito Sedas. 'Rússia, Comunismo e Paz'. 31 (1953) 201-216.
- P. V. 'O que resta do comunismo'. 31 (45) 214-215.
- PACHECO, Mário. 'A democracia no pensamento de S.S. o Papa Pio XII.' 25 (1947) 197-198.
'Panorama da URSS'. 27 (1949) 49.
'Pax Romana'. 35 (1957) 534.
'Pax Romana'. 36 (1958) 68.
- PEDRO, Albano Mendes. 'Evangelização do Ultramar Português'. 38 (1959) 74-85.
- PEREIRA, Fernando Jasmins. 'O Decreto-lei n.º 40. 900 e as primeiras reacções da Academia de Coimbra'. 34 (1956) 619-620.
— 'Recensão ao livro de Manuel Anselmo, *Sobre a declaração de voto de Sua Ex.^a Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto*'. 36 (1958) 509-512.
- PEREIRA, Miguel Baptista. 'Diálogo com os cristãos separados'. 38 (1960) 54-74.
'Perspectivas cristãs de África'. 35 (1957) 534.
'Primeiras Palavras'. I (1922) 1-2.
'O que foi a semana social em Paris'. 25 (1947) 506.
'Resolução Geral do XXI Congresso Mundial da Pax Romana'. 29 (1951) 285-286.
- RODRIGUES, Agostinho. 'Por uma Cruzada missionária dos estudantes em Portugal'. 35 (1957) 290-295.
- ROPS, Daniel. 'A verdadeira Europa'. 38 (1950) 425-426.

- SALGADO, Ferreira. 'Considerações em volta da questão social'. 26 (1948) 160-162.
- 'Filosofia do Marxismo'. 26 (1948) 23-31.
- 'Panorama da Unesco'. 26 (1948) 543-547.
- 'O personalismo cristão perante o totalitarismo'. 26 (1948) 227-228.
- 'Uma teoria de Marx'. 25 (1947) 384-386.
- SALGADO, Plínio. 'O comunismo não é uma causa...'. 38 (1960) 556-560
- 'Os dois totalitarismos'. 23 (1945) 18-20.
- SANTOS, Cruz e. 'À procura de uma consciência internacional'. 38 (1960) 487-489.
- 'Secção de Estudos Ultramarinos'. 39 (1961) 630.
- 'Sessão de estudo «A crise da democracia»'. 36 (1958) 143.
- SILVA, J. M. da. 'A Ásia é quase um continente comunista'. 35 (1957) 414-415.
- 'Vladimiro Dundintsev – Um escritor rebelado detrás da Cortina de Ferro – ou a história de um livro que faz um escritor famoso'. 36 (1958) 132-141.
- SOUSA, Serafim Correia de. 'De Gaulle e a França'. 37 (1959) 56-59.
- 'O.T.A.N.'. 37 (1959) 240-242.
- TENREIRO, Francisco. 'Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra'. 37 (1959) 90-101.
- 'Tomada de consciência'. 38 (1960) 561-564
- 'A tragédia do tempo'. 25 (1947) 454.
- 'Vida do CADC, Círculo de Estudos'. 23 (1945) 388-390.
- VIEIRA, Duque. 'Na comemoração das encíclicas sociais'. 27 (1949) 391-402.
- 'A visita de Isabel da Inglaterra'. 35 (1957) 174-175.

II. BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

- ALÍPIO, Elsa Santos. *Salazar e a Europa – História de adesão à EFTA (1956-1960)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- ALMEIDA, João Miguel. *A oposição católica ao Estado Novo: 1958-1974*. Lisboa: Nelson de Matos, 2008.
- ALVES, João. 'Abertura'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2001. 11-16.
- AMARO, António Rafael. 'O Imparcial. Um Jornal de Combate (1912-1919)'. In IDEM; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.^a ed. Lisboa: Colibri, 2000. 65-115.
- ; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.^a ed. Lisboa: Colibri, 2000.
- AMEAL, João. *A Europa e os seus fantasmas*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945.
- ANTUNES, José Freire. *Os americanos e Portugal. 1961: Kennedy e Salazar, o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.
- ANTUNES, Manuel. *Obra completa. Tomo III. Vol. I e II*. Guilherme de Oliveira MARTINS, coord. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 vol.

- dir. *História religiosa de Portugal. Vol. 3: Religião e secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- BAPTISTA, António Alçada. 'Memórias – A Aventura da Moraes'. in IDEM. *A pesca à linha: algumas memórias*. Lisboa: Presença, 1998. 59-77.
- BRAGUE, Rémi. 'O que é a Europa?'. *Communio* 20 (2003) 453-466.
- BRANCO, José Oliveira. 'A palavra do último Assistente Eclesiástico'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 213-220.
- O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2001.
- CALAFATE, Pedro; FRANCO, José Eduardo, coord. *A Europa segundo Portugal: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*. Lisboa: Gradiva, 2012.
- CARREIRA, Paula; FRANCO, José Eduardo. 'O mundo eslavo como horizonte e fronteira da Europa segundo os jesuítas: evolução da apreciação de países eslavos na revista *Brotéria*'. In Beata Elzbieta CIESZYNSKA; José Eduardo FRANCO; Teresa PINHEIRO, coord. *Europa de Leste e Portugal: realidades, relações e representações*. Esfera do Caos: Lisboa, 2010. 139-153.
- CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*, Coimbra: Almedina, 2006.
- CHÉLINHO, Joana Maria Rodrigues. 'Palavra de explicação'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 9-10.
- CHENAU, Philippe. *De la chrétienté à l'Europe: les catholiques et l'idée européenne au XX^e siècle*. Tours : CLD, 2007.
- *Une Europe vaticane? Entre le Plan Marshall et les Traités de Rome*. Bruxelles: Ciaco, 1990.
- *L'ultima eresia. La Chiesa Cattolica e il comunismo in Europa da Lenin a Giovanni Paolo II (1917-1989)*. Roma: Carocci, 2011.
- *L'umanesimo integrale di Jacques Maritain*. Milano : Jaca Book, 2006.
- CHORÃO, João Bigotte. 'Em memória do Padre João Mendes'. *Estudos N.S.* 10 (2008-2013) 205-208.
- CIESZYNSKA, Beata Elzbieta; FRANCO, José Eduardo; PINHEIRO, Teresa, coord. *Europa de Leste e Portugal: realidades, relações e representações*. Esfera do Caos: Lisboa, 2010.
- CONTE, Pietro, A cura di. *I papi e l'Europa – Documenti (Pio XII, Giovanni XXIII, Paolo VI)*. Torino: Elle Di Ci, 1978.
- CORDEIRO, António Manuel Menezes. 'Dr. António Francisco de Menezes Cordeiro, Fundador do CADC'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 25-51.
- COSTA, José Manuel Cardoso da. 'O CADC e o Instituto Justiça e Paz'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 197-207.
- COSTA, João Bénard da. 'Nós, os vencidos do catolicismo'. Coimbra: Tenacitas, 2003.
- Prefácio'. In Emmanuel MOUNIER. *O Personalismo*. Lisboa: Morais Editora, 1960. 7-12.
- CRUZ, Manuel Braga da. 'CADC: Um século de História'. *Estudos N.S.* I (2003) 13-16.
- *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes: homem de Ciência e de Igreja*. Braga: Livraria Cruz, 2011.
- *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença/ Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa, 1980.

- ‘Origens e primeiros tempos do CADC’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 17-24.
- *Raízes do Presente. Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Aletheia, 2013.
- CUNHA, Norberto Ferreira da. ‘O salazarismo e a Ideia de Europa’. in Ernesto LEAL, org. *O Federalismo Europeu – História, Política e Utopia*. Colibri: Lisboa: 2001. 153-179.
- Europe: entre utopie et réalisme. Études Hors-Série (2011)* 1-254.
- FERNANDES, António Teixeira. *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós-25 de Abril de 1974*. Porto: Edição de Autor, 2001.
- FERREIRA, António Matos. ‘Acção Católica’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII: Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, 1999. 25-31.
- FERREIRA, Manuel de Pinho. *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto: Fundação SPES/Universidade Católica Portuguesa, 2004.
- FONDAZIONE PER LA SUSSIDIARIETÀ, A cura di. *Sinfonia dal “nuovo mondo”. Un’Europa unita, dall’Atlantico agli Urali*. Milano: Piccola Casa Editrice, 2013. 34.º Meeting per l’amicizia fra i popoli.
- FONTES, Paulo. *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: FCT/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- ‘As Organizações Estudantis Católicas e a Crise Académica de 1956-1957’. In *Universidade(s) História Memórias e Perspectivas. Actas 5, Congresso História da Universidade. 7.º Centenário*. Coimbra: 1991. 457-480.
- FORMIGONI, Guido. ‘Democracia e Cristianismo’, in Cristina Cappa LEGORA; Lucio LAMARQUE; Sergio LABBADINI, org. *Christos. Enciclopédia do Cristianismo*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 2004. 259-260.
- FRANCO, José Eduardo. ‘Os directores da Brotéria’. In IDEM; Hermínio RICO, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 143-190.
- ‘História da revista Brotéria (1902-2002)’. In IDEM; Hermínio RICO, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 87-139.
- ; RICO, Hermínio, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- FRANCO, Massimo. *Imperi paralleli. Vaticano e Stati Uniti: due secoli di alleanza e conflitto (1788-2005)*. Milano: Arnoldo Mondadori, 2005.
- GALLI, A.; GRANDI, D. *História da Igreja*. Lisboa: Edições Paulistas, 1964.
- GIANCOLA, Luigi. *Europeismo e Civiltà Cristiana*. Angelo Benardetti: Roma, 1953.
- GONÇALVES, Nuno da Silva. “Jesuítas”. In Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal. Vol. III [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001. 21-31.*
- GUERRA, Rui Teixeira; MAGALHÃES, Calvet de; e FREIRE, Siqueira. *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Lisboa: INA, Departamento de Integração Europeia, 1981.
- HIPÓLITO, Isaias. ‘O C.A.D.C. nos estatutos de 1905: uma associação para a «confraternidade entre os estudantes católicos»’. *Estudos N.S.* 2 (2004) 359-369.
- ‘O C.A.D.C. na transição para a segunda geração (I)’. *Estudos N.S.* 5 (2005) 639-661.
- ‘Nas origens do C.A.D.C.: I – O Centro Académico de Propaganda Católica’. *Estudos N.S.* 3 (2004) 739-766.

- ‘Nas origens do C.A.D.C.: II – De “Centro Académico de Propaganda Católica” a “Centro Nacional Académico”’. *Estudos N.S.* 4 (2005) 503-516.
- ‘Na transição para a segunda geração (II)’. *Estudos N.S.* 6 (2006) 495-504.
- LAVRADOR, João. ‘CADC – Cronologia’. *Estudos N.S.* 1 (2003) 17-19.
- LEITE, António Nogueira. ‘Associação Europeia do Comércio Livre (AECL), Portugal e a’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII: Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, 1999. 143.
- LEMOS, Mário Matos e. *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): um dicionário*. Lisboa: Texto Editores, 2009.
- LOIOLA, Inácio de. *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*. Braga: Apostolado da Oração, 2005.
- MACEDO, Jorge Borges. MACEDO. ‘O Atlântico Norte e os desafios do Sul’. In IDEM. *Portugal-Europa. Para além da circunstância*. Lisboa: INCM, 1988.
- MARQUES, Adelino. *Depoimento*. dezembro de 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. ‘Manifesto Comunista’. in IDEM. *Obras escolhidas. Tomo I*. Lisboa: Edições Avante, 2008, 108-159.
- MATOS, Luís Salgado de. ‘O Cardeal Cerejeira e o CADC’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 69-85.
- MELO, António Barbosa de. ‘O CADC e a democracia cristã europeia (no imediato pós-guerra)’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 111-124.
- *Depoimento manuscrito*. 11 de dezembro de 2014.
- ‘D. António Ferreira Gomes e os estudantes Católicos de Coimbra (1956-1959)’. In *Reconciliação - Caminho para a Paz*. Porto: Fundação SPES, 2000. 73-91.
- ‘In Memoriam Luís Torgal Ferreira (1935-2011)’. *Estudos N.S.* 10 (2008-2013) 353-354.
- MELO, António Barbosa de; PORTO, Manuel; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, org. *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina, 2003.
- MELO, Luís Lopes de. *O Centro Académico de Democracia Cristã (C.A.D.C.). História Breve*. Coimbra, 1951.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar. Uma Biografia Política*. Alfragide: D. Quixote, 2010.
- MIZZI, Fortunato, org. *L’Unione Europea nei Documenti Pontifici*. Malta: Edizione Studia, 1979.
- MOREIRA, Adriano. *A Comunidade Internacional em Mudança*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.
- *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.
- NEGLIE, Pietro. *La stagione del digiolo. Il Vaticano, l’Unione Sovietica e la politica di centro sinistra in Italia (1958-1963)*. Siena: Cantagalli, 2009.
- NETO, Vítor. *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: INCM, 1998.
- ‘O político e o eclesiástico (1832-1910): ruptura e compromisso’. *História N.S.* 14 (1999) 30-39.
- NOGUEIRA, Franco. *Salazar. Vol. II: Os tempos áureos (1928-1936)*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1977.
- *Salazar. Vol. IV: O Ataque (1945-1958)*. Coimbra: Atlântida, 1980.
- NUNES, Jacinto. ‘Associação Europeia do Comércio Livre (AECL)’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII: Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, 1999. 139-142.

- 'Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal e a'. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. IX: Suplemento P/Z*. Porto: Figueirinhas, 1999. 684.
- NUNES, João Paulo Avelãs. 'O C.A.D.C. de Coimbra nos Inícios do Estado Novo: a revista Estudos entre 1922 e 1934'. In Rafael AMARO; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.^a ed. Lisboa: Colibri, 2000. 117-195.
- PEDROSA, Manuel Leal. 'Introdução'. In *Os 90 anos do CADC*. Coimbra, 1991. 5-6.
- PEREIRA, Sara Marques. 'A Brotéria – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo (1933-1974)'. In José Eduardo FRANCO; Hermínio RICO, coord. *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003. 390-410.
- POMBO, Olga, 'Os jesuítas em Coimbra'. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuítas/_private/hjp.htm> [acedido a 22.01.2014].
- PORTO, Armando Lopes. *Depoimento*. 8 de dezembro de 2014.
- PORTO, Manuel Lopes. *Depoimento*. 7 de dezembro de 2014.
- 'Os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja na construção do Estado Democrático e Social'. *Povos e Culturas*, n.º especial (2014) 227-237.
- 'Os novos problemas sociais'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 161-172.
- RAMOS, António de Jesus. 'O CADC no Período Republicano'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 59-68.
- RAMOS, Henrique Vilaça. *Depoimento*. 9 de dezembro de 2014.
- REIS, Bruno Cardoso. *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, coord. 'Los católicos portugueses y la política exterior de Portugal en los años 40 y 50'. In Glicerio SÁNCHEZ RECIO, coord. *La Internacional Católica*. Madrid/Alicante: Biblioteca Nueva/Universidad de Alicante, 2005. 149-173.
- 'A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX'. *Estudos do Século XX* 2 (2002)109-133.
- *A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- *Olhares sobre a Europa: actas do seminário internacional (18 de Abril de 2001)*. Coimbra: Quarteto, 2002.
- 'A visão da Igreja Católica e a construção da Europa na época contemporânea'. *Revista de História das Ideias* 24 (2003) 563-592.
- coord. *2009: (Re)pensar a Europa*. Coimbra: Almedina, 2010.
- RICCARDI, Andrea. *Pio XII e Alcide De Gasperi*. 2.^a ed. Roma-Bari: Laterza, 2003.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. 'Para a história do CADC – fase do Após-Guerra'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 95-110.
- ROLLO, Maria Fernanda. 'Plano Marshall'. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. IX: Suplemento P/Z*. Porto: Figueirinhas, 1999. 97-99.
- *Portugal e o Plano Marshall*. Lisboa: Estampa, 1994.
- *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: MNE, Instituto diplomático, 2007.

- ‘Salazar e a Construção Europeia’. *Penélope* 18 (1998) 51-76.
- ROSA, Giuseppe de. *La Civiltà Cattolica – 150 anni al servizio della Chiesa: 1850-1999*. Roma: La Civiltà Cattolica, 1999.
- ROSAS, Fernando. ‘O Estado Novo, 1926-1974’. In José MATTOSO, dir. *História de Portugal VII*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012. reimpr. 2013.
- SALAZAR, António de Oliveira. ‘Breves Considerações Sobre Política Interna e Internacional a Propósito da Inauguração do Estádio de Braga’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 459-478.
- ‘No Fim da Guerra’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. 93-98.
- ‘Miséria e Medo. Características do Momento Actual’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 287-311.
- ‘Em Honra da Inglaterra e dos Estados Unidos’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 225-228.
- ‘Portugal no Pacto Atlântico’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 403-422.
- ‘O Ultramar português e a ONU’. In IDEM. *Discursos e Notas Políticas VI: 1959-1966*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967. 125-158.
- SALE, Giovanni. *De Gasperi, gli USA e il Vaticano. All’inizio della Guerra Fredda*. Milano: Jaca Book, 2005.
- SÁNCHEZ RECIO, Glicerio, coord. *La Internacional Católica*. Madrid/Alicante: Biblioteca Nueva/ Universidad de Alicante, 2005.
- SEABRA, Jorge. ‘O Impacto do Modernismo em Portugal. O Caso dos Estudos Sociais’. In Rafael AMARO; João Paulo Avelãs NUNES; Jorge SEABRA. *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*. 2.^a ed. Lisboa: Colibri, 2000. 24-57.
- SILVA, António Martins da. *História da Unificação Europeia. A integração Comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- ‘A origem do Conselho da Europa, a unidade europeia e o posicionamento português’. *Revista de História das Ideias* 22 (2001) 553-602.
- SIMPSON, Duncan. ‘A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar’. *Locus: revista de história* 18 (2012) 89-110.
- *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- SOUSA, Francisco Almeida e. ‘Depoimento’. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 53-54.
- TELO, António José. ‘Aliança Luso-Britânica’. In António BARRETO; Maria Filomena MÓNICA, coord. *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII: Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, 1999. 85-87.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. 2.^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- ‘Miguel Baptista Pereira, Pensador Católico: da (minha) memória a algumas reflexões históricas’. In J. A. Pinto RIBEIRO, coord. *O Homem e o Tempo*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999. 423-439.
- ‘Salazarismo, Europa e América’. *Revista Portuguesa de História* 31 (1996) 615-634.

— 'Salazarismo, fascismo e Europa'. *Vértice* 52 (1993) 41-52.

TRINDADE, Manuel de Almeida. 'O Padre Melo e o Cónego Urbano Duarte: Duas Referências no CADC'. In *O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa. Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001. 87-93.

ÍNDICE GERAL

PALAVRA(S) PRÉVIA(S)	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ABREVIATURAS	vii
INTRODUÇÃO	
1. Objeto e razões de uma escolha	1
2. O(s) tempo(s) e o método	
2.1. O tempo interrogado: 1945-1961	2
2.2. O tempo da interrogação	4
2.3. Caminho(s): subsídios metodológicos	5
3. Algumas perguntas	6
PARTE I	
EUROPA(S) NO MAGISTÉRIO ROMANO E NA <i>CIVILTÀ CATTOLICA</i>	
Capítulo 1: Europa(s): memória, conceito(s) e circunstância(s)	9
1. Europa(s) e rede conceitual: Cristandade, Ocidente e atlantismo	
1.1. Europa como Cristandade	9
1.2. Europa e (como) Ocidente	10
1.3. Europa e atlantismo	10
2. Europa e(m) (re)construção: o poder de um sonho; a exigência da circunstância; a força da persistência	
2.1. O poder de um sonho: a unidade europeia	11
2.2. A exigência da circunstância	12
2.3. A força da persistência: os modos de institucionalização da Europa	
2.3.1. A Europa como Comunidade de Defesa (europeísmo e defesa)	12
2.3.2. A Europa como espaço económico: entre o Plano Marshall e a EFTA	
2.3.2.1. Plano Marshall	14
2.3.2.2. CEECA/CEE/CEEA (EURATOM)	15
2.3.2.3. Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA)	16
3. A outra Europa: eslavismo e comunismo	17
Capítulo 2: Europa(s) no pós-guerra e as intervenções do Magistério	18
1. Pio XII	
1.1. Traços de identidade da Europa	

1.1.1. A alma europeia, o cristianismo e a civilização ocidental: a dimensão matricial da Europa	19
1.1.2. Nós e os Outros ou a vocação europeia: guardiã e missionária dos valores humanos e cristãos ou de valores espirituais	20
1.2. A Europa, promotora da paz ou a universalidade a partir da eurocentricidade	21
1.3. Institucionalização da Europa	
1.3.1. O papel dos cristãos católicos na construção europeia	23
1.3.2. Apoio da Santa Sé às instituições e organizações europeias	24
1.4. A outra Europa vista por Pio XII: posições contra o comunismo	28
1.5. A política com a América: um reforço do atlantismo?	28
2. João XXIII	29
2.1. Traços de identidade(s) da Europa	30
2.2. Institucionalização da Europa	30
2.3. A Europa dual e a política de blocos	30
2.4. Europa e Terceiro Mundo	31
3. Conclusão	32
Capítulo 3: <i>Civiltà Cattolica</i> : um olhar sobre a Europa	
1. Breve caracterização da revista	
1.1. Contextualização histórica	33
1.2. Instituição e aspetos formais	34
1.3. Objetivos da publicação	35
2. Textos: a Europa na <i>Civiltà Cattolica</i>	
2.1. Introdução	36
2.2. Traços de identidade(s) da Europa	
2.2.1. Europa como Cristandade: espiritualidade e cultura	36
2.2.2. Europa e (como) Ocidente: a resistência ao comunismo	37
2.2.3. Europa e atlantismo	38
2.3. A Europa institucional	40
2.3.1. A Europa como comunidade de defesa	41
2.3.2. A Europa como espaço económico	41
2.3.2.1. Plano Marshall e a OECE	42
2.3.2.2. CEECA/CEE/CEEA (EURATOM)	42
2.3.3. A Europa como campo da democracia: a cooperação política	45
2.4. A Europa dual: Leste e Oeste	46
3. Conclusão	48

PARTE II

DUAS REVISTAS CATÓLICAS PORTUGUESAS DE CULTURA: A RECEÇÃO DAS QUESTÕES EUROPEIAS

Capítulo I: Circunstância(s) das revistas de cultura católica portuguesas

1. Estado Novo e Europa(s)	50
1.1. O salazarismo e a(s) Europa(s) do <i>tanto quanto</i> : as ambiguidades (anti) europeístas	50
1.1.1. A Europa, o Ocidente e a defesa da Civilização cristã	50
1.1.2. Vocações: euro-norte-atlântica e euroafricana	51
1.1.2.1. O euro-atlantismo: uma política ambivalente com os EUA	52
1.1.2.2. O euro-africanismo: a alternativa ultramarina	53
1.1.2.3. Europa como terceira força alternativa aos EUA e à URSS	54
1.1.3. A Europa institucional	54
1.1.3.1. A Europa como comunidade de defesa	54
1.1.3.2. A Europa da economia: o caso português	55
1.1.3.2.1. Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à aceitação	55
1.1.3.2.2. Da OECE à EFTA. A importância da política britânica no alinhamento europeu do Estado Novo	56
2. Estado Novo e Igreja Católica	60

Capítulo 2: A Europa na *Estudos*: ausências e presenças

1. CADC: caracterização institucional	
1.1. Uma organização estudantil: da resistência à hegemonia	63
1.2. A circunstância: o pós-guerra no CADC	65
1.3. A abertura europeia do CADC: fundação e participação na <i>Pax Romana</i>	68
2. <i>Estudos</i> como órgão oficial do CADC: um retrato	70
3. Europa(s) em (con)textos	71
3.1. Traços de identidade(s) da Europa	
3.1.1. Europa como Cristandade: espiritualidade e cultura	71
3.1.2. Europa e (como) Ocidente: a resistência ao comunismo	74
3.1.3. Europa, atlantismo(s) e Ultramar	82
3.1.3.1. Euráfrica e anticolonialismo: a ONU e a nova geopolítica	82
3.1.3.2. Missão civilizadora e legitimação de uma presença	85
3.2. Europa institucional: a(s) grande(s) ausência(s)	86
3.3. A outra Europa ou a sombra da dualidade	90
4. A receção do Magistério: Pio XII e João XXIII	91
5. Balanço	93

Capítulo 3: A Europa na <i>Brotéria</i>	
1. Companhia de Jesus em Portugal: breve caracterização	95
2. <i>Brotéria</i> : um retrato	95
3. Europa(s) em (con)textos	
3.1. Traços de identidade(s) da Europa	
3.1.1. Europa como Cristandade: espiritualidade e cultura	97
3.1.2. Europa e (como) Ocidente	99
3.1.3. Europa e atlantismo	100
3.2. A Europa institucional	
3.2.1. A Europa como comunidade de defesa	101
3.2.2. A Europa como espaço económico	
3.2.2.1. O Plano Marshall e a OCDE	102
3.2.2.2. CECA/CEE/CEEA (EURATOM)	102
3.2.2.3. Portugal e a AECL/EFTA	103
3.2.2.4. A Europa como campo da democracia: cooperação política e federalismo	103
3.3. A outra Europa ou a sombra da dualidade	104
4. A receção do Magistério (Pio XII e João XXIII) e a atuação do Vaticano nas relações internacionais	106
5. Balanço	111
CONCLUSÃO	113
ANEXO I: INQUÉRITO	123
BIBLIOGRAFIA	124